



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIA**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFC**

**GLEILSON ANGELO DA SILVA**

**VOU À RUA: ESTUDOS SOBRE OS LOGRADOUROS DO CENTRO DE  
FORTALEZA ATRAVÉS DA GEOGRAFIA E DA TOPONÍMIA**

**FORTALEZA**  
**2019**

GLEILSON ANGELO DA SILVA

VOU À RUA: ESTUDOS SOBRE OS LOGRADOUROS DO CENTRO DE  
FORTALEZA ATRAVÉS DA GEOGRAFIA E DA TOPONÍMIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Socioterritorial.

Orientador: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S58v Silva, Gleilson Angelo da.  
Vou à rua: estudos sobre os logradouros do Centro de Fortaleza através da geografia e da toponímia / Gleilson Angelo da Silva. – 2019.  
246 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva.
1. Espaço. 2. Toponímia. 3. Rua. 4. Lugar. 5. Centro. I. Título.

CDD 910

---

GLEILSON ANGELO DA SILVA

VOU À RUA: ESTUDOS SOBRE OS LOGRADOUROS DO CENTRO DE  
FORTALEZA ATRAVÉS DA GEOGRAFIA E DA TOPONÍMIA

Dissertação apresentada ao programa de  
Pós-Graduação em Geografia, da  
Universidade Federal do Ceará, como  
requisito final para obtenção do título de  
Mestre em Geografia.  
Área de Concentração: Socioterritorial.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Otávio José Lemos Costa  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Profa. Dra. Sônia Regina Romancini  
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

A Rua da Saudade  
é como um farol,  
que acende e apaga  
e traça rumo à nave!  
Ninguém esquece  
suas raízes  
e o seu passado!  
Somos o que eles determinaram!  
Vivo sob arranha-céus,  
e ando hoje sobre o chão de asfalto,  
mas o meu coração está  
na Rua da Saudade,  
para onde eu sempre viajo!

Rua da Saudade (Eduardo Pontes).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Ceará e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, bem como seus funcionários.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento pelo recurso, uma vez que, sem ele este trabalho não seria possível.

Ao meu orientador, José Borzacchiello da Silva, pelo apoio e compreensão.

À banca examinadora pelas contribuições.

À minha família, em especial aos meus pais, Maria Gilneide (sustentáculo de minha vida) e Benedito Pereira, pelo apoio e consideração. À minha vovozinha Maria Carmosita, pelos ensinamentos e carinho. *In memoriam* de meu avô Antônio Angelo Sobrinho. Aos demais familiares: irmão, cunhada, sobrinho, primos, primas, tios e tias.

Ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) e aos tantos amigos que fiz: Alessandra Sousa, Mara Mônica, Nara Gabriele, Nayuã Kalil, Anderson Marreira, Yara Alves, Patrícia Marques, Kaian Paulino, Monaliza Lemos, Ana Natália, Ruth Rios. Cada um fez parte desta trajetória e agradeço pelo grande apreço.

Ao próprio Departamento de Geografia onde conheci tantas pessoas maravilhosas: Pedro Ribeiro, Weyner Bezerra, Victor Costa, Rômulo Artur, Lídia Castro, Karolayne Araújo.

Aos amigos mestrandos e doutorandos, mestres e doutores da UFC: Gerlaine Cristina, Leuda Paz, Jefferson Fernandes, Letícia Lima, Ednilson Dutra, Marluce Silvino, Luiz Eduardo, Tiago Castro, Gabriela Bento, Karine Estevam, Juliana Santos, Letícia de Freitas, Hudson Rocha, Lícia Benício, Marlon Cavalcante, Eciane Soares, Regina Balbino, Tiago Estevam, Sandra Evaristo.

Aos professores com quem tive contato e aprendi bastante: Alexandre Queiroz, Tiago Vieira, Clovis Ramiro (Arquitetura), Martinho Tota (Antropologia), Otávio José (UECE), Clélia Lustosa.

Aos meus queridos amigos e amigas da Geografia da Uece que quero levar para o resto da vida: Yan de Abreu (meu melhor amigo), Thays Mercês, Ana Débora, Nathalia Cavalcante, Bárbara Sampaio, George Castro, Átila Firmino, Tiago Barbosa, Kássia Kiss, Kinsley Bezerra, Raquel Pinheiro, Mirtes Rose, Frederico Nascimento, Sílvia Heleny.

Ao meu querido Heber Stalin pelo companheirismo, alegria, samba, cerveja e tantos momentos já compartilhados.

Aos meus amigos e amigas para além da universidade: Caiane Alves, Tatiane Ávila, Luana Gonçalves, Rayllane Veras, Gabriela Savir, Carolina Rebouças, Rodrigo Rodrigues, Roni Costa, Iuri Torres, Lucas Teófilo, Diêgo de Oliveira, Ygor Maia, Tayse Queiroz, Carlos Fabrício, Felipe Porto, Cíntia Viana, Edson Souza.

Aos tantos e tantas que a memória não permitiu esquecer e que pretendo levar para o resto da minha vida os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O Centro de Fortaleza resguarda a história da cidade através de seus logradouros que trazem resquícios de processos pelo qual a capital passou desde a sua fundação. A produção do espaço urbano se materializa através das formas que, através de suas funções, são resultados de processos políticos, econômicos, sociais, culturais internos e externos que alteraram a sua morfologia urbana e sua configuração espacial, implicando em significativas mudanças que construíram a metrópole que conhecemos hoje. O significado que o nome tem para o lugar onde está estabelecido nos permite, a partir do presente, buscar as marcas do passado, em um movimento de ida e volta para compreendermos as formas como o resultado de todos os processos pelo qual passou. Nesta perspectiva, entender o que são as vias e demais logradouros nos permite como estes termos foram utilizados ao longo do tempo e explicam os fenômenos geográficos pelos quais as cidades europeias e brasileiras passaram nos séculos XIX e XX. O estudo do nome dos lugares é importante para entendermos a origem dos nomes e como, a partir de uma classificação taxonômica, fazemos uma leitura do espaço. Cruzando tais informações compreendemos a construção da cidade de Fortaleza no período entre 1810 e 1933, uma vez que, o primeiro ano marca uma série de plantas e planos confeccionados tendo como objetivo conhecer o espaço onde a vila estava instalada e, posteriormente, expandi-la, e o último, marca o conjunto de denominações de logradouros que encontramos até hoje. Assim, os anos de 1810, 1856, 1888, 1890 e 1933 foram escolhidos decorrentes de processos de diversas naturezas e que implicaram numa mudança significativa na denominação dos logradouros. A discussão de lugar e memória fora necessário para entender até onde a relevância das personalidades encrustadas nas placas é realmente importante para a cidade, uma vez que, muitas delas não participaram ativamente do processo de construção de Fortaleza, enquanto que, figuras que permeiam o cancionário da cidade só existem na oralidade ou nas crônicas que retrataram a cidade de outrora. Ao final, montamos um panorama para entender, a mudança nas denominações ao longo dos anos, fruto de processos de uma vila que se tornou metrópole e que refletiu através de seus logradouros a alteração na sua morfologia urbana.

**Palavras-Chave:** Rua. Toponímia. Espaço. Lugar. Centro.

## RESUMÉ

Le centre de Fortaleza conserve l'histoire de la ville à travers ses rues qui apportent des vestiges des processus par lesquels la capitale est passée depuis sa fondation. La production de l'espace urbain se matérialise à travers les formes qui, de par leurs fonctions, résultent de processus politiques, économiques, sociaux, culturels et internes qui ont modifié sa morphologie urbaine et sa configuration spatiale, impliquant des changements significatifs qui ont construit la métropole que nous connaissons aujourd'hui. La signification que le nom a du lieu où il s'est établi nous permet, à partir du présent, de rechercher les marques du passé, dans un mouvement de va-et-vient, pour comprendre les formes à la suite de tous les processus par lesquels il s'est passé. Dans cette perspective, comprendre ce que sont les routes et d'autres lieux nous permet de comprendre comment ces termes ont été utilisés au fil du temps et explique les phénomènes géographiques que les villes européennes et brésiliennes ont traversés aux XIXe et XXe siècles. L'étude du nom des lieux est importante pour comprendre l'origine des noms et comment, à partir d'une classification taxonomique, on fait une lecture de l'espace. En parcourant ces informations, nous comprenons la construction de la ville de Fortaleza entre 1810 et 1933, car la première année marque une série de plans et de plans conçus dans le but de connaître l'emplacement où le village a été installé et de l'agrandir ultérieurement. et le dernier marque l'ensemble des désignations de sites que nous trouvons jusqu'à aujourd'hui. Ainsi, les années 1810, 1856, 1888, 1890 et 1933 ont été choisies en raison de processus de natures diverses, ce qui impliquait un changement important de la dénomination des rues. La discussion sur le lieu et la mémoire était nécessaire pour comprendre à quel point la pertinence des personnalités incrustées dans les assiettes était vraiment importante pour la ville, car nombre d'entre elles n'ont pas participé activement au processus de construction de Fortaleza, alors que les chiffres qui imprègnent le livre de chansons de la ville n'existent que dans l'oralité ou dans les chroniques qui dépeignent la ville d'autrefois. Au final, nous avons dressé un panorama pour comprendre l'évolution des dénominations au fil des ans, résultat du processus d'un village devenu métropole et reflétant dans ses rues un changement de sa morphologie urbaine.

**Mots-clés:** Rue. Toponymie. Espace. Lieu. Centre.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Lisboa no século XVIII in gravura de Mateus Sautter antes do terremoto de 1755.....	40
Figura 2	– Mapa de Lisboa em 1833.....	41
Figura 3	– Área da Baixa em 1876 com ênfase na Rua Augusta.....	42
Figura 4	– Vilas da Capitania do Ceará entre 1700 e 1822.....	47
Figura 5	– Mapa da Vila de Santa Cruz do Aracati em 1780 e a disposição de seus equipamentos.....	50
Figura 6	– Disposição e nomenclatura das ruas na Vila de Santa Cruz do Aracati.....	52
Figura 7	– Mapa de Paris e o antigo traçado de suas ruas, 1550.....	58
Figura 8	– Paris em fins do século XIX.....	62
Figura 9	– A dimensão das avenidas em Paris, Rio de Janeiro e Fortaleza.....	64
Figura 10	– Representação de um bairro com quarteirões, avenidas, ruas e praças.....	67
Figura 11	– Localização do Centro de Fortaleza.....	77
Figura 12	– Áreas edificadas em Fortaleza (m <sup>2</sup> ) – Comercial.....	79
Figura 13	– Localização dos bens tombados a nível Municipal e Federal em Fortaleza.....	80
Figura 14	– Equipamentos culturais da Secult no Centro de Fortaleza.....	81
Figura 15	– Quadras e lotes no traçado de xadrez da área central de Fortaleza.....	85
Figura 16	– Edifícios no Centro da cidade.....	86
Figura 17	– Catedral Metropolitana de Fortaleza.....	88
Figura 18	– Igreja do Rosário.....	88
Figura 19	– Praça do Ferreira.....	89
Figura 20	– Fonte no Passeio Público da Praça dos Mártires.....	89
Figura 21	– “Shopping” Camelo.....	91
Figura 22	– Óticas.....	92
Figura 23	– Lojas de peças de eletrodomésticos.....	92
Figura 24	– Especialização de serviços nas ruas do Centro.....	93

Figura 25 – Placa com os dados da obra na rua Guilherme Rocha.....	94
Figura 26 – Rua Guilherme Rocha.....	95
Figura 27 – Placa que denomina a Avenida Duque de Caxias cruzamento com Avenida do Imperador.....	98
Figura 28 – Cruzamento da Travessa Pará com Rua Major Facundo em frente ao Excelsior Hotel.....	100
Figura 29 – Praça do Ferreira nos anos 1950.....	100
Figura 30 – Rua Governador Sampaio: passado e presente.....	102
Figura 31 – Reconstituição cartográfica do Plano aproximado da enseada da Villa de Fortaleza - 1810, de Francisco Antônio Marques Giraldes.....	108
Figura 32 – Planta da Villa Nova de Fortaleza desenhada pelo Capitão-Mor Manuel Francês, em 1726.....	110
Figura 33 – Disposição dos logradouros em Fortaleza (1810-1813).....	112
Figura 34 – Fortaleza em 1850.....	122
Figura 35 – Logradouros de Fortaleza em 1856.....	126
Figura 36 – Exercício de reconstituição cartográfica da Planta da cidade de Fortaleza de 1859.....	134
Figura 37 – Planta urbanística de Fortaleza, projetada por Adolfo Herbster (1875).....	142
Figura 38 – Passeio Público de Fortaleza.....	143
Figura 39 – Passeio Público do Rio de Janeiro.....	143
Figura 40 – Exercício de reconstituição cartográfica da Planta da cidade de Fortaleza de 1888.....	145
Figura 41 – Quartel e Fortaleza.....	146
Figura 42 – Santa Casa de Misericórdia.....	146
Figura 43 – Igreja de São José, demolida em 1838.....	146
Figura 44 – Palácio do Governo (à esquerda) e Igreja do Rosário (à direita).....	146
Figura 45 – Alfândega.....	147
Figura 46 – Matadouro público, desativado em 1926.....	147
Figura 47 – Mercado de Ferro, desmontado em 1938.....	147

Figura 48 – Estação João Felipe no início do século XX.....	147
Figura 49 – Nova York e parte da Ilha de Manhattan em 1811.....	155
Figura 50 – Ruas e travessas de Fortaleza (1890).....	158
Figura 51 – Localização das praças de Fortaleza (1890).....	164
Figura 52 – Theatro José de Alencar- Anos 1930.....	167
Figura 53 – Praça do Ferreira – Anos 1920.....	167
Figura 54 – Praça Marquês do Herval, atual José de Alencar – 1911.....	167
Figura 55 – Faculdade de Direito, hoje Museu do Ceará.....	167
Figura 56 – Coluna da Hora, Praça do Ferreira.....	169
Figura 57 – Coluna da Hora e a Intendência Municipal (à esquerda).....	169
Figura 58 – Os quatro cafés ou quiosques construídos no final do século XIX na Praça do Ferreira. Na sequência: Café do Comércio (acima à esquerda), Café Elegante (acima à direita), Café Iracema (abaixo à esquerda) e o Café Java (abaixo à direita).....	170
Figura 59 – Divisão de Fortaleza (1932).....	174
Figura 60 – Leão na Praça General Tibúrcio, originando a denominação <i>Praça dos leões</i> .....	194
Figura 61 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímica.....	206
Figura 62 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímia preenchida.....	207
Figura 63 – Modelo de ficha catalográfica-lexicográfico-toponímica para vias e demais logradouros preenchida.....	208
Figura 64 – Placas de ruas biográficas no Centro de Fortaleza.....	210
Figura 65 – Placas que denominam vias e logradouros no Centro de Fortaleza.....	211
Figura 66 – Placas que denominam as ruas do Rio de Janeiro-RJ.....	212
Figura 67 – Modelo de placa biográfica para Fortaleza.....	213

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Taxonomias de natureza física.....	26
Quadro 2	– Taxonomias de natureza antropocultural.....	27
Quadro 3	– Lista de logradouros portugueses.....	69
Quadro 4	– Classificação léxico-semântica.....	97
Quadro 5	– Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza 1810-1855.....	117
Quadro 6	– Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza em 1856.....	127
Quadro 7	– Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza em 1888-1889.....	148
Quadro 8	– Numeração das vias de Fortaleza.....	160
Quadro 9	– Denominação de praças de Fortaleza em 1890.....	162
Quadro 10	– Relação com os nomes das praças e dos jardins em 1903.....	171
Quadro 11	– Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza 1891-1933.....	176
Quadro 12	– Nomenclatura das vias e demais logradouros no centro histórico de Fortaleza em 2019.....	198

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das taxonomias na denominação dos logradouros em Fortaleza (1810).....	118
Gráfico 2 – Distribuição das taxonomias na denominação dos logradouros em Fortaleza em 1856.....	132
Gráfico 3 – Distribuição das taxonomias na denominação dos logradouros em Fortaleza em 1888 e 1889.....	152
Gráfico 4 – Distribuição das taxonomias na denominação dos logradouros em Fortaleza em 1933.....	181
Gráfico 5 – Distribuição das atividades e significados das denominações nos logradouros de Fortaleza (2019).....	205

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2	<b>A TOPONÍMIA E SUA RELAÇÃO COM OS LOGRADOUROS</b> .....	21
2.1	<b>A Toponímia e a formação de topônimos</b> .....	21
2.1.1	<i>A classificação dos topônimos, sua origem e a importância da linguagem para compreender o espaço</i> .....	23
2.1.2	<i>A relação entre os topônimos no tempo, espaço e diferentes escalas</i> .....	30
2.2	<b>Logradouros</b> .....	35
2.2.1	<i>A rua, a avenida</i> .....	36
2.1.2	<i>A praça e demais logradouros</i> .....	64
3	<b>O CENTRO DE HOJE: ABORDAGENS SOBRE O ESPAÇO URBANO</b> .....	72
3.1	<b>Quem organiza a cidade?</b> .....	72
3.2	<b>A diversidade de usos do Centro: análises sobre as atividades exercidas</b> .....	76
3.2.1	<i>Uso e parcelamento do solo: a legislação urbana na organização do Centro</i> .....	82
3.2.2	<i>Os logradouros e a dinâmica urbana</i> .....	86
4	<b>O CENTRO DE ONTEM: PARÂMETROS SOBRE A HISTÓRIA DE FORTALEZA (1810-1933)</b> .....	104
4.1	<b>Bases para o entendimento sobre a constituição do Centro como a própria cidade de Fortaleza durante o século XIX</b> .....	105
4.1.1	<i>A Fortaleza de 1810</i> .....	107
4.1.1.1	<i>Denominação popular: os elementos que nortearam a denominação dos logradouros</i> .....	111
4.1.2	<i>A remodelação e os planos de expansão (1813-1880)</i> .....	120
4.1.2.1	<i>Processos econômicos, políticos e culturais que levaram às novas denominações de logradouros</i> .....	135
4.1.3	<i>Dos nomes aos números... O novo sistema de denominação de ruas em Fortaleza (1890)</i> .....	154
4.2	<b>O Centro do século XX: três décadas de transformações (1900-1930)</b> .....	165

4.2.1	<i>A denominação definitiva dos logradouros na “Administração revolucionária”</i> .....	171
5	<b>VOU À RUA: A DENOMINAÇÃO DOS LOGRADOUROS E O SIMBOLISMO DE SEUS TOPÔNIMOS</b> .....	183
5.1	<b>Bases para a denominação de logradouros</b> .....	183
5.2	<b>As placas e sua relação com o espaço</b> .....	188
5.2.1	<i>Memória individual x memória coletiva: a sobreposição de denominações ao longo do tempo</i> .....	188
5.2.2	<i>As denominações oficiais e não-oficiais</i> .....	193
5.2.3	<i>Até que ponto uma personalidade é importante? A relevância histórica encrustada nas placas e seus significados</i> .....	197
5.3	<b>Vou à rua, vou ao Centro, vou à cidade</b> .....	214
5.3.1	<i>Crônicas e memórias sobre as ruas do Centro e da própria Fortaleza</i> .....	214
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	222
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	225
	<b>APÊNDICE A - RELAÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DE FORTALEZA 1810 A 2019</b> .....	238
	<b>APÊNDICE B - RELAÇÃO DAS PRAÇAS DO CENTRO DE FORTALEZA 1810 A 2019</b> .....	242
	<b>APÊNDICE C - MODELOS DE FICHA CATALOGRÁFICA-LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA PARA VIAS E DEMAIS LOGRADOUROS PREENCHIDA</b> .....	243
	<b>ANEXO A - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2011</b> .....	245
	<b>ANEXO B - EXEMPLO DE OFICIALIZAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE RUAS NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO</b> .....	246

## 1 INTRODUÇÃO

Os logradouros se apresentam hoje como componentes fundamentais da cidade representando a sua morfologia, uma vez que, ao olharmos de cima observaremos um desenho que molda o espaço e nos revela o quão é grandiosa a Fortaleza, capital do Ceará. Quanto mais próximo e mais profundo nos permitimos chegar, maiores serão os elementos que determinam e nos fazem compreender como a cidade funciona e isto é interessante de ser abordado, pois a Geografia trabalha com diversas escalas e estas nos apontam marcos definitivos de mudança ou alteração em sua configuração.

O importante é assimilar como as denominações se modificaram ao longo do tempo, sendo que, estas implicam numa série de fatores dentro de cada contexto histórico, ou seja, são o resultado de cada época. Entender o processo de denominação e o elenco de personagens que estão presentes nas placas é outro aspecto que foi analisado. Os agentes responsáveis pela (re)produção do espaço estão presentes e se manifestam de diversas maneiras em cada período. Partir do real / material para o imaterial a fim de apreender como os elementos de ordem subjetiva são importantes para o conhecimento do processo de concretude e manifestação no espaço (CARLOS, 1994).

O objeto de estudo escolhido levou em consideração a importância histórica para Fortaleza, uma vez que, a cidade passou por uma intensa transformação que será retratada no decorrer dos capítulos. A dissertação é bem mais do que entender o porque da nomenclatura das ruas, mas também compreender o momento no qual estes nomes foram atribuídos, levando em consideração o contexto histórico e social em múltiplas escalas. O Centro revela como a cidade se transformou e cresceu a partir dos diversos processos sociais, econômicos, políticos, culturais, dentre outros e, o principal, quem foram os responsáveis por essas profundas transformações, tendo como resultado a configuração espacial atual.

Fizemos um levantamento de um referencial bibliográfico na Geografia e outras áreas para compreender os fenômenos relacionando-os de maneira coerente e fizemos uma pesquisa documental para que pudéssemos embasar como estes processos estão conectados a partir das leis que eram sancionadas pela Câmara Municipal. Para isto, buscamos em arquivos da Biblioteca Municipal, Arquivo Público

e da Câmara Municipal de Fortaleza, por documentos, atas, ordens de expedição, jornais, para analisarmos como registro histórico de fatos e acontecimentos pertinentes ao recorte temporal. Desta forma, o conteúdo levantado a partir de livros e demais meios nos permitiu aprofundar e compreender a lógica de denominação dos logradouros e, ao mesmo tempo, fazer uma leitura sobre o espaço em determinados períodos.

Artigos, Monografias, Dissertações e Teses levantadas a partir do banco em universidades como UFC, UECE, USP, UFRJ, etc, nos possibilitou a compreensão dos conceitos trabalhados como: espaço, espaço urbano, urbanização, centro, centralidade, toponímia, lugar, memória, identidade, dentre outros. Cada conceito ou temática foi trabalhada em um capítulo, de modo que, a bibliografia levantada fora fundamental para o embasamento teórico vinculado aos demais procedimentos metodológicos. Portais de periódicos e demais ferramentas de busca foram responsáveis pela descoberta de uma quantidade de material que enriqueceu o trabalho e auxiliou na sua construção. Além destes meios, sebos, lojas virtuais também serviram como meios de aquisição de livros fundamentais para a construção desta pesquisa.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos (Introdução mais quatro capítulos) que buscam apreender como o Centro foi analisado a partir da Toponímia, parte da Linguística que consiste no estudo dos nomes dos lugares e como ela fora relacionada com a Geografia, sobretudo, na questão histórica e espacial que foram os enfoques desta Dissertação. Entender como os nomes são formados revelam o modo como a cidade foi produzida a partir dos seus agentes e como ela se manifesta no espaço. Portanto, em cada capítulo houve a preocupação em explicitar o que será apresentado de forma sucinta e objetiva de modo que, cada temática seja analisada e aprofundada.

O segundo capítulo apresenta o conceito de Toponímia, suas principais bases e, sobretudo, como ela é trabalhada na Linguística e como podemos aproveitar estes conhecimentos tendo como base os fenômenos geográficos, sendo estudo fundamental para o processo de formação de nomes e denominação de logradouros. Deste modo, apreendemos os elementos fundamentais para a construção do nome, como se manifesta e formada a partir de conjunto de taxionomia elaborada e aplicada a partir dos estudos que fundamentam os discursos acerca da alteração e modificação de nomes bastante utilizada na área da

Semântica trazendo-as para os estudos sobre os logradouros. Uma vez compreendida a importância da Toponímia, entendemos como, a partir dos nomes, podemos apreender o contexto histórico que a cidade estava inserida. Fazendo um paralelo com vários estudos de casos ilustramos os elementos que fazem parte da construção dos nomes e como eles serviram de referência para formar as denominações em diferentes contextos.

A rua e os demais logradouros são inseridos neste capítulo como partes essenciais da cidade desde os tempos antigos e como elas foram alteradas, tanto no sentido empregado quanto na sua forma, passando por períodos como colonização portuguesa, Revolução Industrial, reforma de grandes cidades e, como elas se tornaram referências para as urbes brasileiras trazendo para cá tendências empregadas na construção e ampliação das vias ao longo dos anos. Assim, apreendemos os elementos que foram fundamentais para chegar aos tipos de logradouros que possuímos hoje. Nele, ainda, estão presentes discursos acerca da função que os logradouros possuem nas cidades e, a partir de quando, as cidades cearenses se inseriram nesta lógica urbana a partir do alinhamento e denominação das ruas até chegar a capital. Assim, introduzimos o contexto local e analisamos como a produção do espaço urbano cearense ocorreu a partir de processos econômicos, políticos até enfocarmos na capital que, até então, não passava de uma inexpressiva vila.

O terceiro capítulo aborda a morfologia urbana do Centro de Fortaleza como ela se apresenta na atualidade, ou seja, durante o período da pesquisa (2017-2019), sendo que este recorte temporal mostra como os agentes modeladores do espaço agem e modificam o espaço bem como a compreensão das várias funções que o Centro ainda possui a partir da diversificação e estrutura de seus logradouros, observando as marcas do passado ainda estão presentes, seja nas atividades, como na sua forma mais concreta: mercados, edifícios antigos, praças, até mesmo a disposição e, sobretudo, a nomenclatura das ruas que ainda possuem resquícios de tempos pretéritos. Enfim, análises do Centro e sua dinâmica atual fazem parte deste capítulo que buscará no passado os principais elementos que o constituem atualmente.

Para além disto, o Centro é abordado como área de atração em diversos setores e que exprime grande importância para a cidade, sendo o próprio reflexo dela. Como ele está estruturado em termos de lotes e o problema de verticalização,

iniciado a partir dos anos 1930, revelou as demandas e principais problemas que esta área central apresenta na atualidade. A valorização de certos espaços em detrimento a outros revelam a interação espacial entre os agentes que moldam e alteram a configuração espacial também estão presentes, ao mesmo passo que, todos estes elementos norteiam a pesquisa que faz uma regressão e, posteriormente, uma progressão baseado no método Lefebvriano<sup>1</sup>.

Conceitos como Centro, centralidade e descentralização são utilizados para compreendermos como a área central se insere na dinâmica da capital e como ele ainda exerce funções (mudanças e permanências) que são resquícios de antigas atividades sendo, portanto, parte da (re)produção do espaço urbano<sup>2</sup>. Ainda são abordadas algumas questões acerca da dificuldade do processo de verticalização devido ao tamanho dos lotes e os vários centros que o Centro possui: o centro das antigas sedes de bancos e grandes empresas em edifícios que hoje foram refuncionalizados, as ruas de pedestres, novas e velhas formas compondo uma paisagem eclética, entre outras.

O quarto capítulo apresenta o Centro desde o século XIX, uma vez que, foi neste período (de 1810 a 1933) que Fortaleza era o próprio Centro e no qual muitas foram as transformações ocorridas no espaço fruto das relações estabelecidas entre os diversos agentes bem como dos processos que atingiram seu ápice quando a própria cidade foi adquirindo uma forma através das ruas e da implantação das mais variados plantas de expansão e reorganização da estrutura urbana. Deste modo, elencamos as principais plantas que foram confeccionadas, bem como as principais transformações que modificaram e dinamizaram este espaço da cidade firmando-o como o principal polo irradiador de atividades e serviços presentes e como estes foram se distanciando a partir da criação de outros bairros, a partir de 1933 que, posteriormente, tornaram-se centros ou subcentros.

O recorte temporal auxiliou na compreensão de uma *Geografia Histórica de Fortaleza*, pois, a partir de 1810 a cidade inicia um processo de transformação que é acentuado e acelerado na segunda metade do século XIX. Dentro do recorte elencamos alguns anos-chave que serviram como marcos temporais ou períodos que retratam uma mudança radical e significativa que resultou em elementos que se fixaram no espaço e, até hoje, fazem parte da morfologia urbana atual. Para cada

---

<sup>1</sup> Lefèbvre, 1981a.

<sup>2</sup> Carlos, 1994.

ano deste, apresentamos uma lista de nomenclaturas e, juntamente com a classificação taxionômica, contextualizamos e trouxemos vários aspectos que fizeram parte do processo.

Fechamos o recorte em 1933, na chamada *Administração Revolucionária*, pois desta data em diante os processos ocorrem de forma expandida para fora dos limites da área central e a cidade inicia um forte processo de consolidação como uma metrópole até chegar ao patamar entre as décadas de 1950 e 1970, mas não incluímos estes períodos, uma vez que, desde o período citado não há uma significativa modificação na denominação das ruas e, desta forma, não seria interessante incluirmos o período entre meados da década de 1930 até meados da década de 2010.

O quinto e último capítulo aprofunda a temática das ruas e demais logradouros sob dois olhares: o jurídico e o simbólico, ou seja, como as leis e decretos levam em consideração para denominar um logradouro e, fazendo um paralelo com o passado, como isto estava inserido no contexto histórico (baseado no capítulo quatro, daí a importância deste para a discussão do tema dentro da dissertação). A memória individual e coletiva também foi importante para entendermos os aspectos e, assim, elencarmos as bases para entender como as modificações ao longo do tempo acompanhavam o contexto histórico. As personalidades que denominam os logradouros foram elencadas para compreendemos quem foram e qual a sua importância para a cidade a ponto de tornarem-se referência através da denominação. Crônicas e memórias fazem parte deste capítulo que busca reunir as principais informações acerca dos logradouros do Centro de Fortaleza.

Outras questões também foram elencadas neste capítulo como a construção de uma identificação entre o sujeito e o lugar, como a Câmara Municipal (órgão responsável pela denominação) administra a oficialização e como as denominações não-oficiais são ligadas diretamente com o embate entre o que é imposto e o que é aceito por parte da população, tornando a visão múltipla do Centro a partir de dois olhares: quem gerencia e quem vive. A análise dos logradouros atuais, baseados nos quadros taxionômicos elencados ao longo do tempo, nos proporciona uma leitura do espaço, aliando a percepção do sujeito, a memória e a identidade que são interrelacionadas e se manifestam de diversas maneiras.

A preocupação em estabelecer parâmetros legais para a oficialização de nomes nas vias e demais logradouros, os problemas acarretados pela falta de um levantamento, catalogação e banco de dados por parte dos órgãos torna confusa e complexa a localização em muitas partes da cidade e, neste momento, introduzimos como este estudo na área central é o reflexo da própria capital como um todo, mas não aprofundamos. Por fim, elencamos uma série de crônicas e memórias acerca das ruas e da própria Fortaleza como prova da relação afetiva entre o sujeito e o espaço onde ele está inserido.

Desta forma, observamos como a Toponímia e a Geografia puderam ser trabalhadas em conjunto para o entendimento do Centro e da cidade de forma que, possamos apreender da melhor forma como os processos ao longo da história influenciaram direta ou indiretamente para que as denominações fossem criadas, modificadas e transformadas paralelo aos processos que a cidade passou e continua passando e os responsáveis por estas mudanças no espaço.

## **2 A TOPONÍMIA E SUA RELAÇÃO COM OS LOGRADOUROS**

A forma como o homem se comunica com o espaço e o modifica variou ao longo do tempo desde que os tipos de relação também foram constituídos. A correlação entre o espaço, o lugar e os fenômenos que acontecem modificando-os é ínfima no sentido de que, todas as relações ali estabelecidas podem ser evidenciadas a partir de processos que geram símbolos. Diante disto, as manifestações que são expressas podem ser variadas gerando produtos que se inserem no espaço e os torna parte deste, ou seja, uma marca que lhe é empregada através de um poder imposto ou modelado de acordo com interesses pessoais ou coletivos. A linguagem faz parte desse processo, uma vez que, a comunicação expressa não somente uma tradução própria do lugar em que está estabelecido, mas também um sentido de mundo empregado a partir daqueles que vivenciam o espaço, pelo menos em um primeiro momento.

Os logradouros fazem parte da constituição do espaço e imprescindível para a circulação não só de pessoas como de informações, mercadorias e fluxo de automóveis que faz parte da malha viária, característica de grandes cidades, como Fortaleza. Neste capítulo, buscaremos entender como os estudos da Toponímia juntamente com a importância que os logradouros possuem para a cidade facilitam na compreensão da denominação destes e dos fenômenos que acontecem no espaço. Para um melhor embasamento, diversos autores que trabalham com estas temáticas auxiliarão na apreensão e compreensão buscando não somente uma visão geral dos conceitos que serão elencados como também um entendimento do processo como um todo.

### **2.1 A Toponímia e a formação de topônimos a partir das histórias dos lugares**

A Toponímia é muito importante para a compreensão de como os lugares receberam certas denominações, pois ela se encarrega dos estudos acerca da linguagem e como fatores internos e externos aos ambientes possibilitam a formação de nomenclaturas que permitem traduzir o que aquele lugar significa. Porém, isto é muito particular, uma vez que, há milhares de elementos que podem ser levados em consideração para se denominar uma rua, um bairro, uma cidade. Há diversos estudos que se dedicam a entender a origem de certos nomes e isto

revela a história daquele lugar, embora, muitos vestígios se percam ao longo do tempo pelas mudanças nos nomes inferindo também uma mudança nas relações sociais.

A Toponímia, parte da Onomástica (ciência dos nomes), está contida na Lexicografia (estuda as palavras da língua), é uma das Ciências do léxico dentro da Linguística (FAGGION; MISTURINI, 2014) estudando tanto as denominações provindas de nomes de pessoas (antropônimo) como os do próprio lugar (topônimo) daí a ênfase maior no termo *Toponímia* (CARVALHINHOS, 2001). Ao contrário da *Geonímia* (divisão da Geografia que estuda os topônimos associados à coordenada geográfica com o intuito de estabelecer regiões a partir do conjunto de topônimos), os topônimos podem ser aplicado em vários locais, não levando em consideração somente o aspecto geográfico. Seus estudos despontam no final do século XIX com a pesquisa sobre os topônimos em diversas partes da Europa como na França, Bélgica, mas também nos Estados Unidos e aqui no Brasil durante todo o século XX. Vincent (1947, p. 4) explicita muito bem sobre seu significado e objetivo.

Nós chamamos Toponímia a ciência que estuda os nomes dos lugares. Sua finalidade é de apreender suas formas modernas e antigas, de refazer e de explicar sua história, de reconstituir sua forma original; de determinar o sentido desta. Ela visa extrair estes nomes das indicações sobre a história dos lugares que eles designam. Sobre os homens que os determinam, seus nomes, suas línguas, suas atividades, suas instituições, suas crenças.

Então, de forma geral, a Toponímia engloba não somente a procura pelo significado dos nomes, mas o que há por trás de cada um destes, pois envolve muito mais do que simplesmente o ato de nomear, há processos, relações, transformações que condizem sobre a origem de cada lugar, seja de natureza política, econômica ou até mesmo natural. Desta forma, compreendemos a importância de estudar a denominação para entender a história (e não somente ela, mas também através dos fenômenos geográficos) e tudo o que há por trás do próprio nome. Esta ciência nos auxilia a entender como o homem se relaciona com o espaço em que está localizado, habitado ou apenas de passagem. Bem mais do que entender a história precisamos compreender como se formam os nomes, mecanismo criado para se fazer uma leitura a partir do indivíduo ou grupo sobre determinado espaço, lugar, região, enfim.

### **2.1.1 A classificação dos topônimos, sua origem e a importância da linguagem para compreender o espaço**

Partimos da percepção do indivíduo ou do grupo social para com a cidade ou vilarejo onde mora, pois, será a partir deste olhar que os nomes serão formados, primeiramente, através de aspectos naturais e, posteriormente, aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Os nomes surgem e são resultados de fatores sequenciais: “apreensão do objeto no espaço, conhecimento e percepção de seus detalhes [...], representatividades linguísticas percebidas, ou seja, o uso do código e significação, manifestação denominativa” (DICK, 2001, p. 80-81). Esta série de fatores é crucial para a formação de nomes em todos os lugares, pois eles se tornam os elementos mais importantes para estudarmos e entendermos o porque de certos lugares receberem aquela denominação.

A linguagem é repleta de símbolos<sup>3</sup> que geram inúmeros significados<sup>4</sup> acerca do espaço onde a denominação estará representada, pois de acordo com Sapir (1921), a língua é repleta de símbolos que refletem, muitas vezes, aspectos físicos e sociais no local em que estão inseridos, primeiramente, sem qualquer tipo de relação. Mas, a partir de uma leitura significativa das experiências e vivências observamos que o local transforma-se em lugar tendo como base as relações afetivas, sendo os aspectos físicos relacionados ao clima, topografia, relevo, tal como os aspectos sociais perpassando pela política, economia religião, arte, dentre outras (SAPIR, 1968). Os aspectos físicos, por serem os mais visíveis e permitem uma maior apreensão, auxiliou inúmeros povos a formarem suas bases lexicais para denominar os lugares onde vivem. Deste modo, o meio atua como principal determinante para o estabelecimento de uma nomenclatura, ou seja, a influência que ele possuía nos sujeitos de determinada sociedade moldaria a denominação dos lugares a partir das suas atividades nos espaços que eram utilizados para a caça e pesca até a própria moradia (DICK, 1976). Isto posto, percebemos a ínfima relação entre sociedade e o espaço onde estava situada.

Pela complexidade que a língua se apresenta em vários contextos, inferimos que o modo de denominar os lugares podem levar em consideração os

---

<sup>3</sup> “Signo que se refere ao objeto denotado em virtude de uma associação de ideias produzida por uma convenção”. Rocha (2003, p. 33) baseou-se no modelo de Deely (1990) para explicitar o que era símbolo, significado, signo e outros elementos da semiótica.

<sup>4</sup> “Conceito ou imagem mental que vem na esteira de um significante” Rocha (2003, p. 31)

mesmos aspectos, mas a língua e as palavras variam dependendo do contexto dificultando, muitas vezes, a compreensão de certas nomenclaturas em países estrangeiros que leva em consideração além da própria linguagem, nomes e hábitos exclusivos de certas regiões. Ao mesmo passo que, comunidades que possuem uma homogeneidade linguístico-cultural, auxilia na própria comunicação entre elas devido aos mesmos elementos e hábitos, permitindo uma troca de informações que são complementadas pela forma como denominam os mesmos lugares. Elas dificultam quando fazemos uma leitura sobre o conjunto de elementos que constituíram a toponímia daquele lugar, uma vez que, estas singularidades muitas vezes desaparecem, mas o nome permanece como uma marca expressa no espaço a partir de relações estabelecidas anteriormente. Lyons (1976, p. 117) reforça esta ideia quando explica que

... a construção de uma nomenclatura de locativos caracteriza-se, em sua fase inicial, pela utilização de enunciados expandidos, contendo a idéia básica do traço enfatizado [“rio descoberto em janeiro”; “lugar onde existem espécies de vegetação (comestível, não comestível, conhecida, desconhecida, abundante ou rara)”; “rio em cujas margens abundava a palmeira gerivá”].

Neste contexto, muitas cidades foram fundadas e ainda possuem esta mesma característica, enquanto que, outras já foram modificadas e isto leva-nos a uma outra discussão que será enfatizada posteriormente, pois estamos focados em compreender como alguns nomes surgem e podem se perpetuar no espaço. Os de origem física, natural muitas vezes advém dos povos que lá habitavam antes da chegada de colonizadores, por exemplo, e que no momento do contato ela tenha se modificado. No caso do Brasil, muitas cidades foram fundadas a partir de vilas que traziam na sua denominação heranças portuguesas e indígenas. Drummond (1965) ao estudar os Bororo no Centro-Oeste compreende como a língua forma topônimos dos mais variados elementos que estão presentes nos aspectos físicos: “*Adugori* (morro do jaguar), [...] *Porubi* (rio de peixe já morto)” (DICK, 1976, p. 314), ou seja, a utilização da fauna para denominar rios e o próprio relevo nos revela o modo de nomear os lugares que esta tribo habita e seus arredores. Isto é só um caso, pois, de acordo com Sampaio (1901) as denominações provindas do Tupi, por exemplo, são fantásticas e condiz com a própria realidade, à medida que, descreve as impressões reais, vivas, nítidas refletindo a ínfima relação com a natureza.

Não somente os topônimos de origem Tupi, mas os originários dos Aruak, Karib, Gê, Cariri, Kaingang, dentre outros, também contribuíram para a formação de uma base lexical muito utilizada para denominar inúmeros lugares partindo de um mesmo princípio: o visual. Dick (1976) nos informa que os relatos de inúmeros cronistas que observaram e relacionaram a língua com o lugar onde estavam localizados ou denominados contém esta relação entre uma mesma base lexical em diferentes tribos ou várias bases que denominam o mesmo local. A relação geográfica que o topônimo tem é importante, no sentido de que, nas primeiras denominações prevaleciam aspectos naturais fazendo com que a ideia sobre o lugar fosse apreendida de maneira fácil, rápida e visual ao passo que fazia sentido ao associar uma marca no espaço com a sua denominação. Deste modo, como explica Silva (2017, p. 692), “quando um topônimo está associado a um local determinado, pode se utilizar o termo geonímia, que é uma divisão da geografia que estuda os topônimos associados a uma determinada coordenada geográfica”.

Conforme investigamos a origem de certos lugares apreendemos que a formação dos topônimos varia e podemos discorrer um pouco como parte da sua formação. Conforme Dick (1990b) explana que os topônimos podem ser classificados em: simples, compostos e híbridos. Os topônimos *simples* são aqueles constituídos por um formante (substantivo ou adjetivo, etc) havendo sufixações (diminutivos, aumentativos, etc), como em: rio Choró e Chorozinho, também aqueles cuja relação geográfica é acrescido de sufixos como -lândia (*land*, sentido de terra de), -polis (cidade) e -burgo (vilarejo que pode ter sido envolto por um forte, fortaleza), como em: Hidrolândia-CE, Quiterianópolis-CE e Luísburgo-MG. Os topônimos compostos são aqueles que possuem inúmeras origens sendo a junção de duas ou mais palavras na língua original. Quanto aos topônimos compostos temos alguns que ainda preservam a sufixação indígena ou aglutinação como as terminações -mirim (pequeno), -guaçu, -açu e -uçu (grande), -tyba (coletivo), tal como outras variantes como -tuba, -nduva, -nduba, -ndiba, no qual podemos encontrar exemplos em: Ituguaçu-PE (salto grande), Ipaumirim-CE (lagoa pequena ou alagoinha); Aricanduva-MG (abundância de aricangas, espécie de palmeira típica da região), Tucunduba-CE (lugar abundante de tucum). Os topônimos híbridos são aqueles que possuem origem de diferentes procedências como indígena+portuguesa, por exemplo: Santana do Cariri-CE, Lavras da Mangabeira-CE, Guaraciaba do Norte-CE.

Desta forma, Dick (1990b) apresenta dois quadros taxonômicos com a natureza dos topônimos e explicita que eles auxiliam a localizar e compreender a formação dos nomes a partir de dois elementos: natural e antropocultural (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 - Taxionomias de natureza física.

TAXONOMIA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Astrotopônimos	Relativos aos corpos celestes em geral.	Rua Netuno; Rua do Sol (Fortaleza).
Cardinotopônimos	Relativos às posições geográficas em geral.	Limoeiro do Norte; Juazeiro do Norte (municípios).
Cromotopônimos	Relativos à escala cromática.	Pedra Branca (município); Rio Água Verde; Serra Azul (CE).
Dimensiotopônimos	Relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, etc.	Alto Santo; Baixo (municípios); R. Larga; R. Passo Fundo (Fortaleza).
Fitotopônimos	Relativos à índole vegetal.	Carnaubal; Palmácia; Cedro (municípios).
Geomorfotopônimos	Relativo às formas topográficas. Resultante de acidentes hidrográficos em geral.	Costa do Sol Nascente <sup>5</sup> ; Morrinhos (município).
Hidrotopônimos	Resultante de acidentes hidrográficos em geral.	Várzea Alegre; Brejo Santo (municípios).
Litotopônimos	Topônimo de índole mineral, relativos também à constituição do solo.	Barreira; Salitre; Massapê (municípios).
Meteorotopônimos	Relativos a fenômenos atmosféricos.	Aurora (município); R. Barra Vento (Fortaleza).
Morfotopônimos	Refletem o sentido de forma geométrica.	R. da Ponte Grande (Fortaleza); Lagoa Redonda (bairro).
Zootopônimos	Relativo à índole animal,	Assaré; Cariús; Jati; Pacoti

<sup>5</sup> Rodovia que dá acesso à várias praias que se estendem de Fortaleza em direção à leste do estado do Ceará até a divisa com o Rio Grande do Norte.

	representados por indivíduos domésticos ou não domésticos e da mesma espécie em grupos.	(municípios).
--	---	---------------

Fonte: Dick, 1990b.

Quadro 2 - Taxonomias de natureza Antropocultural.

TAXONOMIA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Animotopônimos	Relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física.	Boa Viagem (Município); Bom Futuro; Boa Vista; Bonsucesso (bairros).
Antropotopônimos	Relativos aos nomes próprios individuais: prenomes, hipocorísticos, prenome + alcunha, apelidos de família e prenome + apelido de família).	Campos Sales; Deputado Irapuan Pinheiro; Farias Brito (municípios); Manuel Dias Branco; Henrique Jorge; Rodolfo Teófilo (bairros).
Axiotopônimos	Relativos aos títulos e dignidade de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.	General Sampaio; Monsenhor Tabosa (municípios); Avenida Duque de Caxias; Rua Barão de Canindé; Avenida Senador Carlos Jereissati (Fortaleza).
Corotopônimos	Relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Viçosa do Ceará; Sobral (município); Benfica; Montese; Jardim América (bairros); R. Pernambuco; R. Áustria; R. Estado do Rio (Fortaleza).
Cronotopônimos	Encerram indicadores cronológicos através de adjetivos.	Missão Velha; Morada Nova; Nova Russas (municípios); Vila Velha; Praia do Futuro (bairros).
Ecotopônimos	Relativos às habitações de um modo geral.	Mucambo; Ocara (municípios).
Etnotopônimos	Referentes aos elementos étnicos.	Groaíras; Jucás (municípios).

Dirrematopônimos	Constituídos por frases ou enunciados linguísticos.	Rua Malmequer; R. Grito de Alerta; R. Vista para o Mar (Fortaleza).
Hierotopônimos	Relativo aos nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides religiosas; associações religiosas; locais de culto. Os hierotopônimos subdividem-se em: <b>I. Hagiotopônimos:</b> relativo aos santos e santas do hagiológico romano; <b>II. Mitotopônimos:</b> relativo às entidades mitológicas.	São Luís do Curu; São Gonçalo do Amarante; Santa Quitéria; São Benedito (municípios). Rua Iemanjá; R. Oxalá (Fortaleza).
Historiotopônimos	Relativos aos movimentos de cunho histórico e social.	Independência; Redenção; Cruz; Marco (CE).
Hodotopônimos	Relativos às vias de comunicação rural ou urbana.	Avenida Bulevar; Estrada do Pici (Fortaleza).
Numerotopônimos	Relativos aos adjetivos numerais	Parque Dois Irmãos (bairro); R. Duas Nações (Fortaleza).
Poliotopônimos	Formado por vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.	Aldeota; Vila União; Vila Peri; Cidade dos Funcionários (bairros).
Sociotopônimos	Relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.	Cais do Porto; Jóquei Clube; Salinas (bairros).
Somatopônimos	Usados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal.	Açude Cabeça de Boi (CE).

Fonte: Dick, 1990b.

Portanto, podemos inferir dos quadros 1 e 2 que há inúmeros elementos para a formação de nomes perpassando rios e montanhas até municípios, caracterização do lugar físico até o aspecto simbólico e, por este motivo, reúne não somente fatos do cotidiano ou marcantes para um grupo ou uma sociedade como também uma imposição, como veremos adiante.

Alguns nomes foram mantidos, enquanto que, outros foram substituídos não sendo isto uma especificidade de um lugar somente, uma vez que, outros

processos são responsáveis para a denominação e mudança nos nomes em seus mais variados contextos. No Ceará, por exemplo, algumas nomenclaturas originadas a partir dos indígenas que viviam aqui ainda são percebidas em nomes de municípios, mas também uma parcela de topônimos advindos de portugueses e processos históricos tal como a influência da Igreja durante a colonização do Estado. Daí entendermos alguns nomes que se cristalizam no espaço e outros não. Como aponta Seraine (1984, p. 107)

Muitos dos nomes de lugar que pertenciam aos antigos idiomas Tapeira e Cariri são então substituídos por palavras de origem Tupi, [...], graças à ação dos missionários e à penetração dos colonizadores até os lugares mais distantes do país [...]. Encontra-se [...] uma grande variedade de palavras da língua portuguesa, na toponímia regional, as quais são representadas por nomes comuns.

Isto posto, podemos relacionar com a questão de que pouco a pouco os nomes originais vão sendo modificados. Mas, por quê? Qual o intuito de modificar um nome já consagrado por certas pessoas ou até mesmo uma cidade para outro? Então, temos que investigar aquele lugar para entendermos o que aconteceu para haver a necessidade de mudança e, principalmente, por quem, cujo enfoque revela não somente os protagonistas da história como os figurantes que, muitas vezes não aparecem oficialmente, mas estão presentes nas mais diversas nomenclaturas que acabam se perdendo com a mudança nas relações sociais o que nos remete ao funcionamento das cidades e a própria produção do espaço urbano e como ele pode influenciar também na denominação.

Nas cidades percebemos como este jogo acontece a partir do nomes que seus logradouros recebem e isto é o reflexo de um processo histórico, político, econômico, uma vez que, vemos uma mudança significativa e, em determinados períodos de sua história, que isto acontece em maior ou menor grau de intensidade. Chegam desde o nome do próprio município até mesmo as ruas que o compõem, pois, analisaremos posteriormente como influências internas e externas contribuem para a formação de uma nomenclatura que serviu de base para vários lugares levando em consideração a própria formação do nome como foi explanado neste tópico.

Isto posto, nos faz refletir novamente sobre a relação indivíduo-sociedade/meio e como esta acontece em cada lugar com diferentes intensidades podendo não ser levado somente ao nível relacional como linguístico também, pois o

próprio indivíduo sofreu mudanças na sua forma de agir e viver em sociedade ao longo dos anos e isto se apresentou de forma mais nítida nas grandes cidades. Deste modo, evidenciamos no decorrer da história, aliado aos fenômenos urbanos, como os processos influenciam numa escala tanto local como nacional e como certas denominações estão presentes em vários lugares.

### **2.1.2 A relação entre os topônimos no tempo, espaço e diferentes escalas**

Verificamos no tópico anterior como a formação de nomes para os logradouros e vários lugares acontece, enquanto que, neste elencaremos as influências que fizeram com que muitas denominações fossem alteradas e, sobretudo, a predominância de um tipo de taxonomia sobre as outras em determinados contextos. Neste sentido, vemos a Toponímia se aproximar de outras ciências para lhe auxiliar na compreensão de fenômenos, pois fogem de elementos que envolvem somente a linguagem, como os de ordem geográfica, histórica, antropológica, biológica, psicológica, dentre outras, percorrendo conceitos como a identidade, memória, espaço e lugar. Na verdade, é um contato necessário para ampliar o horizonte do conhecimento a partir desta aproximação.

Quando uma cidade, bairro, rua muda de denominação? Uns tornam-se oficiais ao longo do tempo, a partir do conhecimento de um grupo que repassa isto ou ele simplesmente aparece sem ter, necessariamente, um vínculo com o lugar e outros são impostos, substituídos, modificados, em prol de uma ideia aliada, geralmente, a um poder. Eis a grande diferença entre as taxonomias de natureza física e as de natureza antropocultural, sobretudo, os Antropônimos (nomes de pessoas), pois estes às vezes não possuem sequer uma relação íntima com o local estabelecido para receber seu nome. São inúmeros termos e palavras que não fazem parte do vocabulário e dos próprios costumes e que foram introduzidos pelo portador do poder de nomear, geralmente por viajantes ou “desbravadores”, muitas sobrepondo denominações que já existiam. Diègues Junior (1960) demonstra que em várias parte do Brasil a relação entre o processo de denominação e processos históricos (que envolviam economia, política, dentre outros) se entrecruzavam por estradas e isso fora reproduzido, posteriormente, nas cidades. Em um primeiro momento os elementos que faziam parte do vocabulário local ou regional viraram topônimos e num segundo momento alguns destes foram substituídos por outros

que poderiam ser a partir de um fato comum a todos ou de uma ideologia de um grupo dominante.

No Nordeste do gado e da cana-de-açúcar, no qual toda a sociedade se estruturou a Toponímia é formada a partir de atividades e elementos pertinentes a estas duas culturas. Assim nasciam: Gado Bravo, Vacaria, Curral de Dentro, Curralinho dos Pardos, Curral dos Bois, Curral Novo, Engenho Novo, Casa Grande, Usina, Cana do Reino, Cana Nova. No Extremo-Sul, os topônimos provindos de outra atividade, o pastoreio e as atividades pertinentes. Daí surgirem, lugares com denominações como: Touro Morto, Novilhos, Invernada Grande, Pasto Ruim, Charqueada, Estância Velha, Caronas. No Planalto Central, com o crescimento das cidades durante todo o século XVII surgiram nomes como Diamantina, Ouro Fino, Catas Altas da Noruega, Ouro Verde de Minas, Minas Gerais. Com a hegemonia de certas culturas, a Toponímia se fez presente em muitas delas, sobretudo no chamado vale do café, daí surgirem denominações como: Café Mirim, Cafeaara, Cafelândia, Pilão, Pilõezinhos, etc (DIÈGUES JUNIOR, 1960).

Com estes exemplos, podemos compreender que há uma certa ligação entre a linguagem e o espaço, uma leitura feita através das atividades que nele são exercidas. Dick (2001) nos fala que “lugares identificados pela mesma base ou pela mesma matriz não traduzem igualdade de funções, mas podem significar identidade de valores” (p.80), ou seja, a mesma ideia empregada em vários locais, no caso, um âmbito econômico que caracterizou boa parte do processo de denominação Brasil afora. “A abstração que os caracteriza ganha contornos físicos na medida em que os nomes [...], transformam enunciados isolados em textos pertinentes, com um percurso narrativo identificável” (p. 80), isso se levarmos em consideração o processo histórico, geográfico, antropológico, junto com as transformações que ocorreram também com a Onomástica.

O Sistema Toponímico Brasileiro formou-se a partir da mistura de topônimos indígenas como portugueses e também africanos e, ainda, no caso do Ceará, conforme Seraine (1984, p. 109)

Há, no entanto, a registrar ainda aqueles termos chamados brasileirismos semânticos [...] Coroa, também croa [...]; Malhada [...], picada [...]. Os fatos de hibridismo (português e indígena) não são excepcionais [...]; Barra da Caponga, Buriti-dos-Oleiros [...]. Os topônimos de origem africana, já se acham incorporados ao português geral, ao menos no Norte e Nordeste do país [...] (Mocambo, Zumbi, Cacimba..) [...]. Contudo, no que tange às

relações entre a toponímia e os fatos históricos no Brasil, o que deve merecer especial destaque ocorre apenas no século XVIII. Em 1758, o Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, utilizando-se de uma Ordem Régia datada de 6 de maio deste ano, determinou ao Governador de Pernambuco que aplicasse nomes de localidades portuguesas às aldeias brasileiras que, criadas pelos jesuítas, contassem mais de cinquenta fogos, as quais deveriam desde então ser elevadas à categoria de cidades [...]... podem observar-se, então, como resultado do cumprimento da Ordem Régia, a substituição de vários topônimos primitivos, de origem indígena, por nomes de localidades portuguesas. Alguns destes se conservaram até o momento atual: Sobral, Crato, Granja, Viçosa, Arneirós, Messejana, Almofala. Estas duas últimas são de origem árabe.

Constatamos acima uma influência política que resultou na substituição em massa de denominações de vilas que foram elevadas à categoria de cidades. Com isto, seu status mudou do ponto de vista administrativo, ou seja, uma forma de desenvolver as vilas dando-lhes uma ideia de crescimento tanto quanto à sua classificação enquanto hierarquia dentro na Coroa quanto da própria denominação fazendo com que o domínio português se faça cada vez mais presente no território cearense. Averiguamos que, o Marquês de Pombal aparece como disseminador do ideal português e nos possibilita o entendimento da mudança de topônimos a partir de um viés político como uma forma de imposição. Batista (2011, p. 60), em sua Dissertação sobre a Toponímia Cearense no século XIX, constatou que,

Dos 54 topônimos cearenses analisados, identificamos 42 acidentes geográficos de natureza humana e 12 de natureza física. Os topônimos que nomeiam acidentes geográficos de natureza humana estão distribuídos em: 23 povoações, 18 vilas e 1 cidade. Os topônimos que nomeiam acidentes geográficos de natureza física estão distribuídos em: 6 ribeiras/rios e 6 serras.

A autora fez um levantamento minucioso acerca das vilas do Ceará e sua Toponímia e nos informa que 53% das taxas analisadas são de natureza antropocultural, ou seja, elementos que envolvem a vida psicológica, social, religiosa, cultural, política, econômica e 47% de natureza física, segundo Seraine (1984) Portugal influenciou bastante para que esses topônimos fossem mudados ainda no século XVIII fazendo com que a constatação de Batista (2011) seja evidenciada. Dos vinte e três topônimos de natureza física, seis são referentes a **zootopônimos**, cinco são referentes aos **hidrotopônimos** e **geomorfotopônimos**; quatro são referentes aos **fitotopônimos** e o restante divididos entre **dimensiotopônimo**, **litotopônimo** e **meteorotopônimo**, ou seja, há uma predominância nos topônimos referentes aos nomes de animais devido a grande diversidade da fauna da caatinga seguido pelos de natureza hídrica, os rios que

cortam o interior do estado. Ela ainda afirma que, dos trinta e um topônimos de natureza antropocultural, sete são **corotopônimos**; seis são **hierotopônimos**; quatro **cronotopônimos**, três **ergotopônimos** e **sociotopônimos**; dois **etnotopônimos**, **antropônimos** e **hagiotopônimos** e o restante divididos entre **animotopônimo** e **hodotopônimo** (BATISTA, 2011).

O que nos importa aqui é entender como as denominações foram se modificando e porque, uma vez que, constatamos até então que isto implica em uma série de fatores que vai dos aspectos naturais aos sociais, sobretudo estes últimos que estiveram cada vez mais presentes a partir do século XVIII como fora mencionado. No entanto, precisamos atentar como alguns nomes podem se perpetuar na história, enquanto que, outros não. Como nos explicita muito bem Carvalhinhos (2001, p. 307) ao informar que

...é preciso mencionar um aspecto importante: a cristalização ou fossilização. Uma vez estabelecido um topônimo como tal, pelo grupo, e não sendo substituído por outro (como ocorre, frequentemente, nas grandes cidades brasileiras), ele mantém íntegros todos seus elementos constitutivos enquanto signo de língua, inclusive seu significado (ainda que este se possa esvaziar), tornando o topônimo um signo opaco.

Esta cristalização acontece quando um certo topônimo ganha força tal como o grupo ou a própria sociedade que ele se fixa simbolicamente naquele espaço que fora demarcado e perpassa por um processo que envolve fatores locais, regionais, nacionais e até globais, uma vez que, as culturas e os modos de vida de cada sociedade intermediará a forma como certos topônimos serão empregados. “Quando o referencial externo - paisagem, ambiente, espaço - aciona o aparecimento de locativos, o mecanismo da descrição aspectual é que intermediará os batismos” (DICK, 2001). Quando os aspectos naturais começam a perder espaço para topônimos vazios de identidade, exceto para o indivíduo ou grupo que o determina, com o espaço apreendemos também sentidos vazios à medida que eles se tornam um símbolo para quem o denominou, mas não para aqueles que vivenciam e utilizam o espaço, uma vez que, uma figura popular consegue se fixar no espaço simbolicamente com mais facilidade do que uma personalidade imposta ou erigida por um grupo sem haver qualquer relação ou ligação com a população em geral. Quando o topônimo não condiz mais com a realidade a partir dos seus aspectos naturais e ele se torna instrumento de poder nas mãos de certos grupos

perdendo o seu significado tanto para com o espaço que está constituído como também para aqueles que moram nas cidades.

Primeiramente, vindo através dos sobrenomes de portugueses que se instalaram no Brasil, os **Antropônimos** formaram as bases lexicais que, juntamente com a mistura de vocabulários indígenas e africanos (como foi mencionado anteriormente), conseguiram elencar alguns nomes que se perpetuaram no espaço a partir das relações de poder que possuíam em seus determinados lugares. Desta forma, “pode-se caracterizar, no domínio da **Antroponímia**, os dois aspectos da evolução onomástica: o que depende das tendências culturais dos brasileiros e que se origina em um acidente histórico” (SERAINE, 1984, p. 110). Quando a toponímia recebe uma influência fora do seu contexto regional podemos apreender esta forte ligação entre a linguagem e a “moda” em certas épocas em filtrar certos conceitos e modelos vindos de fora.

Afinal, o que tudo isto tem a ver com a denominação dos logradouros? Tudo. Estes elementos nos nortearam para a compreensão da formação de nomes, os mesmos que fazem parte da rede de logradouros que uma cidade possui, uma vez que, muitas delas foram influenciadas por nomenclaturas utilizadas em outras cidades pelo mundo e foram trazidas para cá. Da Matta (1997, p. 29), ressalta bem

...são muitas as cidades brasileiras que possuem a sua “rua Direita” mas que jamais terão, penso eu “rua Esquerda” Foi assim no caso do Rio de Janeiro, que, além de ter a sua certíssima rua Direita, realmente localizada à direita do largo do Paço [...]. Daniel P. Kidder, missionário norte-americano que aqui residiu entre 1837 e 1840, escreveu uma viva e sensível descrição das ruas do Rio de Janeiro e do seu “movimento” não deixando de ressaltar no seu relato alguma surpresa pelos seus estranhos nomes e sua notável, diria eu, metonímia ou universidade de continente e conteúdo.

Assim sendo, muitos dos topônimos que os logradouros trazem fizeram parte de todo um processo que foi explicitado durante estes tópicos com o intuito de entendermos a importância da Toponímia dentro do processo de construção dos nomes que, posteriormente, denominarão os mais variados logradouros, bairros, cidades, estados, etc. Uma mistura de escalas espaço-temporais foram justapostos para visualizarmos como os processos ocorrem em vários lugares sendo contemporâneos ou não, mas que possuem uma ligação ou sequência de fatos que resultarão no presente. Deste modo, o próximo tópico abordará os elementos que

fazem parte da morfologia urbana<sup>6</sup> e formam as vias de ligação que são indispensáveis para qualquer cidade. Assim, evidenciaremos as ruas, avenidas e praças e como elas se relacionam com a Toponímia dentro do contexto abordado até então.

## 2.2 Logradouros

As vias são como as artérias de uma cidade, sobretudo, ruas e avenidas, pois elas carregam e trazem consigo um fluxo seja de pessoas ou informações (SANTOS, 2017) que, aliado aos fixos, fazem parte da história, uma vez que, sempre constituíram papel importante para o deslocamento dentro de vilarejos e povoados. Dentre os mais variados logradouros presentes na cidade, decidimos enfatizar em três (rua, avenida e praça) pela sua representatividade tanto na atualidade como na história.

Por ter esta importância significativa, nomeá-las é um processo delicado e complexo. De acordo com Gomes (2017, p. 99)

É incontestável o fato de que a definição de um nome para um logradouro público, tal como uma rua, avenida, praça, ponte, rodovia, escola, dentre outros, constitui-se em homenagem ou reconhecimento pelas contribuições prestadas à comunidade, no caso de pessoa, ou pode representar a necessidade de se promover determinados valores caros a esta comunidade (p. ex. “rua da justiça”, “palácio da liberdade”), ou promover a lembrança de datas históricas importantes (“avenida sete de setembro”, “rua treze de maio”).

Assim, analisaremos a denominação dos logradouros como pretexto para fazer uma leitura da cidade e dos processos que a tornam cada vez mais dinâmicas, uma vez que, os topônimos são resultados de todas as transformações e trazem consigo toda uma ideia de mundo empregada a partir daqueles que nomeiam. Desta forma, compreenderemos como estes logradouros, historicamente, foram formados e, geograficamente, como se configuram dentro da morfologia urbana.

---

<sup>6</sup> “Estudo do meio físico da forma urbana, dos processos e das pessoas que o formataram contribuindo para o entendimento do planejamento da cidade” (REGO; MENEGUETTI, 2011, p. 124).

### **2.2.1 A rua, a avenida...**

As ruas são um dos exemplos mais simbólicos do que consideramos como logradouro público, uma vez que, ela se torna uma testemunha dos acontecimentos e demais transformações que as cidades passaram ao longo do tempo e isso se apresenta no espaço através da modificação deste logradouro (DICK, 1996). Ao longo do tempo, as vias de circulação se metamorfosearam à medida em que a necessidade permitia que estas se transformassem. Mas, de acordo com Lefèbvre (1999, p. 27),

A rua? É o lugar (topia) do encontro, possíveis nos lugares determinados (teatros, cafés, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então, não existem.

Assim, a rua, a partir deste sentido, ganha notoriedade, pois é retratada como o lugar de encontro e de diversos estabelecimentos que auxiliam nas relações interpessoais, embora ela seja bem mais do que apenas um local de encontro ou de passagem.

Durante muitos anos as ruas foram consideradas apenas como locais de passagem, uma vez que, elas eram a continuação dos caminhos que levavam para os vilarejos ou cidades, ou seja, serviam como um prolongamento. Então, como podemos entender o sentido destes tipos de logradouros em outros tempos? Hoje compreendemos que as vias de circulação são muito importantes para a dinâmica da cidade, uma vez que, como já fora dito, são responsáveis por uma carga de fluxos que intensificam as relações no espaço urbano. “O conjunto de ruas forma o sistema viário de uma determinada cidade” (SANTOS, 1988, p. 95) facilitando o escoamento e orientação a partir dos sentidos implementados como uma forma de organização espacial. Organização esta que reflete o modo como a própria cidade foi construída no sentido de que, a partir de um núcleo central, podemos observar como a mesma fora expandida baseada nos planos urbanísticos fazendo com que a dinâmica fosse modificada ao longo dos anos (LEDROUT, 1971).

O que podemos apreender, neste primeiro momento, é como os autores reconhecem o sentido de rua, avenida, praça, bem como outros logradouros (tornando-os importantes para uma melhor compreensão), seja no âmbito romântico ou mais realista com todas as suas problemáticas envolvendo não somente os de ordem legislativa como simbólica. No seu sentido mais restrito e sóbrio temos,

A rua contém [...] a função informática, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela apreende-se. A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros (LEDRUT, 1971, p. 27).

Então, é na rua que tudo acontece, a cidade aparece em seus mais variados espaços, uma vez que, são elas que conduzem e formam os traços característicos dos elementos que constituem a malha urbana. Assim, temos que entender a noção de espaço público para associá-lo aos logradouros e como eles se tornam lugares importantes na cidade, uma vez que, fazem parte da morfologia urbana e também são alvo de modificações e transformações que o espaço está sujeito não somente pelas relações sociais como dos processos que os tornam mais dinâmicos.

De acordo com Cavalcanti (1993), dos mais variados conceitos de espaço público temos o de que seu centro de interesse é a rua, pois é nesta escala reduzida que encontramos as relações sociais que refletem a própria sociedade construída à base de ideias e pensamentos que podem se manifestar no espaço e, como estas formas de trocas sociais e suas representações de diversos grupos sociais que, numa abordagem antropológica, sociológica e, até mesmo, geográfica, aparece como um sistema de análise da rua (uma vez que ela refletirá os processos que acontecem na cidade). Muitos documentos trazem a noção de espaços públicos em contraposição a elementos de caráter mais fechado tornando-se equivalentes a lugares abertos o que incluem ruas, praças, jardins e outros elementos que contrastam com edifícios, teatros, museus e também aos lugares públicos com caráter mais privado como cafés, cinemas e estações<sup>7</sup>.

Com base nisto, Lefèbvre (1999, p. 27), aponta que

Na rua e por este espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua.

Então, podemos compreender como um grupo se manifesta na cidade, se apropria das formas de como as trocas e os usos são estabelecidos e modificam a dinâmica da cidade criando um novo modelo de viver em sociedade estabelecendo

---

<sup>7</sup> PLAIN URBAIN. **Espaces Publics**. Paris, La Documentation Française, 1991.

elementos que exaltam este novo estilo e que conduzam para que haja uma renovação através de ideias e pensamentos empregados. Desta forma, podemos observar a presença de grupos sociais atuantes em certas cidades e seu poder de influência sobre as decisões acerca da cidade.

Neste contexto, a rua aparece como elemento importante para a manifestação das relações sociais e outras formas de uso da cidade a partir da ideia de espaço público, lugar de expressão dos atores sociais e de diversos grupos. Assim, Pechman (2002) aponta que, na virada do século XIX e XX a rua se torna lugar de intensas modificações, imbricada na ideia de espaços públicos, com a oposição entre os ideais empregados a partir dos discursos higienistas com a abertura de grandes vias e padronização de elementos da morfologia urbana e a presença de outros grupos sociais (como mendigos, prostitutas, vadios) no mesmo espaço em que pessoas abastadas passeiam denotando uma nova ideia de sociedade, ou seja, a rua como lugar de contraste social e, ao mesmo tempo, lugar de encontro e passeio que se estende até os jardins e praças. Desta forma, Compreendemos que, o termo rua vindo do latim *ruga* era considerado uma via que rodeava as casas e muralhas de cidades e vilarejos e era o elemento essencial à vida cultural urbana, pois possuía diferentes papéis (MERLIN e CHOAY, 1988). Portanto, ela sempre teve esta função dentro das relações sociais, pois atua em diferentes âmbitos e consiste na ideia de reunir ou servir de passagem para o deslocamento.

Antes disso, na Idade Média, como aponta Cavalcanti (1993), a morfologia urbana e o próprio modelo de sociedade colocava a rua como o lugar do trabalho, das trocas, das festas e da própria vida das famílias por seu traçado tortuoso, sem padronização de calçadas e lugar para outros meios de transporte retratando o próprio modo de vida que se delineava a partir da construção de casas que seguiam as margens dos rios e dos caminhos que penetravam pela cidade.

Isto começou a mudar a partir do momento em que as relações sociais também começavam a seguir outras tendências. Muitas representações das cidades europeias (nem todas) neste contexto mostram que as ruas não seguiam um traçado retilíneo como podemos observar nas grandes cidades dos séculos XIX e XX quando o formato de xadrez foi inspirado na reforma haussmaniana como uma ruptura entre as antigas estruturas e o próprio estabelecimento de um pensamento

higienista baseado numa nova sociedade frente às insalubridades que as grandes cidades estavam mergulhadas.

Com isto, podemos entender a organização espacial que mantinha vestígios da Idade Média, ou seja, a rua como local de passagem e, que de certa forma, proporcionava o encontro das pessoas, sejam elas cidadinas ou camponesas, mercadores ou nobres o que caracterizava um tipo de relação social que se perpetuava por entre as sinuosas ruas que se espalhavam pelas cidades (CAVALCANTI, 1993). A partir do momento em que há uma reorganização espacial baseada em novos parâmetros de sociedade elas tomam uma nova configuração e isto será reproduzido nas ruas, sobretudo, em seu traçado.

Os planos de regularização, as intervenções para embelezamento ou a reconstrução do centro urbano são experiências que estão presentes já nos séculos anteriores. Obras como a de Sisto V em Roma, no século XVI, a abertura da *Place des Vosges* em Paris, no século XVII, ou a reconstrução de Lisboa, no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, são só alguns exemplos. (PINHEIRO, 2011, p. 54).

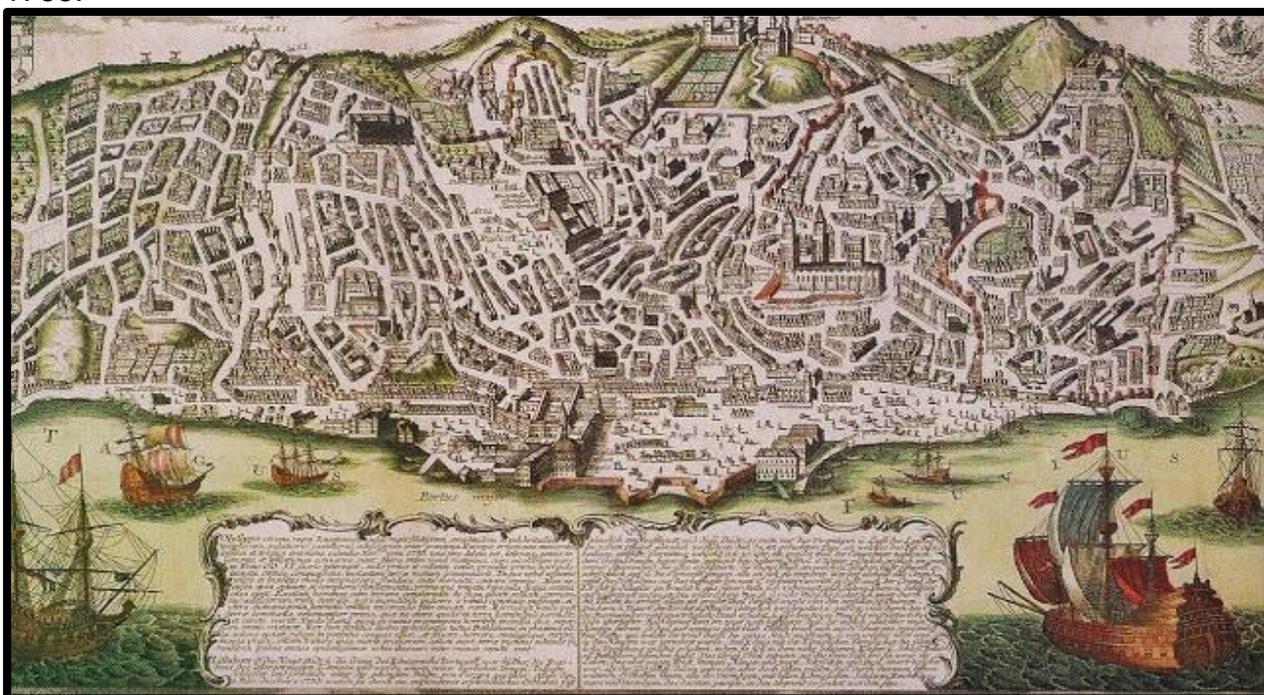
As duas últimas cidades são exemplos de profundas transformações espaciais, embora em contextos diferentes, que serviram de modelo para muitas cidades, sobretudo no Brasil, em diferentes momentos de sua história. Primeiramente, Lisboa, cujo traçado português trouxe características marcantes para todas as suas colônias e nos mostra as ideias empregadas tanto no tamanho e largura das ruas como da posição de equipamentos que, mais tarde, seria remodelado pelos ideais higienistas vindos de Paris e, todos eles, seriam modelos espelhados que influenciaram na construção e reorganização das cidades brasileiras. E por quê estas duas cidades? A primeira por ser a capital de Portugal, cujo traçado das cidades coloniais brasileiras tiveram muitas referências do arruamento, sobretudo nas cidades da Índia Portuguesa que já haviam implantado o traçado de xadrez mostrando que essa não era uma tendência dita moderna e a segunda pela influência, posteriormente, na reorganização das cidades tanto físico como culturalmente, na remodelação de suas ruas que foram alargadas tornando-se boulevards e, logo depois, avenidas de grande circulação.

Observar como a cidade pode se desenvolver e ser modelada parte do princípio de que um grupo que possui o poder garantirá o modo como o espaço será produzido e organizado, sobretudo. Por isto é tão importante estudar os logradouros através da Toponímia aliada aos processos que fizeram com que as denominações

tivessem o papel fundamental de transmitir as ideias e valores de um grupo (como já foi mencionado). À vista disso, reforçamos como as ruas são importantes meios de comunicação e constatamos que são artérias vivas que fazem com que o fluxo da cidade continue num ritmo constante. Daí observarmos o quanto os logradouros, de certa forma, fazem parte da história das cidades por possuírem um papel de destaque, sobretudo, na localização e instalação de equipamentos públicos.

A mudança na morfologia urbana de Lisboa inspirou a padronização de um modelo que seria instalado em diversas vilas tornando-as semelhantes do ponto de vista tanto físico a partir do traçado de suas ruas quanto ideologicamente a partir da posição dos principais equipamentos que simbolizavam o poder da colonização. Observando a Figura 1 podemos compreender como a cidade estava disposta no espaço e como ela se encontrava após inúmeros processos advindos desde a Idade Média até a Revolução Industrial, ou seja, uma superposição de elementos que indicava vários períodos como o crescimento populacional, sobretudo, das pessoas que se transferiram da zona rural para a urbana.

Figura 1 - Lisboa no século XVIII in gravura de Mateus Sautter antes do terremoto de 1755.



Fonte: Blog História com História. Disponível em : <https://historiaschistoria.blogspot.com/search?q=o+terremoto+de+1755>. Acesso em: 16.03.2018.

Observamos que a configuração espacial das ruas é bem típico de uma cidade medieval: emaranhadas, não possuindo uma padronização tanto na largura

como na simetria e, sem a presença das calçadas, uma vez que, não haviam tantos meios de transporte servindo apenas para passagem. As inúmeras epidemias e a preocupação com a saúde pública levaram à criação de ordens-régias para a devida *limpeza* da cidade cuja responsabilidade pela execução ficou a cargo da Câmara. Porém, os esforços não foram o suficiente para uma reorganização da cidade, uma vez que, o terremoto de 1755 arrasou boa parte de Lisboa (CARREIRA, 2012).

De acordo com Rossini, Tricárico e Tomelin (2016), após o terremoto o Marquês de Pombal (Secretário de Estado do Reino entre 1750 e 1777) realizou um concurso para escolher o melhor projeto para reconstruir a cidade e, dentre os que enviaram fora escolhido um sob a autoria dos arquitetos e engenheiros Manuel de Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. Então, uma parte da cidade foi reedificada com base num plano urbanístico cujo traçado geométrico ortogonal traçava vias hierarquizadas (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Mapa de Lisboa em 1833.



Fonte: David Rumsey Historical Map Collection. Cartography Associates.

A Figura 2 demonstra uma parte da cidade que foi reestruturada a partir do plano urbanístico enfatizando a Área da Baixa. Observamos a mudança espacial



empregada, pois mostrará aos cidadãos quais ruas são as mais importantes e que deverão receber maior movimento. Juntamente com este novo modo de organizar a cidade vieram inúmeras padronizações acerca do novo modo de arruamento como também das construções.

O projeto de reconstrução prevê que as ruas podem ser classificadas como principais (tipo A), travessas (tipo B) e ruas secundárias (tipo C), sendo que cada uma corresponde à largura de 60, 40 e 30 palmos, respectivamente. Também foi previsto um padrão de fachada para cada tipologia construtiva. As ruas principais deveriam ter edifícios do tipo A, com cantarias recortadas em todas as portas e janelas, com ombreiras que simulam consoles, o arco da janela do terceiro andar, com a pedra inserida na cornija, o primeiro andar separado por uma faixa dos demais e com sacadas de pedra, com guarda corpo de ferro, ligados por um friso. Já o tipo B é uma variante deste com varandas no primeiro andar, mas sem a faixa separadora, com cantarias não recortadas e com ou sem fechamentos na janela do terceiro andar. E o tipo C, o mais simples, não tem varandas e as cantarias das janelas não são recortadas (ROSSINI, TRICÁRICO E TOMELIN, 2016, p. 113).

Deste modo, observamos que a reorganização espacial da cidade detém-se não somente ao sentido de reconstruir algo ou simplesmente organizar, mas de aplicar um novo disciplinamento na sociedade haja vista que, não somente as ruas deveriam ser organizadas como as construções também como uma forma de evitar novos incidentes, havendo construções com bases mais reforçadas e poucos pavimentos propiciaria uma amenidade caso houvesse outro desastre natural como também da implantação de um novo estilo arquitetônico, como também da presença entre um período e outro de muitos estilos que foram sendo implementados perpetuando o poder da burguesia em determinados lugares. Então, de certa forma, esta reconstrução de Lisboa trouxe a ideologia de uma cidade moderna e com uma nova forma de organizar o espaço. Funcionou, pois, uma vez que Lisboa fora reconstruída, o processo de transformação recebeu o nome do Secretário (Reforma Pombalina). Então, o nome retrata um papel de destaque na sociedade, de modo que, todas as vezes em forem mencionados estes processos todas as ideias que nele estão imbricadas remeterá à uma certa época modificando o espaço e toda a sua dinâmica.

Portanto, o reforço em trabalhar a nomenclatura dos logradouros está aliada à questão histórica, pois se atentarmos aos nomes das ruas presentes na Figura 3 observaremos uma quantidade significativa de elementos presente na Lisboa desta época com referência à nobreza e aos ofícios. Desta forma,

elencaremos elementos de inúmeros processos que acontecem nas cidades e como eles são refletidos, seja através da construção de palácios, estátuas, monumentos até a mudança na denominação de seus logradouros. Em Lisboa muitos dos topônimos desapareceram com esta reforma, pois as antigas ruas foram alinhadas e alargadas, obtendo uma nova configuração espacial e, com isso, as vielas estreitas e tortuosas que se encontravam foram substituídas por ruas mais largas e retilíneas e com a formatação do quarteirão para uma melhor circulação de pessoas e meios de transporte. Carreira (2012, p. 51) explicita que nas áreas próximas de alguns equipamentos as ruas que o permeavam viriam a desaparecer com a reforma.

...os espaços então ocupados pelo Hospital Real, pelo Convento de S. Domingos e pelo Palácio do Marquês de Cascais e quase todas as artérias limítrofes dessas áreas, algumas das quais viriam a desaparecer com a implantação do Plano de Renovação da Baixa Pombalina - Rua detrás de S. Domingos, Rua dos Álamos (a nordeste); Pocinho de entre as hortas, Beco da Estalagem, Praça da Palha, Lagar do Sebo (do lado sul), etc. - ou seriam bastante alteradas na segunda metade do século XVIII - Rua da Bitesga, Rua do Borratém, Rua dos Canos, entre outras.

Então, compreendemos como a lógica portuguesa fora implantada tanto na própria cidade como em suas colônias, sobretudo, no Brasil e, trazendo para um contexto regional, na implantação das vilas no Ceará do século XVIII. Fizemos esta pequena abordagem sobre a Reforma Pombalina em Lisboa para entendermos como esta lógica fora implantada em outros lugares e também a origem de muitas das nomenclaturas utilizadas nos logradouros que serão abordados quando trataremos do estudo da Toponímia. Foi necessário este resgate, pois traços característicos encontrados até hoje em cidades como Icó, Aracati e Aquiraz nos remonta à esta época, enquanto que Fortaleza traz marcas características da reforma de Haussmann em Paris no século XIX.

Se fizermos um levantamento das vilas que foram fundadas a partir do século XVIII perceberemos que muitas delas seguiram o padrão português devido à influência da Reforma na Baixa Pombalina. De acordo com Jucá Neto (2012), o padrão português implantado nas vilas levava em consideração uma ideologia religiosa e política contendo os dois principais símbolos do poderio: a casa de fazenda e a igreja ou a ermida. Inúmeros foram os agentes que, ao longo do século XVIII, modificaram o espaço cearense, dentre eles: os vaqueiros, os boiadeiros, os sesmeiros, a população indígena e os representantes da igreja.

Cada um deles teve papel fundamental para a formação do espaço no interior do Ceará e isso vai interferir na nomeação das vilas que foram fundadas, primeiramente como um ponto de passagem através das boiadas, uma vez que, o Ceará tornara-se o entreposto entre Pernambuco (que à época mantinha o território do Ceará como parte da província) e Maranhão e possuía inúmeros caminhos no qual passava toda a produção das duas províncias. A partir dos caminhos de bois, que seguiam os meandros dos rios, formaram-se os primeiros entrepostos comerciais e, posteriormente, as primeiras fazendas que tinham a função de pontos de parada entre um vilarejo e outro (como um entreposto comercial) surgindo aí muitas fazendas de gado que tornaram-se produtoras também.

Neste processo de sesmaria, muitas fazendas incorporaram algumas culturas bem como práticas na produção e tratamento de certos produtos miscigenando saberes indígenas e portugueses, pois elas concentravam inúmeras funções como sede da própria sesmaria, a criação de uma atividade produtora constatando uma primeira forma de concentração de renda no sertão. Dentro desta prática aliou-se outros tipos de processos como a de fixação do território como forma de apropriação da terra dentro do processo político e econômico vigente na província formando, posteriormente, o núcleo de muitas vilas de brancos (portugueses) e índios (JUCÁ NETO, 2012). É neste contexto que a reforma pombalina, de certa forma, influencia no modo como as primeiras vilas se organizaram e o modo como o espaço fora gerido também fora reflexo das mudanças no qual Lisboa passou na mesma época (ALBUQUERQUE, 2014). Fizemos um paralelo para compreender como as primeiras vielas ou ruas foram implantadas nestas pequenas vilas e apreendemos a ideia de produção do espaço nesta época para analisarmos como este pensamento se perpetuou até mesmo na formação das grandes cidades, sobretudo Fortaleza, no início do século XIX.

A instalação de vilas no Ceará estava integrado a um processo de consolidação do território da colônia pela coroa portuguesa. De acordo com Albuquerque (2014, p. 1996),

Portugal trava uma batalha para realizar essa *valorização territorial*, tratava-se de realizar uma apropriação da colônia, no sentido de tomar para si, não cabia mais apenas usurpar as matérias-primas, ou metais preciosos era preciso adaptar-se para não perder as terras sul-americanas, fazia-se necessário ocupar, fundar vilas e criar câmaras.

Portanto, era de fundamental importância conquistar e fixar-se o mais rápido possível para apropriar-se do território e afirmá-lo enquanto instrumento de poder e controle na gestão. A partir deste processo que consistia desde a implantação de novas culturas no interior da província (como a criação de gado como suporte a outras economias do litoral como a pecuária contribuindo para a expansão do poderio português no interior) até os inúmeros embates entre os portugueses e indígenas, uma vez que, a mão-de-obra existente era totalmente desprezível tendo que substituí-la pela africana (ALBUQUERQUE, 2014) é entender que esta manobra do governo português partia de um temor em perder estas terras e manter o mesmo tipo de gestão visando um maior controle. Como afirma Magnoli (2003, p. 288),

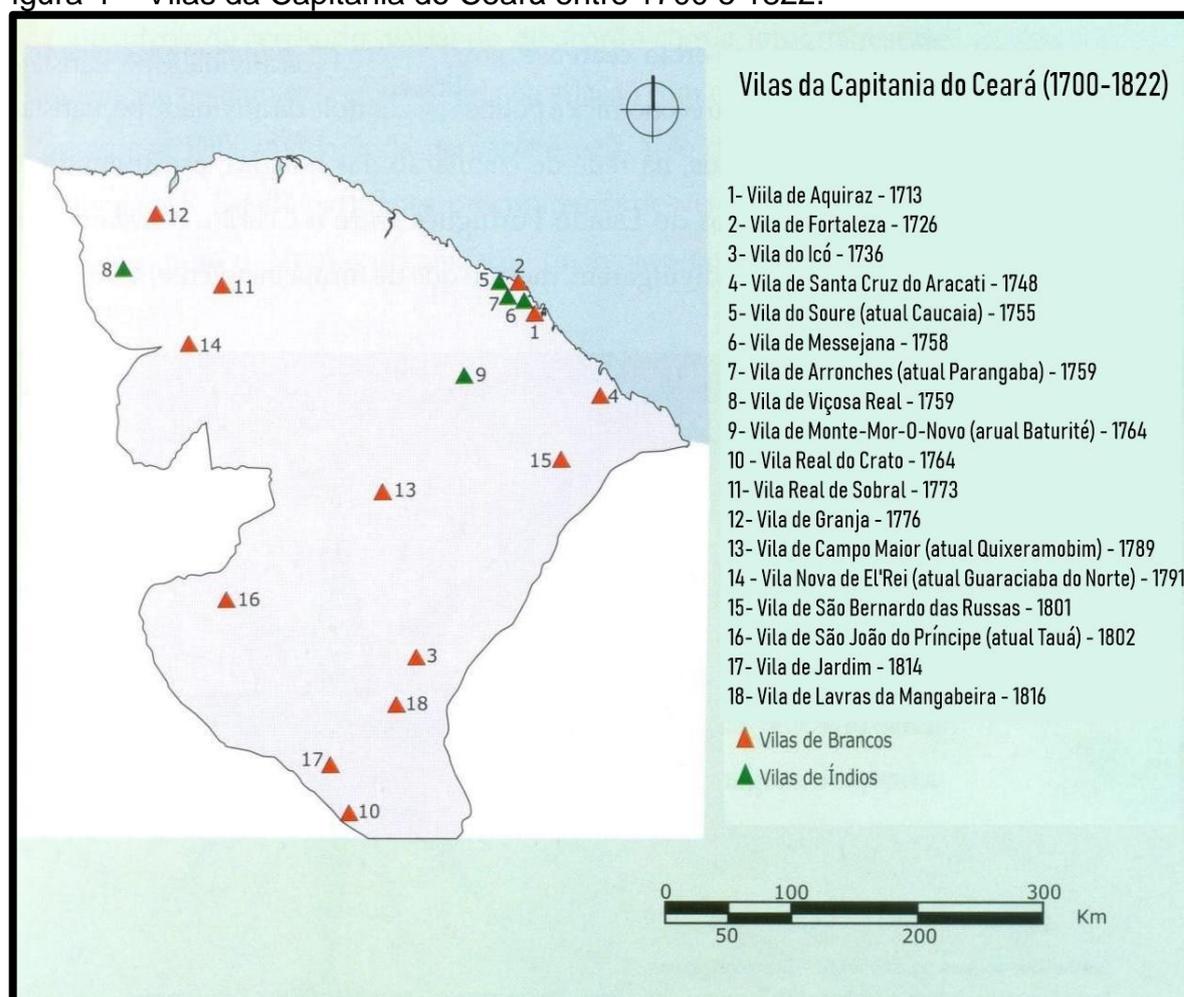
A vasta operação territorial empreendida por Pombal nas colônias do Brasil é interpretada sob o prisma da reorganização administrativa. Essa abordagem, contaminada pelo mito da unidade prévia do Brasil, fracassa em desvendar os significados da extinção das antigas capitanias hereditárias e da criação de novos blocos de capitanias, diretamente vinculados à coroa e designados para promover a apropriação e valorização territorial.

A necessidade desta breve contextualização entre as reformas pombalinas em Lisboa e a fundação das primeiras vilas no interior do Ceará é de fundamental importância, uma vez que, os processos aconteceram de forma complementar, pois a lógica de reorganização do espaço português auxiliou na organização do espaço cearense. Para entendermos como as vilas se constituíram como tal basearemos numa lógica de instalação estando visivelmente explicitado em suas ruas e na disposição de seus equipamentos, pois a ideia de implementar uma infraestrutura que lembra o colonizador é de fundamental importância para manter o tipo de poder vigente, no caso, o português. As reformas pombalinas serviram de base para criar as vilas e reorganizar as cidades por toda a colônia e, posteriormente império, uma vez que, não havia uma tática de organização nacional. A partir disto, pensamos como a disposição das primeiras ruas revelam o modo de produção e controle do espaço vigente, embora, muitas vezes, mesmo com a mudança durante o tempo, a lógica continua presente na disposição e prolongamento das ruas.

Voltando para a lógica de instalação e implementação das primeiras vilas do Ceará observamos na figura 4 onde elas estavam localizadas e, posteriormente,

como, a partir do poder religioso, a dominação portuguesa se expandiu por todo o interior da província. Assim, podemos compreender como a localização estratégica das vilas através da fundação das freguesias, de acordo com Jucá Neto (2012), auxiliou na formação de uma rede urbana no Ceará. Como fora mencionado anteriormente sob a lógica de instalação de sítios, praças e igrejas o poder português aos poucos foi expandindo seu poder à medida em que as vilas ganhavam importância, pois recebiam equipamentos primordiais para o seu desenvolvimento como o Pelouro, as Casas de Câmara e Cadeia, os Conselhos e, a elevação das paróquias. Deste modo, vários agentes que atuaram na transformação do espaço no período colonial, principalmente a Igreja e o Estado (VASCONCELOS, 2006), puderam reorganizar e modificar o espaço sob a sua lógica alçados nos ideais portugueses de ordem, estratégia e desenvolvimento em cada vila através do seu traçado retilíneo.

Figura 4 – Vilas da Capitania do Ceará entre 1700 e 1822.



Fonte: JUCÁ NETO, 2012.

Observando a figura 4, podemos analisar como a formação de uma rede urbana cearense, ainda no século XVIII, impulsionou e, posteriormente, enfatizou a importância de conhecer todo o interior do território como uma forma de controle da coroa portuguesa. Isto será intensificado quando a capitania do *Siará Grande* é criada em 1699, depois desmembrada de Pernambuco, através da carta régia de 1799 (OLIVEIRA, 1937), pois seu território precisava ser conhecido pela coroa, havendo a necessidade de lançar estratégias para que a administração se efetivasse. Deste modo, a instalação das freguesias já possuía em seu conteúdo uma lógica de efetivarem-se no local utilizando-se de critérios que, posteriormente, fora semelhante à instalação de vilas de brancos e índios (figura 4). Portanto, entendendo a criação das vilas podemos compreender os planos de instalação e desenvolvimento arrolados por portugueses que tinham como principal referência as reformas acontecidas em Lisboa e o método de planejamento implantado desde a Reforma Pombalina.

A instalação das freguesias e, posteriormente, das vilas levava em consideração a importância que certos locais possuíam, uma vez que, eram pontos de paradas no caminho das boiadas tal como entrecruzamento de caminhos que convergiam ou divergiam, ou seja, pontos de passagem que, geralmente acompanhavam os rios, elemento fundamental para criar uma rede de caminhos que atravessavam o interior da capitania (JUCÁ NETO, 2012).

Pelos roteiros das boiadas que se abriram novas perspectivas para a verdadeira colonização da Capitania do Ceará, colonização esta que se efetuou sempre ao passo lento das manadas de gado e do chiado do carro-de-bois. São as estradas das ribeiras, desenvolvidas ao longo dos cursos d'água, por onde o rebanho acrescido permitiu a multiplicação de transações comerciais, transformando o produto quase exclusivo do Ceará noutras utilidades, de que a Capitania necessitava (GIRÃO, 1989, p. 36-37).

A mais importante delas era a *Estrada Geral do Jaguaribe* onde boa parte da produção de charque, couro, dentre outros artigos, era escoada e atingia os sertões. Percebemos como a importância das estradas auxiliou no desenvolvimento e conhecimento do interior da província, uma vez que, elas serviram como principal meio escoador destes produtos e, posteriormente, auxiliou na formação e a criação de algumas vilas através do entrecruzamento de algumas delas, já denotando a importância de certos locais para os que ali passavam no qual, posteriormente, tornaram-se grandes centros devido à sua localização.

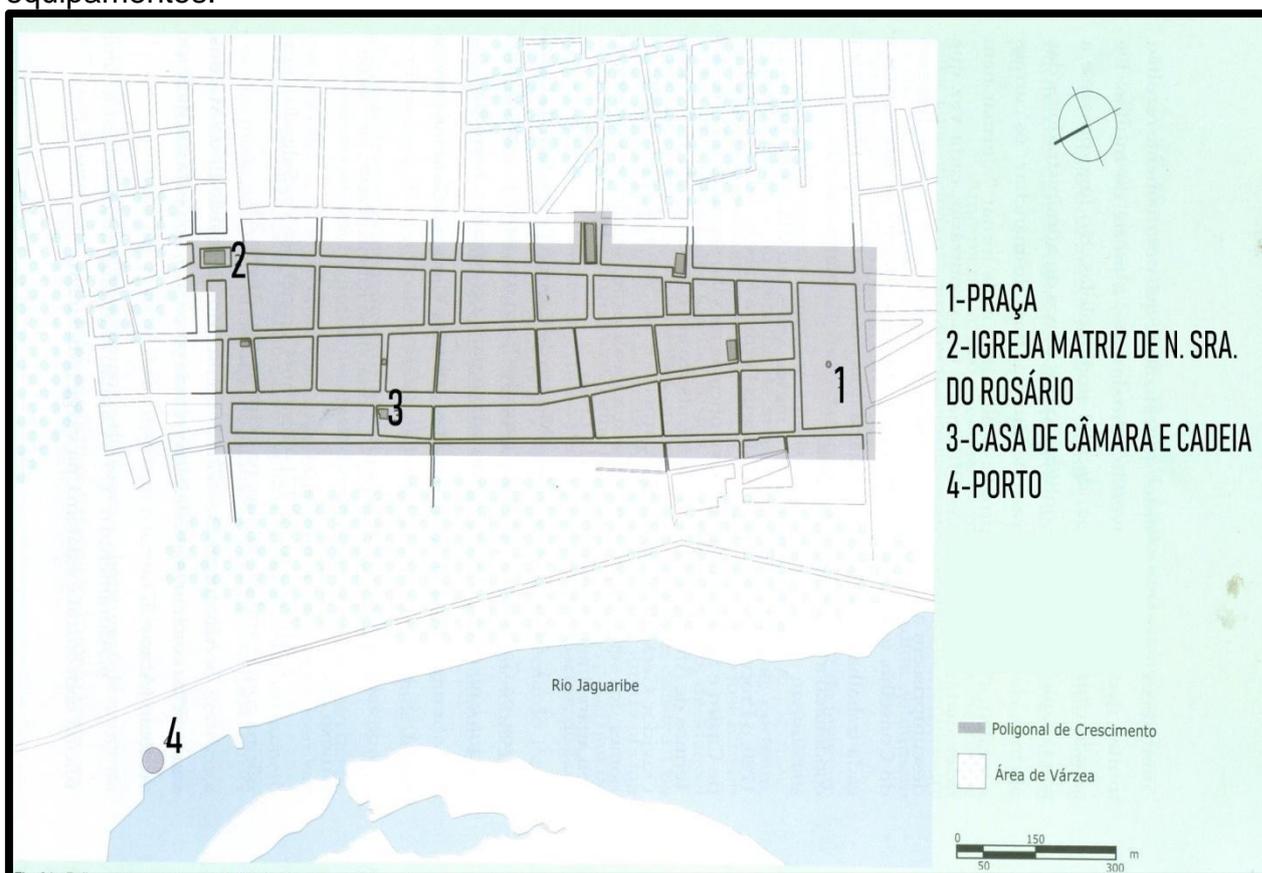
Este foi um dos principais elementos que foram levados em consideração para que a implantação das fazendas, freguesias e outros equipamentos que denotassem importância para aquele local foram sendo elencados ao longo de todo o século XVIII estando refletido na forma como elas foram organizadas remetendo à forma de organização da metrópole portuguesa e as influências de seus arruadores que implantaram diversas vilas com a mesma planta independente dos aspectos naturais que existia.

A partir das plantas das primeiras vilas podemos observar como os equipamentos estavam localizados e como isto torna-se uma medida a ser tomada em todas as outras como uma forma de perpetuar o poderio português e isso é refletido não somente na forma de organizar as vilas como de escolher quais destas seriam mais viáveis para o desenvolvimento. Através das estradas que convergiam e pelo destaque seja na economia, seja na política é que algumas das vilas ganharam importância na província e configuraram uma rede urbana que mantinha contato com outras de mesmo porte criando uma hierarquização (primeiramente religiosa com a implantação das freguesias e ermidas, curas, que já denotava certa importância para a própria igreja). A Igreja, de acordo com Vasconcelos (2006), tornou-se um dos principais agentes modeladores do espaço durante o século XVIII e isso já foi explanado, mas o seu papel foi fundamental, tanto pela formação de uma espécie de rede através das freguesias incorporando as antigas estradas do gado consolidando o território e, deste modo, a coroa pode usufruir, de certa forma, e explorar a província.

Trazendo para a consolidação e a implantação das vilas o que podemos atentar é para o desenho, dentro dos moldes portugueses, tanto pela forma quanto pelo traçado e pela disposição dos principais equipamentos (figura 5). Podemos observar que até mesmo na denominação dessas vilas a influência portuguesa estava presente. O poder religioso, mais do que qualquer outro, fora o grande responsável por fundar inúmeros povoados, sobretudo no interior do Ceará, haja vista que se elencarmos o nome das vilas que foram fundadas desde o século XVIII constataremos uma referência à religião bem como uma nomenclatura indígena como forma de delimitar aquele espaço a partir da palavra, uma vez que, a Toponímia portuguesa bem como muitas línguas indígenas estava muito presente no processo de denominação de muitos lugares revelando muitas vezes o perfil das tribos que ali habitavam (JUCÁ NETO, 2012).

Assim temos: *Vila Distinta e Real de Sobral* (atual Sobral), *Vila Nova de Arronches* (atual Parangaba, hoje um dos bairros de Fortaleza), *Vila Real de Montemor o Novo da América* (atual Baturité), *Vila Viçosa Real da América* (atual Viçosa do Ceará) dentre outras, como exemplificação de vilas com denominações cuja alusão retoma o poderio português. Porém, há casos em que os nomes fazem referência ao poder português, mas com um fator locacional que eram as tribos ou nomes indígenas que faziam referência à serras ou outras formas de relevo. Por exemplo: *Missão dos Cariris Novos* (atual Crato), *Vila Real de Mecejana da América* (atual Messejana, bairro de Fortaleza), *Santa Cruz do Aracati* (atual Aracati), *São José da Uruburetama* (atual Uruburetama) (BATISTA, 2011).

Figura 5 - Mapa da Vila de Santa Cruz do Aracati em 1780 e a disposição de seus equipamentos.



Fonte: Jucá Neto (2012).

Observamos que na figura 5 há a presença de uma única rua larga, pressupondo que ela fosse a primeira da cidade ou a mais importante, pois liga os dois principais equipamentos: a Praça principal e a Igreja Matriz. Relacionamos com a natureza do traçado português e entendemos o porque daquela descrição acerca

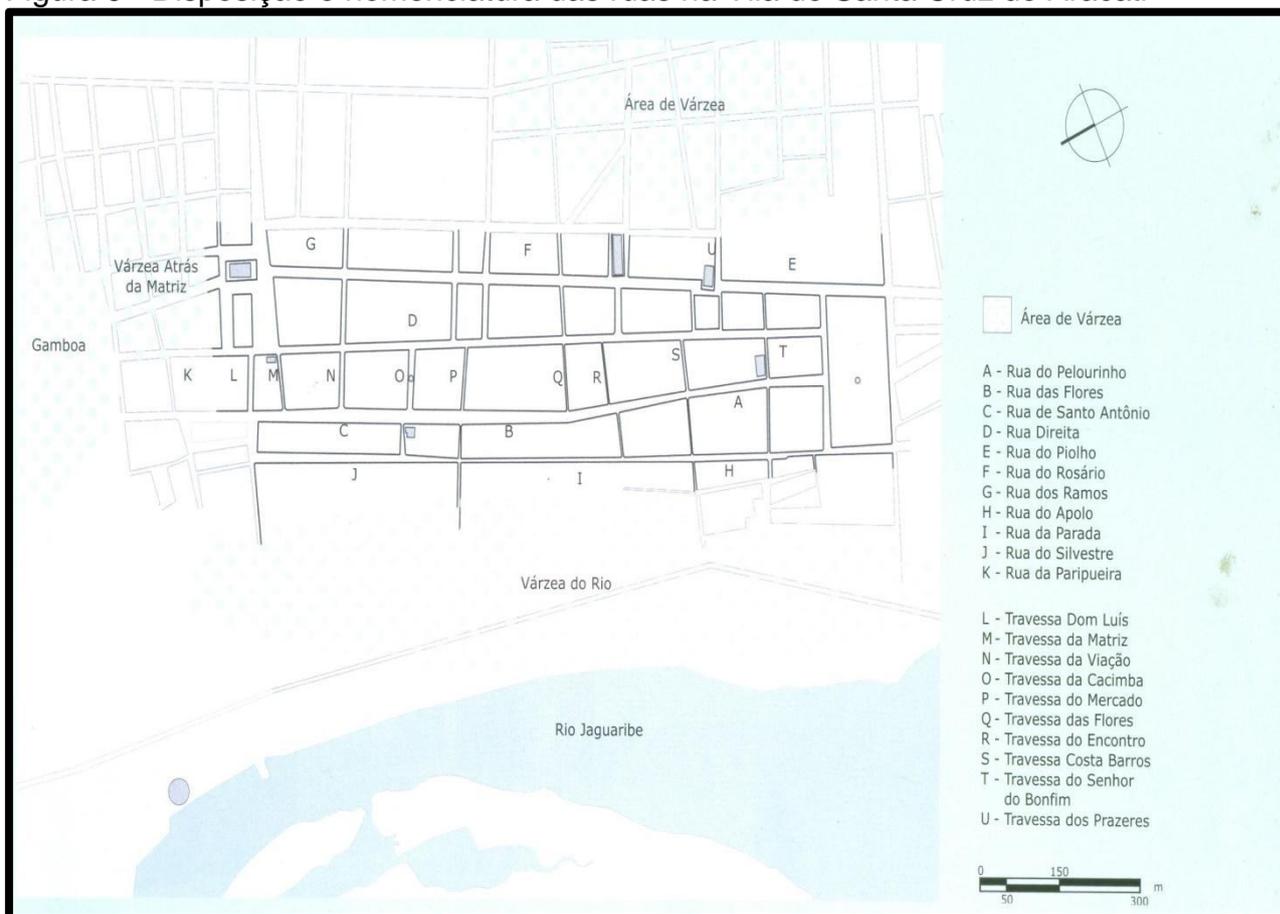
da modificação em Lisboa para compreendermos a origem ou a idealização deste formato nas vilas cearenses. Jucá Neto (2012) aponta que o Tratado de *Arruação* de Jozé de Figueiredo Seixas já pensava num arruamento nas antigas povoações de Portugal ainda no século XVIII onde,

As povoações teriam início em uma grande praça, a praça principal - localizada no centro geométrico do quadrado de seu distrito. A partir da praça central, as edificações seriam levantadas nos quarteirões demarcados [...]. Seixas acrescenta que as ruas [...] principais são as diagonais que saem do quadrado que conforma a praça principal em direção a cada um de seus vértices [...]. As ruas direitas são as que se originam perpendicularmente à praça central [...]. As ruas de travessas, paralelas à praça central, ligariam as ruas direitas às ruas principais (JUCÁ NETO, 2012, p. 91-92).

Compreendemos como este traçado está presente em vilas como a de Aracati (cerca de 150km de distância de Fortaleza) e nos auxilia a compreender a distinção entre as ruas: Principal ou Larga, Direita e Travessa. Entendemos que esta hierarquia é necessária, pois demonstra aos habitantes e visitantes quais as ruas mais importantes da vila. Isto se refletia na nomenclatura, pois seguia o mesmo padrão português não só físico como simbolicamente. É nas vilas do interior do Ceará que buscamos entender a relação entre o traçado português e como ele fora reproduzido em Fortaleza, embora sua influência tenha sido bem mais francesa até mesmo pelo contexto histórico que ela se desenvolveu que nos leva ao século XIX.

A figura 6 nos mostra como as ruas de Aracati eram denominadas e como elas se espacializavam. Para Jucá Neto (2012), baseado em diversos documentos analisados nos demonstra o quanto as ruas refletem a produção urbana da vila, uma vez que, as áreas mais valorizadas eram as que se localizavam mais próxima da Praça principal e da igreja, enquanto que, as menos valorizadas se encontravam mais distantes do centro e isto é uma característica típica da fragmentação do espaço a partir do viés econômico e social, de modo que, quanto mais próximo dos equipamentos importantes maior o status e mais caro o terreno é, pois de acordo com o autor, das quantias arrecadadas as que tinham os maiores valores estavam nos casarões cujas ruas ficavam próximas à praça central, ou seja, uma área valorizada da vila consistia no resultado da própria produção do espaço urbano e a ação dos mais variados agentes. Desta forma, percebemos como a disposição das ruas pode nos auxiliar para entender como as vilas seguiam a padronização portuguesa no que diz respeito ao tratado de Arruação ou Arruamento.

Figura 6 - Disposição e nomenclatura das ruas na Vila de Santa Cruz do Aracati



Fonte: Jucá Neto (2012).

Ao olharmos para a Figura 6 compreendemos como as ruas eram denominadas e isto era o resultado de uma miscelânea de elementos que faziam parte do contexto da época. Atentamos também para a diferença entre ruas e travessas logo na sua forma física, uma vez que, aquelas eram mais largas que estas. A primeira provavelmente deve ter sido a rua da Igreja ou a própria rua Direita e as outras se desenharam a partir do plano da praça central no qual à medida em que os equipamentos (conselhos, casa de câmara e cadeia, palacetes) fossem construídos outras ruas iriam se redesenhando criando novos logradouros com base nas construções mais significativas. Assim, nasciam as vilas no interior do Ceará para analisarmos como os logradouros surgiram e que lógica seguiram, pois o padrão português de Toponímia é bem conhecido, uma vez que, em suas leis podemos observar o que cada logradouro significa e é determinante para o processo de denominação.

Na formação das cidades, a criação e desenvolvimento das ruas traz à tona inúmeros questionamentos acerca da sua posição (partindo do núcleo inicial),

disposição e nomenclatura até mesmo a função dela para o desenvolvimento das mesmas, uma vez que, elas incorporam antigos caminhos e estradas e servem como fio condutor para a expansão. Com isso, surgem algumas interpretações sobre quem vivencia a rua, no caso, moradores ou apenas visitantes que, ao passar pelas cidades acabam relatando a sua visão sobre a mesma a partir das características de suas ruas.

Partindo do pressuposto que, as primeiras ruas irradiam da praça central temos nela o principal ícone da cidade juntamente com a igreja surgindo a *rua da igreja, rua da matriz, rua da praça, rua do palácio, rua direita, rua do meio, rua de trás* e assim por diante. Deste modo, “o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido” (DA MATTA, 1997, p. 28). Então, conhecer o espaço a partir da sociedade revela seus ideais empregados resultando na denominação e na materialidade (monumentos, palacetes, etc).

As formas se apresentam de diversas maneiras, uma vez que, o seu simbolismo se intensifica quando há uma relação direta entre fixos e fluxos, ou seja, entre as formas físicas e as pessoas que perpassam, utilizam, etc, dando-lhes o caráter de importante à medida em que laços de afetividade (ou não) são criados: a rua mais importante da cidade ou o monumento mais significativo para os moradores de uma localidade (CORRÊA, 2007). Exemplos como estes reforçam o sentido de simbolismo para as formas espaciais, mas também nos apresenta outros fatores que nos levam a refletir sobre o papel destas formas nas cidades, mas isto não é foco do nosso trabalho, apenas uma menção de como a relação entre fixos e fluxos também são elementos que devem ser levados em consideração ao se analisar a história dos lugares a partir dos logradouros.

Da Matta (1997, p. 40) nos revela que “tudo o que diz respeito ao poder político é, na nossa sociedade, conotado como duradouro ou eterno é marcado pelos monumentos e palácios”, ou seja, o ideal é relacionado direta ou indiretamente com as formas materiais que são construídas na cidade, sobretudo, entre um poder e outro, visto que, podemos relacionar as formas com o modo em que a cidade é gerida a partir dos grupos que estão no poder. Essa relação pode ser verificada no espaço a partir dos estilos que são empregados em grandes palacetes ou

equipamentos e se fizermos um resgate histórico evidenciaremos uma passagem entre grupos sociais no poder.

Esses espaços são marcados por monumentos cuja função seria a de estabelecer em pedra, bronze, aço, concreto ou tijolo – algum material supostamente imperecível – essa aliança entre o intérprete e a massa, o líder e o povo, já que a rigor os dois são complementares e ambos os sujeitos a determinações maiores que vêm do passado e o sistema de valores que opera por inércia e inconscientemente (DA MATTA, 1997, p. 41).

Quando um certo grupo se inscreve no espaço ele quer evidenciar toda uma ideologia por trás de monumentos, edifícios e até mesmo os nomes das ruas, avenidas e praças bem como outros logradouros e isso que nos interessa. A partir do momento em que uma via é denominada acabamos por imprimir nela uma identidade bem como cada cidadão que possui um *Registro Geral*. Deste modo, a função da rua não seria somente o de passagem, mas dando-lhe um nome a incorporamos à dinâmica da cidade. Mas, ao longo do tempo (como foi dito anteriormente) a função da rua mudou e isso reflete até mesmo o tipo de governo vigente. Mas, qual é a função da rua? Existem infinitos autores que a descrevem de diversos modos e lhe empregam diferentes sentidos.

A rua é uma rede emaranhada de vivências, cuja origem se perde nos séculos e se confunde com a existência das cidades [...]. Ela é local de fluxos intenso de mudanças e de novas relações sociais. Tem a rua importância como um dos lugares das experiências humanas (SILVA, 2009, p. 72-73).

A ideia acima nos relata a múltipla função que a rua pode ter e isso demonstra o quanto ela é importante reforçando a ideia de artéria da cidade e principal meio de deslocamento não só de pessoas como de informações. Assim, temos a noção de que a rua pode ser ordenada ou não, seja ela tortuosa como as antigas ruas de Paris ou as vielas do Rio de Janeiro como retas e angulares como as de Londres ou até mesmo as do Centro de Fortaleza. Suas formas inscritas no espaço revelam verdadeiras raízes que partem do núcleo e se enveredam para o mais distante do ponto inicial à medida em que a cidade precise dessa expansão.

Os nostálgicos veem na rua seu principal atributo de lembranças e memórias à medida em que a sua experiência revela olhares que somente ele ou um grupo apreendeu sobre certo espaço ou lugar. Assim, temos inúmeros cronistas e memorialistas que retratam a sua visão sobre as cidades, sobretudo, alguns

lugares que lhe são afeitos e isso revela o modo como eles olham e compreendem certas porções do espaço. Benjamin (2000) relata olhares e visões acerca das ruas e nos remete aos sentidos que ele exprime ao falar dos minuciosos detalhes como a cor das roupas ou a descrição dos barulhos, bem como dos objetos em várias cenas retratadas.

Um dos lugares da cidade que apareceu como palco para a reestruturação da vida cotidiana foi a rua. Temos aí um cenário da vida urbana para encontros amorosos (namoros), para o trabalho e o lugar (o turfe no Prado, a “jumentada” e o banho de lagoa), para as festas públicas (religiosas e leigas); para os jogos ilícitos (jogo dos bichos, gabiru e rifas), para a circulação das mercadorias e para a moda (do vestuário e intelectual) (SILVA, 2009, p. 72)

Embora observamos que a rua é o lugar do acontecimento, do encontro e das histórias do cotidiano percebemos que ela também possui suas contradições à medida em que as relações sociais acontecem com mais frequência e reflete até mesmo a mudança de pensamento da sociedade baseado em processos que fazem com que a morfologia urbana seja modificada também, ou seja, é um emaranhado de elementos que perpassa pelo público e pelo privado e coloca a rua no centro da discussão. Neste contexto, observamos que a organização espacial traz muitas marcas da colonização que aqui se instalou e isso revela o quanto ainda temos desse resquício no modo de distribuição de lotes formando quarteirões. Santos (1988, p. 39) afirma que,

Não gostamos mesmo do passado e vivemos como se não tivéssemos memória e ela não servisse para nada [...]. Os portugueses trouxeram regras claras para definir público e privado, para localizar equipamentos, para separar as terras particulares doadas hierarquicamente aos pioneiros das indispensáveis ao atendimento de necessidades coletivas.

Portanto, analisamos que a herança de divisão territorial seguiu seu rumo e ainda está presente no modo de distribuição de terras. Nessa perspectiva, observamos pouco a pouco a introdução de dois tipos de espaços: o da casa e o da rua, uma vez que, ambos fazem parte da vida ativa da sociedade e nos transmite a ideia da estrutura social pelo qual se formou o perfil de família brasileira. Perpassando pelo século XIX observamos a importância da rua para a história do Brasil e suas características que traz herança dos tempos da colonização. Em particular, quando retratamos cenas do cotidiano desde o império observamos inúmeras características que se refere ao espaço da casa e da rua. Neste contexto,

podemos abranger e relacionar os dois espaços com o da própria cidade, uma vez que, as relações que acontecem em ambos nos referencia como a organização das cidades acontece.

Embora existam muitos brasileiros que falam uma mesma coisa em todos os espaços sociais o normal [...] é que a casa e a rua e outro mundo demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade (DA MATTA, 1997, p. 44).

Portanto, há uma relação ínfima entre a casa e a rua no Brasil perpassando pela própria estrutura da casa até mesmo da sua relação com a própria rua demonstrando a oposição espaço privado (casa) e espaço público (rua) como se, num determinado momento da história este fora a extensão daquele e, pouco a pouco os mesmos foram se opondo à medida em que seguiam os acontecimentos que fizeram com que a sociedade mudasse, sobretudo no seu aspecto físico o que vem sendo retratado com tanta ênfase, mas que o aspecto ideológico e simbólico também estava presente. Da Matta (1997) explicita como acontece essa divisão e nos ajuda a entender como a rua se torna o oposto da casa e não vista como o espaço de convivência social, mas como de simples passagem como foi colocado anteriormente.

Esta oposição nos indica uma mudança de pensamento bem diferente daquela que fora explanada anteriormente como o lugar do acontecimento e do encontro tornando-se cada vez mais o lugar do desencontro e isso tem a ver tanto com as inovações tecnológicas desde a Revolução Industrial como também o advento de inúmeros meios de transporte. Mas, esta situação pode ser entendida quando Da Matta (1997, p. 49) esclarece que

... a gramática social da casa brasileira [...] transborda em algumas expressões relacionais [...] como “vá para a rua!” ou “vá para o olho da rua!”. Estas expressões denotam o rompimento violento com um grupo social [...]. Metáforas e símbolos onde a casa é contrastada com a rua são, pois, abundante numa sociedade onde a casa é concebida não apenas como um espaço que pode abrigar iguais [...], mas como uma área especial onde não existem indivíduos e todos são pessoas.

Entendemos aqui até mesmo um certo preconceito com a rua como se lá também não houvessem pessoas e, neste contexto, compreendemos o quanto a rua é rechaçada por parte da sociedade, enquanto que, outra parcela da população vê a rua como o lugar do lazer, da diversão, pois é ali que podemos encontrar os

cidadãos, onde acontece tudo e onde podemos observar e entender a dinâmica urbana.

Então, nesta perspectiva, compreendemos como a rua torna-se o lugar da manifestação, concentração, das passeatas, o espaço da política como afirma Agier (2011) que apresenta a rua como uma invenção cultural que aporta todos estes elementos e que as manifestações tomaram uma dimensão cultural das cidades e que lugares tornam-se conhecidos por serem protagonistas de momentos históricos como praças, avenidas e ruas tornando-se simbólicos pela evocação à memória. Embora casa e rua tenham sido colocadas como opostas as duas, de acordo com Santos (1988), mesmo sendo antíteses complementares cujo racionalismo impôs um ritmo de vida atrelado à cultura capitalista particular, a segunda aparece como possibilidade da mistura, troca, entendimento da própria vida urbana. Isto porque Santos (1988, p. 90) baseados nas ideias de Rolnik (1985) explana que

a separação entre casa e rua evolui junto com os conceitos de individualidade e privacidade característicos da cultura burguesa. No século XIX teria surgido e se popularizado a sala de visitas no Brasil, justamente porque ' as pessoas decentes não podiam e não deviam mais se encontrar na rua.

Nas grandes cidades dos séculos XX e XXI podemos compreender que a rua continua sendo um elemento essencial para a morfologia urbana e para sua configuração enquanto cidade dinâmica permitindo a circulação de mercadorias e informações a medida em que os meios de comunicação e transporte também permitam esse movimento sendo divididos hierarquicamente em diferentes níveis, pois a estrutura das cidades tornam-se cada vez mais dinâmicas e isto implica, de certa forma, numa ordenação espacial e, seus logradouros fazem parte desta mudança com a constante modificação tanto no sentido delas, implantação de binários, entre outras.

As avenidas que também configuram a morfologia urbana, sobretudo das grandes cidades, aparecem com ênfase a partir das grandes reformas nas cidades para abertura de grandes vias como Paris durante o período haussmanniano<sup>8</sup>, os famosos *boulevards*. No caso de Paris, antes da reforma do Barão de Haussmann (Figura 7) no século XIX, esta possuía uma forma característica típica das cidades

---

<sup>8</sup> Nas cidades antigas já haviam reformas que almejavam a abertura de grandes vias, como as romanas.

medievais: ruas tortuosas rodeadas por muralhas. Posteriormente, com a própria Revolução Industrial as cidades europeias passam por transformações políticas, econômicas, culturais que desembocaram em profundas mudanças urbanísticas (RONCAYOLO, 1999). Aliado às novas tecnologias, diminuindo as distâncias e o melhoramento do saneamento implica em uma rápida mudança no modo de vida urbano tanto no uso do solo quanto na própria estruturação da sociedade. Desta forma, as cidades, sejam elas industriais ou portuárias, começam a ter novas funções devido à acumulação capitalista e que modifica não somente as relações econômicas como implica numa nova ordem social gerando problemas urbanos que se estendem até hoje e criando símbolos oriundos desta fase: chaminés, ferrovias, entre outros. O aumento da população e as condições de vida miseráveis caracterizam este período que se transforma, do ponto de vista urbanístico, quando as grandes cidades passam por uma reestruturação em sua morfologia urbana (PINHEIRO, 2011).

Figura 7 – Mapa de Paris e o antigo traçado de suas ruas, 1550.



Fonte: Ruas da Antiga Paris. Disponível em: <httpspt.map-of-paris.commapas-da-cidadeda-antiga-paris-do-mapa>. Acesso em: 04.04.2018.

Podemos inferir como a reforma modificou a imagem de Paris, pois de acordo com Roncayolo (1999), já havia um desejo provindo de partidários para modificar a cidade desmitificando a imagem de industrial para tornar-se o lugar do encontro, sobretudo no âmbito internacional, uma cidade-modelo servindo de vitrine da modernização. É necessário entendermos os motivos que levaram à esta reorganização para compreendermos como os ideais por trás destas intervenções modificam as relações sociais e, sucessivamente, o próprio espaço urbano.

A Haussmannização coloca-se no centro das transformações urbanas do século XIX [...]. A marca inegável de Napoleão III e do prefeito Haussmann, verdadeiro ministro de Paris de 1853 a 1870 [...]. Mas, é bom talvez distinguir, entre os diferentes atores, as ideias que os incentivaram e o enraizamento mais profundo do projeto. A haussmannização não nasce do nada [...]. Não somente as obras revelam correspondências entre os espaços urbanos criados e as formas novas de sensibilidade, mas, por sua leitura da cidade, [...] cujo reflexo é encontrado na literatura e que influencia os protagonistas do urbanismo parisiense: eles são por sua vez inventores do espaço haussmanniano (RONCAYOLO, 1999, p. 92).

Antes mesmo da reforma de Haussmann, Paris já tinha passado por transformações, mas em pequena escala, como a criação de *trottoirs*, ou seja, o passeio, a calçada no qual a burguesia poderia passear e admirar as vitrines de luxo ainda no século XVIII exercendo o hábito de *flanar* (LANDAU, 1992). Podemos encontrar em diversas literaturas vestígios de transformação nas cidades e como estes processos influenciaram diretamente na configuração espacial.

Baudelaire (1985), enquanto *flâneur* (aquele que passeia, caminha pelas ruas e observa tudo ao seu redor sem grandes pretensões), demonstrava como os processos históricos modificaram a morfologia urbana de Paris, uma vez que, a cidade passava por uma mudança física no espaço, ao mesmo tempo que, evidenciava o conflito entre o público e o privado, burguesia e a classe popular e, sob os discursos higienistas, foram feitos estudos sobre os problemas da cidade e um deles apontava as regiões que tiveram concentração epidêmica de cólera coincidia com aglomeração de moradia popular, sendo alvo intenso de inúmeras reclamações por parte da burguesia pelos casos de perturbação da ordem pública até de cunho sanitaristas.

Isto tudo faz com que haja um levantamento de medidas a serem tomadas que irão desembocar na implantação da reforma Haussmanniana. Desta forma, D'Angelo (2006) em uma análise sobre a modernidade na obra de Walter

Benjamin expõe que Haussmann concilia interesses do Estado e grupos financeiros e faz com que seu plano seja implementado e tudo isto será refletido nas ruas, uma vez que,

O espaço haussmanniano é inicialmente o espaço público. Tudo se ordena em torno da rua, do *boulevard*, das praças, a partir do desenho desses. Em uma economia liberal em plena expansão, é inicialmente o lugar privilegiado da intervenção pública, do interesse público: ‘A autoridade pública’, escreve um economista da época, comentador das grandes obras urbanas, *constata as necessidades gerais, a lei desapropria as propriedades, o poder municipal limpa o terreno e abre as ruas: em seguida é aos esforços dos indivíduos que cabe construir, apropriar-se e alugar as novas habitações* (grifo meu) (RONCAYOLO, 1999, p. 92-93).

Portanto, percebemos que, além dos interesses de melhorias urbanas a implantação deste plano na cidade tinha o objetivo de *limpar* a pobreza para os arredores e edificar uma Paris “civilizada”, moderna e pronta para se tornar um modelo de urbanismo em todo o mundo e não é à toa que ela ficara conhecida como “a capital do século XIX” e sede da exposição mundial em 1900.

Na visão de Benjamin da Paris do século XIX, o *flâneur* é um tipo importante, porque aponta para a posição central da locomoção na vida social: ele é constantemente invadido por ondas de experiências novas e desenvolve novas percepções enquanto cruza a paisagem urbana e as multidões (FEATHERSTONE, 2000, p. 189).

Mas, e os espaços públicos como as ruas e as praças? Com o avançar da modernidade sobre as grandes cidades, muitos destes perderam a sua importância, pois, segundo Sennett (1993), isso vem desde o século XVIII, com a criação dos bares e cafés deixando o espaço de movimentação praticamente morto, uma vez que, as aglomerações não se davam mais a céu aberto, nas praças, mas em locais fechados e restritos. Somente com a ideia do *flâneur* que a relação entre o caminhante e a cidade, sobretudo, as ruas e *boulevards* torna-se cada vez mais próxima, de maneira que, ele passa a conhecer o bairro onde mora a partir de um passeio despretençioso.

Os espaços públicos ganham notoriedade após a abertura dos *boulevards*, pois há a construção de inúmeras vias, praças, lugares abertos para tornar a convivência na cidade mais harmoniosa, sobretudo da elite, pois os velhos casarios foram varridos do mapa para dar lugar a uma nova cidade baseada nos discursos higienistas que, na verdade, era somente um pressuposto da burguesia para afastar os mais pobres da região central de Paris. “A ideia de espaço público

perpassa pela ampliação do espaço comum atribuindo-lhe um valor normativo para aquilo que é acessível a todos” (COSTA et al., 2006, p. 249). Roncayolo (1988, p. 66) explica bem que

Por trás dos elementos urbanos e de sua disposição, existe a tentativa de encontrar a ação da sociedade que os constrói, os utiliza e os interpreta; por trás da distribuição estão o jogo das relações e as mudanças das quais estas relações não são senão a expressão imóvel.

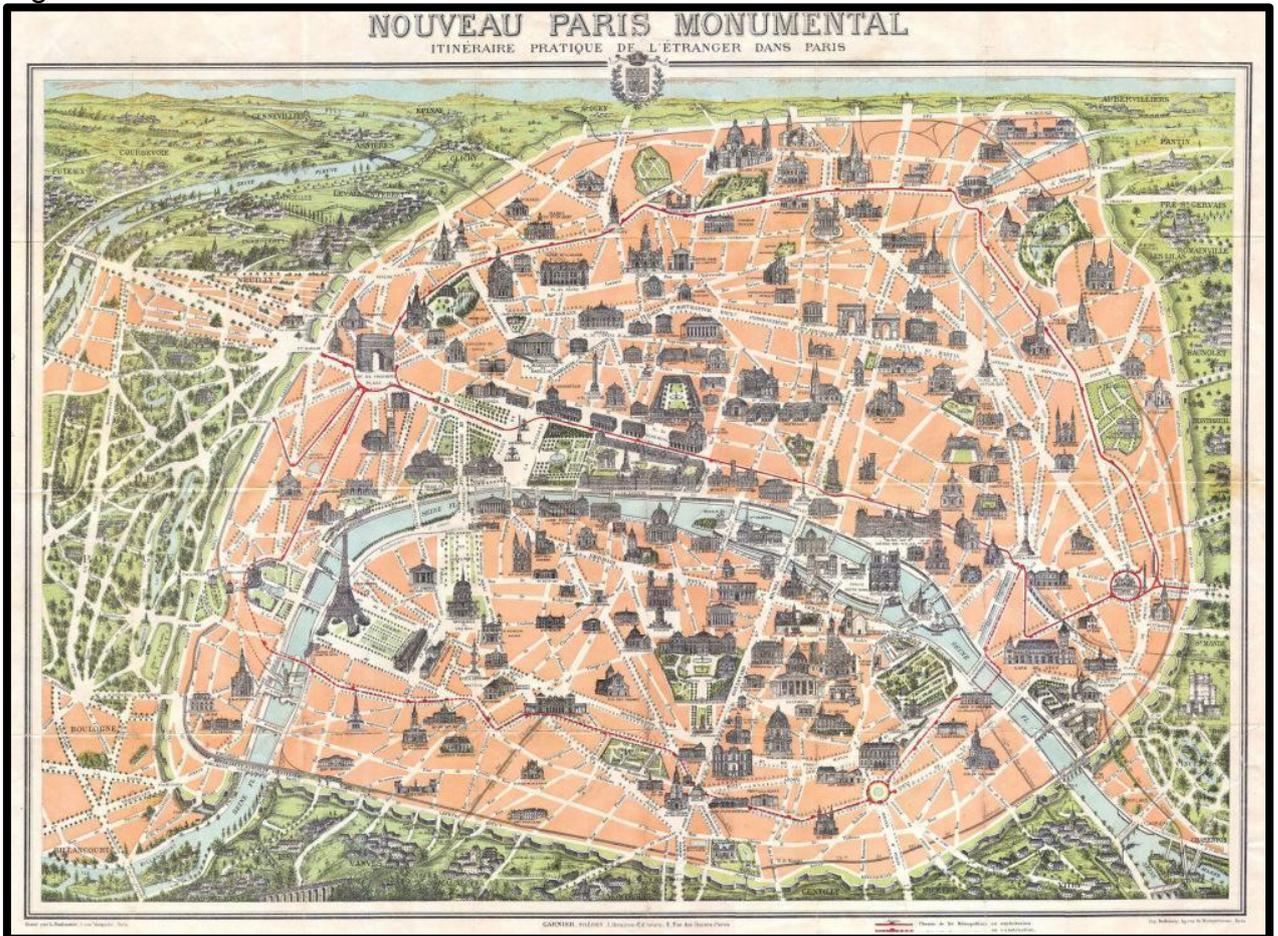
A organização e a reorganização também é uma ideologia empregada em prol de grupos que almejam uma cidade utópica em que as classes sociais estejam “em seus devidos lugares”. Então, o desejo de modificar a cidade começou a transformá-la sendo concretizada com a regulamentação de Haussmann calcado na parceria público-privado. De acordo com Pinheiro (2011) não só o plano Haussmanniano, mas outros também contribuíram para a formação da morfologia urbana de Paris como ela se apresenta hoje, desde a “abertura de ruas largas e arborizadas, praças circulares ou regulares [...], concebidas para compor a passagem e colocar em evidência um monumento” (p. 70) passando pelas *places royales* com o intuito de exaltar a realeza através de suntuosos monumentos que estes espaços, como Da Matta (1997) menciona, possuem esta função de expor em bronze ou qualquer outro material com o intuito de firmar uma aliança “entre o intérprete e a massa, o líder e o povo” (p. 41) até os famosos *boulevards* que Giedion (1958, p. 680) denomina ser “passagem sobre a muralha de uma cidade fortificada, palavra de origem alemã *bollwerk* que significa baluarte”.

A nova Paris (figura 8) se mostrava como uma verdadeira vitrine para o mundo com suas ruas largas, calçadas, *boulevards*, monumentos colossais e praças abertas maiores que mostrava os ares de uma cidade mais civilizada e que almejava ser a cidade-modelo para outras ao redor do mundo não sendo à toa que ela fora considerada a *capital do século XIX* (como mencionado anteriormente). Santos (1988) afirma que as calçadas, sobretudo aquelas mais largas, são um dos elementos mais importantes das cidades, pois auxiliam no passeio e foram essenciais para a separação entre os pedestres e a rua como via de passagem dos meios de transporte que foram sendo inseridos à vida cotidiana ao longo dos séculos XIX e XX, iniciando um processo de disciplinarização no que se consistirá o trânsito como conhecemos hoje. A utilização das calçadas foi sendo inserida pouco a pouco nas ruas de Paris como uma forma da burguesia poder aproveitar o passeio

e admirar as vitrines, ou seja, o espaço da mobilidade como afirma Pinheiro (1988) ao analisar a sobreposição de reformas em Paris.

A rua do século XIX destrói e modifica a rua medieval. A caixa da rua aumenta, as fachadas são reconstruídas, os trechos irregulares são substituídos por outros de desenho regular, geométrico e reto. Diferente dos boulevards de Luís XIV - projetados no lugar das antigas muralhas, locais para o desfrute e o passeio -, os boulevards de Haussmann, são artérias criadas para a circulação rápida, o tráfego pesado. O espaço haussmanniano é o espaço público - a rua, o passeio, as praças (p. 77).

Figura 8 - Paris em fins do século XIX.



Fonte: Blog Brenda Joyce Leahy. Disponível em: <https://brendajoyceleahy.com/la-belle-epoque/>. Acesso em: 04.09.2018.

Então, podemos entender como estas mudanças afetam e modificam a ideia de logradouro e reflete o pensamento da sociedade a partir de sua transformação. Se compararmos as figuras 7 e 8 percebermos que os principais pontos da cidade possuem vias que irradiam de monumentos e, algumas delas, terminam em outros como uma forma de perpetuar o poder vigente através da monumentalidade. Os *boulevards* se destacam na figura 8 como as principais vias

de acesso de um lado para outro da cidade que se modernizava não somente nos logradouros, mas na monumentalidade de seus palácios e edifícios.

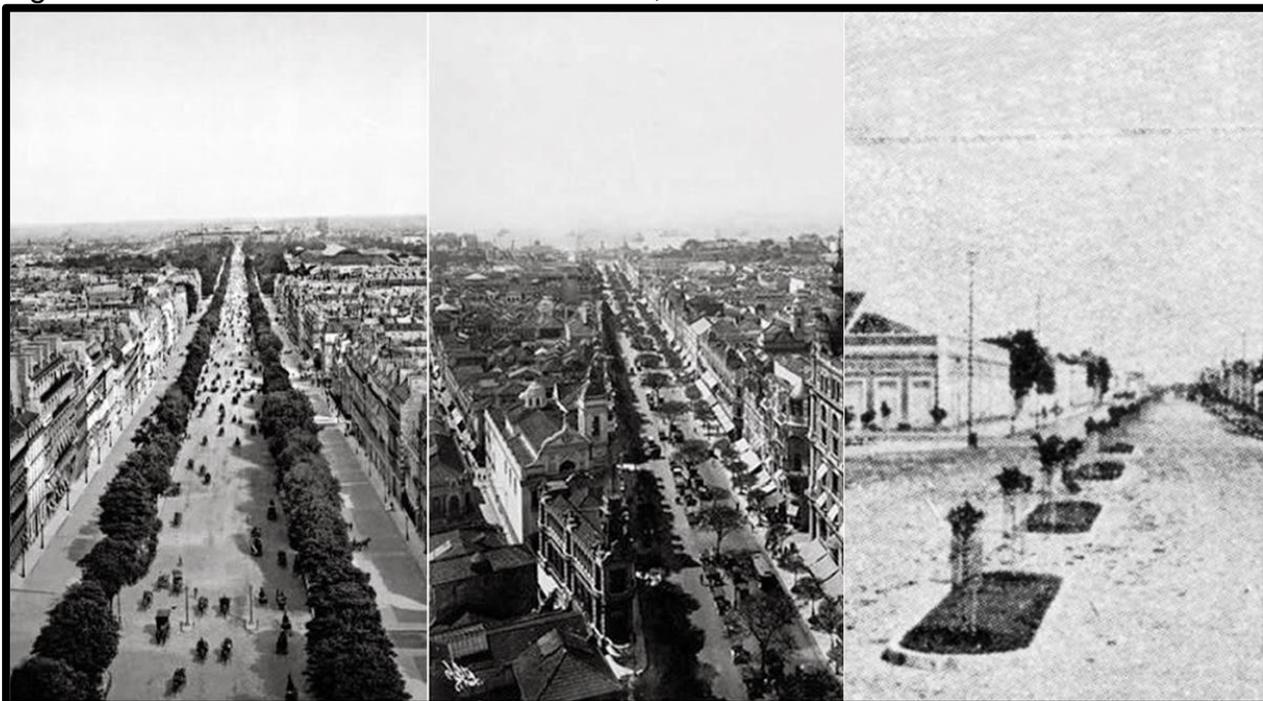
A avenida teve vários significados durante a história tanto nas cidades européias como no Brasil. De acordo com Borde (2016, p. 116),

não são apenas ruas extensas ou largas. Avenidas são, em sua maioria, sinônimos de traçados que impulsionam a cidade em direção a um futuro idealizado. Definição que se aplica tanto às avenidas abertas como caminhos de penetração nas áreas de expansão urbana como àquelas cujo projeto tem por objetivo requalificar o tecido urbano consolidado. Assim, avenidas são, desde o século XVIII, as portas de entrada da modernidade tal como concebida nos diferentes momentos históricos. Elas trazem em seus topônimos, traçados e tramas, traços de projetos de cidade.

Seu traçado é bem mais do que apenas uma rua larga, como a autora mencionou, leva em consideração uma visão de desenvolvimento, pois a abertura significa estar aberto para as novidades, a modernidade que se apresentava sob a forma de novos logradouros e denominações que carregavam consigo toda uma simbologia daquele que os denominou. Com isso, Borde (2016, p. 116) explicita que “a concepção de avenida relacionada à palavra francesa *avenue*, que remete tanto a *l’avenir*, o futuro, como a *venir*, vir, chegar”, ou seja, aberta para aquilo que está por vir e, nada melhor do que termos como referência a própria Paris, pois ela fechou-se para o passado quando a regulamentação colocou a baixo as antigas ruas e abriu grandes e largas vias que se prepararam pra receber não só os parisienses como pessoas de todo mundo.

Mas, em outros casos as avenidas são tidas como *boulevards* o que significa uma comparação pelo seu tamanho e largura, porém o *boulevard* é bem mais do que isso: uma via larga com canteiro central e arborizado, além de ter calçadas largas também para o passeio e projetada para ter a sensação de grandiosidade e prolongamento (Pinheiro, 2011). Daí a questão da utilização do termo *boulevard* como sinônimo de avenida, muito comum em cidades brasileiras como Rio de Janeiro e Fortaleza (figura 9) quando passaram por transformações na sua morfologia, umas com maior grau de intensidade outras nem tanto, associando os mesmos processos com a mesma intensidade que os de Paris. Mas, como afirma Lefèbvre (1991), os *boulevards* são concebidos para vislumbrar o novo modo de vida urbano, mas também uma forma de limitar os sentidos dos *flâneurs* elencando monumentos no início e término das vias.

Figura 9 - A dimensão das avenidas em Paris, Rio de Janeiro e Fortaleza.



Fonte: Blog Espaço Morgenlicht. Disponível em: <https://espacomorgenlicht.wordpress.com/2013/09/02/o-rio-que-queria-ser-paris/>. Acesso em: 19.09.2018 / Blog Fortaleza em fotos. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2013/08/praca-do-carro.html>. Acesso em: 10.09.2018.

Na figura 9 observamos em sequência: *Avenue des Champs Élysés* (Paris), Avenida Central, atual Rio Branco (Rio de Janeiro) e *Boulevard do Livramento* (atual Avenida Duque de Caxias, em Fortaleza) e percebemos que a noção de avenida e *boulevard* varia em determinados contextos tornando-se, muitas vezes, um modismo.

Daí entram outros elementos como o lote, a quadra, o quarteirão, a própria calçada que serão explicitados no próximo tópico que trata da avenida e a praça.

### **2.2.2 A praça e demais logradouros**

As praças também possuem papel importante nas cidades, presente desde a Idade Antiga. Elas são pensadas como espaços amplos que se abrem dentro das cidades em meio aos quarteirões e também foram e continuam sendo importantes para a vida urbana como local de encontro, outrora, local de comércio e os dois ainda permanecem em muitas cidades. Gastal (2006) resume bem sua origem e simbolismo

... a praça - na sua origem, um fixo -, fórum da festa e da sociabilidade e do encontro, torna-se cada vez mais um fluxo, e é também alçada à invisibilidade. Na condição de fluxo, abandona os espaços públicos de livre acesso, para transitar por espaços privados ou privatizados: shopping centers, casa noturnas, parques de lazer, diversos, postos de gasolina. A praça abandona os lugares, para frequentar, não raro, não-lugares. Submetida à hegemonia dos fluxos, a praça como um fixo parece fragilizada. Mas, como demonstrado por Kevin Lynch (1988), são os fixos - a praça entre eles - que marcam concretamente as cidades como lugares e orientam o traçado do deslocamento dos fluxos. Os marcos - como Lynch denomina os fixos que se destacam no imaginário que cada morador constrói na cidade - contribuíram para a familiaridade do observador com o entorno. Também serviram para fixar e fortalecer um centro ou centralidades em torno dos quais a cidade se organiza (p. 97).

Isto posto, percebemos o quanto a praça é importante tanto quanto a rua e a avenida revelando a sua metamorfização ao longo da história pelo breve resumo, pois ela acaba se tornando uma espécie de clareira que se abre em meio ao conjunto arquitetônico ou, trazendo para o contexto regional, somente a igreja, marco fundamental de toda cidade ou vilarejo, característica predominante e que demonstra o tipo de colonização fazendo com que, mais uma vez, mencionamos a questão da herança colonizadora no Brasil e a constituição de suas vilas que se tornaram cidades.

Ledrut (1971, p.100), nos explicita que,

No lugarejo das sociedades ocidentais não há diferença sociológica entre as diversas porções do espaço onde se reúnem os lares e seu habitat. Dá-se o mesmo nas aldeias, com exceção de um lugar que é ponto de partida dos aglomerados cada vez mais vastos e cada vez mais diferenciados existentes. Esse lugar privilegiado, esse ponto de polarização e diferenciação é a praça.

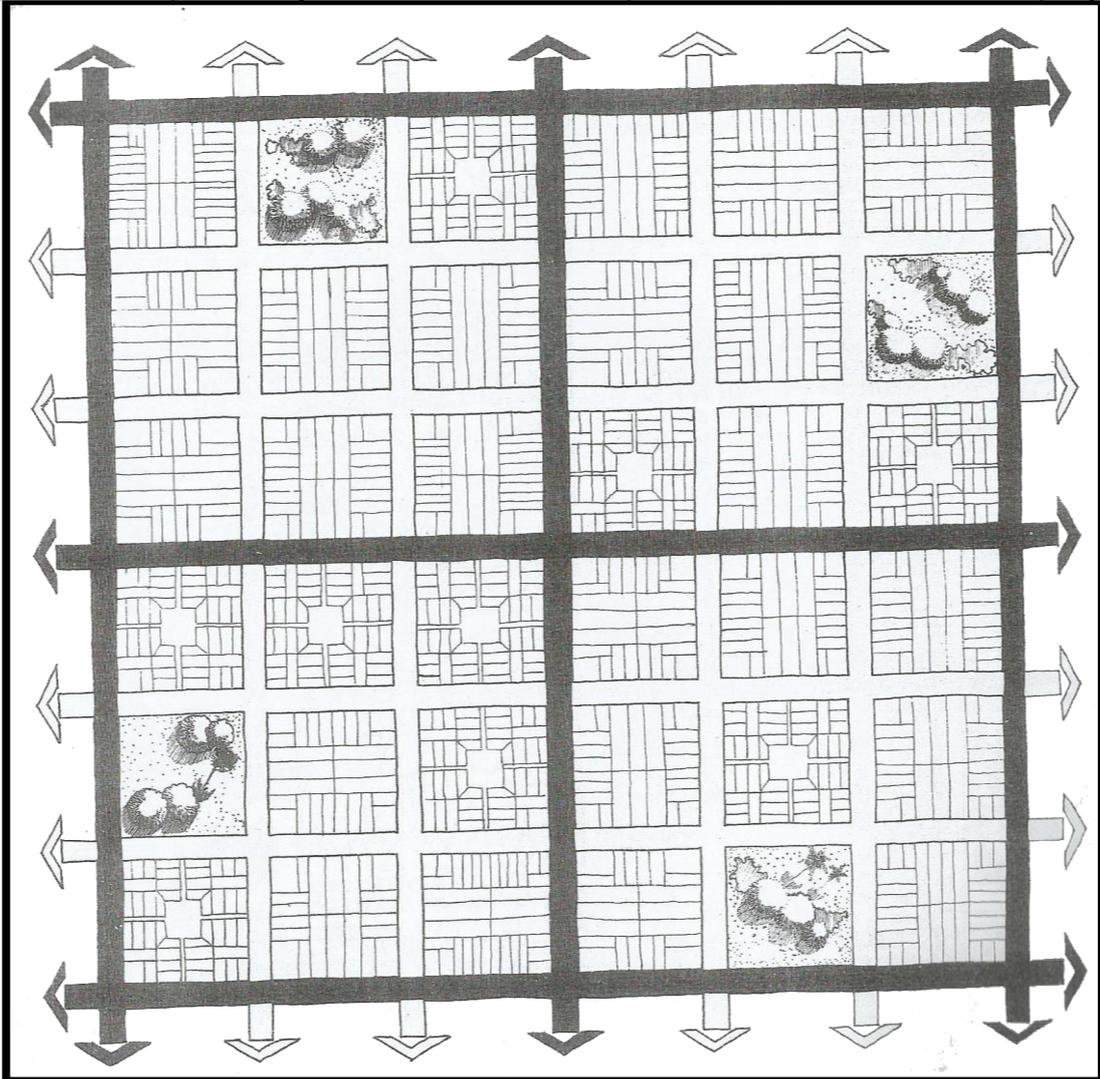
A praça, citada acima, também se configura como um dos elementos fundamentais para uma cidade, uma vez que, é um espaço que tem como principal função reunir as pessoas que moram ou que passam pelos arredores. Em qualquer cidade que possamos visitar existirá a mesma configuração, embora modifiquem-se apenas o tamanho e o estilo, no caso, a igreja e a praça. Dois símbolos que exprimem o modo como aquela cidade ou até mesmo vilarejo se formou nos referendando que o espaço ali é o responsável pelo desenvolvimento de seu entorno. Marcas deixadas como representação do núcleo inicial repassando a ideia de que aquele lugar só se configurou como tal porque aqueles símbolos foram instalados ali.

De acordo com Jucá Neto (2012), perceberemos que escolhendo o local para o erguimento da fazenda do sítio escolhe-se o lugar para a praça e, logo após,

a ermida ou uma igreja como símbolos do poderio português durante o século XVIII (ou o contrário, escolhendo o lugar para a igreja escolhe-se o lugar para a praça). Se observarmos as cidades portuguesas veremos semelhanças com as do Brasil no arranjo dos equipamentos como também na instalação da própria praça sendo ponto central das cidades, de modo que, "... a praça principal das cidades (inclusive a plaza mayor trazida pelos espanhóis para a América Latina), é entendida como centro do recinto urbano" (SALDANHA, 1993, p. 23). Assim, compreendemos que ela possui dentre suas funções a de ser um fixo necessário a todas as cidades para que haja um nível de sociabilidade entre os cidadãos o que, de certa forma, nas cidades com poucos habitantes observamos que há um apreço maior pela praça, uma vez que, ela seja o único ponto de encontro em contraponto com as grandes cidades que possuem shopping centers e totalmente fragmentada do ponto de vista do tecido urbano através de grandes vias e arranha-céus.

O que visamos aqui é que a junção entre rua, avenida e praça faz parte de um conjunto que faz da cidade o que ela é: dinâmica, vivaz e consegue se metamorfosear ao longo do tempo, mas que sempre contém estes três elementos. Na figura 10 podemos entender como elas se rearranjam no tecido urbano e formam a cidade como conhecemos, através dos quarteirões "também chamado de quadras resulta da agregação de lotes formando um conjunto com acessos comuns" (SANTOS, 1988, p. 77).

Figura 10 - Representação de um bairro com quarteirões, avenidas, ruas e praças.



Fonte: Santos, 1988.

Distinguimos as avenidas pela cor mais escura por estarem destacadas e serem relativamente mais largas, embora, algumas não recebem esta denominação pela largura ou tamanho, mas pelo tráfego intenso. As ruas preponderantes cortam e formam um tabuleiro de xadrez juntamente com as avenidas e, entre elas os quarteirões que sofrem uma ruptura quando há uma praça tornando-a elemento de exceção na cidade com a presença de árvores que, muitas vezes não estão presentes nas ruas e avenidas. A vivência das praças é de fundamental importância para sua reafirmação como elemento da morfologia urbana e local de encontro, uma vez que, ela fora construída para este fim. Gastal (2006) enfatiza que viver o espaço é construir um sentido levando à sensibilidade que apura e perpassa pelo reconhecimento daquele lugar como seu e como parte da cidade, um sentimento de identidade.

Embora, seus usos tenham se modificado nos últimos anos ela continua sendo um dos principais lugares que a cidade proporciona para reduzir a velocidade do cotidiano, uma vez que, “a alteração da velocidade atinge não apenas os deslocamentos de objetos e pessoas, e ela atua de maneira mais drástica sobre os fluxos das trocas simbólicas..” (GASTAL, 2006, p. 83) inserindo outros elementos para além da estrutura e da sua função, mas também do significado que ela possui para a cidade tornando-se, muitas vezes, símbolo da mesma como forma de reconhecimento da sua importância.

Como palco político, as praças foram e continuam sendo lugares de encontros, discursos e manifestações, onde outrora, fazia par com o coreto, ponto central da praça, compunha um cenário típico de cidades que viam nela seu principal lugar de encontro após a saída da igreja, outro marco que também formava um binômio, pois onde havia igreja, havia também uma praça. Saldanha (1993, p. 15) resume bem esta ideia quando menciona que

...a ideia de praça vai indicar aqui o espaço público com específico desligamento em relação à moradia privada. As praças, nas cidades construídas em todos os quadrantes e em todos os âmbitos culturais [...] ligam-se à finalidade econômica, a dimensão religiosa, ou militar da vida social.

Este excerto exprime bem a ideia de multiuso da praça que se destaca em qualquer cidade pelo fato de reunir ao seu redor os principais equipamentos, os mais bonitos casarões, os mais belos edifícios e, também, por onde passam as ruas e avenidas mais importantes fazendo com que ela seja alvo constante de melhorias. Porém, se nos distanciarmos do centro das grandes cidades perceberemos que este padrão muitas vezes não se aplica, uma vez que, não há equipamentos muito importantes ou casarões, pois as periferias também possuem suas praças, mas que não são contempladas da mesma forma que áreas mais valorizadas. Então, os agentes entram novamente em ação fazendo com que, como Santos (1988) afirma, a cidade se torne cada vez mais um jogo de cartas ou um tabuleiro de xadrez onde as peças são constantemente (des)locadas.

Fazendo um paralelo com os logradouros de uma forma geral podemos apreender que “a vivência das praças, por parte das classes altas terá sido sempre diversa da vivência por parte das *classes baixas*: a construção mesma dos logradouros foi sempre obra da classe dominante” (SALDANHA, 1993, p. 22) o que

nos leva até a discussão sobre a própria produção da cidade e quem são os responsáveis.

Não somente de ruas, avenidas e praças constituem as cidades, uma vez que, muitos são os tipos de logradouros existentes e que foram se modificando à medida em que as transformações e os processos alteraram a própria configuração urbana. Estes três são os mais aparentes, mas se analisarmos previamente encontraremos os mais variados tipos e, até mesmo a sua denominação mudará de acordo com a região, uma vez que, ela é uma construção social, histórica, dentre outras (SEEMANN, 2005). Como apresentado anteriormente, era comum exportar as tendências portuguesas, seja no nome de vilas como também dos logradouros, sendo comum encontrarmos muitas referências a vilarejos portugueses em cidades brasileiras.

Para compreendermos melhor essa diferenciação o quadro 3 apresenta uma lista de logradouros portugueses presentes na legislação e esboça um pouco da origem e diversificação dos tipos de logradouros que temos atualmente. Desta forma, a distinção ficará mais clara e nos permitirá compreender o quão complexo é o sistema de vias se foi empregado de forma errônea, ou seja, generalizando-os.

Quadro 3 – Lista de logradouros portugueses.

<b>LOGRADOURO</b>	<b>CONCEITO</b>
Adro	Espaço aberto, normalmente em frente ou em redor de uma igreja.
Alameda	Via de circulação com arborização central ou lateral.
Alto	Local ou ponto mais elevado.
Arruamento	Via de circulação de automóvel, pedestre ou mista.
Avenida	Espaço urbano público com dimensão (extensão e secção) superior à de rua, que geralmente confina com praça.
Azinhaga	Caminho com largura de uma viatura, aberto entre valas, sebes <sup>9</sup> ou muros altos.
Beco	O mesmo que impasse. Constitui uma via urbana sem interseção com outra via.
Calçada	Caminho ou rua empedrada, geralmente muito inclinada.
Caminho	Tal como estrada é o nome genericamente utilizado para denominar todas as faixas de terreno que conduzem de um a outro lugar.
Escadas ou Escadarias	Espaço linear desenvolvido em terreno declivoso, recorrendo ao uso de patamares e/ou degraus de forma a minimizar o esforço físico de percurso.

<sup>9</sup> Cercas vivas composta por árvores, arbustos utilizada para proteger um terreno. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sebes>.

Estrada	Espaço público, com percurso predominantemente não urbano, que estabelece a ligação com vias urbanas.
Impasse	Rua sem saída.
Ladeira	Caminho inclinado a subir ou descer.
Largo	Espaço urbano que assume a função de nó, de distribuição de tráfego, onde confinam estruturas viárias secundárias de malha urbana. São características do largo a presença de árvores, fontes, cruzeiros e pelourinhos.
Parque	Terreno arborizado ou ajardinado, extenso e geralmente delimitado por muros, sebes ou cercas, onde se podem encontrar um conjunto de instalações diversas, assim como denominação para um conjunto de dispositivos da mesma categoria.
Pátio	Recinto descoberto ou no interior ou terreno murado anexo a um edifício, vestíbulo átrio ou saguão espaçoso.
Praça	Espaço urbano, podendo assumir as mais diversas formas geométricas, que reúne valores simbólicos e artísticos, confinados com edificações de uso público intenso, com predomínio de áreas pavimentadas ou arborizadas, possuindo, em regra, obeliscos, estátuas ou fontes de embelezamento e enquadramento de edifícios.
Praceta	Praça pequena ou pequeno largo.
Rampa	Igual a ladeira.
Rotunda <sup>10</sup>	Praça ou largo, de forma circular, onde desembocam várias ruas e o trânsito se processa em sentido giratório.
Rua	Espaço urbano constituído por, pelo menos, uma faixa de rodagem, faixas laterais de serviço, faixas centrais de atravessamento, passeios e corredores laterais de paragem e estacionamento que assumem as funções de circulação e de estadia de peões, circulação, paragem e estacionamento automóvel, acesso a edifícios, continuidade da malha urbana, suporte de infraestruturas e espaço de observação e orientação, constituindo a mais pequena unidade ou porção de espaço urbano com forma própria e, em regra, delimita quarteirões.
Travessa	Espaço urbano público que estabelece o elo de ligação entre duas ou mais vias urbanas.
Víela	Rua estreita.

Fonte: Prefeitura de Vila Franca de Xira.

Muitos logradouros estiveram presentes em épocas pretéritas nas cidades brasileiras, uma vez que, espelhava as tendências da colônia e isso foi aplicado à arquitetura por meio de profissionais que construíram as vilas (que depois foram elevadas a cidades) a partir dos moldes portugueses. Devemos atentar para logradouros específicos que não são tão comuns nas cidades brasileiras como a azinhaga, o impasse e a praceta, pois mesmo que existam não apareciam com estas denominações, enquanto que, outros são característicos em determinada fase

<sup>10</sup> Rotatória.

como os largos, os caminhos, as estradas, mas que foram substituídos à medida em que a morfologia urbana passava por profundas transformações.

No próximo capítulo trataremos do recorte espacial que é o centro de Fortaleza na atualidade. Abordaremos como ele se apresenta em seus mais diversos âmbitos e funções e elencaremos suas principais características no que diz respeito ao conjunto de topônimos presente em seus logradouros.

### 3 O CENTRO DE HOJE: ABORDAGENS SOBRE O ESPAÇO URBANO

O centro da cidade resguarda muito sobre sua história e possui papel fundamental para a vida de seus habitantes seja nos grandes aglomerados quanto nos pequenos vilarejos, pois é a porção do espaço em que podemos obter boa parte do registro de acontecimentos que estão concretizados nos seus edifícios, monumentos e logradouros, no qual pretendemos analisar com mais ênfase neste capítulo o Centro de Fortaleza na perspectiva atual.

Mas, por quê não estudá-lo como era e como se encontra? Realizaremos uma via de mão dupla, uma vez que, buscaremos a partir das marcas do presente uma parte do passado que se fixa e se apresenta de diversas formas. Elencaremos os agentes que agem e modelam o espaço urbano de Fortaleza e, paralelamente, averiguaremos as funções que o Centro ainda possui para a cidade abordando como acontecem as leis sobre uso e parcelamento de solo nesta porção do espaço, auxiliando-nos em uma melhor compreensão para quando conhecermos seus logradouros a partir da experiência do *flâneur*.

#### 3.1 Quem organiza a cidade?

Como podemos observar durante boa parte do capítulo anterior as cidades passaram por um processo de reformulação tanto em sua estrutura física quanto simbólica e Fortaleza não foi diferente, embora, com um desenvolvimento tardio se comparado a outras capitais nordestinas como Salvador e Recife, mas que hoje é uma metrópole e, junto com estas duas, são as principais cidades da região Nordeste. Seu alcance no turismo, negócios, dentre outros é bem significativo tornando-a propícia a atrair investimentos de diversos setores e, neste jogo de poderes, vários agentes estão presentes. Mas, como isso modifica o espaço?

Santos (1985, p. 49) nos ajuda a compreender e afirma que

O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço [...]. A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma

decorrência de sua história - mais precisamente da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.

Desta maneira, podemos compreender o espaço e como ele foi modificado através da própria sociedade que o compõe e, assim chegaremos aos agentes que são responsáveis por este jogo de cartas ou tabuleiro de xadrez como afirma Santos (1988). Os conceitos que foram apresentados na citação anterior fazem parte do pensamento lefebvriano que são relacionados diretamente explicitando que “a forma não é mais que o signo da função e sua relação é o mais clara possível, ou seja facilmente produtível e reproduzível, cede lugar à estrutura” (LEFÈBVRE, 2000, p. 210). Na verdade, a forma é o resultado dos demais elementos que foram mencionados e, de acordo com a função, ela vai se modificando, uma vez que, “a função é a atividade elementar de que a forma se reveste” (SANTOS, 1985, p. 51). A Estrutura, por sua vez, “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação coletiva, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo e mudança” (SANTOS, 1985, p. 50).

Ainda segundo o autor, estudar a organização espacial implica a utilização destes conceitos para entendermos a produção do espaço urbano, uma vez que, são fundamentais para que entendamos quando aconteceram certos fenômenos, por quê aconteceram em dado momento e naquele lugar, onde aconteceu e quem foram os responsáveis. Corrêa (2005, p. 122) esclarece como os processos sociais influenciam na organização espacial.

Entre processos sociais [...] e organização espacial [...] aparece um elemento mediador, que viabiliza que os processos sociais originem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de formas que atua ao longo do tempo e que permitem localizações, relocalizações e permanências das atividades e população sobre o espaço urbano. São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial complexa que caracteriza a metrópole moderna. Tais processos são postos em ação pelos atores que modelam a organização do espaço, proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias e de construção [...] e o Estado...

Portanto, podemos inferir quais agentes modeladores encontramos nas metrópoles e como eles são influenciadores na questão da organização espacial à medida em que, seus interesses estão em jogo e, cada um precisa ter estratégia para se manter no mercado e lucrar tendo o Estado como facilitador, muitas vezes,

para que esta reorganização seja efetivada. Mas, qual a influência que eles possuem nos espaços da cidade, sobretudo no Centro?

Entendendo o processo de Centralização conheceremos o poder dos agentes para modificá-lo e reorganizá-lo perante a própria cidade. Sabendo que “o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condição social e campo simbólico e lutas” (CORRÊA, 2005, p. 145) inferimos que esta fragmentação “é decorrente da ação dos agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano: proprietários dos meios de produção, sobretudo os grande industriais, fundiários, Estado e grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 2005, p. 145) . E por ser um espaço metropolitano sua complexidade se agrava mais por ser o responsável por ter um centro que reúne atividades terciárias, especialmente voltadas para o comércio e o varejo, além de serviços diversos que ele proporciona, também parte do poder se encontra no Centro seja na esfera municipal, estadual ou federal.

Baseado nos quatro conceitos que foram apresentados, constatamos que eles são fundamentais para história de quaisquer cidades. Entretanto, temos que trabalhar conjuntamente, pois eles não podem ser trabalhados sozinhos, caso contrário uma análise por qualquer um dos viés não resultará numa ampliação e verificação de tais fenômenos. Por isso, é tão importante atentar para os sinais. De acordo de Lefèbvre (1999) a realidade urbana é espacial e temporal: primeiro porque o processo se estende no espaço e o segundo pois se desenrola no tempo. E outra, o próprio urbano não é uma realidade acabada, uma vez que, ela se constrói e se redefine como o espaço “urbano do encontro, das trocas, das pessoas, da vida ” (LEFÈBVRE, 1999, p. 20).

O Centro aparece como foco das atividades, como fora mencionado, mas a sua centralidade reforça esta atrativa porção do espaço. Romancini (2011) esclarece que esta centralidade é importante para enfatizar as áreas centrais, uma vez que, ele é a expressão da dinâmica destas áreas e, como resultado disso, é manifestada através de fluxos e pela fluidez entre outras áreas e o centro. Segundo Corrêa (2005, p. 123) a

“Área Central, resulta do processo de centralização [...] um produto [...] levado ao extremo pelo capitalismo industrial [...]. A partir da segunda metade do século XIX as ferrovias passaram a desempenhar papel crucial nas relações interurbanas e inter-regionais”

É para a Área Central que convergem caminhos diretos que se tornam ruas à medida em que a cidade se transforma, de modo que, eles possuem sua importância como contribuintes do movimento, instalação e circulação (LEDRUT, 1971). O seu poder evocador conseguiu reunir em seu espaço inúmeros serviços que estão espalhados pelas suas ruas e avenidas, de modo que, “a emergente Área Central passou a desfrutar da acessibilidades dentro do espaço urbano que aí se encontram, o que levou a uma competição pelo uso da terra” (CORRÊA, 2005, p. 124). Compreendemos que o alavancamento do Centro em determinada época fora de grande valor, sobretudo para o setor imobiliário, uma vez que, disputava com outros agentes (como os ligados à construção civil) para que não modificasse a parte central, de modo que, houve uma valorização. Porém, mesmo que haja esta possibilidade o Centro se configura como local do comércio enfatizando a sua característica de ser central. Embora,

... no centro da cidade, bem como nos bairros, encontram-se locais de trabalho, moradia, igrejas, etc. Não existe propriamente o zoning. As funções ‘externas’, quer dizer, as que colocam em jogo as relações da cidade com o exterior, não são estritamente localizadas (LEDRUT, 1971, p. 138).

Ou seja, o Centro é bem mais do que somente o lugar do comércio, possuindo diversas funções dando-lhe essa característica de uso misto entre moradia e serviço. O seu poder de atração, de acordo com Ledrut (1971) é de fundamental importância, por conseguir reunir os serviços mais raros, uma vez que, não se encontram em outras partes da cidade, mas que no centro é abundante. Ele é o foco do consumo onde outrora fora *status* de riqueza e ostentação, pois é nesta questão que os agentes modeladores se encontravam como donos da terra ou proprietários através de seus casarões que podem ou não terem resistido ao processo de descentralização do centro. No caso de Fortaleza, o apogeu do Centro acontece a partir da segunda metade do século XIX e começa a sofrer o processo de descentralização a partir da terceira década do século XX. A partir daí ele passa por um processo de mudança na sua função e em algumas de suas formas.

... este processo de descentralização aparece como medida espontânea ou planejada, visando diminuir a excessiva centralização [...], a saber:

- Aumento constante do valor da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades. que perdem capacidade de se manterem localizados na Área Central;
- Dificuldade de obtenção de espaço para expansão;

- Ausência ou perda de amenidades, afetando atividades e população de alto status; mas também, deve-se às pressões contra determinados tipos de uso da terra, como indústrias poluentes, por exemplo” (CORRÊA, 2005, p. 125).

Todos estes fatores acontecem quando certos interesses estão em jogo, neste encontramos os mais variados elementos que enfatizam esta descentralização, uma vez que, a cidade começa a crescer e surge outras formas de compras além do contato direto, ou seja, centro de negócios não basta para a manutenção e concentração da função comercial. Então, há o montante de negócios dos centros comerciais periféricos (CASTELLS, 2009)

Por conseguinte, aos poucos vemos um processo inverso do que se tinha observado com a valorização da Área Central. Em Fortaleza, este processo começa quando a elite morava no próprio Centro e, à medida em que vários processos históricos aconteceram, a mesma elite se afastou e mudou para bairros vizinhos. Mas, que Centro é este que estamos falando?

### **3.2 A diversidade de usos do Centro: breves considerações acerca das atividades exercidas**

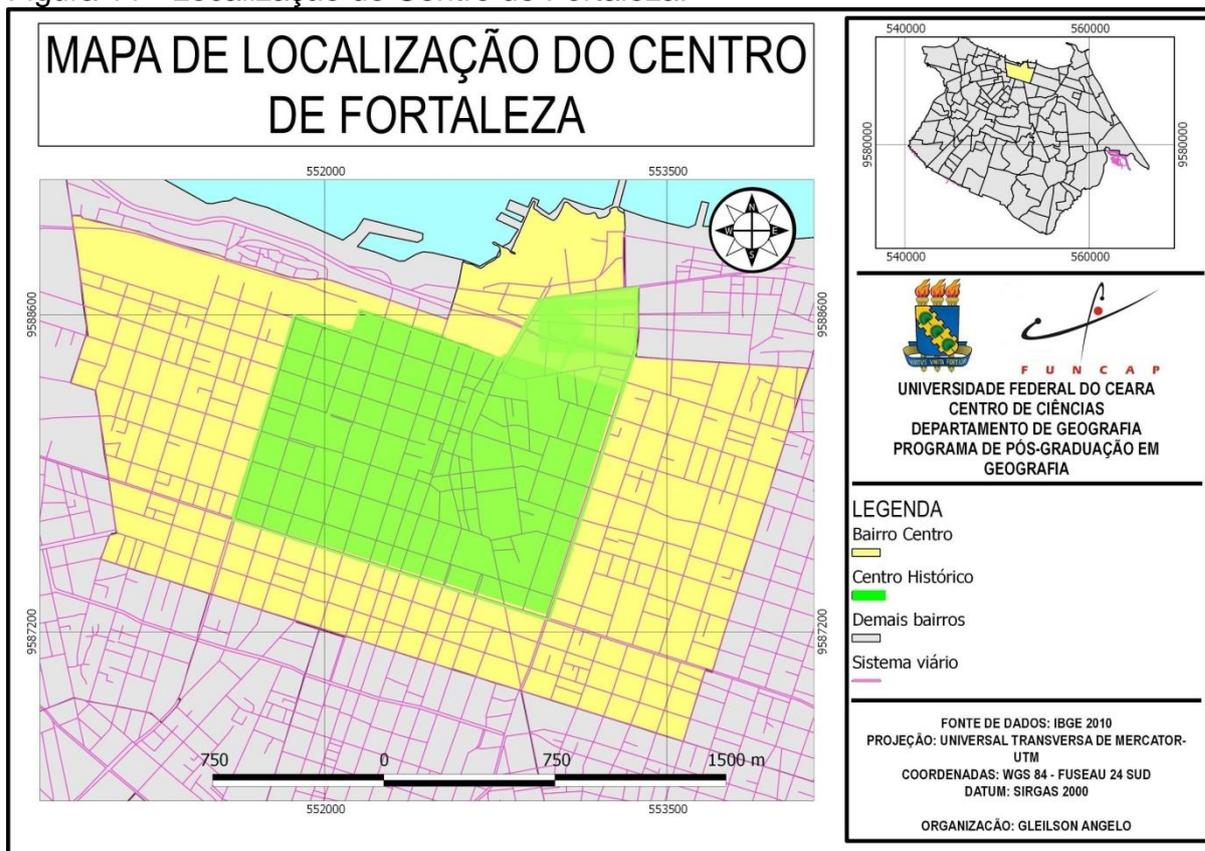
O Centro de Fortaleza, que em 2015 concentrou 14% dos estabelecimentos formais, já nos fornece uma das primeiras informações acerca dos usos que ele possui, ou seja, a função que ele exerce na cidade. De acordo com a Secretaria Executiva do Centro (SERCEFOP) o bairro tem como limites: leste, rua João Cordeiro; oeste, Avenidas Padre Ibiapina e Philomeno Gomes; Norte, Avenidas Historiador Raimundo Girão, Almirante Barroso e Presidente Castelo Branco (Leste-Oeste), Pessoa Anta rua Adolfo Caminha; sul, Avenidas Antônio Sales e Domingos Olímpio<sup>11</sup>.

Estabelecemos um primeiro contato com as denominações de logradouros que fazem parte do perímetro que delimita o bairro Centro e, dentro dele encontramos nossa área de estudo que está demarcada na figura 11. Explicitaremos a escolha do recorte espacial tal como do próprio bairro como objeto a ser apreendido através da leitura do espaço urbano.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.anuariooceara.com.br/secretarias-regionais/>. Acesso em: 22.09.2018.

Figura 11 - Localização do Centro de Fortaleza.



Elaborado pelo autor (2019).

Na figura 11 podemos ver em destaque o chamado Centro Histórico<sup>12</sup> que compreende boa parte de edifícios antigos, monumentos e, sobretudo, a denominação de suas ruas que faz com que pensemos em todo o processo histórico que relatamos no capítulo anterior. Sobre os seus mais diversos usos, Ledrut (1971, p. 133-134) explica que

quando um setor desempenha uma ou várias funções de caráter geral, quer dizer que, dizem respeito mais ou menos regularmente a todos os habitantes da cidade, fica em situação peculiar. Pode-se chamá-lo de Centro, na medida em que constitui-se polo de atração para o conjunto dos habitantes da cidade. Parece pois possível definir um centro como setor que exerce uma ou várias funções gerais.

No Centro encontramos de tudo: de lojas de utensílios até consultórios médicos que se concentram e disponibilizam diversos serviços à população. O acesso acontece por diversos modais, tanto por ônibus quanto por metrô e por um sistema de bicicletas compartilhadas, quanto por carros particulares. As linhas de

<sup>12</sup> Delimitado ao norte pelas avenidas Pessoa Anta, Alberto Nepomuceno e rua Senador Jaguaribe, à oeste avenida Imperador, ao sul avenida Duque de Caxias e à leste avenida Dom Manuel e rua Almirante Jaceguai.

ônibus facilitam no acesso, uma vez que, boa parte dos bairros possuem uma linha bairro-Centro sem a necessidade de passar por terminais de integração, contribuindo para uma diminuição no tempo de percurso e, através das faixas exclusivas para ônibus, uma maior fluidez deste tipo de transporte.

Desta forma, Corrêa (2005, p. 147) complementa que

... o espaço urbano é fragmentado. É simultaneamente articulado. Com articulação se quer dizer que cada uma das partes da cidade mantém relações com as demais [...] aos deslocamentos cotidianos entre áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos para compra no centro da cidade ou nas lojas de bairros.

À vista disso, compreendemos que o espaço fragmentado e articulado nada mais é do que o reflexo da sociedade, sendo estes dois fenômenos a expressão espacial dos processos sociais com marcas tanto do presente como do passado. De forma sucinta, Corrêa (1994, p. 172) explica que

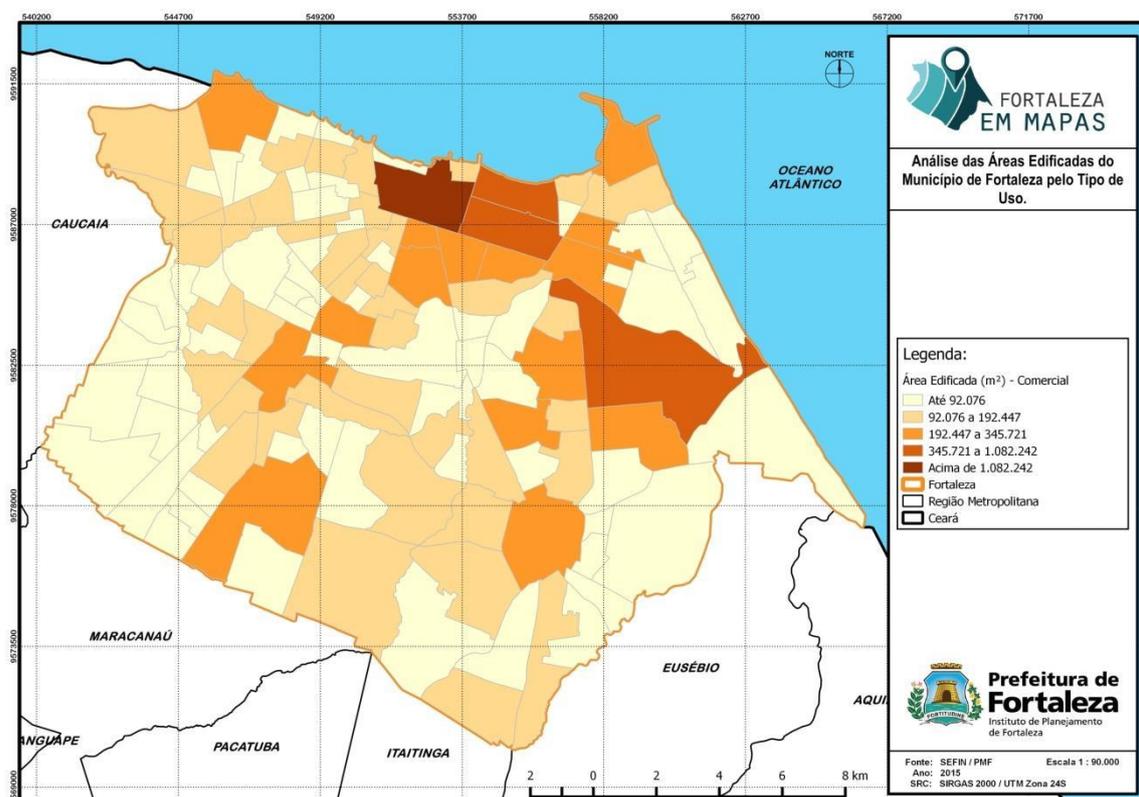
...deve-se considerar as diversas singularidades vinculadas ao sítio metropolitano, à história urbana e regional e ao processo de inserção da metrópole na divisão territorial do trabalho em escala nacional e internacional [...]. As transformações que ressaltamos são as seguintes: a descentralização e seu impacto no núcleo central, a ratificação de setores residenciais seletivos, a explosão da periferia popular e os novos territórios que surgiram.

No caso de Fortaleza, o Centro (como era a própria cidade até o início do século XX) entrou na divisão internacional do trabalho a partir da produção do algodão fazendo com que a cidade passe por profundas mudanças, não na mesma proporção de Rio de Janeiro ou Paris, mas que modificou seu tecido urbano durante todo o século XIX e com isso concebemos um outro Centro que, nas palavras de Augé (1994) é o lugar que, como nas pequenas cidades e vilarejos, da Terceira República e como ainda são concebidos até hoje estão agrupados em seus espaço bares, hotéis, lojas e o mercado, símbolos que, juntamente com a praça, a feira e a igreja formam um conjunto inconfundível em qualquer cidade que seja visitada. É também uma forma de dispor no espaço elementos que simbolizem o poder: religioso, civil.

É neste bairro onde se concentram inúmeros serviços tornando-se importante para a sua dinâmica. Além de concentrar a maior área edificada comercial (m<sup>2</sup>) (figura 12) concentra também o maior número de bens tombados em nível municipal e federal (figura 13). Este adensamento de construções é explicado a

partir do tamanho de seus lotes (como veremos a seguir), ou seja, resquício de outros tempos denotando o tamanho das antigas construções que ali estavam instaladas.

Figura 12 – Áreas edificadas em Fortaleza (m<sup>2</sup>) – Comercial.



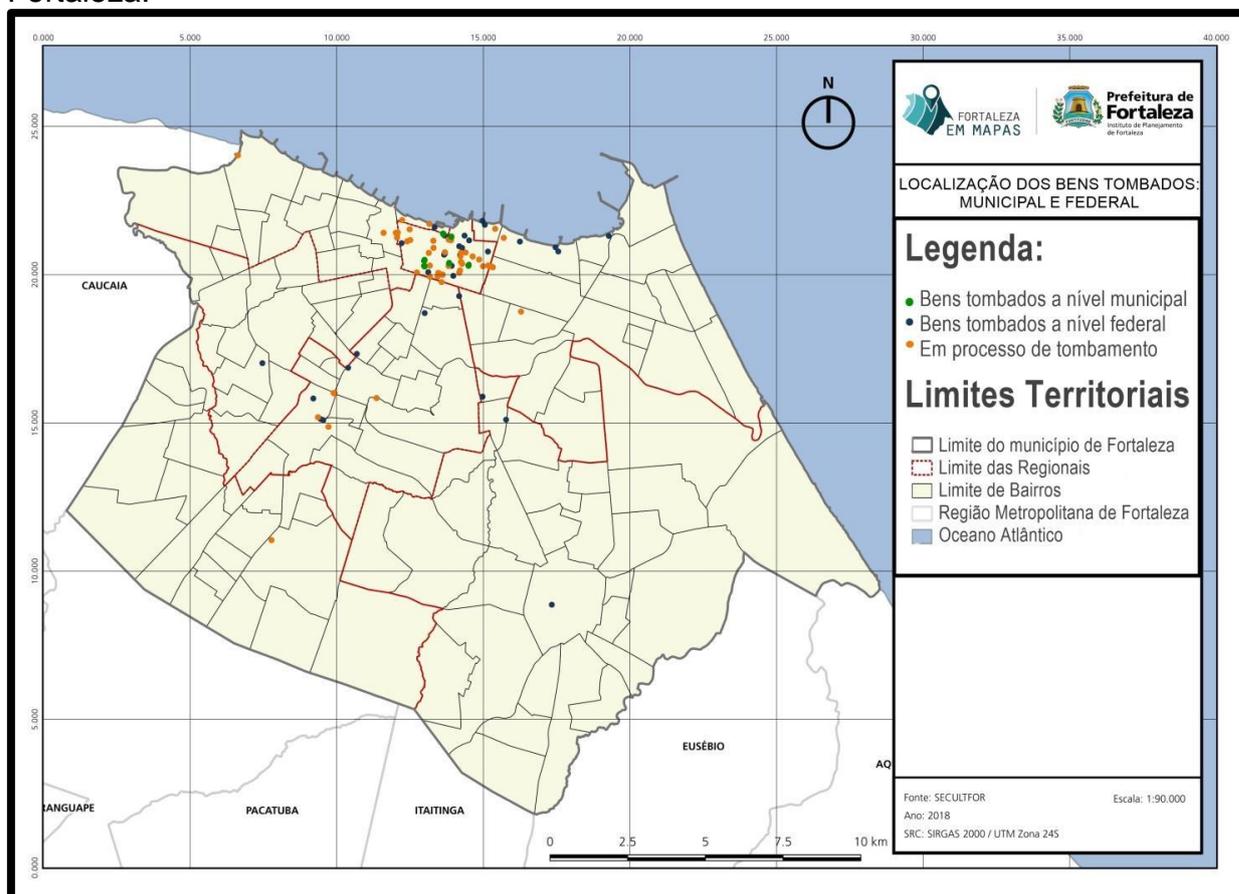
Fonte: Fortaleza em Mapas.

De acordo com a figura 12 o Centro se destaca como a maior área edificada comercial o que evoca e enfatiza novamente a sua importância dentro da cidade como o principal centro de serviços, embora hajam outros que disponibilizam quase os mesmos serviços em menor escala, como Parangaba e Messejana, mas que não possuem a mesma dinâmica que o Centro. Outro fator determinante para esta vocação comercial é que há serviços que só são oferecidos nesta porção da cidade tornando-o único e diverso em se tratando de serviços especializados (cujas ruas refletem este processo, como veremos adiante).

A figura 13 enfatiza o Centro no que diz respeito aos patrimônios históricos trazendo para si, novamente, a importância enquanto espaços de memória e de monumentalidade. É na área central onde estão as construções mais antigas que formam uma paisagem eclética no que diz respeito aos estilos arquitetônicos

que se sobressaem frente às grandes construções posteriores à década de 1930 quando inicia o processo de verticalização da cidade.

Figura 13 – Localização dos bens tombados em nível Municipal e Federal em Fortaleza.



Fonte: Fortaleza em Mapas. Adaptado pelo autor (2019).

A partir da figura 13 observamos a concentração de bens tombados no Centro, demonstrando uma tentativa de valorizá-lo e de preservar a própria história da cidade com constantes projetos que visam a sua requalificação, uma vez que, a cidade se expandiu e cresceu, mas o Centro não seguiu o ritmo. Recentemente, com algumas ações é que alguns equipamentos foram criados, reformados, além de programações culturais nos principais lugares, como uma forma de fazer com que fortalezenses e turistas possam desfrutar dos espaços.

Portanto, o Centro não é somente comercial, mas histórico e cultural também com a presença de vários equipamentos geridos de Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) e do Ceará (SECULT), além de bibliotecas, arquivos, museus, como uma forma de reconhecer o seu próprio patrimônio, pois muitos deles

são utilizados para abrigar estes equipamentos. Com isto, o Centro aparece como um atrativo para shows, festividades, manifestações culturais, com o intuito de torná-lo mais do que um espaço para o comércio e lugar das trocas, mas também para a diversão e o entretenimento. Podemos observar na figura 14 como estão dispostos estes equipamentos.

Figura 14 – Equipamentos culturais da Secult no Centro de Fortaleza.



Fonte: SECULTCE. Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais?download=830%3Amapa-equipamentos-culturais>. Acesso em: 15.10.2018.

Com exceção da Escola de Artes e Ofício Thomaz Pompeu Sobrinho, localizada no bairro de Jacarecanga, os demais fazem parte da rede de equipamentos geridos pela Secult e possuem uma vasta programação que abrange inúmeras linguagens: teatro, música, dança, pintura, dentre outras. Deste modo, podemos encontrar uma diversidade de atividades cujo intuito é aproveitar os espaços no Centro da cidade como vitrines para os trabalhos de artistas locais, regionais e nacionais, fomentando a cultura e despertando na população o desejo de frequentar estes espaços.

Além dos usos mencionados, o Centro também é o espaço da moradia, das igrejas, dos cinemões e saunas, sedes de sindicatos, hospitais, prostituição e moradores em situação de rua, onde outrora, foi o centro administrativo, financeiro, elitizado, mas, não aprofundaremos, visto que, será retratado no próximo capítulo.

### **3.2.1 Uso e parcelamento do solo: a legislação urbana na organização do Centro**

A versatilidade do Centro perpassa também pelo tipo de terreno que ele possui denotando a forma como as transformações urbanas acontecem nesta porção do espaço. Tudo isto interligado com o que já foi mencionado, podemos apreender como estas transformações modificam e metamorfoseiam o espaço.

Aceitar e incorporar esse papel (reflexo e condicionante social) do espaço urbano nos nossos estudos é um passo fundamental para a sua compreensão. É adotar a hipótese básica de Henri Lefèbvre sobre a natureza do espaço urbano. Fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, o espaço urbano é também o lugar onde os diferentes grupos sociais vivem e se reproduzem . Isso envolve, de um lado, o cotidiano e o futuro. De outro, envolve crenças, valores, mitos, utopias, e conflitos criados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial [...]. A fragmentação e a articulação do espaço urbano, seu caráter de reflexo e condição social são vivenciadas e valoradas das mais diferentes maneiras pelas pessoas (CORRÉA, 1991, p. 150).

A Forma, a Função, o Processo e a Estrutura se encontram no centro de Fortaleza cabendo a nós fazer uma análise sobre o que está espacializado, de modo que, alguns processos do passado foram concretizados e até hoje estão presentes como antigos casarões que viraram museus, teatros que ainda possuem a mesma função, antigos bancos que foram incorporados às multinacionais, antigas e novas lojas de departamento e tudo isto entrecruzado por ruas.

A questão do lote no Centro é um assunto delicado, uma vez que, a sua configuração é bastante peculiar. E neste embate, Santos (1988) comenta que há uma combinação entre os padrões de lotes sejam eles privados ou áreas públicas, pois, quanto maior o número de pessoas, maior a possibilidade de articular e conjugar outros espaços e seus usos.

As inúmeras leis que regem o ordenamento tal como uso, parcelamento e desmembramento de lote é de fundamental importância, sobretudo, do ponto de vista jurídico e político. Discutiremos brevemente sobre o lote, a quadra e como estes elementos contribuem para entendermos como as leis que regem a organização do Centro resultam na sua morfologia a partir do seu desenho e como isso nos ajuda a compreender, por exemplo, o delineamento de suas ruas. De acordo com a Lei nº. 7.987 de 23 de dezembro de 1996 que refere-se ao uso e ocupação do solo, Art. 2º definindo:

I - ACESSO - é o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre:

- a) logradouro público e propriedade privada;
- b) propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;
- c) logradouro público e espaço de uso comum em condomínio;

XL - CALÇADA ou PASSEIO - é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres e de bicicletas quando este for dotado de ciclofaixa, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;

XLI - CALÇADÃO - é a parte do logradouro público, destinado ao pedestre e equipado de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos, exceto quando dotado de ciclofaixa, tendo por propósito oferecer condições adequadas à circulação e lazer da coletividade;

LXXVIII - GALERIA - é o espaço de livre acesso público para circulação de pedestres, coberto por marquise ou laje do pavimento imediatamente superior, podendo, em casos especiais, dar acesso a veículos de serviço e/ou acesso a estacionamento;

LXXXVII - LOGRADOURO PÚBLICO - é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos;

LXXXVIII - LOTE - é a parcela de terreno contida em uma quadra, resultante de loteamento ou de desmembramento, com pelo menos uma das divisas limreira à via pública;

XCV - ORDENAMENTO do USO e da OCUPAÇÃO do SOLO - é o processo de intervenção do Poder Público visando orientar e disciplinar a implantação de atividades e empreendimentos no território do município, com vistas a objetivos de natureza sócio-econômica, cultural, administrativa;

CXIV - REURBANIZAÇÃO - é o processo pelo qual uma área urbanizada sofre modificações que substituem, total ou parcialmente, suas primitivas estruturas físicas e urbanísticas;

CXXIII - URBANIZAÇÃO - é o processo de incorporação de áreas ao tecido urbano, seja através da implantação de unidades imobiliárias, seja através da implantação de sistemas e instalação de infraestrutura;

CXXVI - USO do SOLO - é o resultado de toda e qualquer atividade, que implique em dominação ou apropriação de um espaço ou terreno (BRASIL, 1996, p.1-9).

É necessário entendermos estes termos para compreender a estrutura dos bairros que formam o Centro, embora seja um modelo bem anterior à lei, mas nos auxilia a apreender certos conceitos. Nos centros tradicionais, observamos

que marcas deixadas no espaço revelam diferentes momentos/movimentos de produção da cidade o que, de certa forma, acaba por enfatizar a ideia de lugar, uma vez que, este é construído socialmente. Desta maneira, vemos uma intensificação das próprias relações sociais no espaço que reflete o caráter metropolitano de Fortaleza, a partir do momento em que identificamos, em seu processo histórico, inúmeros elementos que caracterizam a sua própria formação enquanto metrópole (SILVA, 2007). Desde a estruturação de uma malha viária tornando o uso do espaço cada vez mais complexo até a sua articulação com outros municípios através de vários modais (linhas de ônibus e metrô, por exemplo) nos ajuda a compreender a dinâmica que a cidade possui hoje, resquício de um processo de crescimento e transformação.

Através do processo de urbanização e metropolização Fortaleza se desenvolveu rapidamente e, juntamente com estes processos, inúmeros problemas também se desenvolveram e, um destes refere-se ao de renovação urbana ou expansão em determinados espaços, como no Centro, por exemplo, pois de acordo com Souza (2009), na área central a dificuldade de estacionar os carros é uma das implicações desta parte da cidade e explica o surgimento de vários estacionamentos, embora pequenos devido à questão dos lotes, pois são estreitos e compridos implicando em situações como parcelamentos e/ou expansão praticamente impraticáveis e também uma provável verticalização devido à dificuldade de adquirir uma área para a construção ou expansão de edifícios devido o seu tamanho.

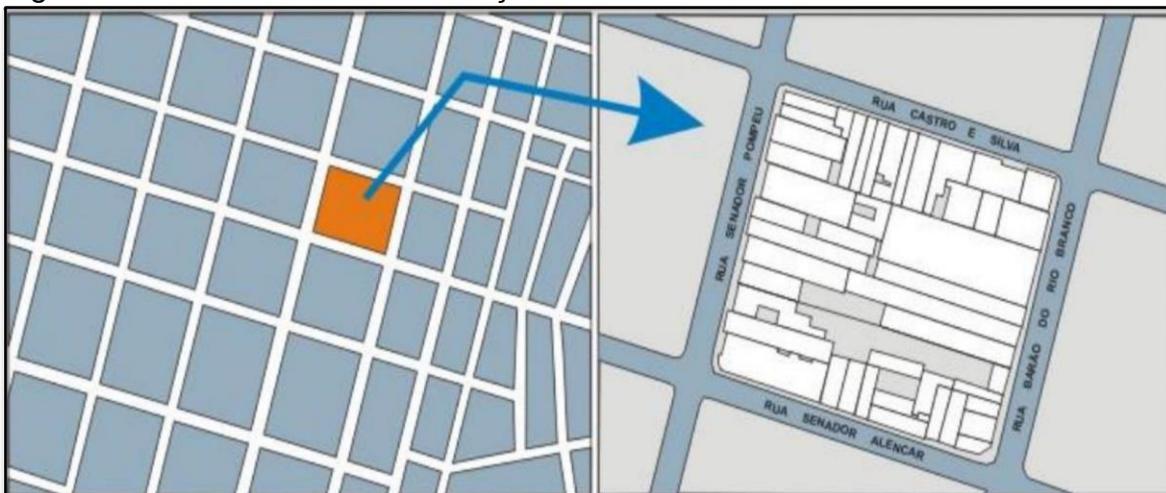
Isto estará explícito nos vários planos de remodelação de Fortaleza no qual apontavam a dificuldade de modificar estruturalmente a área central devido a sua configuração. De acordo com Farias (2008, p. 8)

A dificuldade de acesso, acentuada ao longo do tempo, iria somar a permanência de certas características morfológicas, como as dimensões dos quarteirões sendo seguidamente repetidas nos códigos de posturas, e um sistema de divisão fundiária de difícil alteração, pois caracterizado por lotes profundos e estreitos, de herança colonial portuguesa, que gerou uma tipologia de habitação dita casa-corredor, estreita e comprida, agregada em casario contínuo, de pavimento térreo.

Nos deparamos, ao caminhar pelo Centro de Fortaleza, com edifícios relativamente altos e compridos atestando o tamanho do lote e, como demonstrado no excerto, dificultando toda e qualquer alteração que envolva mais de um lote em

decorrência de um modo de dividir o terreno como herança portuguesa. Assim, observamos na figura 15 como os lotes estão divididos em um único quarteirão.

Figura 15 – Quadras e lotes no traçado de xadrez da área central de Fortaleza.



Fonte: Farias (2008).

Observamos que nos quarteirões os lotes são como um verdadeiro quebra-cabeça no qual as peças possuem tamanhos diferentes e se encaixam, uma vez que, se reparamos há grandes lotes e outros minúsculos, seccionados, provavelmente os maiores são derivados de inúmeras aglutinações de outros menores. A dificuldade de verticalização na área central é compreendida a partir desta perspectiva, gerando formas que se fixam no espaço e são reforçados por fluxos, tendo em vista que, “a estruturação urbana pode ser classificada por diferentes períodos, cada um deles correspondendo a uma etapa de urbanização e colocando em evidências as políticas e ideologias dominantes” (PINHEIRO, 2011, p. 46).

Assim, produzem uma paisagem como é apresentada pelo Centro: alguns edifícios em contraste com antigas construções num verdadeiro mosaico arquitetural evocando diversas épocas e que convivem no mesmo espaço, revelando como a cidade foi construída (mencionado anteriormente), revelando os principais problemas no que diz respeito à questão dos lotes e o processo de verticalização, mas também como estas questões são importantes para entendermos como o Centro ainda é um espaço em constante transformação dado os vários projetos que aconteceram e que mudaram a sua configuração espacial ao longo dos anos, perpassando pelo traçado de suas ruas e demais logradouros como uma forma de transformação de acordo com as necessidades, sejam elas quais forem.

Assim, a figura 16 expressa muito bem a questão estrutural no qual os lotes estão inseridos e como os edifícios se apresentam e dominam a paisagem, embora, ainda hajam muitas construções com poucos pavimentos.

Figura 16 – Edifícios no Centro da cidade.



Fonte: O autor (2015).

A figura 16 consegue expressar bem sobre a questão da verticalização no Centro. A dificuldade de adquirir mais de um lote para que tal obra fosse executada, nos faz entender (também) o porque de não haver tantos edifícios no Centro, pois, tendo como exemplo a dimensão de alguns percebemos que seguem o modelo do lote: fachada estreita e comprido ou vice-versa. Seus quarteirões demonstram como os lotes foram definidos e como eles refletem esta dificuldade de expansão pela rigidez das formas definidas a partir do traçado em xadrez e também uma superposição de tempos com a miscelânea de antigas construções com uma arquitetura mais moderna.

### **3.2.2 Seus logradouros e sua dinâmica urbana**

Passeando pelo Centro de Fortaleza sem nenhuma pretensão podemos encontrar igrejas, colégios, praças, galerias, clínicas, hospitais, funerárias, hotéis,

motéis, *cinemões*<sup>13</sup>, lanchonetes, restaurantes, bancos, livrarias, sebos, óticas, escritórios, shoppings, lojas de diversos itens: eletrodomésticos, calçados, acessórios, aparelhos eletrônicos, malas, mochilas, relógios, aviamentos, peças para eletrodomésticos, instrumentos musicais, lojas de departamento, dentre outros. Podemos encontrar os mais variados itens. Corrêa (2005, p. 129), explica que “...no setor varejista do centro da cidade há uma tendência nas lojas do mesmo tipo se aglomeram apesar de não manterem negócios entre si [...], esta aglomeração forneceria garantia para todas as lojas porque haveria [...] atração de consumidores” e, desta forma encontramos as ruas especializadas em determinados serviços.

Portanto, relacionamos a ocorrência de várias lojas especializadas em um mesmo quarteirão ou no decorrer de uma rua. Mas, há uma relação entre certos artigos com o local onde estão estabelecidos e, principalmente, se há uma ínfima relação com a denominação das ruas, uma vez que, outrora este sentido estava mais estreito com o espaço. Desta forma, será que veremos placas com denominações como: rua dos aviamentos; rua das festas; rua dos sapateiros; rua do couro, como em muitas cidades? E estes personagens de que época são e quem foram os responsáveis em elencá-los para receber tamanha homenagem? Podemos atentar a partir das marcas deixadas no espaço.

Um dos poderes que podemos observar, perpetuados sob a forma de grandes construções (ou nem tanto, porém simbólicas), é o da Igreja, influenciando durante muito tempo o desenvolvimento de vilas à época da colonização, considerada como um dos agentes modeladores do espaço no período colonial (VASCONCELOS, 2006) e, desta forma, se mantém presentes em Fortaleza.

---

<sup>13</sup> Nome dados aos cinemas onde passam filmes pornográficos; Cinema pornô onde homens realizam todos os seus desejos homossexuais com outros homens e, às vezes, com casais. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/cinem%C3%A3o/>. Acesso em: 29.05.2019.

Figura 17 - Catedral Metropolitana de Fortaleza.



Fonte: O autor (2018).

Figura 18 - Igreja do Rosário.



Fonte: O autor (2018).

A figura 17 mostra a Catedral Metropolitana de Fortaleza (Igreja de São José) que se situa na Av. Alberto Nepomuceno, outrora rua da Matriz, construída entre 1938 e 1975, a figura 18 mostra a Igreja do Rosário situada na rua de mesmo nome (uma das poucas que mantiveram o nome original), a mais antiga da capital, tendo sua construção iniciada ainda no século XVIII. As duas estão localizadas onde, outrora, foi o antigo centro da Vila de Fortaleza, depois cidade. As praças também têm visibilidade no Centro, pois “o texto praça alimentará [...] um imaginário urbano que a cidade buscará materializar nos séculos subsequentes, quer no centro do núcleo interiorano, quer nas ruas comerciais das grandes metrópoles” (GASTAL, 2006, p. 93).

Figura 19 - Praça do Ferreira.



Fonte: O autor (2018).

Figura 20 – Fonte no Passeio Público da Praça dos Mártires.



Fonte: O autor (2018).

A figura 19 mostra a Praça do Ferreira, “o coração da cidade”, que reúne edifícios de diferentes épocas e estilos arquitetônicos estando situada entre as ruas Major Facundo (Oeste), Travessa Pará (Norte), Rua Pedro Borges (Sul) e Floriano Peixoto (Leste). A figura 20 mostra o Passeio Público na Praça dos Mártires, ícone do começo do século XX quando a elite de Fortaleza passeava pelas ruas e se encontrava neste para desfilarem. Estes logradouros são importantes para a cidade, pois resguardam marcas não somente através da sua forma como dos elementos ao seu redor. Augé (1994, p. 7), nos informa que

O lugar seria o locus, no tempo e no espaço, do acúmulo da experiência em forma de história e tradição, a segurança da identidade. O lugar, o depositário da memória, que guarda acontecimentos (o ocorrido), mitos (o dito) e a história (o registro).

Esta relação entre lugar e memória é estreita à medida em que há uma memória coletiva, pois certos símbolos ganham notoriedade e, deste modo, podemos elencar a Praça do Ferreira como uma delas, pois ela consegue evocá-las a partir de fatos ocorridos naquele espaço. Seraine (1984, p. 17) explicita que “...ocorrerão sempre dois tipos de linguagem – a construída e a transmitida”, aquela

que foi perpetuada e concretizada precisa ter uma identidade com aqueles que utilizam certo espaço. Então, poderíamos ter chamado de Praça do Ferreira antes mesmo da oficialização.

As galerias e/ou shoppings permitem a passagem entre uma rua e outra no sentido Leste-Oeste, visto que, os lotes são compridos no sentido Norte-Sul permitindo a abertura destes por entre os quarteirões. Os mais famosos são os “Shoppings” Camelo I (figura 21) e II (referente às antigas lojas Camelo). De acordo com Silva (2001, p. 77),

Fortaleza, com seu plano herdado de Silva Paulet, conserva suas ruas estreitas e seus becos que perfuram quarteirões criando novas possibilidades de percursos. Essas vias alternativas, além de facilitar a fuga do burburinho das vias convencionais, criam um universo inusitado na cidade banalizada pela pressa e correria do cotidiano. O curioso em nossa cidade é a direção dos becos e passagens. Todos eles, assim como as galerias e os grandes magazines, seguem, grosso modo, a direção leste-oeste. As ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso podem ser facilmente substituídas por passagens através de longos e estreitos corredores das vielas e becos ou por entre gôndolas e araras de lojas-galerias [...]. Prosseguindo na direção oeste, da rua Senador Pompeu até a General Sampaio, a Galeria Camelo é a grande surpresa. Com um projeto mais moderno, é uma outra opção com boutiques, lanchonetes e praça de alimentação no seu interior. Na General Sampaio alcança-se a Praça José de Alencar.

A partir desta leitura percebemos como, a partir da configuração de lotes e quadras do Centro, é possível a existência destas passagens implicando em diversos becos, pequenos shoppings e galerias que fogem à lógica estabelecida pelos quarteirões por onde permeiam as ruas convencionais. “O Centro de Fortaleza guarda nos becos vestígios de territórios de desenho medieval [...] como logradouro público é pouco conhecido na Fortaleza formal” (O POVO, 8, mai. 2010)<sup>14</sup>.

---

14

Disponível

em:

<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2010/05/08/noticiasjornalopiniao,981604/becos-da-cidade.shtml>. Acesso em: 10.02.2018.

Figura 21 - “Shopping” Camelo.



Fonte: O autor (2018).

Esta espécie de galeria (figura 21) interliga as ruas General Sampaio e Senador Pompeu no sentido Leste-Oeste, existindo mais seis destas possuindo o mesmo sentido. Nestes shoppings encontramos lojas que vendem diversos produtos variando de óticas, livrarias a produtos específicos para cabelo.

É neste contexto que compreendemos como becos e vielas são tão importantes quanto as ruas e avenidas em busca de uma leitura sobre a cidade e seus fenômenos. Em diferentes escalas, estes logradouros nos contam como Fortaleza foi crescendo e se modificando à medida em que as relações sociais também se transformaram (como já fora mencionado) e como isso se manifesta no espaço através da disposição de seus logradouros. Silva (2001) sintetiza muito bem a significância destes elementos da morfologia urbana:

A cidade cunha sua marca e adquire maior visibilidade na grandiosidade de suas ruas, praças, parques e avenidas. É bem verdade também que, nas vielas, becos e passagens de suas áreas mais antigas, encontra-se algo de genuíno, que faz a cidade única [...]. Poetas, boêmios e mesmo políticos atribuem uma certa importância a este tipo de logradouro. Nos becos a alma da cidade é vívida e forte (p. 76).

Então, é nos pequenos logradouros que encontramos detalhes que, numa escala maior não teríamos a mesma percepção e também enxergamos resquícios

de tempos pretéritos, seja na sua forma peculiar (diferente das ruas) seja na sua essência (como nos sujeitos que utilizaram estes becos, das histórias que aconteceram) e que refletem em uma microescala fenômenos que ocorreram na cidade.

Dentre as mais variadas funções que o Centro possui a que mais chama atenção é a dos serviços que são prestados a tal ponto de ter ruas especializadas em determinados ramos. Silva (2001) demonstra que o espaço é fragmentado e passível de diversas atividades. “Os tempos pretéritos manifestam-se nos bazares que *tem de um tudo*, nas lojas dedicadas aos produtos do sertão, nas de artesanato. Tempo, espaço, memória imbricavam-se no Centro” (p. 42).

As figuras 22 e 23 mostram peculiaridades como, por exemplo, as ruas que possuem concentração de lojas que vendem os mesmos produtos. Às vezes a diferença é de um quarteirão entre uma mesma especialidade, mas há casos em que produtos diferentes dividem o mesmo quarteirão sendo um do lado do outro, basta atravessar a rua e mudar de calçada.

Figura 22 – Óticas



Fonte: O autor (2018).

Figura 23 - Lojas de peças de eletrodomésticos



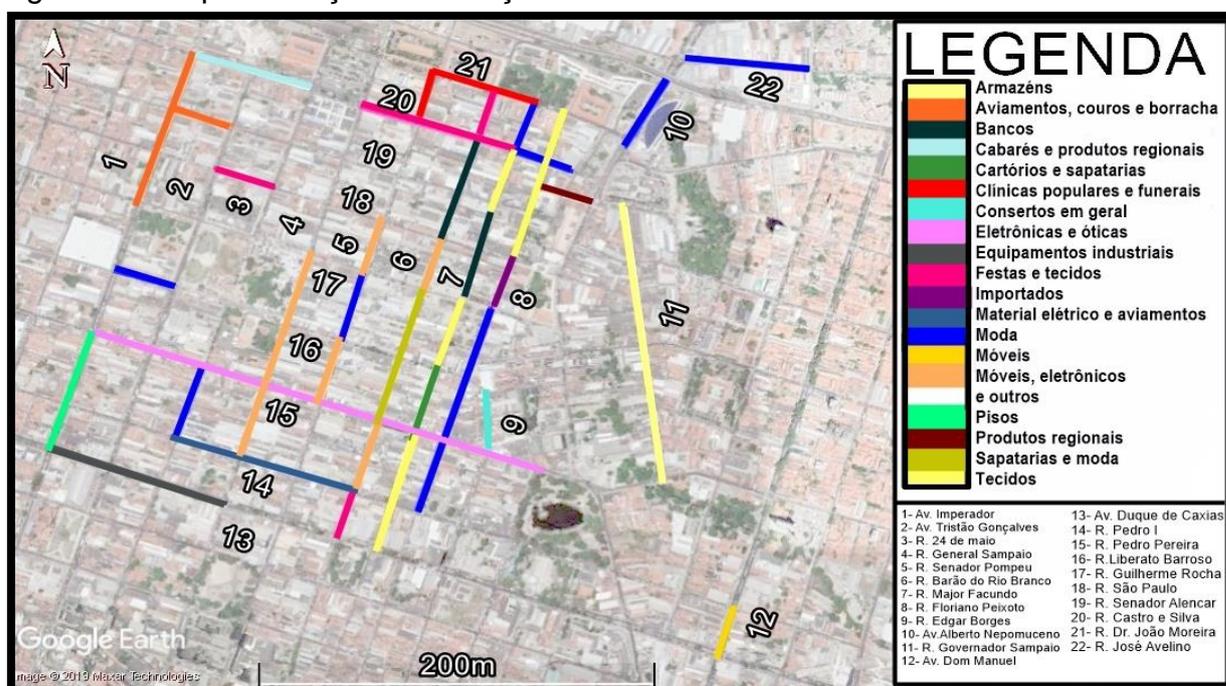
Fonte: O autor (2018).

As duas figuras refletem a estratégia em implantar certos estabelecimentos em tais ruas havendo indagações acerca da relação entre serviço e lugar ou por motivos de concorrência ou atração (mencionado anteriormente). Vale ressaltar que, algumas ruas possuem esta característica como também há aquelas

que possuem de tudo num mesmo quarteirão o que nos leva a averiguar as especificidades como também a generalidade. Nos casos acima, as concentrações acontecem numa mesma rua (Pedro I), porém em um quarteirão vemos uma concentração de lojas especializadas em peças e consertos de eletrodomésticos, enquanto que, se continuarmos no sentido Oeste-Leste veremos uma mudança nos produtos, passando de artigos eletrônicos até chegar na concentração de óticas.

A figura 24 mostra a disposição das ruas a partir da especialização dos serviços demonstrando a diversidade do Centro e, ao mesmo tempo, a multiplicidade de suas funções.

Figura 24 - Especialização de serviços nas ruas do Centro.



Fonte: Jornal O Povo. Disponível em: <https://especiais.opovo.com.br/centrovivo/>. Acesso em: 13.11.2018. Organização: O autor (2019).

A concentração de serviços em certas ruas são o resultado de um longo processo de formação comercial do Centro, mas também da mudança constante nas atividades exercidas. Por exemplo, a reunião de clínicas populares e funerárias é decorrente dos serviços que a Santa Casa de Misericórdia oferece, uma vez que, parte dos exames podem ser realizados nestas clínicas (como um serviço complementar).

As ruas de pedestre também fazem parte dos logradouros do Centro no qual foram criadas para o passeio, talvez há alguma semelhança com os *Trottoirs*

franceses, mas estas são exclusivas para pedestre desde o final dos anos 1970, sendo as mais famosas a rua Guilherme Rocha e a rua Liberato Barroso, ambas sentido Leste-Oeste confirmando novamente a questão do tamanho dos lotes nos quarteirões. Recentemente, a rua Guilherme Rocha (Figuras 25 e 26), antiga Travessa Municipal, passou por uma reforma e um dos trechos foi liberado entre a Praça do Ferreira e a rua Barão do Rio Branco. Faz parte do projeto Novo Centro possui um conjunto de obras, dentre elas a Calçada Viva com passagens de nível para pedestres.

Alguns aspectos conjugados constituem eixos estruturantes do setor central da cidade. É o que acontece com as praças do Ferreira e José de Alencar. Os fluxos e refluxos gerados por esses dois logradouros garantem uma dinâmica especial à área central. A Guilherme Rocha, antiga Rua do Ouvidor, conecta esses dois espaços numa equilibrada combinação...(SILVA, 2005, p. 37)

Um eixo importante para a história de Fortaleza, esta rua já serviu como passagem para carroças, bondes, ônibus e automóveis, além de pessoas que, conduzindo-as até a Praça do Ferreira onde tinham vários cinemas como o Moderno, o Majestic, o Hotel Excelsior (ADERALDO, 1974). Augé (1994) explica que “itinerários, cruzamentos e centros [...] coincidem parcialmente”, pois é no lugar do encontro que acontece a vida urbana e são nesses lugares que enxergamos os detalhes, os pormenores e minúcias.

Figura 25 - Placa com os dados da obra na rua Guilherme Rocha.



Fonte: O autor (2018).

A rua Guilherme Rocha foi a primeira a ser destinada exclusivamente para pedestre mostrando que, a sua estrutura já não conseguia suportar o tráfego que ficava cada vez mais caótico. Ficava estreita para os inúmeros carros que por ali passavam e hoje é uma das vias que possui importância, pois liga, juntamente com a rua Liberato Barroso (também destinada para pedestres), que é paralela a esta, as praças do Ferreira e José de Alencar. Atualmente passa por reforma como parte do projeto Novo Centro que, dentre suas ações, está incluso, a padronização dos calçadões das ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso<sup>15</sup>. Historicamente, a rua se localiza em um dos lugares mais tradicionais da cidade onde estavam, outrora, os mais importantes equipamentos.

Figura 26 - Rua Guilherme Rocha.



Fonte: O autor (2018).

O conjunto de ruas e quarteirões dá algo mais do que uma simples soma. Uma determinada área conformada por espaços públicos e privados tende a se diversificar e a exigir atividades complementares. A densidade de ocupação do solo provoca densidades funcionais [...] quanto mais gente vivendo no mesmo sítio, maior a diferenciação. Logo, maior necessidade de equipamentos comunitários e de serviços. É assim que cada lugar adquire o seu caráter (SANTOS, 1988, p. 115).

<sup>15</sup> Projeto Novo Centro promete melhorias para ruas e avenidas centrais de Fortaleza. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/geral/projeto-novo-centro-promete-melhorias-para-ruas-e-avenidas-centrais-de-fortaleza>. Acesso em: 19.10.2018.

Desta forma, reconhecemos que as ruas são bem mais do que simples vias de passagem, elas possuem história e são importantes para a memória da cidade, uma vez que, estão incrustadas nelas nomes de personalidades que contribuíram (ou não) para o desenvolvimento de Fortaleza. Yázigi (2000), explica que depois das transformações urbanísticas no sistema viário, junto com a chegada de vários meios de transporte e aumento da frota nacional as ruas passaram a privilegiar os automóveis. Nesta mesma perspectiva, Cabral (2005) demonstra que as ruas das grandes cidades tornaram-se tumultuosas onde milhares de pessoas passam entre si sem se olharem ou olharem para a própria cidade. De passeio ao espaço da indiferença, este é o diagnóstico que a autora faz.

A busca pela explicação dos fenômenos urbanos a partir do teórico é de extrema importância para entendermos como os processos acontecem e observá-los no real é necessário à medida em que utilizamos de artifícios que nos fornecem os elementos para a devida apreensão. Desta forma, a partir da experiência como *flâneur*, muitos destes elementos foram extraídos do real através do caminhar sem grandes pretensões, uma vez que, de certa forma o sujeito experimenta a cidade e os lugares que geralmente frequenta, mas com um olhar apurado e atento aos pequenos detalhes.

Primeiramente, a escolha por todas as ruas do bairro Centro para análise da Toponímia foi elencado, mas por questões operacionais, diminuimos significativamente recortando o objeto espacial até chegar ao perímetro estabelecido, referente ao *Centro histórico*. Este demarcado corresponde aos antigos limites de Fortaleza, sobretudo dos três antigos *boulevards* do Imperador (Avenida Imperador), da Conceição (Avenida Dom Manoel) e do Livramento (Duque de Caxias) (LOPES, 2001).

Fazendo um levantamento das ruas que estão sendo estudadas observamos no quadro 4 uma demonstração do modo como elas serão trabalhadas. A redução do número de ruas foi necessário por uma questão operacional e um aprofundamento na temática enfatizando algumas ruas, praças e avenidas, ajudando-nos a relacionar com os elementos vistos no capítulo anterior acerca da formação dos nomes e a taxonomia nos ajuda a entender a origem dos nomes. Originalmente, a ideia era trabalhar com cerca de cinquenta logradouros, um a um, analisá-los através da taxonomia e origem do nome. Porém, a redução para quinze

nos dará maiores detalhes e, ao mesmo tempo, um reflexo dos processos que incidiram sobre os demais logradouros.

Quadro 4 - Classificação léxico-semântica.

LOGRADOURO	TOPÔNIMO ANTIGO	TAXONOMIA	ATUAL (2019)
Boulevard	do Livramento	Axiotopônimo	Av. Duque de Caxias
Rua	da Misericórdia	Antropônimo	Dr. João Moreira
Praça	Marquez do Herval	Axiotopônimo	José de Alencar

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b). Adaptado pelo autor (2018).

A divisão dos logradouros é dividida dependendo da denominação da época. Por uma questão metodológica (como já mencionamos, houve um recorte espacial para uma melhor análise acerca dos logradouros na área central) ruas, avenidas e praças e travessas foram identificados e, portanto, pudemos analisá-los de forma mais detalhada se fossemos abranger para o bairro por completo.

A Rua Dr. João Moreira que se inicia na Catedral Metropolitana e termina na Praça da Estação recebeu este nome devido ao médico que se estabeleceu numa casa que se situa na atual rua Barão do Rio Branco próximo à Santa Casa, que já fora denominação deste logradouro, à época de sua construção (BENEDITO, 1999). Está inserida em um período da história de Fortaleza que estava passando por inúmeras transformações, inclusive com a abertura de três grandes avenidas que lembravam os *bulevares* franceses de Haussmann, dentre eles o Boulevard do Livramento em homenagem à igreja de Nossa Senhora do Livramento que fora denominada posteriormente para Nossa Senhora do Carmo e a Avenida ganha o nome do militar que lutou na guerra da Cisplatina Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) (figura 27), ou seja, um contexto local que tem em sua denominação traços de fatos históricos em nível nacional e internacional. A praça José de Alencar, outrora Marquês do Herval, recebera esta denominação em 1929, ano do centenário de nascimento do escritor, e também com a inauguração de sua estátua que ainda se encontra no local.

Atentamos pelo nome dos logradouros que remetem a vários momentos pelo qual a cidade passou, uma vez que, por trás de cada placa há uma narrativa. Muitos deles são provindos de nomes que são conhecidos da história oficial, alguns mais conhecidos que outros. Sendo assim, podemos inferir que a

denominação por meio de **Antropônimos** ou qualquer outro tipo de topônimos que não faça parte do contexto local, revela a vontade de um indivíduo ou grupo e concordamos com Augé (1994, p. 80) quando ele explica que

os nomes próprios [...], impõem ao lugar “uma injeção” vinda do outro [...]. É verdade que aquela que, *as traças* um itinerário, enuncia, seus nomes não conhece necessariamente muitas coisa dele. Porém, os nomes, por si só, bastam para produzir no lugar aquela erosão ou não-lugar que cava a lei do outro [...]. Poderíamos dizer [...], que o fato de passar dá um estatuto particular aos nomes de lugares [...] e que o movimento que desloca as linhas e atravessa os lugares é, por definição, criador de itinerários, isto é, de palavras e não-lugares.

Conforme o autor, estes nomes dão um sentido de vazio que, de certa forma, acontece quando uma rua ou outro logradouro muda de denominação por capricho ou desnecessidade a partir da ideia de um indivíduo ou grupo social quando há menção a alguém da família, mas que não possui nenhuma relação com o espaço ou seus moradores. No capítulo 4 faremos uma breve discussão sobre esta temática em conjunto com a própria história de Fortaleza.

Figura 27 – Placa que denomina a Avenida Duque de Caxias cruzamento com Avenida do Imperador.



Fonte: O autor (2018).

Este cruzamento, outrora, marcava os limites de Fortaleza e hoje integra uma malha viária que se estende de Norte a Sul e de Leste a Oeste fazendo com

que pensemos como a cidade se desenvolveu desde o final do século XIX quando este espaço demarcava seus arrabaldes. Levando em consideração a ideia de centro e a importância de suas ruas um termo bem característico que é utilizado constantemente nas cidades do interior e que, foi incorporado pouco a pouco na capital é refletido no seguinte excerto:

A forma expressiva conota a existência de uma só rua – “a rua”, que os habitantes de uma fazenda, povoado, ou pequena vila de nossa hinterlândia caracterizavam (ou caracterizam) com o lugar do comércio e dos contatos sociais da comunidade [...]. Tomada ao pé da letra a expressão, na fala dos habitantes de uma grande cidade como Fortaleza, não se ajustará mais ao específico e peculiar sentido que teve originariamente (SERAINÉ, 1984, 107).

Isto posto, podemos relacionar a questão da metonímia quando dizemos que vamos à rua, ou seja, à uma rua específica onde é comercializado um utensílio ou objeto que desejo e que está contida no centro da cidade ou vilarejo. Desta forma, o centro torna-se a rua e a cidade, quando o centro é a própria sede. Nas palavras de Girão (1967, p. 207) “s. f. – A cidade, a vila, o povoado. E acrescenta: ‘Vou à rua’!. Diz assim quem está longe dele, no campo, na fazenda”. Assim, este termo é tido como referência tanto nos povoados como na grande cidade.

Ainda sobre este termo o sentido que a linguagem emprega ao nos referirmos pra que lado moramos reflete uma simbologia que, em nossa cidade, se faz presente: Praia e sertão. Eu moro na rua do lado sertão ou eu moro na Avenida do lado praia ou até mesmo nos telejornais locais que informam que o trânsito está lento no sentido praia-sertão ou está livre sentido sertão–praia, mostrando esta relação ínfima com o interior (SILVA, 2006).

Quanto mais estudamos os logradouros do Centro de Fortaleza mais a história torna-se presente através dos processos ocorridos havendo, desta forma, ligação direta com o passado, implicando em mudanças estruturais e simbólicas, sendo neste sentido que a Geografia está presente. Se levarmos em consideração a quantidade de logradouros que foram denominados por época descobriremos que muitos destes sofreram mudanças dentro de rupturas e vários momentos de nossa história condizente com o contexto político da época. As figuras 28 e 29 nos mostram dois marcos: uma placa com a denominação de uma travessa e uma rua bastante significativa para a história de Fortaleza e o primeiro arranha-céu da cidade (Excelsior Hotel), ou seja, símbolos que representam épocas diferentes ou

contemporâneas e que, juntas formam um mosaico de significados formando, de certa forma, lugares de memórias (ORIÁ, 2002).



Figura 28 – Cruzamento da Travessa Pará com Rua Major Facundo em frente ao Excelsior Hotel.

Figura 29 – Praça do Ferreira nos anos 1950.



Fonte: Fortaleza Antiga.

Fonte: O autor (2018).

Este cruzamento (figura 28), outrora, bastante movimentado com passagens de automóveis e bondes (figura 29) nos mostra dois momentos distintos da Fortaleza e seu processo de desenvolvimento. A figura 29, mostra um edifício que, por muitos anos foi praticamente o único hotel da cidade em pleno funcionamento e observemos a construção do Cine São Luiz à esquerda que seria inaugurado em 1958 sendo um símbolo de modernidade e luxo para a capital alencarina. Na figura 28 vemos o cruzamento da Travessa Pará com Rua Major Facundo. A Travessa é uma ligação entre uma rua e outra, desta forma, ela guarda resquícios de uma época em que as denominações possuíam outros elementos que eram levados em consideração. O que queremos afirmar aqui é a importância que estes nomes trazem, uma vez que, na época de Major Facundo a rua onde morava já era denominada assim por causa da figura ilustre, ou seja, de certa forma um topônimo espontâneo que fora aos poucos sendo incorporado ao cotidiano.

A morfologia urbana que aparenta na figura 29, no caso a praça foi derivada de um quarteirão que existia e que, após um incêndio, fora demolido. Desta forma temos várias formas remanescentes que não são aparentes, mas que se apresentam como elementos pertinentes ao urbano. Ao mesmo passo que temos topônimos que poderiam estar presentes, mas não se manifestam no espaço, apenas na oralidade. Neste caso, o encontro das ruas Major Facundo com Guilherme Rocha em frente ao Excelsior Hotel era conhecido como *Esquina do Pecado* pelo vento forte que vinha da praia sentido sertão e que levantava a saia das moças que passavam na frente de rapazes que se animavam ao ver o pecado em plena Praça do Ferreira. Eis um topônimo que, apesar do gosto popular, não está concretizado sob a forma de placa ou marco, mas ele está presente ali.

Observamos que estas formas se manifestam no espaço de várias formas e a partir de várias funções. Desta forma, Santos (1985, p. 55) explica que

Se a forma é primariamente um resultado, ela é também um fator social. Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma frequentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda a probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função [...]. As rugosidades – formas remanescentes dos períodos anteriores – devem ser levadas em conta quando uma sociedade procura impor novas funções [...]. Assim sendo, resta-nos tão-somente uma mistura de formas novas e velhas, de estrutura criando novas funções ou se adequando a formas velhas, criadas em instâncias já passadas.

A própria constituição da forma é decorrente das relações sociais e dos processos que fazem parte, pois a produção do próprio espaço urbano cria símbolos e são resultado do modo como os agentes modeladores transformam-no através das práticas espaciais que reforçam ainda mais estas formas, seja através do discurso (pela linguagem, como no caso dos topônimos), seja pela construção de marcos que repassam uma mensagem para aqueles que passam ou observam, ou seja, uma relação entre monumentos e o espaço onde estão locados.

Um exemplo claro é o setor cerealista que há anos está instalado próximo à Catedral Metropolitana, especificamente na rua Governador Sampaio, onde estão localizados inúmeros armazéns e compõem uma paisagem que se assemelha a regiões portuárias onde o tráfego de caminhões é intenso e os produtos são descarregados e abastecidos nos diversos estabelecimentos. Assim, podemos entender a formação histórica, política e econômica do Centro a partir dos elementos

físicos presentes na paisagem e, a partir disto analisarmos as camadas que os compõe.

Desta forma, quando analisamos uma rua com resquícios de atividades pretéritas, investigamos não somente o seu histórico como a sua relação com a própria cidade, região, país, uma vez que, os processos não acontecem separadamente e não são desconexos do contexto espacial e temporal. Desta forma, periodicizar é interessante à medida em que entendemos início, meio e fim, embora não haja pontos definidos em que um acontecimento se inicia, mas um conjunto de fatores que levaram a ocorrer em determinado espaço e tempo, utilizando-se de metodologias e representações que nos auxilie a apreender as mais diversas manifestações sociais do tempo (NOVAIS, 2005). A figura 30 expressa muito bem as impressões no espaço que o setor cerealista manifesta.

Figura 30 – Rua Governador Sampaio: passado e presente.



Fonte: Fortaleza Nobre / O autor (2019).

A imagem que prevalece reflete a importância que a rua tem para a distribuição de produtos e mercadorias naquela área da cidade, sendo que, isto tem um significado histórico, uma vez que, na via paralela (Av. Conde D'Eu) estava instalado o velho mercado e, logo adiante (sentido praia) estava localizado o porto da cidade. Portanto, era e continua sendo uma área estratégica e, mesmo com a construção do Mercado São Sebastião, próximo à área central, onde se comercializa, sobretudo, frutas e legumes; do Mercado Central, voltado para os produtos artesanais (de redes a iguarias); dos inúmeros shoppings e feiras voltados exclusivamente para a moda, possui uma posição estratégica permitindo que as atividades permaneçam e se desenvolvam.

De acordo com Corrêa (2011, p. 599), “o olhar do presente [...] implica compreender modelos conceituais e práticas que podem não mais existir no presente, que devem estar, ao menos em parte, exilados de nossas mentes”. Isto posto, enxergamos o passado a partir dos elementos e ações que atuam no presente, sendo que, eles são o resultado de todo um processo que se iniciou no passado e pode (ou não) continuar no presente.

Portanto, olhamos para as variadas formas no Centro de Fortaleza e nos remetemos a diversos processos que fizeram com que se chegassem aquelas que se apresentam no presente, uma vez que, a função, para a época, tenha sido a mais apropriada, mas que possa ter caído em desuso na atualidade. Esta relação entre passado e presente é expressa também na forma como os logradouros são denominados. No próximo capítulo resgataremos a história de Fortaleza dentro do recorte temporal para compreendermos a formação do espaço urbano da capital.

#### **4 O CENTRO DE ONTEM: PARÂMETROS SOBRE A HISTÓRIA DE FORTALEZA (1810-1933)**

Retornando ao passado em busca do entendimento sobre as marcas deixadas no espaço e que podem ser observadas no presente, montamos um quebra-cabeça para compreender como as formas que encontramos hoje se estabeleceram como tal (ABREU, 2006). Enquanto o Centro de hoje se dinamiza através do comércio e de suas mais variadas funções, o Centro de ontem tinha função residencial, de lazer, onde a elite estava instalada muito antes de bairros como Benfica, Jacarecanga e Aldeota que trataremos adiante.

A Fortaleza do início do século XIX nada lembra a metrópole que surgiria mais de um século depois e todo o processo pelo qual a cidade passou nesse período foi refletido na sua morfologia urbana, na sua arquitetura, nos modos, nas leis e demais elementos que, de certa forma, fazem parte desse quebra-cabeça. Neste capítulo abordaremos cento e vinte e três anos da história de Fortaleza, mas não pontualmente, pois não é nosso objetivo, uma vez que, dentro deste recorte temporal apontamos anos-chave que nos auxiliaram para o entendimento tanto do processo de formação do próprio Centro enquanto “A cidade” tanto quanto como isso fora refletido na mudança de denominação de seus logradouros.

A escolha não é aleatória, uma vez que, o ano de 1810 fora o início de uma série de representações de Fortaleza visando seu desenvolvimento e que também traz as primeiras denominações, enquanto que, o ano de 1933 fora o último em que os logradouros tiveram suas denominações modificadas permanecendo até hoje. Também alinhamos os fatos ocorridos no âmbito local com os de ordem global, uma vez que, condiz com mudanças que ocorreram na Coroa e que afetaram direta ou indiretamente a colônia.

As cidades brasileiras têm uma temporalidade própria, diferente das cidades europeias [...]. As reformas urbanas, apesar das referências das transformações de Paris efetuadas por Haussmann nos anos de 1850, só foram iniciadas na cidade do Rio de Janeiro, à qual se seguiram parcialmente as demais cidades brasileiras no início do século XX [...] o longo período colonial termina em 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro e a mudança da capital do Império [...]. O fim das restrições do pacto colonial, [...] a transferência das instituições portuguesas e as transformações realizadas na cidade não permitiram um retorno à situação colonial [...]. Por fim, a Independência em 1822 consolidou essas transformações e trouxe novas mudanças. No outro extremo, a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República

no ano seguinte tornam o século XIX brasileiro pouco mais curto [...]. Quanto ao início do século XX, o ano de 1930 e a revolução serão marco final [...], pois, a partir dessa data, a hegemonia no Brasil passará para os grupos urbanos industriais, com nítida liderança do estado de São Paulo (VASCONCELOS, 2018, p. 17-18).

Resumidamente, os eventos que aconteceram podem ser relacionados com os fatos locais, uma vez que, a mudança na toponímia dos logradouros fortalezenses acompanhou todos esses. Mas, para isto precisamos considerar o período anterior para compreendermos como a vila se apresenta no final do século XVIII para até o marco em que as transformações se iniciaram e modificaram toda a morfologia urbana da capital.

#### **4.1 Bases para o entendimento sobre a constituição do Centro como a própria cidade de Fortaleza durante o século XIX**

A Fortaleza no início do século XIX não passava de uma vila cujo título de capital tinha lhe sido conferida logo após uma carta régia de 1799, embora sua fundação tenha sido em 1726 esta não era a capital da capitania, sendo este o maior entrave entre esta vila e a de Aquiraz (primeira capital do Ceará) (CASTRO, 1997). Porém, o título não condizia com a estrutura que ela possuía, visto que, outras cidades já despontavam com seus inúmeros equipamentos e importância como Aracati e Icó e, mesmo sendo a segunda a ser fundada no Ceará não passava de um grande areal como se costumava falar. Isso fora relatado não somente por quem governou como Capitão-Mor, mas também aqueles que passaram pela vila e constataram o estado em que ela se encontrava. Araripe (1958, p. 75) nos explicita bem que, “o pouco adiantamento que teve a Fortaleza e a falta de pôrto cômodo para abrigo dos navios excitaram por vêzes a ideia de remoção da capital para a então vila do Aracati, cujo pôrto se oferecia mais oportuno...”. Isto demonstra bem o descontentamento daqueles que governaram o Ceará nos primeiros anos do século XIX.

A própria mudança da capital de Aquiraz para Fortaleza demonstrava o poder dos agentes que modificavam o espaço e o viés político predominava com o intuito de centralizar o poder, ao mesmo passo que, a vila não tinha como receber os inúmeros equipamentos necessários para a administração se efetivar naquele local e isso fica muito evidente quando Lemenhe (1991) aponta inúmeros elementos,

sobretudo econômicos e políticos, que fizeram com que Aquiraz e Fortaleza disputassem quem, de fato, ficaria com a sede da administração da capitania, uma vez que, padres, fazendeiros, sesmeiros, capitães-mores, dentre outros estavam envolvidos nestes interesses.

Silva (2002) explicita o contexto em que Fortaleza surgiu como cidade.

... emerge num quadro natural tido como hostil que demorou a despertar interesse no colonizador. A ausência de acidentes geográficos que facilitassem o aportamento e fixação na costa, a semi-aridez, a constante escassez de água, a distribuição irregular das chuvas, os longos períodos de estiagem, seus rios intermitentes e de pequeno curso, sua vegetação rala - todo um quadro incompatível com o que era exigido para a fundação de feitorias, vilas ou cidades (p. 123).

Desta forma, entendemos que todos os aspectos possíveis apontavam para que Fortaleza jamais prosperasse e isto fora um dos discursos utilizados para que ela fosse relegada até a devida instalação como sede da capitania, fato este que fez com que a concentração de poder fizesse com que ela se adequasse e se desenvolvesse. E mesmo assim “a condição de vila-sede da administração da capitania lhe altera o aspecto de abandono e pobreza. Transcorrerá todo o século XVIII como povoado insignificante” (FORTALEZA, 1982).

Portanto, até o início do século XIX a vila não era visível aos olhos da capitania mesmo sendo sede administrativa, uma vez que, outras cidades possuíam maior importância seja na política, na economia ou outro aspecto relevante, mas foi a partir do desmembramento da capitania do Ceará de Pernambuco que Fortaleza ganha importância e passa por inúmeros processos que serão abordados ao longo deste capítulo.

A situação política em que a capitania se encontrava, sobretudo a vila de Fortaleza aliada aos aspectos naturais fizeram com que o desenvolvimento da mesma ocorresse de forma lenta. A comunicação com outras vilas, uma vez que, Fortaleza era apenas um ponto de passagem através dos caminhos que seguiam os rios e o litoral, reafirmaram a dificuldade de desenvolvimento. Aquiraz, Quixeramobim, Aracati, Icó, Sobral, Crato e outras já possuíam convergência de estradas que levavam e traziam mercadorias além do fluxo de pessoas. Mas, alguns fatores fizeram com que Fortaleza começasse a se desenvolver no aspecto urbano.

O primeiro de cunho administrativo ocorre a separação do Ceará da Capitania Geral de Pernambuco [...]. O Ceará pode ter vida administrativa

própria e comércio diretamente com o Reino. Por se tornar a casa dos governadores, vai usufruir da função administrativa obtendo posição de destaque como centro de convergência dos interesses burocráticos da região. Outro fator de relevo recai na transformação do incipiente porto da vila em ponto de escoadouro do algodão cearense, cuja cultura passa a ser promovida no interior em larga escala. Assim, a função comercial e função administrativa se consolidam mutuamente, num entrelaçado complexo ainda hoje principal responsável pela vida econômica da cidade (FORTALEZA, 1982).

A partir destes fatores, Fortaleza iniciou uma intensa transformação na sua morfologia urbana bem como na sua vida política, econômica e social, uma vez que estas mudanças ocorreram de forma intensa e diretamente ligada aos acontecimentos nacionais e internacionais como veremos adiante. Embora o intuito de que a cidade se desenvolva parta de um interesse político e econômico, os interesses de diferentes dimensões devem atentar para os discursos empregados tanto quanto as transformações estruturais na cidade como uma forma de adaptá-la e inseri-la na lógica de instalação de equipamentos. Outro aspecto a ser observado é a organização espacial, de modo que grandes famílias tiveram sua residência fixada e outras tiveram de mudar para lugares mais distantes do centro que se formou, denotando uma provável segregação socioespacial.

Assim, a cidade de Fortaleza inicia seu processo de urbanização tendo o atual Centro como lócus de desenvolvimento, embora houvessem outros marcos que demonstrassem uma tentativa de fixação e desenvolvimento do território, como o Forte de São Tiago, na Barra do Ceará, mas que não fora efetivado servindo apenas como posto militar de defesa junto à foz do rio Ceará. A partir da primeira década do século XIX percebemos algumas menções acerca da situação da cidade e já observamos as primeiras mudanças na capital (ADERALDO, 1974).

#### **4.1.1 A Fortaleza de 1810**

A primeira década do século XIX para Fortaleza não foi de grandes acontecimentos, uma vez que, não houveram transformações significativas que alterasse a sua relação com outras cidades da província quanto do restante da colônia. Nesta época, viajantes estrangeiros passaram pela vila e constataram o estado em que se encontrava. Mesmo assim, os governadores tentavam amenizar a partir do melhoramento da infraestrutura.

O primeiro governador da Capitania do Ceará autônomo, Bernardo Manuel de Vasconcelos, adotou uma série de medidas, tais como: instalação da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda; a criação das Casas de Inspeção e Arrecadação do Imposto dos Algodões (ANDRADE, 2012, p. 34).

Do momento em que o Ceará tornou-se independente de Pernambuco até o início de sua consolidação enquanto província foram muitas as medidas visando seu desenvolvimento, sobretudo de Fortaleza, como podemos observar no excerto. Assim, o principal intuito de seus governantes era estruturá-lo para comportar suas funções e, à medida em que ganhava importância no cenário regional, trazer para si o maior número de investimentos em infraestrutura. De acordo com Jucá Neto (2007) de 1799 à 1822, o Ceará fora cartografado e já se desenhavam as primeiras expansões, visto que, já se pensava num crescimento a partir dos equipamentos instalados e dos investimentos que seria destinado ao desenvolvimento da sede da província. Com isto, fora gerado os dois primeiros registros de Fortaleza no início do século XIX desenhados pelo Capitão de fragata Francisco Antônio Marques Giraldes, sendo o primeiro deles intitulado *Plano aproximado da enseada da Villa da Fortaleza - 1810* (figura 31).

Figura 31 - Reconstituição cartográfica do Plano aproximado da enseada da Villa de Fortaleza - 1810, de Francisco Antônio Marques Giraldes.



Fonte: Arquivo do Exército / AHEx, apud Castro, 1997. p. 62-63. Adaptado por: Andrade (2012).

Este plano tem como intuito reconhecer o território para que possam ser enaltecidos seus principais atributos, tal qual mostra ao governador onde estão localizados os principais equipamentos denotando a sua importância enquanto vila e, posteriormente, cidade. Não eram muitos, como podemos observar, demonstrando a insignificância relatada anteriormente e a partir deste levantamento é que estes elementos foram cartografados, embora outras representações já tinham esboçado um pequeno esforço para conhecer o território.

É importante utilizarmos deste tipo de imagem para entendermos como a configuração espacial se encontrava e observarmos a morfologia urbana de Fortaleza. Vasconcelos (2009, p. 148) nos explicita que

... a cartografia de cada época tem suma importância fundamental - apesar das imprecisões, das impossibilidades de mensuração correta, das diferenças de escalas, etc.-, porque os próprios mapas são marcos definitivos de etapas de transformação da cidade, nos dando uma informação precisa [...] do que já existia, do que estava consolidado, e do que tinha importância em ser registrado e mapeado (desde a superfície documentada, até o que é representado ou colocado em destaque: igrejas, fortificações, logradouros, etc.).

Documentos como estes permitem o entendimento de como a vila se encontrava em dado momento sendo importante atentarmos para estas representações, pois nos possibilitam fazer uma comparação com outras representações seguintes que apresentam a evolução urbana de Fortaleza e podemos levantar os fatores responsáveis por tais mudanças no recorte temporal. Na figura 31 observamos alguns marcos que denotam a presença de uma vila: a igreja, o palácio (provavelmente o Palácio da Luz que fora sede do governo e hoje abriga a academia Cearense de Letras, a primeira do Brasil), embora focando na enseada da vila localiza os principais equipamentos que Fortaleza apresentava no devido ano.

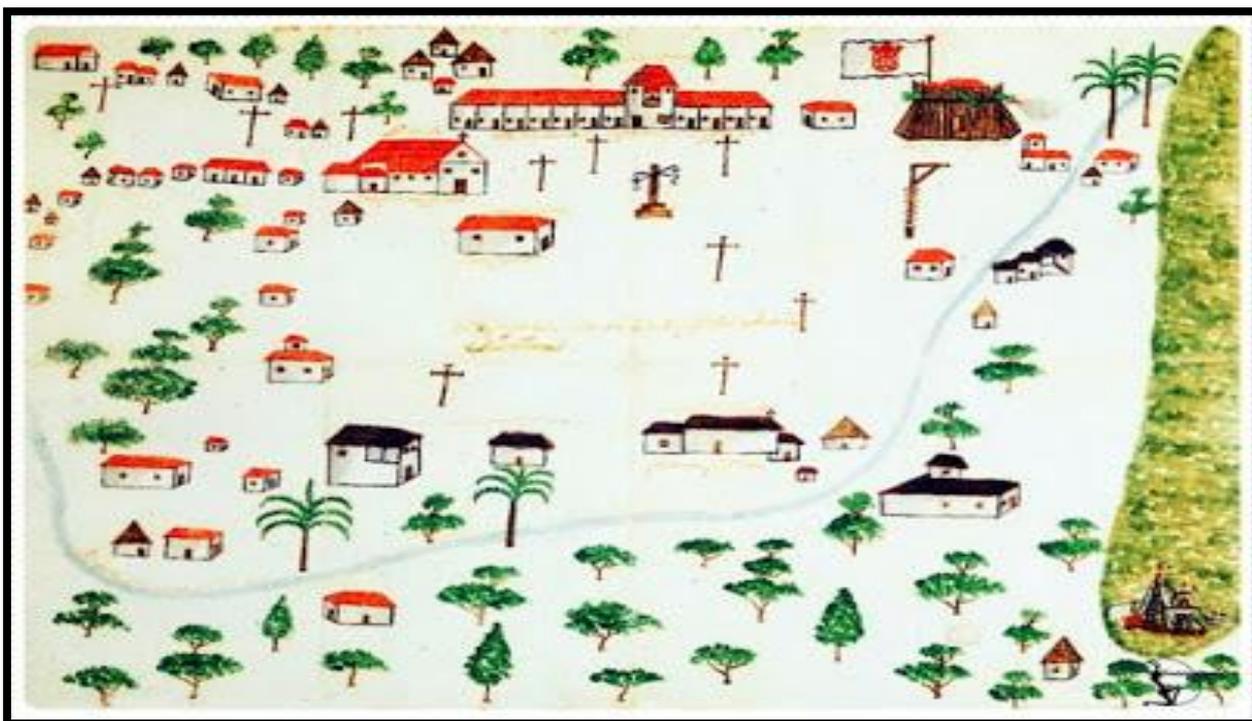
Nesta época muitos foram os viajantes que passaram por estas terras e descreveram como a vila estava disposta no espaço. Um deles é Henry Koster que, no seu livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, nos proporciona uma visão acerca da sede da província e nos relata a sua visão demonstrando o atraso e o desprezo pela manutenção de boa parte das edificações e demais equipamentos.

A Vila de Fortaleza do Ceará é edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão.

As casa têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos, mas n'algumas residências, ha uma calçada de tijolos deante. Tem três igrejas, o palácio do governador, a Casa de Camara e prisão, Alfândega e Tesouraria (KOSTER, 1942, p. 164-165).

Neste excerto entendemos como Fortaleza era descrita a partir do olhar de quem passava por ela e notava um descaso e a simplicidade do núcleo da vila quase inexpressivo se comparado a outras já citadas no mesmo período. Antes desta representação, ainda no século XVIII, o capitão-mor Manuel Francês desenhou a primeira planta da Villa Nova de Fortaleza (1726) (figura 32) mostrando os equipamentos descritos por Koster e que podemos fazer uma breve reflexão sobre o que fora mencionado nos capítulos anteriores acerca da organização das cidades portuguesas e como isso influenciou na fundação de diversas vilas, sobretudo no Nordeste.

Figura 32 - Planta da Villa Nova de Fortaleza desenhada pelo Capitão-Mor Manuel Francês, em 1726.



Fonte: Fortaleza Nobre.

Observando a figura 32, comparando-a com a descrição de Koster compreendemos que, quase nada mudou em quase cem anos, sobretudo no que diz respeito ao seu desenho original, sendo modificados poucos elementos ao redor do forte e da igreja, os dois principais equipamentos. A medida em que analisamos as mais diversas plantas e representações de Fortaleza notamos a mudança nos

equipamentos de acordo com o tipo de governo vigente. Neste caso, observamos a presença do Pelourinho, símbolo de desenvolvimento e presença portuguesa (MATOS, 2009) fixada num lugar onde se encontravam os principais equipamentos administrativos, dentre eles: o forte (que fora construído na Barra do Ceará, mas que não vingou e outro que fora tomado dos holandeses logo após a sua expulsão da colônia) e a casa de Câmara e Cadeia.

A Câmara de Vereadores [...] compunha-se por dois juízes ordinários (leigos, eleitos como os demais membros da Câmara), servindo um de cada vez, ou um juiz de fora (bacharel em Direito nomeado pela Coroa), e por três vereadores, todos eleitos entre a elite local, os chamados homens bons, indivíduos de posse [...] (BRUNO; FARIAS, 2011, p. 31).

É interessante tratarmos das Casas de Câmara, pois elas foram um dos mais importantes equipamentos durante o período colonial, uma vez que, elas “constituíam espaços essenciais na articulação em defesa dos interesses dos proprietários de terras” (BRUNO; FARIAS, 2011, p. 32). Elas eram autônomas e, desta forma, os principais agentes que atuavam nas vilas (com ênfase nos capitães-mores, governadores, proprietários de terras, a própria igreja e, posteriormente, os comerciantes) controlavam a vida política, econômica, social resultando numa série de fatores que tornaram Fortaleza a principal vila, depois, cidade do Ceará ainda no início do século XIX. Era a partir das Câmaras também que as primeiras denominações de ruas foram oficializados, uma vez que, a população já havia nomeado as vias.

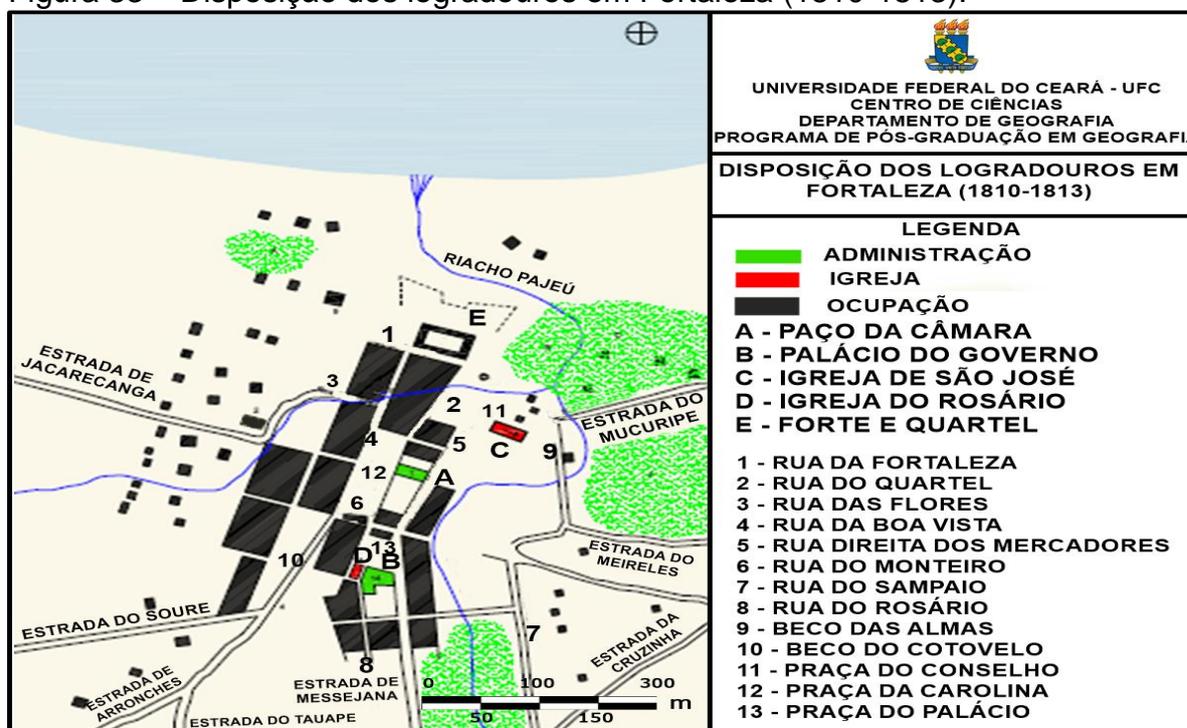
#### *4.1.1.1 Denominação popular: os elementos que nortearam a denominação dos logradouros*

No capítulo dois mostramos como a Toponímia é importante para o estudo do nome dos lugares, uma vez que, revela o modo como o espaço fora constituído como tal. A partir dos processos pelo qual Fortaleza passou no início do século XIX compreendemos como ela começou a se desenvolver economicamente e esta responsabilidade trouxe mudanças profundas na sua morfologia urbana. Os primeiros levantamentos da vila apontou onde se localizavam os equipamentos mais importantes e também trouxe consigo as primeiras denominações de suas pequenas vias, praças e demais logradouros.

Como não havia oficialização dos nomes para os caminhos que levavam para fora da vila ou mesmo dentro do perímetro, aqueles que se utilizavam destes iniciaram um processo de denominação que fora incorporado ao cotidiano, auxiliando na orientação dos moradores da vila e, posteriormente, estes nomes foram reconhecidos à medida em que a cidade foi crescendo, ao mesmo tempo que, muitos deles foram desaparecendo ao longo do tempo.

Desta forma, localizar-se na vila tornava-se um exercício para um *flâneur*. “Alguns nomes antigos eram tão naturais e apropriados que, por si mesmos, estavam indicando a sua procedência, tais como Assembleia, Municipalidade, Chafariz, Cajueiro e Quartel. Praça da Matriz, do Palácio, da Estação, da Misericórdia e da Alfândega” (NOGUEIRA, 1980, p. 33), ou seja, bastava caminhar por entre as ruas e perceber que os equipamentos públicos e demais pontos de referência serviam como denominadores para os logradouros. Na figura 33 podemos observar a configuração espacial de Fortaleza e como as vias estavam dispostas no espaço.

Figura 33 – Disposição dos logradouros em Fortaleza (1810-1813).



Fonte: Planta do Porto e Villa de Fortaleza, 1817 elaborada por Silva Paulet. Exercício de reconstituição cartográfica. Autora: Andrade (2012). Adaptado pelo autor (2019).

A partir da figura 33 observamos como Fortaleza estava disposta no espaço bem como o traçado de suas primeiras ruas de forma que, algumas delas se

mantiveram e permanecem como tal e outras tiveram sua forma alterada bem como sua denominação que analisaremos ao longo deste capítulo. Inúmeros cronistas descreveram Fortaleza e suas ruas fazendo com que pudéssemos entender o significado de muitas das denominações antigas e as transformações pelo qual passaram.

A partir desta concepção devemos compreender a relação interna e externa de Fortaleza (no sentido de que suas ruas formam um conjunto específico dentro da morfologia urbana enquanto, que as estradas possuem, em sua ligação com outras vilas, uma relação diferente com o espaço), ou seja, o seu espaço relacional é decorrente direto ou indiretamente dos eventos que ocorrem ao seu redor, uma vez que, não podemos separar tempo e espaço (assim como no espaço relativo) (HARVEY, 2012). Todos estes elementos estarão presentes na análise dos logradouros ao longo do século XIX e como os eventos externos influenciaram na configuração da vila.

Os primeiros logradouros referiam-se aos principais equipamentos como o Quartel, o Forte, o Conselho, as igrejas, as feiras, enfim, elementos que faziam parte do cotidiano dos fortalezenses e que foram resultados das vivências e experiências para com a vila e desta com outras, uma vez que, a partir das relações sociais que surgiram as denominações das vias. Brígido (1979, p. 39) explicita detalhadamente cada logradouro que fazia parte da Fortaleza em 1810.

Quartel - Em seguimento ao quartel de linha, rua da qual algumas casas existem ainda, que não foram reconstruídas. Parece ser a mesma que nos antigos documentos se encontra com o nome de Rua da Cadeia, pois que a Cadeia era no quartel, cujo alinhamento ela tinha, correndo a leste da Praça do Conselho.

Praça do Conselho - formada pela matriz a leste e por uma falange de casas em frente a ela, tendo pelos fundos a rua do Quartel e da Cadeia. É nesta falange que existiu a primitiva casa de câmara.

Portanto, são estes dois elementos simbólicos do poder que se fundamenta a denominação das primeiras ruas de Fortaleza, com destaque para o Quartel que contém o Forte de Nossa Senhora da Assunção (não como conhecemos hoje) que originou o nome da cidade, onde outrora fora chamado de *Forte de Schoonenborch*, quando o *Siará* estava ocupado por holandeses sob o comando de Matias Beck (século XVII). A matriz que se refere Brígido é anterior (até mesmo) da igreja de São José que fora demolida em 1938 para que a atual catedral pudesse ser construída, pois só fora

construída na década de 1820. Estes dois primeiros logradouros nos norteiam de forma que compreendemos por onde a cidade começou a se desenvolver. Ainda segundo o autor

[...] Tem ainda uma longa rua, que segue uma direção paralela ao lado setentrional da praça. Esta rua era a das Flores que cortava obliquamente a rua da Boa Vista mui freqüentada por causa dos açougues e dava saída para o matadouro e para Jacarecanga.

A praça [...] deve entender-se a da lei e usança portuguesa, isto é, a praça em que estava o pelourinho, símbolo da vila ou comuna e cuja ereção importava dizer que esta se tinha inaugurado [...] por provisão de 16 de novembro de 1818, se mandou colocar na Praça Carolina<sup>16</sup>.

Através da figura 33 analisamos que a rua das Flores se iniciava próximo à Praça da Carolina que, tem papel importante na história de Fortaleza, uma vez que, era ali onde se localizava a feira da vila [que seria estabelecida pela Câmara em 1812, antes a compra e venda de produto acontecia em lojas na rua Direita dos Mercadores e do Rosário (Brígido, 1979)] e possuía este nome em homenagem à arquiduquesa Maria Carolina Leopoldina. Era nela onde se comercializavam frutas, verduras e, também, carne, pois o matadouro estava localizado próximo deste local. De acordo com Cunha (1990), a rua que se tornaria referência de alinhamento para as demais partia da Fortaleza e alcançava a praça na via que conhecemos hoje por Floriano Peixoto<sup>17</sup>. A rua que Brígido se refere, posteriormente, seria prolongada até a igreja e levará até o futuro cemitério de São João Batista.

Ainda analisando as ruas que faziam parte da Fortaleza em 1810 temos a rua Direita dos Mercadores, uma referência ao tipo de comércio estabelecido ali, como também por estar à direita da igreja, ao mesmo tempo que, brinca com o sentido de rua que margeia o riacho Pajeú, mas que não é retilínea. Principal corredor comercial que fora transferido um pouco depois para a rua do Sampaio que consta na figura 33.

Rosário - por trás da ermida deste nome, da qual existem ainda algumas casas.

Praça do Palácio - que dava saída para o terreno que forma agora a Praça Carolina, da qual algumas casa desalinhadas seguiam na direção da rua do Monteiro.

Monteiro - pequena fila de casas que cortava obliquamente o eixo da rua do Major Facundo, em frente à casa nº 74<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> Ibid., p. 40;

<sup>17</sup> Para mais informações sobre a denominação antiga e nova dos logradouros consultar quadro 5.

<sup>18</sup> Ibid., p. 43;

A primeira rua se refere à igreja mais antiga da cidade, datando a sua construção no século XVIII e que é uma das únicas que preserva a denominação de forma que, seu traçado pouco mudou ao longo dos anos (ADERALDO, 1974). A Praça ou Largo do Palácio possui este nome devido à localização do Palácio do Governo (Palácio da Luz), comprado em 1814 pelo governo imperial para ser a casa do governador e que hoje abriga a Academia Cearense de Letras (a primeira do país) (BENEDITO, 1999). Espacialmente, neste lugar se estabeleceria o centro administrativo com a construção da Assembleia (meados do século XIX), transferência da matriz para a igreja do Rosário (quando da demolição da velha igreja para a construção da nova matriz em 1821) e a própria remodelação da praça que ganhou a denominação atual em 1887.

Portanto, geograficamente, a praça seria o melhor lugar para o estabelecimento destes equipamentos, uma vez que, estava numa parte mais elevada permitindo a visão sobre o riacho Pajeú e demais áreas da vila. A rua do Monteiro que aparece na Fortaleza de 1810 hoje não existe mais devido à destruição das casas que a constituíam e ao alinhamento das vias que fizeram com que muitos becos e ruas como estas desaparecessem (CUNHA, 1990).

Completavam os logradouros:

Beco das Almas - travessa que ficava ao lado esquerdo da casa de Antônio Francisco, hoje Palácio episcopal.

Rua das Flores - com alinhamento um pouco ao norte da atual.

Boa Vista - por trás e ao ocidente da rua do Quartel, de cujos prédios alguns existem ainda. Era nesta rua das Flores que existia a casa da Inspeção do algodão, onde estão os prédios atualmente com numeração 31.

Rua da Fortaleza - linha de casas que corria paralela à fortaleza, na direção mais ou menos da rua atual da Misericórdia<sup>19</sup>.

O Beco das Almas seguia seu curso logo após a igreja rumo à Estrada do Mucuripe, tornando-se uma das poucas que seguiam para o lado leste da vila, uma vez que, o riacho tornou-se um elemento que impedia o crescimento da vila, depois cidade por muitos anos, mas não era a única, embora fosse uma das mais utilizadas para a travessia para quem quisesse alcançar aquela porção do território (LOPES, 2001). A rua das Flores, já mencionada, aparece como uma das vias que levava para fora da cidade a caminho do Jacarecanga, enquanto que, a Boa Vista se estendia até a Praça da Carolina sendo esta a referência de alinhamento que a vila

---

<sup>19</sup> BRÍGIDO, op. cit., p. 43;

seguiria durante as inúmeras mudanças na sua morfologia urbana durante o século XIX.

A rua da Fortaleza é importante no contexto urbano, pois à medida em que os processos históricos, econômicos, políticos, sociais ocorriam ela ganhava novos equipamentos como veremos adiante tornando-se símbolo de mudança e marca de grandes transformações. Hoje possui um alinhamento diferente da época como prova das constantes intervenções.

O quadro 5 sintetiza e nos traz a relação dos logradouros existentes no período de 1810 a 1855, pois não houveram tantas mudanças nos topônimos e comparando-os com os logradouros atuais como uma forma de localizarmos no presente os lugares que fizeram parte do núcleo inicial da cidade. Assim, fazemos uma relação entre os tipos de topônimos existentes e como eles foram modificados.

Quadro 5 – Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza 1810-1855.

1810-1855			
LOGRADOURO	TOPÔNIMO	TAXONOMIA <sup>20</sup>	ATUAL (2019)
Rua do/da/s	Direita dos Mercadores	Sociotopônimo <sup>21</sup>	Conde D'Eu e Sena Madureira
Rua do/da/s	Riacho (1828)	Hidrotopônimo <sup>22</sup>	Conde D'Eu e Sena Madureira
Rua do/da/s	Sampaio	Antropônimo <sup>23</sup>	Governador Sampaio
Rua do/da/s	Nova do Outeiro (1812)	Cronotopônimo <sup>24</sup>	Governador Sampaio
Beco do/da/s	Apertada Hora (1813)	Animotopônimo	Governador Sampaio
Rua do/da/s	Norte (?)	Cardinotopônimo <sup>25</sup>	Governador Sampaio
Rua do/da/s	Quartel	Sociotopônimo	General Bezerril
Rua do/da/s	Larga	Dimensiotopônimo <sup>26</sup>	General Bezerril
Rua do/da/s	Rosário	Hagiotopônimo <sup>27</sup>	Rosário
Rua do/da/s	Boa Vista	Animotopônimo <sup>28</sup>	Floriano Peixoto
Rua do/da/s	Nova del Rei (1828)	Cronotopônimo	Major Facundo

<sup>20</sup> Para mais informações consultar Quadros 1 e 2 com a lista completa das taxonomias de natureza Física e Antropocultural.

<sup>21</sup> Referente ao local de trabalho, pontos de encontro, etc.

<sup>22</sup> Relativo a acidentes hidrográficos.

<sup>23</sup> Nomes de pessoas e/ou famílias.

<sup>24</sup> Indicadores cronológicos.

<sup>25</sup> Posição Geográfica.

<sup>26</sup> Referente às características dimensionais como largura, comprimento, etc.

<sup>27</sup> Referentes aos santos e santas do hagiológico romano.

<sup>28</sup> Relativo à vida psíquica, cultural.

Rua do/da/s	Nova (1845)	Cronotopônimo	Barão do Rio Branco
Rua do/da/s	Fortaleza	Sociotopônimo	Doutor João Moreira
Rua do/da/s	Flores	Animotopônimo	Castro e Silva
Rua do/da/s	Monteiro	Antropônimo	Parte da Rua São Paulo
Rua do/da/s	Doutor João Tomé (1833)	Axiotopônimo <sup>29</sup>	Jaime Benévolo
Travessa do/da(s)	Tesouraria (1802)	Sociotopônimo	Rua São Paulo
Travessa do/da(s)	Belas (1836)	Animotopônimo	Rua São Paulo
Beco do/da(s)	Almas	Animotopônimo	São José
Beco do/da(s)	Cotovelo	Somatopônimo <sup>30</sup>	Parte da Praça do Ferreira
Beco do/da(s)	Inglês (1845)	Etnotopônimo <sup>31</sup>	Travessa Crato
Estrada do/da(s)	Messejana	Corotopônimo <sup>32</sup>	Avenida Visconde do Rio Branco
Estrada do/da(s)	Jacarecanga	Corotopônimo	Rua Senador Alencar
Estrada do/da(s)	Soure	Corotopônimo	Avenida Bezerra de Menezes
Estrada do/da(s)	Tauape	Corotopônimo	Rua Assunção
Estrada do/da(s)	Arronches	Corotopônimo	Avenida da Universidade
Estrada do/da(s)	Cruzadinha	Hagiotopônimo	Não existe mais
Estrada do/da(s)	Meireles	Corotopônimo	Rua Visconde de Saboia e Rua Costa Barros
Praça do/da(s)	Conselho	Sociotopônimo	Sé
Praça do/da(s)	Carolina	Antropônimo	Waldemar Falcão
Praça do/da(s)	Palácio	Sociotopônimo	General Tibúrcio

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b); Cunha (1990); Dicionário de ruas de Fortaleza<sup>33</sup>. Adaptado pelo autor (2019).

O recorte temporal presente no quadro 5 fora necessário, uma vez que, no período entre 1810 e 1813 houve a confecção das primeiras plantas da vila no século XIX e, até 1855 não houveram grandes modificações, no que diz respeito às denominações (como podemos observar). A volta das taxonomias nos auxilia a compreender o urbano a partir da leitura da Toponímia como uma forma de analisarmos como estes elementos caracterizam a sociedade de então.

<sup>29</sup> Referente a títulos e dignidades.

<sup>30</sup> Relação metafórica com partes do corpo humano ou animal.

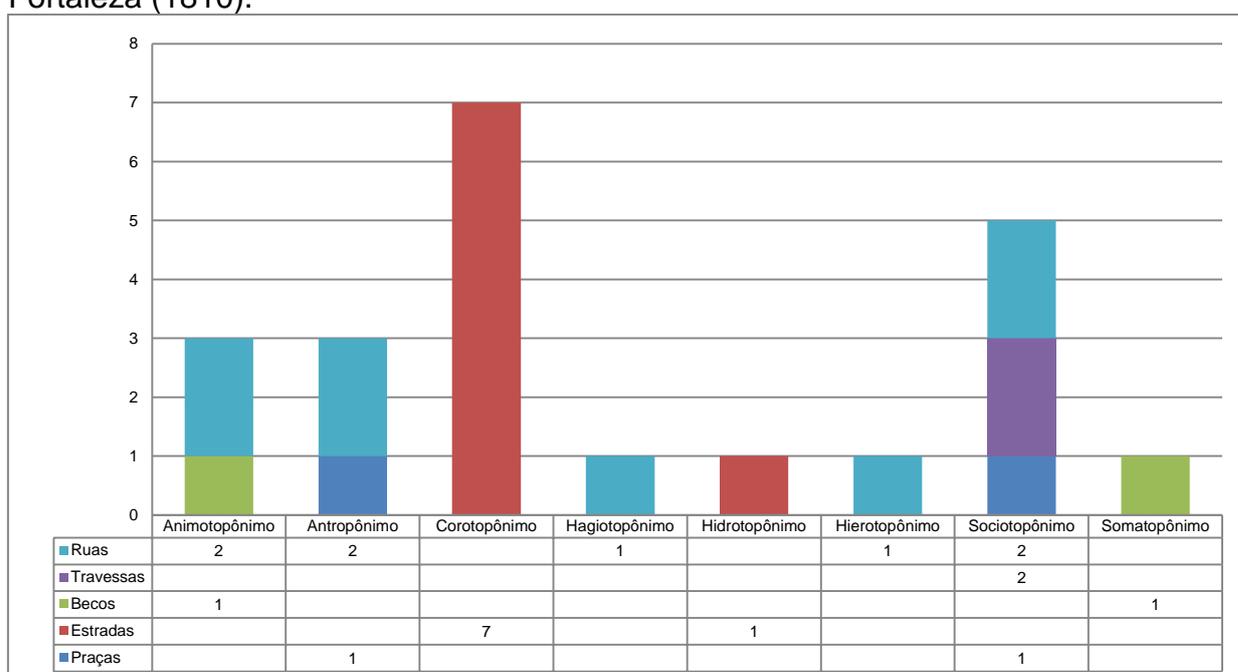
<sup>31</sup> Elementos étnicos.

<sup>32</sup> Relativo à nomes de cidades, vilas, etc.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.dicionarioderuasfortaleza.com.br/>. Acesso em: 20. Mai. 2019.

Como não havia denominação oficial por parte do poder público, a população, a partir dos elementos que os rodeavam, nomearam os logradouros da vila. Desta forma, fizemos um levantamento das primeiras vias que a vila tinha disposta no espaço no início do século XIX, como pode ser observado. Durante as primeiras décadas do século, poucas foram as modificações sofridas na denominação dos logradouros, uma vez que, a vila estava no seu estágio inicial para tornar-se cidade, ocorrendo apenas na década de 1820. Porém, a Câmara Municipal começa a ganhar destaque neste aspecto quando, através de várias leis, institui as denominações, ocasionando uma miscelânea entre o popular e o oficial. O gráfico 1 nos apresenta como as taxonomias estavam dispostas em 1810.

Gráfico 1 – Distribuição das taxonomias na denominação dos logradouros em Fortaleza (1810).



Fonte: Nogueira (1980). Elaborado pelo autor (2019).

Observamos que a maioria dos topônimos se refere aos de origem Antropocultural, os que se destacam são: Corotopônimos e Sociotopônimos, uma vez que, atentamos para a predominância de estradas como o logradouro em maior quantidade, e também de uma mesma taxonomia, pois ligavam Fortaleza a outras vilas. Interessante não encontrarmos, em uma primeira análise, a predominância de elementos naturais como norteadores para a denominação, embora a vila estivesse localizada em um ambiente em que a ação antrópica ainda não tinha atuado intensamente.

Porém, a partir de 1811 averiguamos as primeiras mudanças nas denominações dos logradouros o que, historicamente, acompanha os processos de transformação da vila que se torna cidade em 1823. Studart (2001, p. 5), nos apresenta Fortaleza diferente do relato de Koster (1942).

[...] é actualmente uma das mais adiantadas, bellas e populosas da União Brasileira. Até 1810, porém, não passava de pequenas ruas com poucos edifícios, casebres de barro e telha, choupanas de carnaúba à margem do riacho Pajeú. Em 1822, contava 45 ruas espaçosas, 2 travessas, 4 boulevards, 16 praças, 3855 casas compreendendo as estradas empedradas do Visconde do Cauípe e de Pacatuba, 10 igrejas e 24 ediffícios publicos.

Em doze anos a vila passou por algumas transformações, embora, de pouco impacto, mas que refletiram no seu processo de desenvolvimento, uma vez que, “o apoio cearense ao *Grito do Ipiranga* levou o imperador D. Pedro I, em 1823, a decretar Ato Régio, elevando Fortaleza à categoria de cidade” (BRUNO; FARIAS, 2011, p. 47). Mas, assim, ela não possuía elementos que a caracterizassem como tal, visto que, outras cidades ainda tinham importância econômica como já fora citado. Isto se reflete nas denominações, pois entre 1811 e 1855, pouco variaram ao longo do tempo, algumas permanecendo durante anos, enquanto que, outras desapareceram, ou seja, elas acompanhavam, de certa forma, o desenvolvimento da cidade. Durante este período, observamos também o surgimento de logradouros que indicavam uma idade cronológica atribuindo a palavra novo(a) em sua denominação.

Desta forma, Compreendemos que o olhar sobre a vila que se tornou cidade mudou à medida em que novos elementos eram inseridos no contexto do cotidiano modificando, também, as relações sociais. Isto não era típico de Fortaleza, uma vez que, se levantarmos o histórico de denominações dos logradouros em outras cidades como Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, dentre outras, encontraremos características semelhantes, embora, tivessem passado por transformações urbanas diferentes no tempo e no espaço, constatamos os mesmos tipos de denominação, ou seja, estavam inseridos num mesmo contexto, no caso, a denominação portuguesa havendo uma miscelânea entre o vocabulário indígena e africano.

Iniciando pela denominação de rua Direita, característica dos primeiros logradouros, possuindo diferentes significados quanto à nomenclatura: uma porque

estava à direita da Matriz ou praça, ou por estar à margem direita do rio ou, por ironia, uma via tortuosa e que depois fora endireitada (nem sempre). Mas, o seu real significado remete ao termo *Direita* estar associado ao elemento mais importante da vila ou cidade (a igreja), uma vez que, ela é a principal via e, a partir dela que as outras ruas nascem ou partem. Embora, muitas vezes ela não estivesse à direita do símbolo de poder religioso, podendo estar à esquerda, mas possui esta denominação pelo desempenho urbano que possui enfatizando a sua importância perante a morfologia (AMADO, 2012). Estando presente não somente em Fortaleza, mas em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife (algumas permaneceram e outras não), ela simboliza o poder português e a influência toponímica na denominação dos primeiros logradouros nestas cidades. Assim, elementos do vocabulário indígena e europeu se misturam nos topônimos fortalezenses no período citado (entre 1810 até 1855) denotando uma fase de transição entre elementos de caráter particular ou característico do lugar com os de ordem política e econômica a partir do uso do espaço como manifestação do poder ultrapassando a escala regional.

Desta forma, a cidade de Fortaleza se desenvolve ao mesmo passo que as transformações dinamizam o espaço urbano tornando-o cada vez mais complexo, resultando em inúmeras tentativas de disciplinamento urbano em prol do seu processo *civilizatório* que fora intensificado a partir da segunda metade do século. Então, uma série de melhorias e instalações são implantadas durante as décadas de 1810 até 1850 paralelo às mudanças na morfologia urbana que, de forma mais singela e lenta, começava a ser modelada a partir dos planos de urbanização e de expansão.

#### **4.1.2 A remodelação e os planos de expansão (1813-1880)**

A partir da década de 1820, a cidade inicia um processo de transformação em suas vias e demais logradouros que se intensificará nas próximas gestões e perpassará por planos de remodelação e expansão como intuito de controlar o crescimento da mesma e, ao mesmo tempo, fazê-la uma das cidades mais prósperas do Nordeste. A gestão do boticário<sup>34</sup> Antônio Rodrigues Ferreira Filho, o

---

<sup>34</sup> Farmacêutico.

boticário Ferreira, em 1842 fora marcada por um processo de urbanização com “a abertura de cacimbas em praças públicas e a redefinição do contorno da praça D. Pedro II (atual do Ferreira<sup>35</sup>), eliminando o chamado *beco do cotovelo*” (ANDRADE, 2012, p. 68). Além desta área, também urbanizou os arredores da Praça da Carolina com a demolição de alguns casebres para a construção da Assembleia Legislativa (atual Museu do Ceará), ou seja, a ideia de transpor os limites da antiga vila proporcionaria uma expansão para o lado oeste. A lagoa do Garrote também passou por um processo de transformação com a demolição de algumas casas para melhorar o fluxo através da Estrada da Messejana (atual Visconde do Rio Branco) como uma das principais ligações com o interior.

Desta forma, a cidade passava por um processo de transformação intensa que modificava a sua morfologia e que pode ser observada pelas várias obras de infraestrutura como estradas, pontes e as *quatro aguadas* (Cacimbas do povo, Pocinho, Lagoinha e Jacarecanga) (OUTRO ARAMAC, 1958, p. 247). Em seu artigo, o autor aponta vários aspectos da cidade, ainda em 1845, descrevendo-a em diversas perspectivas. Lista as obras públicas e edifícios públicos existentes, como o Palácio do Governo; Tesouraria Geral e Provincial; Casas da Câmara e Correção; Alfândega; Igreja Matriz, do Rosário e da Prainha; Mercado; Assembleia; Açude do Pajeú; Pequena ponte; Paiol e Quartel. Elenca as ruas existentes: Amélia, Nova, Palma, Fogo, Boa Vista, Alegria, Rosário, de Baixo, do Quartel, Cajueiro, Sampaio e da Praia; As praças: Pedro II, Paiol, Amélia e Garrote. Descrevendo rua por rua (casarões, proprietários e demais aspectos), Outro Aramac demonstra como a cidade se apresentava em meados do século XIX e aponta as principais mudanças ocorridas desde o início do mesmo.

Foi na mesma administração do boticário Ferreira que fora solicitado uma planta da cidade e que fora confeccionada por Antônio Simões Ferreira Faria (1850) (figura 34) cuja lembrança fora reavivada por Castro (2005) ao escrever um artigo sobre esta planta encontrada na coleção do Barão de Studart no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e que estava, aparentemente, perdida entre os demais documentos. Com o intuito de expandir a cidade para além do que ela se encontrava até então, a planta demonstra como os quarteirões estão dispostos no espaço tal

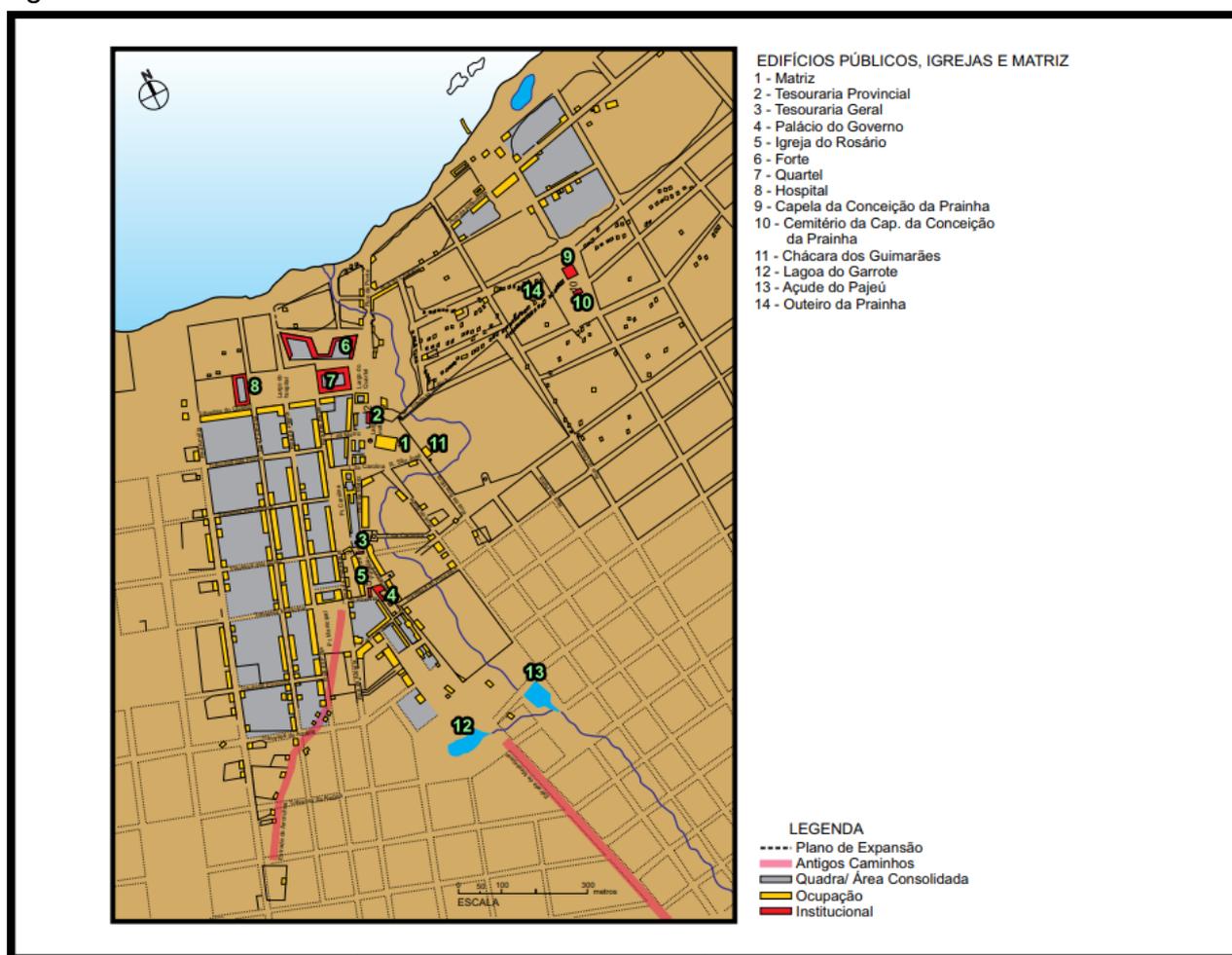
---

<sup>35</sup> Em homenagem ao boticário que a construiu.

como as principais edificações, uma vez que, em sua administração (como fora mencionado) muitos foram construídos.

Além da confecção da planta deve-se a Antônio Simões “a estrada de rodagem entre Fortaleza e Maranguape e a primeira ponte existente no trecho da rua à esquerda do Palácio Episcopal na subida para o Seminário” (STUDART, 1923, p. 362)

Figura 34 – Fortaleza em 1850.



Fonte: Planta cidade de Fortaleza, 1850 elaborada por Antônio Simões Ferreira de Farias. Autor: Andrade (2016).

O traçado observado nesta planta segue os preceitos deixados por Paulet no primeiro levantamento da cidade feito no início do século, ou seja, mesmo com as pequenas transformações o crescimento se delineia a partir do núcleo em direção à oeste. Paulet e Farias trabalharam juntos em plantas anteriores o que auxilia a compreensão da continuação de um mesmo traçado já elaborado com o intuito de

desenvolver a cidade às margens do riacho Pajeú seguindo as ruas já existentes, prolongando-as como podemos observar se comparamos às outras representações.

Os limites da cidade já tinham sido expandidos, pois de acordo com Castro 2005, p. 107), “encerrava-se, ao norte, na rua Nova da Fortaleza [...]. A oeste, [...] findava na rua da Amélia [...]. Ao sul, [...] talvez à altura da atual rua Pedro I [...]. O riacho Pajeú como barreira para expansão à leste”. Assim, a morfologia urbana passa por transformações em pouco mais de quarenta anos acompanhando as principais intervenções que aconteciam em outras cidades, uma vez que, ainda se encontrava atrasada em relação a outras que despontaram durante todo o século XVIII e continuavam tendo certa importância mesmo com a elevação desta a capital.

Porém, a partir de 1850, a cidade começa a despontar por vários motivos, sendo um deles, no aspecto econômico. Segundo Castro (2005), não houveram grandes secas entre 1850 e 1877 auxiliando no crescimento da produção do algodão, sobretudo, pela introdução do tráfego marítimo a vapor, mas também pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) que alavancou a produção do Ceará, tornando-o o principal exportador para a Europa, uma vez que, sua localização geográfica ajudou para que isto se efetivasse. Desta forma, uma série de investimentos intensificou não somente a produção como também o transporte através de uma série de medidas para que tornasse Fortaleza atrativa. Assim, o plano de 1850 fora utilizado pela Câmara para ordenar a cidade para que ela pudesse receber toda uma infraestrutura necessária para comportar as novas tendências tanto no âmbito econômico como urbano também.

A administração tratou de acabar com pequenos becos, travessas, alargar ruas, prolongando-as em busca de ordenar o sentido do crescimento da cidade, padronizar os casarios e também a forma de viver em sociedade. Com a criação dos Códigos de Obras e Posturas (sendo o primeiro elaborado em 1835) todas estas *irregularidades* foram pouco a pouco sendo *consertadas* baseadas em parâmetros determinados por um arruador contratado pela Câmara, pois, desta forma, Fortaleza estaria passando por um processo de *civilização* tendo como exemplo as principais cidades tanto no Brasil como na Europa (CAMPOS, 1988). Quanto às suas vias vemos um esforço em padronizá-las, uma vez que, “esta medida saneadora, ruas retas e sem empecilhos, garantiriam a livre circulação do ar” (COSTA, 2017, p. 30), ou seja, a partir de um discurso que tinha como principal pilar tornar a cidade mais limpa e arejada baseado em medidas sanitárias.

Ainda tratando da planta de 1850, averiguamos uma tentativa de expansão para o leste, uma vez que, a cidade estava voltada para o crescimento na região oeste. A rua do Norte possui uma configuração espacial que denota uma certa padronização para as futuras ruas naquela direção, de modo que, de acordo com Castro (2005) seria uma tentativa, ainda de Paulet, de traçar ruas para além do Pajeú, mas que nada fora concretizado. Na Planta de Farias isso já se tornara explícito a partir do desejo de transpor o corpo hídrico através do Beco do Pocinho (r. do Pocinho) e travessa das Belas (r. São Paulo).

Além desta planta, uma outra fora confeccionada, praticamente com base na de 1850, de autoria do padre Manuel do Rego Medeiros (1856) (figura 35) cuja cópia fora feita por Guaraci de Lavôr, mostra detalhadamente as ruas e demais logradouros da cidade demonstrando como as reformas na administração do boticário Ferreira se encontravam e, ao mesmo tempo, complementando as informações que a planta de Farias apresentava (ANDRADE, 2012). Desta forma, como aponta Girão (1979, p. 79), evidenciamos “o contraste entre a *cidade antiga*, tipicamente *topográfica* (espontaneamente topográfica) e a *cidade nova*, que aumenta obediente à geometria, ao traçado ortogonal regular”.

Girão (1979, p. 115) descreve bem como a planta de 1856 apresenta a disposição dos logradouros e faz uma relação direta com a planta de Farias de 1850.

Aludido desenho mostra-nos que a cidade já se definira integralmente no esquema projetado por Silva Paulet. A rua da Boa Vista (nos sucessivos trechos: rua das Belas, da Pitombeira e da Alegria) aparece retificada, seguida paralelamente, rumo sul, pelas ruas da Palma (Major Facundo), Formosa (Barão do Rio Branco), Amélia (Senador Pompeu), Patrocínio (General Sampaio), esta última apenas esboçada. Cruzando-se perpendicularmente, vêm-se as **travessas** do Quartel (Dr. João Moreira), das Flôres (Castro e Silva), das Hortas (Senador Alencar), das Belas (São Paulo), Municipal (Guilherme Rocha), Formosa (Liberato Barroso), Amélia (Pedro Pereira), Alegria (Pedro I), onde se acabavam as edificações.

A rua do Quartel ou rua Larga, ao lado leste da Carolina, não se achava completamente traçada; e a travessa das Flôres ainda não atingira a Praça da Sé, o que somente se deu em 1859, com o sacrifício da travessa da Matriz.

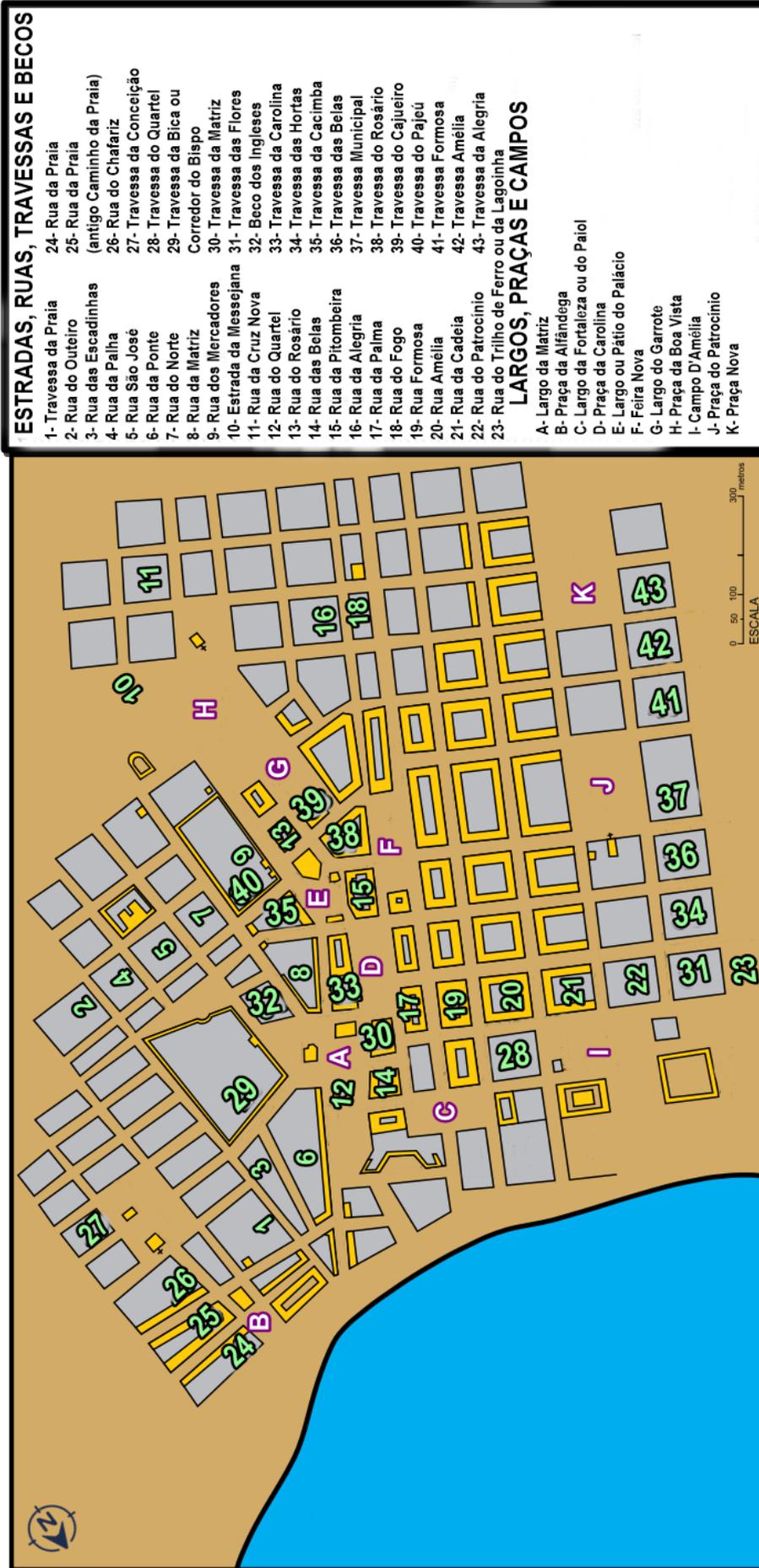
À direita do Pajeú, o começo da rua do Sampaio, a esse tempo, chamada rua do Norte; e, na praia, algumas construções que formariam as ruas do Chafariz (José Avelino) e da Alfândega (Dragão do Mar).

A partir desta descrição, compreendemos como a configuração urbana da cidade se encontrava no citado ano tal como estava estabelecido o seu perímetro, que já tinha sido expandido se comparado às plantas anteriores, quantidade de

logradouros, denotando um crescimento urbano significativo condizente com a expansão que a cidade viveu nas primeiras décadas do século XIX, as denominações que indicava novas construções, relações sociais, e as obras que simbolizavam o progresso e o desenvolvimento de Fortaleza, uma vez que, elas modificaram a sua morfologia e permitiram o seu crescimento constante.

O autor menciona a extinção de alguns logradouros para a abertura de outros numa tentativa de alinhar a cidade, ainda sob vigência da planta de Paulet, ao mesmo tempo que, novos elementos e interesses fizeram com que a cidade prosperasse e chegasse na metade do século com um crescimento considerável perante outras cidades, uma vez que, processos de cunho político e econômico incidiram diretamente para que outros fatores alavancassem e fizessem com que Fortaleza iniciasse um processo intenso de instalação de infraestrutura, modernizando-se (como veremos mais adiante). A figura 35 nos proporciona a visualização de como estavam dispostos os logradouros e principais edificações.

Figura 35 – Logradouros de Fortaleza em 1856.



Fonte: Planta da cidade de Fortaleza em 1856, levantada pelo padre Manuel do Rego Medeiros com cópia de Guaraci de Lavôr. Autor: Andrade (2016). Adaptado pelo autor (2019).

Nesta planta é possível analisar com detalhes os logradouros que faziam parte de Fortaleza na data em que fora confeccionada. Observamos também a expansão para a margem direita do Pajeú com destino ao lado leste onde, até então, não havia um desenvolvimento do ponto de vista da infraestrutura. Deste modo, podemos fazer uma comparação com as plantas anteriores e percebermos o crescimento da cidade em pouco mais de quarenta anos e o desejo da câmara em expandir os limites de Fortaleza para além do perímetro que possuía desde o final do século XVIII (como já fora mencionado anteriormente).

A partir da figura 35, atentamos para o esforço por parte do poder público em tornar a cidade cada vez mais retilínea e organizada, partindo do *endireitamento* de suas vias e demais reformas enfatizando o período de grandes transformações pelo qual Fortaleza passou a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo, a partir do levantamento de plantas para a expansão dos limites e, ao mesmo tempo, o disciplinamento da sociedade, através dos Códigos de Obras e Posturas, com inúmeras restrições no que diz respeito a vestimenta, higiene e demais ações como intuito de *civilizar* a cidade.

Quanto à denominação das ruas nessa época podemos observar que ocorreram mudanças significativas se comparada à primeira planta no século XIX. A iniciar pelo número de logradouros que é superior ao que fora levantado em 1810, sendo uma constatação do crescimento e desenvolvimento da cidade nos últimos 40 anos e também o resultado das últimas transformações ao longo das gestões. O quadro 6 apresenta a relação das ruas existentes em 1856 baseado na mesma lógica do quadro 5 que listava os logradouros e classificando-os através das taxonomias como uma forma de analisá-los a partir da sua denominação, além de relacioná-los ao recorte temporal.

Quadro 6 - Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza em 1856.

1856			
LOGRADOURO	TOPÔNIMO	TAXONOMIA <sup>36</sup>	ATUAL (2019)
Travessa do/da(s)	Praia	Geomorfotopônimo <sup>37</sup>	Boris
Rua do/da(s)	Outeiro	Geomorfotopônimo	25 de março
Rua do/da(s)	Escadinhas	Sociotopônimo <sup>38</sup>	Baturité

<sup>36</sup> Para mais informações consultar Quadros 1 e 2 com a lista completa das taxonomias de natureza Física e Antropocultural.

<sup>37</sup> Relativo às formas topográficas. Resultante de acidentes hidrográficos em geral.

<sup>38</sup> Referente ao local de trabalho, pontos de encontro, etc.

Rua do/da(s)	Palha	Fitotopônimo <sup>39</sup>	Coronel Ferraz
Rua do/da(s)	São José ou da Boa Hora	Hagiotopônimo <sup>40</sup>	São José
Rua do/da(s)	Ponte (da rua da Praia ao Largo da Sé)	Hodotopônimo <sup>41</sup>	Av. Alberto Nepomuceno
Rua do/da(s)	Norte	Cardinotopônimo <sup>42</sup>	Governador Sampaio
Rua do/da(s)	Matriz (do Largo da Sé à travessa do Erário)	Hagiotopônimo	Conde D'Eu
Rua do/da(s)	Mercadores	Sociotopônimo	Av. Sena Madureira
Estrada do/da(s)	Messejana	Corotopônimo <sup>43</sup>	Av. Visconde do Rio Branco
Rua do/da(s)	Cruz Nova	Hierotopônimo <sup>44</sup> e Cronotopônimo <sup>45</sup>	Jaime Benévolo
Rua do/da(s)	Quartel	Sociotopônimo	General Bezerril
Rua do/da(s)	Rosário	Hagiotopônimo	Rosário
Rua do/da(s)	Belas (Largo da Fortaleza até à Praça da Carolina)	Animotopônimo <sup>46</sup>	Floriano Peixoto
Rua do/da(s)	Pitombeira (Praça da Carolina à Feira Nova)	Fitotopônimo	Floriano Peixoto
Rua do/da(s)	Alegria (a partir da Feira Nova)	Animotopônimo	Floriano Peixoto
Rua do/da(s)	Palma (Largo da Fortaleza à Feira Nova)	Fitotopônimo	Major Facundo
Rua do/da(s)	Fogo (a partir da Feira Nova)	Animotopônimo	Major Facundo
Rua do/da(s)	Formosa	Animotopônimo	Barão do Rio Branco
Rua do/da(s)	Amélia	Antropônimo <sup>47</sup>	Senador Pompeu
Rua do/da(s)	Cadeia	Sociotopônimo	General Sampaio
Rua do/da(s)	Patrocínio	Hagiotopônimo	24 de Maio
Rua do/da(s)	Trilho de Ferro ou Lagoinha	Sociotopônimo	Av. Tristão Gonçalves

<sup>39</sup> Referente à índole vegetal.

<sup>40</sup> Referente aos santos e santas do hagiológico romano.

<sup>41</sup> Referente às vias de comunicação rural ou urbana.

<sup>42</sup> Posição Geográfica.

<sup>43</sup> Nomes de cidades, estados, países, regiões e continentes.

<sup>44</sup> Nomes sagrados de diferentes crenças, associações religiosas, locais de culto, etc.

<sup>45</sup> Indicador cronológico.

<sup>46</sup> Relativo à vida psíquica, cultural.

<sup>47</sup> Nomes de pessoas e/ou famílias.

Rua do/da(s)	Praia	Geomorfotopônimo	Av. Pessoa Anta
Rua do/da(s)	Praia (antigo Caminho da Praia)	Geomorfotopônimo	Dragão do Mar
Rua do/da(s)	Chafariz	Sociotopônimo	José Avelino
Travessa do/da(s)	Conceição	Hagiotopônimo	Tenente Benévolo
Travessa do/da(s)	Quartel	Sociotopônimo	Dr. João Moreira
Travessa do/da(s)	Bica e Corredor do Bispo	Sociotopônimo e Hierotopônimo	R. Rufino de Alencar
Travessa do/da(s)	Matriz (da atual rua São José à rua do Quartel)	Hagiotopônimo	R. Castro e Silva
Travessa do/da(s)	das Flores	Fitotopônimo	R. Castro e Silva
Beco do/da(s)	Inglezes	Etnotopônimo <sup>48</sup>	R. Sobral
Travessa do/da(s)	Carolina	Antropônimo	R. Crato
Travessa do/da(s)	Hortas (também chamada de R. do Açougue)	Sociotopônimo	R. Senador Alencar
Travessa do/da(s)	Municipal	Sociotopônimo	R. Guilherme Rocha
Travessa do/da(s)	Erário ou da Cacimba	Sociotopônimo	R. São Paulo e R. Visconde de Saboia
Travessa do/da(s)	Cajueiro (Feira Nova à rua dos Mercadores)	Fitotopônimo	Pedro Borges
Travessa do/da(s)	Pajeú	Hidrotopônimo	R. do Pocinho
Travessa do/da(s)	Formosa	Animotopônimo	R. Liberato Barroso
Travessa do/da(s)	Amélia	Antropônimo	R. Pedro Pereira
Travessa do/da(s)	Alegria	Animotopônimo	R. Pedro I
Praça do/da(s)	Carolina	Antropônimo	Waldemar Falcão
Praça do/da(s)	Boa Vista	Animotopônimo	Coração de Jesus
Praça do/da(s)	Feira Nova	Sociotopônimo e Cronotopônimo	Ferreira
Praça do/da(s)	Patrocínio	Hagiotopônimo	José de Alencar
Praça do/da(s)	Nova	Cronotopônimo	Não existe mais
Praça do/da(s)	dos Educandos	Sociotopônimo	Figueira de Melo
Praça do/da(s)	da Lagoinha	Hidrotopônimo	Capistrano de Abreu (Lagoinha)
Praça do/da(s)	Alfândega	Sociotopônimo	Almirante Saldanha
Largo do/da(s)	Matriz	Hagiotopônimo	Sé
Largo do/da(s)	Garrote	Zootopônimo <sup>49</sup>	Voluntários
Largo do/da(s)	Fortaleza ou Paiol	Sociotopônimo	Praça dos Mártires

<sup>48</sup> Elementos Étnicos.

<sup>49</sup> Índole animal.

			(Passeio Público)
Largo do/da(s)	Palácio (ou Pátio)	Sociotopônimo	General Tibúrcio
Campo do/da(s)	D'Amélia	Antropônimo	Castro Carreira (Estação)

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b); Cunha (1990); Dicionário de ruas de Fortaleza. Adaptado pelo autor (2019).

Percebemos que, comparado ao quadro anterior o número de logradouros aumentou significativamente, uma vez que, as políticas de desenvolvimento e expansão da cidade propiciaram a multiplicação e o prolongamento de muitas vias. Porém, Fortaleza cresceu com muitas dificuldades, sobretudo, econômicas, por diversos motivos: más condições das estradas que levavam até a cidade, dificultando o escoamento de produtos; os precários equipamentos que existiam e que atravancavam o desenvolvimento da economia; além dos períodos de seca que traziam um contingente do interior em busca de melhores condições, acarretando uma série de problemas, inclusive de ordem sanitária (BRUNO; FARIAS, 2011).

Embora, ao longo da primeira metade do século XIX, houve a instalação e crescimento de negócios estrangeiros em Fortaleza, não fora o suficiente para impulsionar o cenário econômico, uma vez que, historicamente a cidade não construíra uma imagem promissora dentro do âmbito regional, papel este representado por outras cidades já mencionadas anteriormente (Aracati, Icó, etc). O primeiro estabelecimento estrangeiro a se firmar em terras fortalezenses foi o do irlandês William Wara iniciando uma fase de influência britânica. Lojas e armazéns facilitavam a chegada de produtos vindos da Europa e modificava as relações comerciais da cidade com o mundo. Após Wara, vários ingleses vieram e firmaram negócios em Fortaleza, dentre eles: Robert Singlehurst, John William Studart, Henry Ellery, Alfred Harvey (GIRÃO, 1979).

Desta forma, Fortaleza se conectou com diversos empresários ingleses e, de acordo com Girão (1979, p. 154-155), “Liverpool fêz-se o mais movimentado centro de trocas da praça de Fortaleza, que só mais tarde se foram estendendo a Hamburgo, ao Havre, a Nova York, Barcelona e Trieste”. A partir de inúmeros acordos comerciais, a economia cearense se desenvolveu, mesmo que lentamente, mas não o suficiente para alcançar um patamar de destaque no Ceará. Este cenário se modifica a partir da segunda metade do século XIX, como já fora mencionado, e isto se reflete não somente na morfologia urbana como também na denominação das ruas.

Voltando para a análise do conjunto de topônimos que fizeram parte da Fortaleza de 1856 observamos a grande quantidade de ruas e travessas se comparada a 1810. Isto é explicitado pelo fato de que houve a necessidade de diferenciação de logradouros a partir do sentido em que estão localizados, ou seja, as vias no sentido Norte-Sul foram denominadas de ruas e Leste-Oeste de travessas. Assim, observamos o número de vias na planta do padre Manoel Rêgo e como elas estão distribuídas dentro do novo perímetro da cidade. Observamos uma maior diversidade nas taxonomias, ao mesmo passo que, são apresentados outros tipos de logradouros como largos e campos.

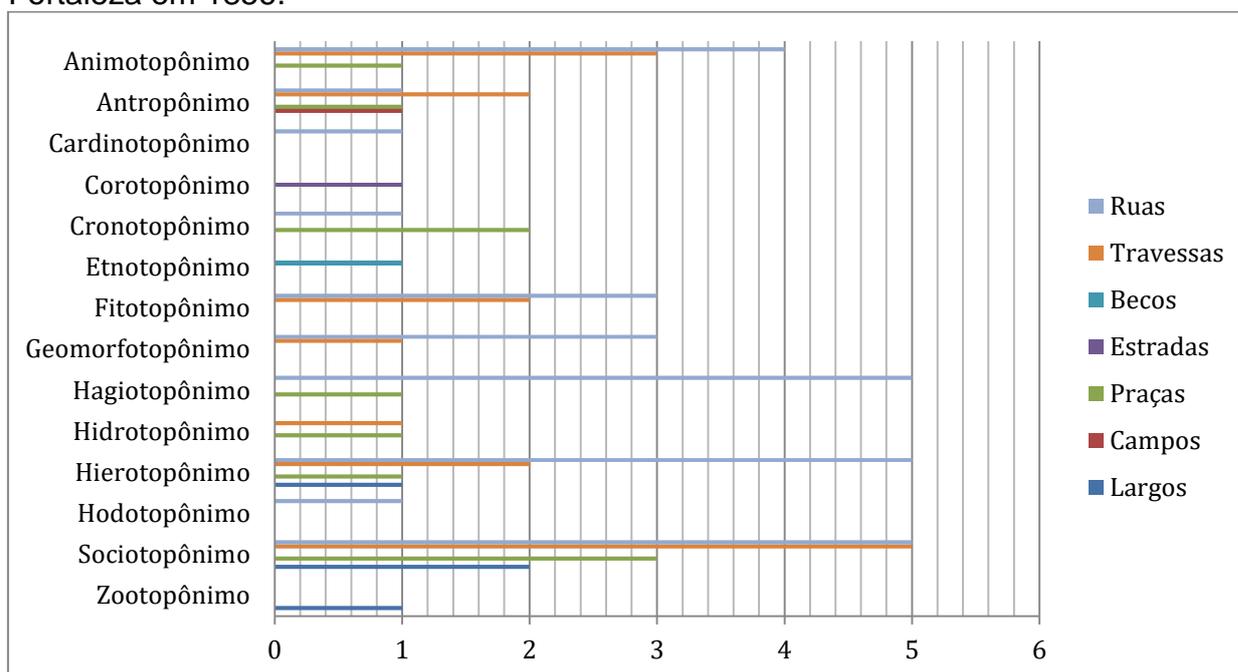
Outra coisa interessante seria a mesma rua ter várias denominações entre um logradouro e outro (típico da época em que, a cada prolongamento, a via era batizada com um novo nome) e, desta forma, tínhamos a atual rua Floriano Peixoto dividida em três nomenclaturas (das Belas, da Pitombeira e da Alegria) entre a atual Praça dos Mártires até a atual Av. Duque de Caxias.

Isto também é resultante do Código de Posturas de 1835 que, dentre outras medidas para a orientação no crescimento da cidade, permitia a desapropriação de casas que não estavam alinhadas segundo o artigo 1º que dava plenos poderes ao Arruador para que, dentro das suas atribuições, fizesse o alinhamento das ruas e, dentro das medidas cabíveis, dava para a Câmara o poder de permitir a construção de casas por parte dos fortalezenses desde que seguissem as normas pré-estabelecidas. Os códigos, até então, estavam preocupados apenas no espaço público e ainda não tinham adentrado no privado (COSTA, 2017).

Desta forma, a cidade cresceu e se expandiu como podemos observar, pois até na nomenclatura de seus logradouros houve uma modificação significativa, não perdendo as suas características de denominação popular. Neste contexto, analisando as vias a partir da sua nomenclatura, podemos compreender como a cidade estava situada dentro do cenário regional e nacional, uma vez que, como podemos observar muitos estrangeiros implantaram firmas de negócios aqui o que, de certa forma, torna-a centro de atração para investimentos e para que isso ocorra muitas foram as transformações que a cidade passou, inclusive com a construção de vários edifícios públicos que são mencionados nos nomes dos logradouros.

O gráfico 2 apresenta bem como as taxonomias estão distribuídas pelas ruas, travessas, praças e demais logradouros, como uma forma de atentarmos de forma analítica para a diversidade de nomes e origens.

Gráfico 2 – Distribuição das taxonomias na denominação dos logradouros em Fortaleza em 1856.



Fonte: Girão (1979). Elaborado pelo autor (2019).

Analisando o gráfico 2 com o quadro 6 compreendemos como as taxonomias estão distribuídas nos logradouros de Fortaleza na metade do século XIX, sobretudo as que figuram com maior número de cunho antropocultural, ou seja, aspectos relacionados à sociedade em si, como os Sociotopônimos (quinze), Hierotopônimos (nove) e Animotopônimos (sete). Neste caso, a maioria do nome dos logradouros está relacionado aos locais de trabalho ou ponto de encontro, refletindo, assim, o crescimento da cidade devido a construção de diversos equipamentos ao longo das gestões com a ajuda de capital estrangeiro para o desenvolvimento e expansão da economia.

Os logradouros referentes aos sagrados estão intimamente ligados ao poder da igreja sobre a cidade, uma vez que, fora a partir dela que muitas cidades se desenvolveram, ou seja, o símbolo religioso que exprime, inclusive, traços da colonização. Desta forma, temos ruas, travessas e praças com a mesma denominação demonstrando que elas se situam ao redor das igrejas e, ao mesmo tempo, nos permite compreender a formação dos demais logradouros a partir destes. Outro aspecto interessante é o dos logradouros referentes aos aspectos psíquicos e culturais, no que diz respeito às sensações e experiências, como Alegria, Formosa, Boa vista, mas também a medidas cautelosas ou até violentas quando denomina-se uma rua com elementos lembram conflitos como a do Fogo.

No geral, explicitamos que os logradouros ainda possuem suas denominações ligadas aos aspectos materiais que tendo a função de localização dentro da cidade, uma vez que, ela ainda possuía ares provincianos e sua morfologia urbana não era tão complexa frente a outras cidades do mesmo período. Porém, temos que atentar para o processo lento e gradual pelo qual Fortaleza passou, sobretudo, a partir do melhoramento e da exportação do algodão que lhe rendeu uma ascensão significativa colocando-a no mesmo nível de hierarquização de outras cidades já mencionadas como Sobral, Icó, Aracati e Crato (SUDEC, 1975).

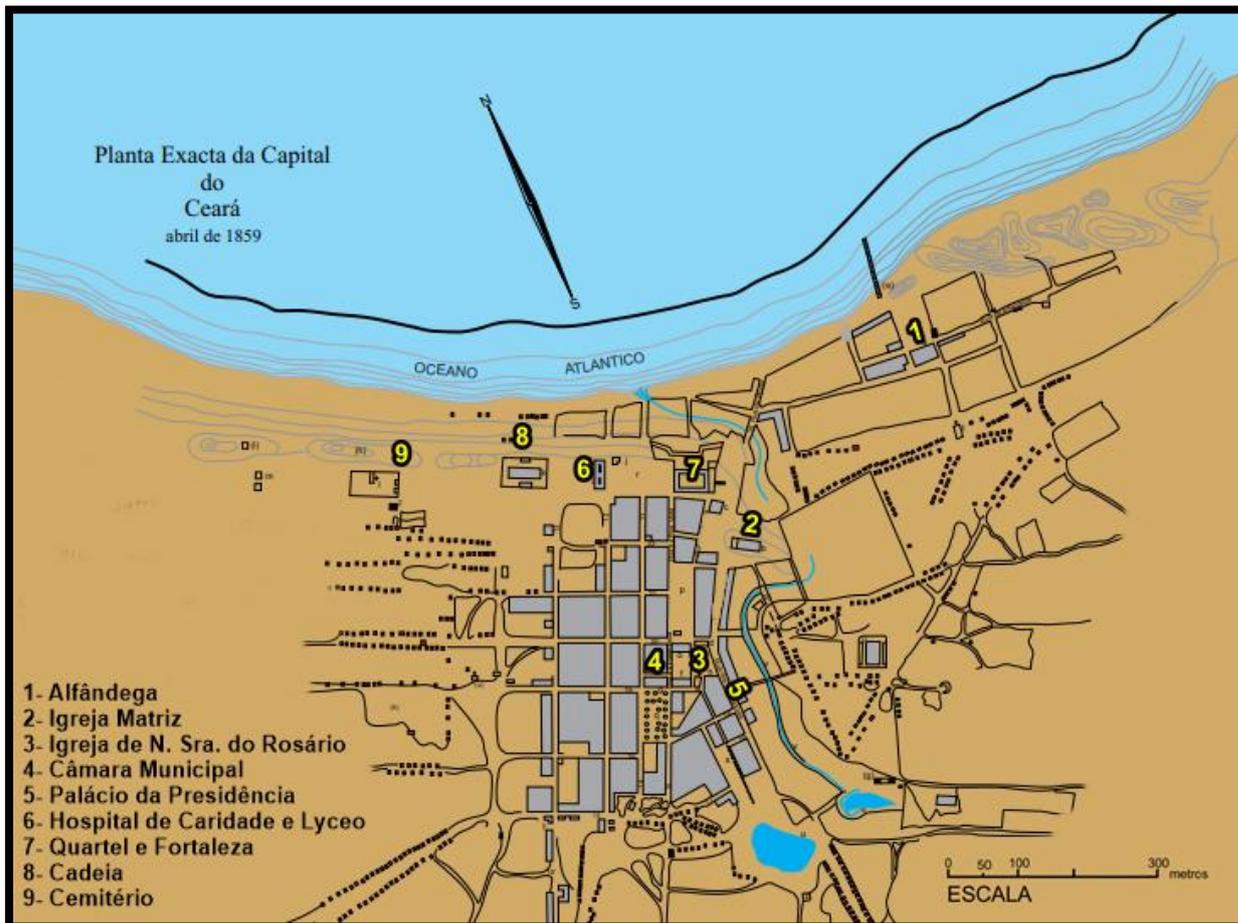
Ainda na década de 1850, um plano fora confeccionado baseado nos padrões deixados por Silva Paulet, tendo como autor Adolfo Herbster (1859) (figura 36) que, de acordo com Castro (2005, p. 119) fora implantado em duas etapas:

Na primeira, verificou-se a abertura de um correr de *ruas largas*, isto é, ruas com 100 palmos de largura (22 metros), dispostas por Herbster segundo o circuito de *bulevares* – as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias (logo prolongada para leste) e Dom Manuel. Essas avenidas, que ainda hoje sustentam o tráfego motorizado do centro da cidade, estabeleceram um modelo de seção de vias urbanas fortalezenses, seguidamente aplicado pela prefeitura e que continua em voga nos dias atuais.

Portanto, é deste plano que desenvolve a configuração espacial de Fortaleza que se firmará até a década de 1930, quando a cidade expande para além dos limites pré-estabelecidos por Herbster e que serão enfatizados em mais dois planos durante o final do século XIX. Nesta primeira etapa, observamos uma ênfase nas ruas mais largas e a formação de uma espécie de perimetrais que definem os limites da cidade e para onde ela deve crescer. Interessante atentarmos para este plano, pois ele servirá de base para os demais planos de expansão como uma forma de continuar o mesmo traçado.

A figura 36 traz a configuração espacial de Fortaleza no final da década de 1850, uma vez que, a partir de 1860 ela passará por mudanças profundas tanto no seu aspecto físico quanto na sua economia, política, cultura que a transformará na cidade mais importante ainda no final do século XIX.

Figura 36 – Exercício de reconstituição cartográfica da Planta da cidade de Fortaleza de 1859.



Fonte: Planta Exacta da Capital do Ceará, elaborada por Adolfo Herbster. Autor: Andrade (2016). Adaptado pelo autor (2019).

A partir desta planta, Herbster ganha notoriedade perante o seu trabalho, uma vez que, as próximas plantas da cidade serão de sua autoria. Mas, o que devemos atentar é o momento em que esta fora confeccionada no qual Fortaleza mergulha em uma série de transformações que mudarão sua morfologia urbana e seus logradouros, edifícios e demais elementos, sofrerão intensas alterações e que nos permitirá fazer uma análise conjunta. Desta forma, verificamos que esta planta traz consigo um número significativo de edifícios públicos e demais equipamentos, ou seja, um nível de crescimento considerável se compararmos à planta de 1850 e 1856.

A análise perpassa não somente pela sua morfologia urbana, equipamentos, logradouros, mas uma conjuntura entre ambos os elementos e os processos externos que atuaram durante todo o século XIX e fizeram com que

Fortaleza prosperasse e chegasse a um patamar considerável se comparado à sua situação no início do mesmo.

#### *4.1.2.1 Processos econômicos, políticos e culturais que levaram às novas denominações de logradouros*

A partir das plantas apresentadas podemos averiguar o crescimento contínuo da cidade em pouco mais de dez anos o que denota uma série de fatores que intensificaram, de certa forma, e impulsionaram o seu desenvolvimento. Girão (2000) explicita que este avanço é decorrente de vários fatores: infraestrutura, os mais variados serviços, inclusive os de ordem sanitária fazendo com que os hábitos dos fortalezenses mudassem radicalmente. A Câmara tem um papel crucial, juntamente com os médicos higienistas, no combate a inúmeras epidemias e os problemas decorrentes das secas acarretando adversidades, mas também sinônimo de desenvolvimento, pois, com os recursos e mão-de-obra (muitas vezes de retirantes), fora possível a construção e conclusão de vários edifícios que foram muito importantes para a cidade, sobretudo, nos grandes períodos de escassez (como a Santa Casa de Misericórdia).

Quando analisamos a cidade como palco de transformações urbanas temos que atentar para o momento em que estas mudanças ocorreram, ou seja, seu contexto para compreendermos e apreendermos elementos que nortearam estas alterações. Santos (2017) explicita que o espaço urbano historicamente construído, além de criar novas formas, cristaliza as antigas e as rugosidades se tornam marcas do passado, ou seja, uma leitura do passado através dos vestígios e da acumulação de tempos.

Na figura 36 observamos o esboço de uma cidade em pleno desenvolvimento e a sua morfologia começa a ser modificada com a padronização das ruas, extinção de becos, mas também com o disciplinamento da sociedade, influenciando na cultura e outros aspectos da vida social. A partir daí, Fortaleza inicia um processo de expansão intensa, tendo como morfologia inicial o plano de 1859 que será a base para os de 1875 e 1888.

Nesta época, observamos equipamentos importantes para a cidade como o Hospital de Caridade (iniciado ainda em 1847 e concluído com um pavimento em

1857, só fora inaugurado efetivamente em 1861<sup>50</sup>), hoje Santa Casa de Misericórdia; a cadeia (iniciada em 1850 e só concluída efetivamente, em 1866. Antes estava instalada na Câmara Municipal, à época, prédio sediado na Praça do Ferreira<sup>51</sup>), hoje Centro de Turismo; os cemitérios de São Casemiro (concluído em 1848) e dos Ingleses (sob a administração da firma Singlehurst & Co.), onde se localiza a estação João Felipe; a Câmara Municipal (1831), que fora demolida em 1946 após um incêndio (mas, nesta época já não sediava mais o órgão<sup>52</sup>).

Mesmo com todas estas edificações e prolongamento de algumas vias, o perímetro urbano ainda se mantém próximo ao núcleo inicial. Mas, se comparado aos outros planos teve um crescimento considerável, sobretudo, na quantidade de vias (como fora mencionado) ao mesmo tempo que, devemos compreender as circunstâncias em que este espaço fora concebido como tal. Corrêa (1992) afirma que este espaço é um conjunto de diferentes usos e estes foram justapostos ao longo do tempo, tornando-o altamente fragmentado. Mas, não percebemos neste contexto histórico, pois está em processo de transformação, porém, identificamos os elementos que fizeram parte deste processo e tornaram o espaço fragmentado.

Montesuma (2006) retrata o período em que foram construídos alguns edifícios e a motivação (frisamos a necessidade de edificação destes pela condição que a cidade se encontrou) que reflete os eventos de ordem externa e que foram introduzidos no cenário local, ou seja, um jogo de escalas e eventos que resultaram numa série de transformações da cidade.

Em Fortaleza, entre 1850 e 1860, surge verdadeira compulsão saneadora, segundo o modelo francês, em sintonia com o momento vivido pela cidade, no auge da exportação algodoeira, consolidando-se como principal centro político, social, comercial e financeiro do estado [...]. As grandes epidemias, de alta letalidade, ocorridas no período – varíola, 1824/5; febre amarela, 1851/3; cólera, 1862; e varíola, 1877/8 – receberam como resposta pública a consolidação de instituições de isolamento, a de Jacarecanga, a da Lagoa Funda, os lazaretos provisórios e a construção da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, inaugurada em 1861. O Ceará ingressa numa prática contemporânea de saúde, exercida por enfermeiros qualificados e médicos formados no Brasil, em Salvador ou no Rio de Janeiro. O primeiro desta geração foi o Dr. José Lourenço, diplomado no Rio de Janeiro, que criou a Inspetoria de Saúde do Estado e foi seu primeiro responsável (MONTESUMA 2006, p. 6).

---

<sup>50</sup> Benedito, 1999.

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Ibid.

Portanto, é na virada da década que a cidade inicia um processo de transformações decorrente dos mais variados problemas que assola há muitos anos e que sempre havia uma resposta para cada um deles, ou seja, a cada seca vinha um recurso do império e construíam-se hospitais de caridade, lazaretos, entre outros, para as epidemias médicos eram contratados para combatê-las, dentre outros aspectos.

O que queremos enfatizar é que neste período muitos foram os fatores para que, a partir da década de 1860, Fortaleza crescesse numa progressão jamais vista até então. Iniciando pelo incentivo que o Império dava para as capitais tornarem-se centros locais de poder político, econômico, militar e administrativo. Desta forma, Fortaleza se beneficiou pelo seu patamar perante a hierarquia de cidades por ser a capital, mas a sua estrutura não condizia com o seu porte (muitas vezes relatado pelos presidentes), mas isso mudaria. Logo em 1860, fora implantada uma filial do Banco do Brasil e no ano seguinte se inicia a Guerra da Secessão (Estados Unidos) fazendo com que o Ceará aumentasse a produção do algodão (sobretudo, com a introdução de uma nova espécie *Gossypium Hirsutum* – aumentando o valor da exportação<sup>53</sup>), não somente com a melhoria da produção, como da oportunidade de organizar-se do ponto de vista estrutural.

A planta de 1859 fora de fundamental importância, pois mostrava como a cidade estava e como ela poderia ser modelada a partir da expansão, ou seja, ao elencar os principais edifícios públicos, os gestores saberiam os que precisariam melhorar e adaptar com o intuito de torná-los aptos para a infraestrutura que seria implantada posteriormente. “As obras no porto [...], abertura e melhorias nas estradas [...], estabelecimento do monopólio exportador por Fortaleza [...], contratos com o governo imperial privilegiando o porto da capital” (BRUNO; FARIAS, 2012, p. 56).

Desta forma, a sua função administrativa foi enfatizada através desses privilégios e, por meio da concentração de renda na capital, foi possível desenvolver o processo centralizador, uma vez que, a configuração espacial da província estava baseada nos caminhos de bois onde em seus cruzamentos nasceram boa parte das vilas que seriam protagonistas da economia no sertão. Porém, com a construção da Estrada de Ferro Baturité (1870) a função comercial da capital foi acentuada, pois a

---

<sup>53</sup> Lima, 2008.

tornava polo centralizador e exportador de toda a produção vinda do interior. Desta forma, foi possível aumentar o seu raio de abrangência e influência, desbancando fortes cidades no campo econômico (já citadas) (BRUNO; FARIAS, 2011)

Isto explica o início do processo de hegemonia da cidade perante a província e a formação de uma nova rede urbana, visto que, já estava estabelecida através dos caminhos de bois, mas que agora seria reorganizada com a construção da estrada de ferro. Isto é explicado quando observamos as transações entre o Ceará com portos estrangeiros, quando entre 1858 e 1863 houve um crescimento de 65% e, entre 1863 e 1868, 75% (GIRÃO, 1979). Além do algodão (vindo de Itapipoca, Caucaia, Cascavel, por exemplo), outros produtos também eram escoados através do porto de Fortaleza como café (Maranguape e Baturité), couro, açúcar, dentre outros. Bruno e Farias (2011) explicitam que estes poderiam ser exportados pelos portos de Aracati, Acaraú, mas a política centralizadora do Império direcionava os recursos para melhoria e desenvolvimento para a capital para que ela se tornasse a mais importante cidade, alcançando toda a área produtora, tornando-se influente sobre elas.

Este contato entre litoral e sertão caracterizará a cidade perpetuando até os dias de hoje (sobretudo nos costumes), uma vez que, além da conexão através da estrada de ferro, a oportunidade de negócio tornou-se promissor e Fortaleza atraiu inúmeros latifundiários, comerciantes ligados ao setor de importação e exportação, em busca de negócios, ao mesmo tempo que, o êxodo rural também cresceu e, a cidade teve um aumento significativo na sua população. Nogueira (1939) afirma que em 1837 a população da cidade era de 16.557 habitantes e em 1872, 21.372, ou seja, um aumento de cerca de 22%.

Em contato direto com a Europa, sobretudo com a Inglaterra (economicamente com a implantação de várias *casas inglesas* e empresas responsáveis por diversos serviços que serão elencados posteriormente), a vocação comercial de Fortaleza fora acentuada. Entre 1850 e 1890 inúmeros serviços foram implantados tornando a cidade mais desenvolvida no sentido estrutural. O calçamento das ruas mais centrais (1857); seminário da Prainha (1864); melhorias no porto (1866) e implantação de linhas de navios a vapor para o Rio de Janeiro e Europa (1866); a canalização da água (1867) a cargo da empresa inglesa *Ceará Water Company Limited*; iluminação a gás carbônico (1867) implantada pela *Ceará*

*Gas Company Limited*; Biblioteca (1867); telefone (1883); caixas-postais (1889) (BRUNO; FARIAS, 2011) (COSTA, 2007).

Paralelo aos processos econômicos e políticos, a higiene pública acompanhava o crescimento da cidade e, a medida em que, o número de habitantes crescia, aumentavam também os problemas: epidemias, irregularidade das construções, maus costumes, etc. O Código de obras e posturas de 1865 atuou em vários aspectos para que estes percalços fossem solucionados.

As vias públicas e edificações deveriam estar alinhados valorizando portas e janelas para que o ar pudesse circular e os possíveis focos de doença fossem levados para fora das casas (COSTA, 2017). Isto explica o número de aberturas nas casas mais antigas e também o material utilizado que vinha da Europa como uma forma de valorizar o exterior. O asseio público também fora o foco deste código que tinha inúmeros artigos explicitando os procedimentos e regras para que a população não fosse acometida com uma série de doenças, ou seja, medidas preventivas para que não houvessem grandes epidemias e, caso houvesse, que existisse lugares fora da zona urbana para acolher os acometidos (ESTEVAM, 2018).

Ponte (2014, p. 29), resume este período de intensas transformações que Fortaleza passou até se transformar numa grande cidade no final do século XIX.

A disciplinarização do espaço urbano da capital cearense [...] acha-se estreitamente relacionada com um leque de medidas e técnicas voltadas para o reajustamento social das camadas populares, por meio do controle da saúde.

Assim, a cidade passou a ser alvo de intensas transformações no que diz respeito aos hábitos e costumes, introduzindo um pensamento europeu, sobretudo francês, no período que muitos autores denominam de *Belle Époque*. Ao longo do século XIX, muitos foram os médicos e demais profissionais da saúde que atuaram na capital, dentre eles podemos citar: Dr. José Lourenço de Castro e Silva (já citado), cirurgião-mor do Batalhão Provisório Silvério José da Cruz, Dr. Liberato de Castro Carreira, Dr. Marcos José Teófilo, Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego. Além da capital, muitas cidades já possuíam seus próprios médicos: Dr. Pedro Théberge (Icó) e Dr. Rufino de Alencar (Maranguape) (COSTA, 2014).

Todos estes processos influenciaram na denominação das ruas, uma vez que, ao observar os quadros 5 e 6 vemos uma mudança significativa na origem dos

nomes dos logradouros. Não podemos desvincular os processos políticos, econômicos e culturais dos topônimos referentes, uma vez que, as relações comerciais e os incentivos imperiais auxiliaram na centralização do poder administrativo, financeiro e mercantil de Fortaleza e, juntamente com a disciplinarização dos fortalezenses, expansão dos limites através do arruamento e prolongamento de suas vias, fortaleceram-na e contribuíram para o seu desenvolvimento.

Paulatinamente, a Câmara Municipal fez algumas alterações nas denominações à medida em que acontecimentos históricos ou de relevância política ocorriam. Desta forma, aos poucos, um conjunto de nomes de personalidades e eventos foram sendo elencados em substituição às antigas denominações que se referiam a edifícios públicos, elementos do cotidiano (como árvores, obras públicas), denominações indígenas, entre outras. A Câmara Municipal, responsável pelas denominações, no dia 6 de abril de 1870 “altera os nomes de algumas ruas e praças dando a denominação de rua do Conde D’Eu á rua do mercado [...], de praça Marquez do Herval à praça do Patrocínio e praça Visconde de Pelotas á praça denominada então do Encanamento”<sup>54</sup>. Dois anos depois, no dia 20 de janeiro “sob proposta do vereador Coelho da Fonseca a Câmara de Fortaleza muda o nome da rua da Cadeia para rua General Sampaio”<sup>55</sup>.

Estas alterações estão diretamente ligadas aos acontecimentos, de forma que, fora necessário elencar os vários processos que fizeram com que Fortaleza passasse por intensas transformações, resultando numa série de alterações como pode ser observado os excertos anteriores. Compreendemos o início de um processo de *antroponimização*, ou seja, a substituição de topônimos das mais diversas origens por nomes de pessoas, sobretudo, do gênero masculino. Desta forma, uma série de batismo de logradouros fora efetivado e/ou oficializado pela Câmara, uma vez que, muitos destes tinham nomes provindos das relações sociais entre o sujeito e o lugar (como locais de trabalho, pontos de encontro, acontecimentos que evocam uma memória).

Destas transformações e com o intuito de expandir os limites da cidade fora confeccionada a planta de Fortaleza de 1875 (figura 37), de autoria de Herbster, que apresenta uma cidade para além dos limites já apresentados em plantas e

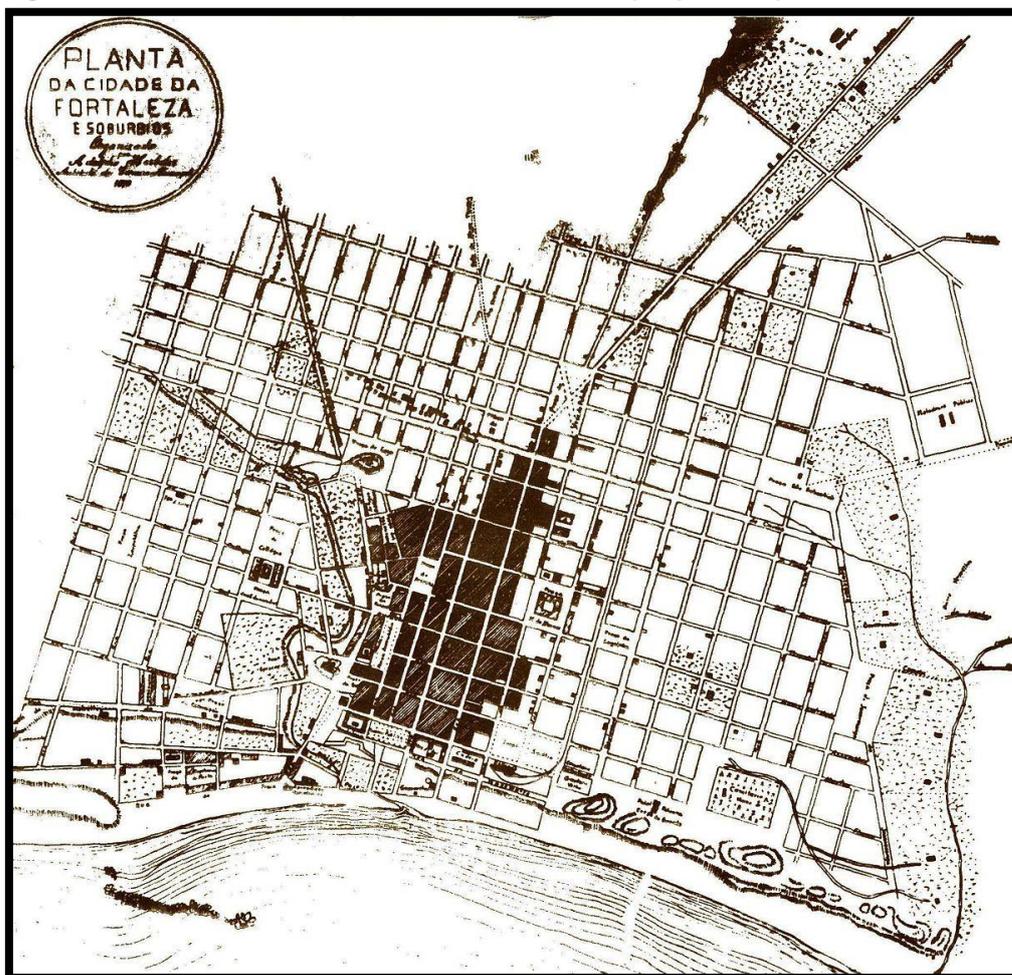
---

<sup>54</sup> Studart, 2001, p. 201.

<sup>55</sup> Ibid., p. 209.

planos anteriores, com ênfase na construção de três grandes avenidas, ou chamados *boulevards*, que definiram a malha ortogonal e a retícula em xadrez no qual as demais vias deveriam seguir. Ponte (2014, p. 27) explica que “a finalidade de tais *avenidas* era, num futuro breve, facilitar o escoamento do movimento urbano [...]. O principal objetivo da nova planta era disciplinar a expansão de Fortaleza”. Estas mudanças aconteceram em diferentes escalas, uma vez que, a distância entre a Europa e algumas cidades favoreceram para que estas mudanças ocorressem. Aragão (2017) demonstra que cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo acompanharam intensas transformações através de relações diretas com a Europa do que aquelas que não tinham ou não estavam no litoral. Fortaleza, pelas suas relações comerciais, sofreu transformações, de uma forma diferenciada das cidades citadas, pelo seu nível de importância dentro do Império, mas regionalmente, ela cresceu vertiginosamente.

Figura 37 – Planta urbanística de Fortaleza, projetada por Adolfo Herbster (1875).



Fonte: Castro (1994).

Inspirado na reforma de Haussmann em Paris, Herbster implanta os três *boulevards*, por um lado como uma forma de delimitar os limites da cidade exportando um modelo francês de logradouros (embora as dimensões fossem diferentes), por outro, seguindo o desenho ortogonal e retilíneo de Paulet. Desta forma, Fortaleza poderia expandir-se a partir do traçado original que hoje conhecemos por centro histórico. Nesta época, a cidade já tinha mais de 21.300 habitantes e possuía ligação com várias outras cidades através de pontes e estradas, além da conclusão de várias etapas da estrada de ferro, facilitando a comunicação com os locais produtores e melhorando o escoamento (GIRÃO, 1979).

Este processo de disciplinarização do espaço, através de uma série de mudanças (não na mesma proporção que Paris e Rio de Janeiro, por exemplo), reflete não somente as mudanças que ocorreram em diferentes escalas como também o modo de produzir a cidade. Desta forma, como já fora destacado, emergiram novos atores sociais (bacharéis, médicos, engenheiros, jornalistas) e com eles novos ideais inspirados nos moldes franceses que buscavam a modernização de Fortaleza contrapondo-se à imagem provinciana que apresentou até metade do século (BRUNO; FARIAS, 2011).

As vestimentas, o vocabulário, os lugares, o comércio foram emoldurados à imagem da França, uma vez que, as principais cidades do Império tinham se desenvolvido a partir dos ideais franceses, embora a sua influência já se manifestava antes mesmo deste período como informa Glénisson (1961). A vinda de técnicos no governo de Martiniano de Alencar (1834-1837) fez com que muitos imigrantes franceses viessem para trabalhar nas obras públicas (todavia, com as rivalidades políticas muitos deles não permaneceram e se dirigiram para outras províncias). Tempos depois, muitos comerciantes franceses (além dos ingleses) aportaram em Fortaleza e implantaram inúmeras casas comerciais, destacando-se a de Theodore Boris & Frère (Casa Boris).

Além do aspecto econômico, a França influenciou na ordem e nos hábitos, sobretudo com a reprodução de espaços públicos que incluíam a importação de estátuas e demais ornamentos, sendo um símbolo desta influência na capital alencarina (que apresentava também como estava estratificada a sociedade de então): a construção do Passeio Público de Fortaleza (figura 38), fora inspirado no mesmo logradouro do Rio de Janeiro (figura 39). A praça mais antiga da cidade (já existia como largo da Fortaleza no século XVII) foi o cartão postal por muitos

anos e a mais conhecida área de lazer, sobretudo para a classe mais abastada. Dividida em três planos, refletia a segregação social com a separação física entre os indivíduos.

Figura 38 – Passeio Público de Fortaleza.



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 39 – Passeio Público do Rio de Janeiro em 1880.



Fonte: Acervo IMS<sup>56</sup>.

Benedito (1999, p. 60) descreve bem como estava estruturada o Passeio Público de Fortaleza, na praça dos Mártires, com os três planos que a compunham.

**1º plano:** Avenida ou Alameda dos Mártires [...]. em 1880 foi construída uma avenida separando o 1º plano e o 2º plano (Avenida Caio Prado) homenagem ao ex-governador do estado falecido antes do término do mandato, recebeu estátuas (réplicas de esculturas clássicas), jardim, café-bar, coreto e iluminação, nela se reunia a elite.

**2º plano:** chamado de Rocha Lima ou também Carapinima [...], possuía cascata artificial [...], havia um lago com a estátua de Diana (deusa da caça) no centro, um cassino com bar e bilhares (Cassino Cearense); anos depois foi transformado em praça de esportes e depois garagem da 10ª Região Militar.

**3º plano:** chamado Tito Rocha ou Avenida Mororó, espaço atualmente cortado pela Avenida Presidente Castelo Branco, possuía um lago artificial alimentado por braço do riacho Pajeú, no centro uma estátua de Netuno colocada em 1881, o local era uma espécie de mini zoológico com animais soltos [...]. Nessa ala se encontravam as pessoas de classe baixa, soldados, prostitutas e pessoas humildes.

Portanto, observamos uma cidade que inicia um processo de embelezamento e divertimento e, ao mesmo tempo, era marcada por problemas sociais e naturais como as secas, sobretudo a de 1876 a 1878, quando um grande contingente se dirigiu à capital a partir da extensão da própria Estrada de Ferro. Neste período, Fortaleza saltou de uma população de 20.000 habitantes para

<sup>56</sup> Instituto Moreira Sales.

160.000, ocasionando problemas de infraestrutura para comportar tamanho contingente, como também de ordem médica com a disseminação de doenças em verdadeiras epidemias de Varíola, Febre amarela e Cólera (COSTA, 2014).

Após o período de grande seca, Fortaleza retoma seu crescimento na década de 1880 com a chegada de serviços que facilitariam a comunicação da cidade com o restante do Império e com o mundo, tais como: o telégrafo (1881), cabo submarino para a Europa (1882), serviço telefônico (1883) e caixas postais (1889). Além disso, a forma de locomoção impulsionada pela expansão da capital e aumento da população mudou com a implantação do sistema de bondes de tração animal (Cia. Ferro Carril) em 1880 ligando os principais pontos: o Centro, o Porto e o matadouro (PONTE, 2014).

É nesta mesma década que as primeiras fábricas foram implantadas como a Pompeu & Irmãos; Ceará Industrial e Companhia Fabril Cearense de Meias e também inaugurada a Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité (como fora mencionado), destacando a função político-administrativa resultado do processo de centralização das capitais pelo Império (LIMA, 2008). Este desenvolvimento não ocorria somente em escala local, uma vez que, o Império ingressava num período de progresso no campo econômico, político e militar, sobretudo este que, durante a segunda metade do século XIX, fora o protagonista de várias guerras e batalhas [a mais conhecida a do Paraguai (1864-1870)] dos quais surgiram muitos *heróis nacionais*, dos quais estão representados em várias ruas, avenidas e praças atuais (CÂMARA, 1970).

É neste bojo que, até 1889, muitos foram os logradouros que tiveram sua denominação alterada, influenciada por todos estes processos que ocorreram. Dois fatos corroboraram para que uma lista de personalidades fossem elencadas para *batizar* as vias: a *Abolição da Escravatura*, em 13 de maio de 1888 e, principalmente, a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Esta última teve um significado maior, sobretudo no que diz respeito às denominações, pois, embora, os outros processos também contribuíram para a criação de um panteão de nomes que representavam a imagem do brasileiro, fora a partir da proclamação que estes personagens tornaram-se mais visíveis.

A figura 40 representa como Fortaleza estava espacializada e nos apresenta uma cidade totalmente diferente de 1856, ou seja, o resultado de como os

processos descritos mudaram a sua configuração urbana, embora, diante de todos os problemas enfrentados.

Figura 40 – Exercício de reconstituição cartográfica, Planta da cidade de Fortaleza de 1888.



Fonte: Planta da cidade de Fortaleza capital da Província do Ceará, levantada por Adolpho Herbster. Autora: Andrade (2012). Adaptado pelo autor (2019).

Em uma primeira análise observamos que muitas das denominações de 1856 já não estão presentes e que o desenho da cidade mudou tal como o número de equipamentos também. A diferença entre rua e travessa já não está presente na figura 40, uma vez que, a predominância deste primeiro logradouro é perceptível se comparado ao segundo, mas destacam-se, a partir do perímetro urbano, os três *boulevards* já mencionados anteriormente como retrato das mudanças pelas quais Fortaleza estava passando, tais como os demais logradouros. Porém, estes três (Duque de Caxias, Imperador e Conceição) fazem parte de uma nova lógica de morfologia urbana que trazia vias mais largas e arborizadas com um canteiro central, uma alusão às mesmas da capital francesa.

Desta forma, destacamos alguns equipamentos importantes da cidade no final do século e que figuraram como resultado do rendimento obtido pela

comercialização do algodão, uma vez que, foram construídos para otimizar a exportação dos produtos através da ferrovia, mas também como amenizadores das secas que assolaram as terras alencarinas. O Quartel e a Fortaleza (figura 41) como representação do poder militar; a Santa Casa (figura 42) simbolizando o cuidado com a saúde; a Igreja da Sé (figura 43) representando o poder religioso; a Igreja do Rosário e o Palácio do Governo como símbolos de poder divino e terreno (figura 44); a Alfândega (figura 45) que exprimia a importância da capital como escoadora da produção; o Matadouro público (figura 46) e o Mercado de Ferro (figura 47) como representação dos novos hábitos provindos dos discursos médicos higienistas.

Figura 41 – Quartel e Fortaleza.



Fonte: Óleo sobre tela João Jorge (1995).

Figura 42 – Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 43 – Igreja de São José, demolida em 1938.



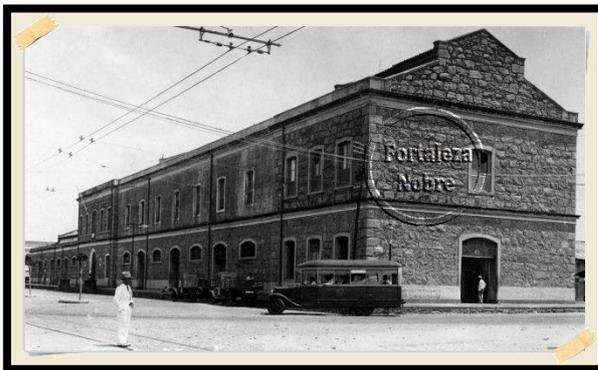
Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 44 – Palácio do Governo (à esquerda) e Igreja do Rosário (à direita)



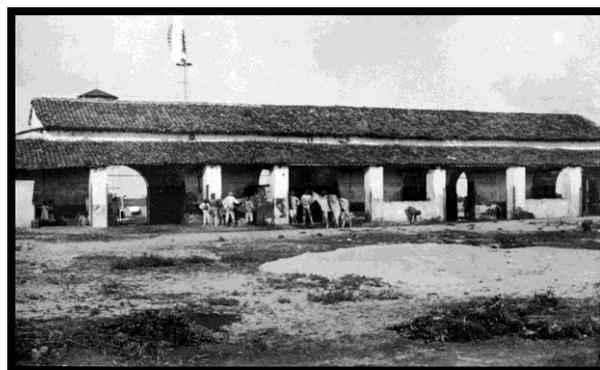
Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 45 – Alfândega.



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 46 – Matadouro público, desativado em 1926.



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 47 – Mercado de Ferro, desmontado em 1938.



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 48 – Estação João Felipe no início do século XX.



Fonte: Arquivo Nirez.

Todos estes equipamentos foram importantes no processo de modernização de Fortaleza, uma vez que, seu contato comercial com a Europa propiciava a vinda de diversos materiais utilizados nestas construções sofisticando-os e tornando-os cada vez mais requintados. Não sendo meras representações do processo de embelezamento da cidade, estes edifícios tornaram-se pontos de referência sendo, muitas vezes eleitos como denominação das ruas.

Tratando da denominação dos logradouros, o quadro 7 resume e apresenta como as ruas estavam denominadas no período de 1888 e 1889, uma vez que, foram o resultado de mudanças que ocorreram desde 1856, bem como estavam distribuídas as taxonomias.

Quadro 7 - Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza 1888-1889.

1888-1889			
LOGRADOURO	TOPÔNIMO	TAXONOMIA <sup>57</sup>	ATUAL (2019)
Boulevard do/da(s)	Visconde do Rio Branco	Axiotopônimo <sup>58</sup>	Av. Visconde do Rio Branco
Boulevard do/da(s)	Imperador (1875)	Axiotopônimo	Av. do Imperador
Boulevard do/da(s)	15 de novembro (1889)	Historiotopônimo <sup>59</sup>	
Boulevard do/da(s)	Livramento (1875)	Hagiotopônimo <sup>60</sup>	Av. Duque de Caxias
Boulevard do/da(s)	Duque de Caxias (1889)	Axiotopônimo	
Boulevard do/da(s)	Conceição (1875)	Hagiotopônimo	Av. Dom Manuel
Boulevard do/da(s)	Dom Manuel (1889)	Axiotopônimo	
Rua do/da(s)	D. Pedro (1888)	Axiotopônimo	Pedro I
Rua do/da(s)	Tiradentes (1889)	Antropônimo <sup>61</sup>	
Rua do/da(s)	Dr. Luís Ribeiro Dr. Meton de Alencar	Axiotopônimo	Liberato Barroso
Rua do/da(s)	Assembleia	Sociotopônimo <sup>62</sup>	São Paulo
Rua do/da(s)	Senador Alencar	Axiotopônimo	Senador Alencar
Rua do/da(s)	Quartel ou Cadeia	Sociotopônimo	General Bezerril
Rua do/da(s)	Oitizeiro	Fitotopônimo <sup>63</sup>	
Rua do/da(s)	Alegria	Animotopônimo <sup>64</sup>	
Rua do/da(s)	Manoel Bezerra / Castro e Silva	Antropônimo	Castro e Silva
Rua do/da(s)	Misericórdia	Sociotopônimo	Dr. João Moreira
Rua do/da(s)	Ponte	Sociotopônimo	Rufino de Alencar
Rua do/da(s)	24 de maio	Historiotopônimo <sup>65</sup>	24 de maio
Rua do/da(s)	Cadeia	Sociotopônimo	General Sampaio
Rua do/da(s)	Amélia	Antropônimo	Senador Pompeu
Rua do/da(s)	Formosa	Animotopônimo	Barão do Rio Branco
Rua do/da(s)	Major Facundo	Axiotopônimo	Major Facundo
Rua do/da(s)	Boa Vista	Animotopônimo	Floriano Peixoto
Rua do/da(s)	Sena Madureira	Antropônimo	Av. Alberto

<sup>57</sup> Para mais informações consultar Quadros 1 e 2 com a lista completa das taxonomias de natureza Física e Antropocultural.

<sup>58</sup> Títulos e dignidades.

<sup>59</sup> Movimentos de cunho histórico e social.

<sup>60</sup> Santos e santas do hagiológio romano..

<sup>61</sup> Nomes próprios.

<sup>62</sup> Atividades profissionais, locais de trabalho e ponto de encontro dos membros de uma comunidade.

<sup>63</sup> Índole vegetal.

<sup>64</sup> Vida psíquica, cultura espiritual.

<sup>65</sup> Movimentos de cunho histórico e social.

	(1889)		Nepomuceno (Poço da Draga <sup>66</sup> até R. Castro e Silva)
Rua do/da(s)	Baixo	Dimensiotopônimo <sup>67</sup>	R. Conde D'Eu (R. Castro e Silva até R. São Paulo) e Sena Madureira (R. São Paulo até o Parque da Liberdade)
Rua do/da(s)	Sena Madureira (1889)	Antropônimo	
Rua do/da(s)	Rosário	Hagiotopônimo	Rosário
Rua do/da(s)	Sampaio	Antropônimo	Governador Sampaio
Rua do/da(s)	São José	Hagiotopônimo	São José
Rua do/da(s)	Pajeú	Hidrotopônimo <sup>68</sup>	25 de março
Rua do/da(s)	14 de março	Historiotopônimo	Av. Tristão Gonçalves
Rua do/da(s)	Lagoinha	Hidrotopônimo	Dragão do Mar
Rua do/da(s)	Alfândega	Sociotopônimo	Jaime Benévolo
Rua do/da(s)	Açude	Hidrotopônimo	Baturité
Rua do/da(s)	Outeiro <sup>69</sup>	Geomorfotopônimo <sup>70</sup>	
Rua do/da(s)	Gasômetro (1879)	Sociotopônimo	Senador Jaguaribe
Rua do/da(s)	Senador Jaguaribe	Axiotopônimo	
Rua do/da(s)	Conceição	Hagiotopônimo	Tenente Benévolo
Rua do/da(s)	Paço	Sociotopônimo	Pereira Filgueiras
Rua do/da(s)	Sol	Astrotopônimo <sup>71</sup>	Costa Barros
Rua do/da(s)	Colégio	Sociotopônimo	Início da Av. Santos Dumont
Rua do/da(s)	Córrego	Hidrotopônimo	Pinto Madeira
Rua do/da(s)	Singlehurst	Etnotopônimo <sup>72</sup>	José Avelino
Rua do/da(s)	Trindade	Hagiotopônimo	Solon Pinheiro
Travessa do/da(s)	São Bernardo <sup>73</sup>	Hagiotopônimo	R. Pedro Pereira
Travessa do/da(s)	Municipal	Sociotopônimo	R. Guilherme Rocha
Travessa do/da(s)	Boa Vista <sup>74</sup>	Animotopônimo	Pará
Travessa do/da(s)	Colégio	Sociotopônimo	R. Coronel Ferraz
Travessa do/da(s)	São Luís	Hagiotopônimo	
Travessa do/da(s)	Conceição	Hagiotopônimo	R. Almirante

<sup>66</sup> Porto de Fortaleza à época.

<sup>67</sup> Características dos acidentes geográficos: extensão, comprimento, largura, etc.

<sup>68</sup> Acidentes hidrográficos.

<sup>69</sup> Na figura 40 é apresentada como travessa.

<sup>70</sup> Formas topográficas.

<sup>71</sup> Corpos celestes.

<sup>72</sup> Elementos étnicos.

<sup>73</sup> Alguns documentos apontam como Travessa São Bernardo, enquanto que outros as chamam de rua Dr. Pedro Pereira.

<sup>74</sup> Mesmo não estando presente em algumas plantas esta travessa já existia com esta denominação desde meados do século XIX.

			Jaceguai
Travessa do/da(s)	Praia	Geomorfotopônimo	Av. Almirante Tamandaré
Beco do/da(s)	Pocinhos	Hidrotopônimo	R. Pedro Borges
Ladeira do/da(s)	Solon	Antropônimo	R. Boris
Praça do/da(s)	Caio Prado (1889)	Antropônimo	Sé
Praça do/da(s)	Mártires	Historiotopônimo	Mártires (Passeio Público)
Praça do/da(s)	Coração de Jesus (1886)	Hagiotopônimo	Coração de Jesus
Praça do/da(s)	Municipal ou Municipalidade	Sociotopônimo	Ferreira
Praça do/da(s)	Marquês do Herval	Axiotopônimo	José de Alencar
Praça do/da(s)	Senador Castro Carreira	Axiotopônimo	Castro Carreira (da estação)
Praça do/da(s)	Colégio (1867)	Sociotopônimo	Figueira de Melo
Praça do/da(s)	Senador Figueira de Melo (1879)	Axiotopônimo	
Praça do/da(s)	Coronel Teodorico (1881)	Axiotopônimo	Capistrano de Abreu
Praça do/da(s)	16 de novembro (1889)	Historiotopônimo	
Praça do/da(s)	General Tibúrcio (1887)	Axiotopônimo	General Tibúrcio (dos leões)
Praça do/da(s)	Alfândega	Sociotopônimo	Almirante Saldanha
Praça do/da(s)	José Bonifácio e dos Coelhos	Antropônimo	Polícia Militar
Largo do/da(s)	Assembleia e Mercado	Sociotopônimo	Praça Waldemar Falcão
Largo do/da(s)	Voluntários da Pátria	Historiotopônimo	Praça dos Voluntários

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b); Cunha (1990). Dicionário de ruas de Fortaleza. Adaptado pelo autor (2019).

Pela quantidade de logradouros observamos o quanto a cidade se estruturou e fora modificada dentro do perímetro urbano. As estradas não aparecem neste quadro para nos atentarmos ao núcleo central, uma vez que, a partir deste período a concentração da população nesta parte da cidade se torna cada vez mais complexa pela reunião de várias funções que a cidade acarretou ao longo do século: residencial, comercial-financeira, política, militar, entre outras.

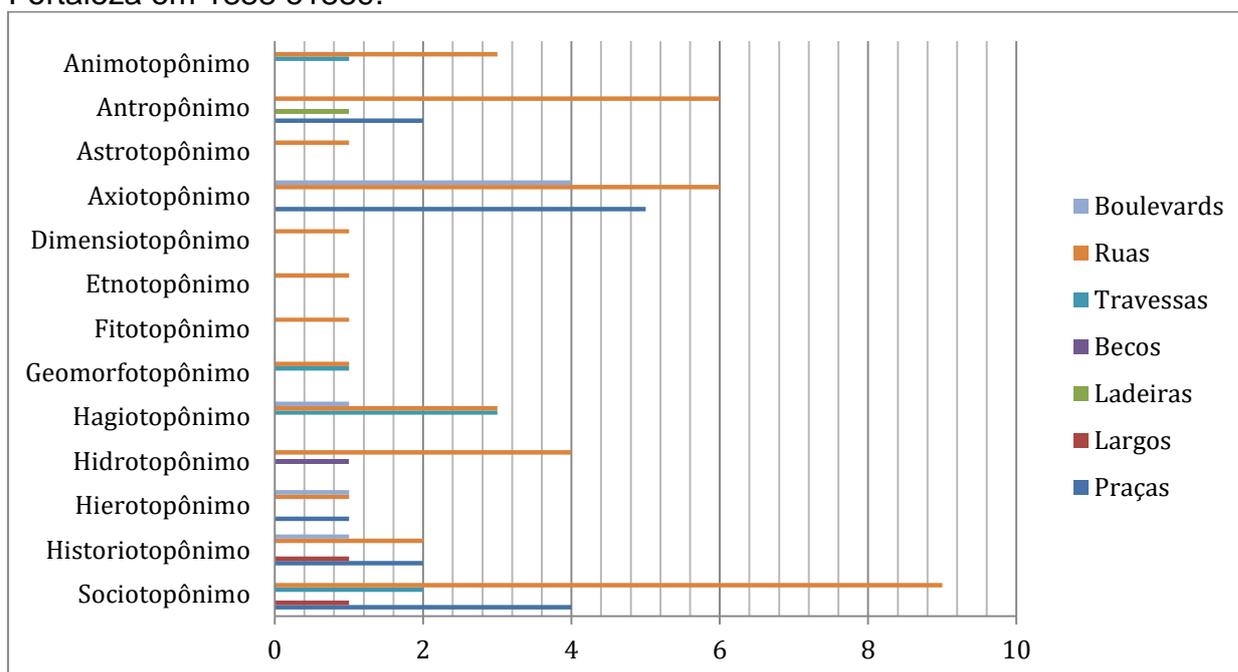
Devemos atentar para o período em que estas vias foram denominadas ou alteradas, uma vez que, houve uma mudança na forma de governo (Monárquico para Republicano, em 15 de novembro de 1889) causando profundas

transformações não somente no campo político como no simbólico também, sobretudo no que diz respeito às denominações. Muitos dos antigos nomes foram alterados como marca do novo governo, ao mesmo ponto que, o moderno se contrapõe ao antigo regime ou governo anterior. Dias (2000) explica que os regimes revolucionários costumam batizar os logradouros públicos e elencam os personagens que contribuíram para que estes se efetivassem.

Desta forma, compreendemos a lista de militares, políticos, médicos e demais personalidades que figuraram no país para que ele tornasse uma república. Mas, esta alteração não considerou nomes regionais e locais prestigiando os de alcance nacional em grandes guerras. Desta forma, observamos a exaltação de *heróis* que morreram em combate e políticos conhecidos pela classe, mas totalmente desconhecido dos brasileiros em geral, enquanto que, outros que também contribuíram para a história do Brasil não foram elencados para nomear as vias. No Ceará e em Fortaleza não é diferente, uma vez que, ao listarmos as origens e sua contribuição para o estado (nova nomenclatura para as antigas províncias).

Assim, no quadro 7 observamos a miscelânea de elementos locais e regionais (como figuras que contribuíram para o desenvolvimento político, econômico) frente às personalidades e fatos históricos até aquele período (Tiradentes, D. Pedro, 15 de novembro, Visconde do Rio Branco). Também encontramos vestígios de antigas denominações que ainda perduram com referência a elementos característicos do lugar como símbolo de marcas no espaço de processos passados. A partir do quadro 7 podemos obter mais informações acerca de como as taxonomias estão distribuídas resultando no gráfico 3 e, assim, fazermos uma leitura geográfica da cidade em 1889.

Gráfico 3 - Distribuição das taxonomias na denominação dos logradouros em Fortaleza em 1888 e 1889.



Fonte: Girão (1979). Elaborado pelo autor (2019).

Analisando como as taxonomias estão distribuídas atentamos também para os tipos de logradouros que estão presentes, fruto do plano de 1875 e 1888 de Herbster que instituiu os *Boulevards* como limites da cidade e ordenamento de como a cidade poderia expandir, ao mesmo passo que, se analisarmos os nomes elencados para denominar os logradouros, os nomes de pessoas, relacionados ao sagrado, à fatos históricos e os lugares de trabalho ou ponto de encontro figuram como os mais comuns. Também há aquelas denominações referentes aos títulos nobres como Duque, Imperador, Visconde, etc, que evocam a memória de personalidades da nobreza ou que fizeram pelo império e que foram condecorados por seus atos (embora, possamos discutí-los no próximo capítulo).

A Câmara teve papel fundamental para a implantação de nomes de logradouros como Studart (2001) aponta

6 de abril de 1870\_ A Camara Municipal da Fortaleza em sessão deste dia altera os nomes de algumas ruas e praças dando a denominação de rua do Conde D'Eu á rua do do mercado e boulevard Duque de Caxias ao boulevard do Livramento; de praça Marquez do Herval á praça do Patrocínio<sup>75</sup>;

<sup>75</sup> Studart, 2001, p. 201.

[...] 20 de janeiro de 1872\_ Sob proposta do vereador Coelho da Fonseca a Camara de Fortaleza muda o nome da rua da Cadeia para rua General Sampaio<sup>76</sup>;

[...] 15 de outubro de 1878\_ A Camara Municipal de Fortaleza, desejando perpetuar o nome de um cearense a quem a pátria deve gratidão pelos relevantes serviços que prestou, resolve em sessão deste dia mudar o nome da antiga rua d'Amélia para rua Senador Pompeo. N'essa rua por longos annos morou e falleceu este illustre cidadão<sup>77</sup>;

[...] 19 de outubro de 1878\_ A Camara Municipal de Fortaleza em sessão deste dia resolve que passe a denominar-se - 24 de maio - a antiga do Patrocínio - para comemorar a grande batalha 26 de voluntários, composto de cearenses, praticou prodígios de valor, e rua do Senador Alencar - a antiga rua das Hortas - como um tributo de homenagem á memória d'este illustre cearense<sup>78</sup>;

[...] 11 de janeiro de 1879\_ A Camara Municipal de Fortaleza em sessão desta resolve mudar o nome da Praça de Misericórdia para o de Praça dos Martyres afim de perpetuar a memoria dos illustres patriotas Coronel Andrade, Pe. Gonçalo Mororó, Ibiapina, Bolão e Carapinima, que ahí foram fusilados em 1825 e o da Praça dos Educandos para Praça Senador Figueira de Mello<sup>79</sup>;

[...] 2 de fevereiro de 1887\_ A Camara Municipal de Fortaleza em sessão deste dia resolve dar a denominação de Praça de General Tiburcio á praça outrora de Palácio<sup>80</sup>;

[...] 16 de maio de 1887\_ A Camara Municipal de Fortaleza em sessão d'esa data dá novas denominações para algumas de suas ruas e logares pelo modo seguinte: De Senador Jaguaribe - á avenida que vai da frente da Santa Casa á estação da via férrea de Baturité; Tristão Gonçalves - outrora rua da Alagoinha<sup>81</sup>;

[...] 4 de junho de 1887\_ O vereador da Fortaleza Paulino Joaquim Barroso propõe em sessão da CMF e é aceito, mudar-se o nome de praça da Sé em praça Caio Prado<sup>82</sup>.

O que afirmamos aqui é que, novamente, o conjunto de denominação foi submetido aos processos políticos, econômicos históricos que modificaram a dinâmica da República que tinha se tornado, mas também artifício para engrandecer nomes face ao encobrimento de muitos. Desta forma, e não somente aqui, temos vias com a denominação de mesmos vultos históricos nacionais e não há um equilíbrio com heróis locais e regionais. Este é o reflexo de Fortaleza que crescia vertiginosamente e caminhava rumo ao seu apogeu ainda no final deste século e durante todo o século XX quando se torna a principal cidade do estado, revelando seu poder através das funções que exerce. Silva (1994, p. 54), esclarece que

A história local dificilmente se insere na historicidade nacional. De forma idêntica os registros geográficos não possibilitaram uma configuração da

<sup>76</sup> Ibid., p. 209.

<sup>77</sup> Ibid., p. 240.

<sup>78</sup> Ibid., p. 251-252.

<sup>79</sup> Ibid., p. 253.

<sup>80</sup> Ibid., p. 352.

<sup>81</sup> Ibid., p. 353.

<sup>82</sup> Ibid., p. 368.

cidade ou mesmo do Estado do Ceará à altura do que sua realidade representou ou representa espacialmente.

É uma fase de transição no conjunto de denominações, uma vez que, passado e presente se encontram mesclados entre os nomes que as vias possuem: por um lado os ares provincianos continuam através da localização por pontos de referência comum a todos (edifícios, vegetação, atividades, etc) e, por outro, a descaracterização deste tipo de nomenclatura aparece com a introdução de nomes desconhecidos ou que não fizeram parte da história da cidade, tornando cada vez mais complexa a relação entre indivíduo e espaço à medida em que as referências que ele possuía de certo lugar foram modificadas simbolicamente.

Este é o caso das denominações que, muitas vezes não aparecem nos planos, mas que em crônicas e outros gêneros foram tão comuns, havendo um embate entre o que existia de fato e o que a população denominava. Desta forma, Souza (2001, p. 152) explicita que “os nomes de logradouros têm realmente muito a ver com o imaginário da população. É aqui que ela expõe suas particularidades, seus tipos e seus valores ligados às práticas do cotidiano”. Sendo este cotidiano o reflexo da produção do espaço que acompanha as mudanças da morfologia urbana. Até o final do século XIX mais uma mudança afetarà o modo como os logradouros são denominados.

#### **4.1.3 Dos nomes aos números... O novo sistema de denominação de ruas em Fortaleza (1890)**

A mudança nos nomes dos logradouros altera o sentido simbólico de lugar e a localização se torna cada vez mais difícil, mas se os nomes fossem substituídos por números? Distribuídas com uma certa lógica elas podem auxiliar na referência, mas esta alteração repentina não traz esclarecimento, visto que, a malha viária de Fortaleza já possuía uma verta identidade com a denominação de seus logradouros.

Em 1890, as ruas de Fortaleza foram substituídas por números seguindo o exemplo do *Commissioner's Plan*, implantado entre 1807 e 1811 em Nova York, no qual “dividiu Manhattan geometricamente em lotes [...], cortados por 14 avenidas e 172 ruas perpendiculares” (NOLASCO, FREITAS e BATISTA, 2007, p. 49). A configuração espacial da cidade naquela época permitiu a implantação de um

sistema de nomeação de seus logradouros e também impulsionou a criação de um mercado imobiliário. A figura 49 demonstra bem o traçado em xadrez da cidade na época da implantação do plano.

Figura 49 – Nova York e parte da ilha de Manhattan em 1811.



Fonte: Blog Histórias de Nova York. Disponível em: <https://historiasdenuevayork.es/tag/historia-de-central-park/>. Acesso em: 29.05.2019.

Nova York tinha uma área densa e sua expansão permitiu o crescimento da cidade através de suas novas vias no qual devemos atentar à direita da figura 49 rigidamente traçadas e denominadas para que a localização fosse a mais clara possível. Desta forma, Nolasco, Freitas e Batista (2007, p. 49) nos explica que

Homenagear figuras de uma nação há pouco constituída não fazia sentido em uma cidade que atraía menos recém-independentes do que estrangeiros, onde dialetos galeses e francos superavam em quantidade de falantes o inglês. Por essa razão, as ruas e avenidas, ao invés de nomeadas, foram numeradas, tornando mais fácil inclusive a orientação daqueles que desciam no porto da ilha sem conhecer a língua o suficiente para ir além do *good morning*.

Foi assim, que o sistema numérico fora implantado seguindo uma lógica tão precisa quanto à forma que a cidade estava tomando e, deste modo, até hoje as ruas e avenidas são denominadas desta forma. Porém, em outros lugares (como

Fortaleza) elas substituíram nomes que já estavam perpetuados no espaço quebrando uma lógica pré-estabelecida através das relações sociais transparecendo o poder do governo em adotar um sistema alheio e ultrapassando os limites de um sistema que fora sendo estabelecido aos poucos.

Desta forma, encaramos que a ideia de uma quebra histórica encrustrada na denominação das ruas (com o advento da República muitos nomes ligados ao império já se mantinham presentes), ou seja, como afirma Dias (2000) o critério de seleção de um conjunto de nomes muda ao longo do tempo, sobretudo quando há fatos em que o cenário político, econômico é alterado radicalmente. Assim, o sentido de dar nomes os quais as pessoas reconheçam é de fundamental importância, uma vez que, elas se identifiquem com aqueles que fazem parte da nomeação das vias e demais logradouros. Quando a alteração de nomes para números chegou à Fortaleza (um ano logo após a proclamação da República), todo aquele conjunto de nomes que faziam parte do cotidiano fora quebrado com a inserção de um sistema numeral.

Nogueira (1980, p. 35) explica como este sistema fora implantado na cidade

É sestro antigo da Fortaleza mudar os nomes de praças e ruas sem pensar que seria melhor deixar nos seus lugares nomes naturais [...]. Antes do 15 de novembro já se faziam disparates desta ordem, mas depois desta data a contradança dos nomes de ruas tem continuado com ritmo mais presto. A nossa primeira Câmara Municipal republicana fez uma mudança completa: começou pelo seu próprio nome que passou a ser *Conselho da Intendência Municipal*; e depois, quanto aos nomes das ruas, acabou com eles e numerou-as todas, a fim de evitarem-se as contínuas e sucessivas substituições, quase sempre oriundas de sentimentos partidários.

Assim, compreendemos que esta mudança adveio de um desejo de diminuir ou acabar com a constante mudança na denominação (como pudemos observar anteriormente) e, desta forma, estabelecer um sistema fixo e que não fosse passível de qualquer alteração. De acordo com o autor, já existia uma preocupação com a inserção de nomes alheios à histórica local, sendo instalados nomes de personalidades em nível nacional. Com um forte viés político, este sistema também deveria conter os confrontos partidários a fim de elencar nomes que lhe fossem afeitos e, assim, denominar as vias.

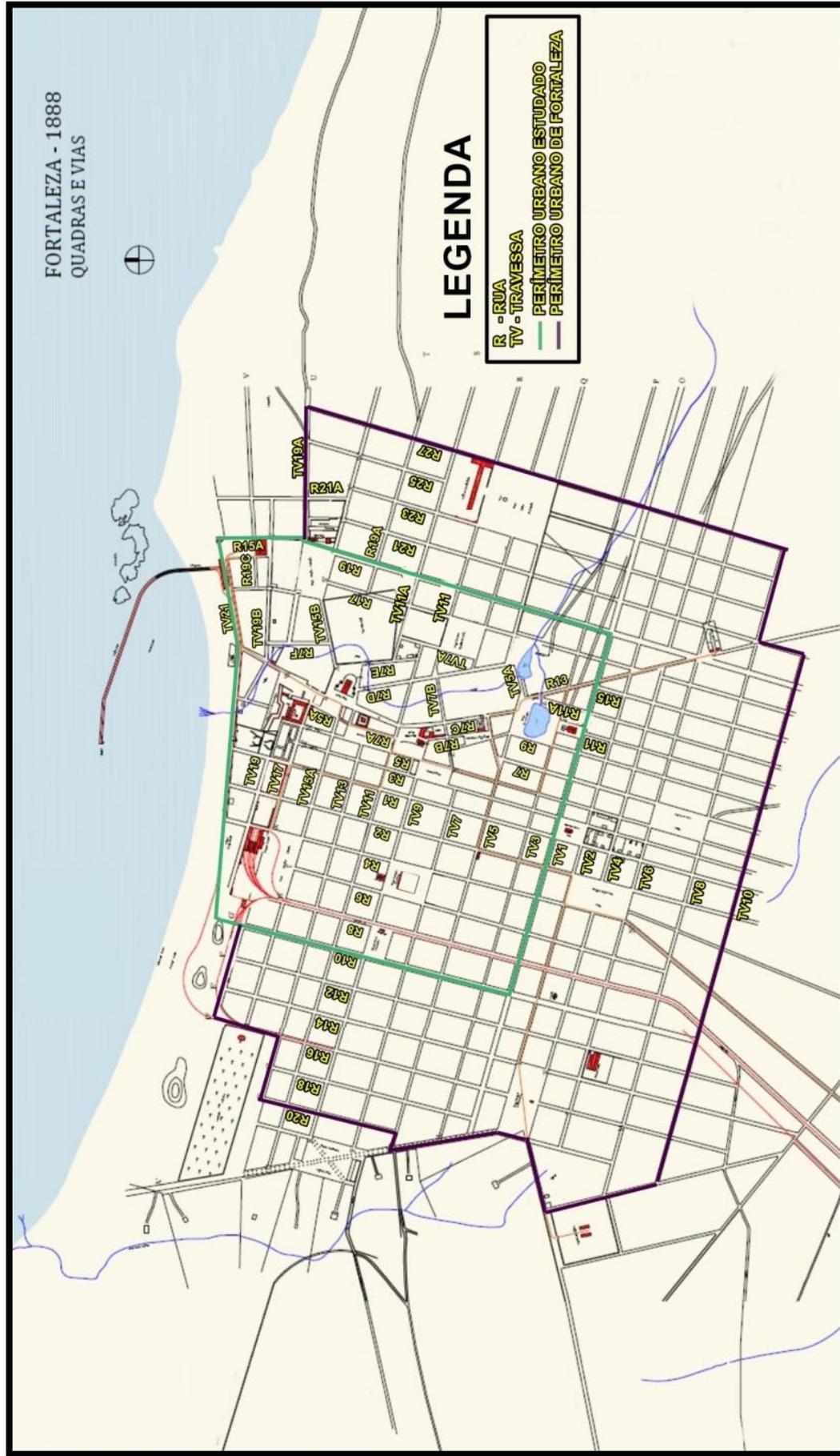
Ainda sobre estas mudanças, Girão (1979, p. 187-188) afirma que

com a resolução de 29 de outubro de 1890, substituem os vereadores, por números, os nomes das ruas, à moda de Nova York, e trocaram por outros os das praças [...]. Art. 1º - Fica suprimida a denominação existente das ruas da cidade e substituída por numeração, pela forma assim determinada: da Rua Formosa para o nascente tôdas as ruas serão ímpares e para o poente pares; do Boulevard Duque de Caxias para o norte ímpares e para o sul pares, ficando tôdas elas dispostas, no sistema adotado.

Esta manobra política não quis somente impedir a constante mudança como também *apagar* qualquer evocação ao tipo de governo anterior, sendo uma forma de retirar os símbolos que tinham como memória o Império e, junto com a República, haveria um novo começo para o país. *Zerando* as ruas, a Intendência iniciava um novo tipo de governo sem as marcas do passado na cidade, uma vez que, como afirmamos, estava passando por profundas alterações em sua malha urbana e, com este novo regime, novas práticas passariam a ser aplicadas, sobretudo no campo político.

A figura 50 nos situa quanto à localização das ruas numeradas em Fortaleza e nos explicita a ordem em que elas foram elencadas, diferenciando as ruas das travessas e respeitando a direção norte-sul, nascente-poente (leste-oeste).

Figura 50 – Ruas e travessas de Fortaleza (1890).



Fonte: Planta da cidade de Fortaleza capital da Província do Ceará, levantada por Adolpho Herbster (1888). Autora: Andrade (2012). Adaptado pelo autor (2019).

Analisando a figura 50 compreendemos como este novo sistema de nomenclatura tinha como principais marcos: a rua Formosa (rua 1) se tornara a primeira da cidade a receber a numeração, uma vez que, ela tinha passado por um processo de calçamento e alinhamento, estando de acordo com os novos padrões de arruamento, tal como das edificações que também passaram por mudanças previstas nos códigos de posturas para que se adequassem à altura e largura de portas e janelas (ESTEVAM, 2018).

Assim, a partir da rua Formosa para o leste seguiram ruas em numeração ímpar, de modo que ela tornasse a referência de localização para as demais. Quanto mais distante dela, maior a numeração seja para leste ou oeste, enquanto que, na direção norte-sul foram estabelecidas as travessas tendo como referência o Boulevard Duque de Caxias, outrora, do Livramento. Para o norte, seguiam as travessas ímpares e para o sul, pares. Observamos também as derivações de ruas e travessas, ou seja, rua 7b e rua 7c ou travessa 19a e travessa 19b e assim por diante, referindo-se às vias que não estão alinhadas como as demais.

Desta forma, como um tabuleiro de xadrez as pessoas poderiam se localizar numa combinação entre rua-número e travessa-número, sendo que, a sua designação de via proporcionaria a direção em que ela seguia (rua norte-sul / travessa leste-oeste). Em um primeiro momento é complicado entender o sistema, pois a confusão entre os pontos causa estranhamento e complexidade. Se estivesse no cruzamento da rua 1 com a travessa 9 e quisesse chegar à rua 10 teria que se deslocar pela travessa no sentido oeste até alcançá-la, uma vez que, quanto mais ao poente maior a numeração par, ao mesmo passo que, se quisesse chegar à travessa 10 teria que seguir pela rua 1 em direção ao sul (observando que a numeração diminuiria até chegar à travessa 1 e, somente a partir dela, que a numeração cresceria em par).

Desta forma, o sistema ficaria assim:

- Ruas (N-S): para o Leste, tendo como referência a antiga rua Formosa, seguem-se números ímpares e para o Oeste, pares;
- Travessas (L-O): para o Norte, tendo como referência o antigo Boulevard do Livramento, seguem-se os números ímpares e para o Sul, pares.

Atentamos para a expansão do sistema numérico para além dos *Boulevards*, ou seja, a cidade estava ultrapassando os limites estabelecidos pelos

planos anteriores como uma prova do seu crescimento e desenvolvimento. Com a implantação das primeiras linhas de bonde (puxados a burro), as edificações mais distantes da cidade poderiam ser ligadas, uma vez que, a dificuldade que Fortaleza teve em prolongar-se para além do que fora estabelecido, estava ligada não somente à sua condição natural como também à dificuldade de deslocamento entre os pontos extremos.

Para visualizarmos como as ruas estavam numeradas, o quadro 8 apresenta como estavam nomeadas as vias antes da mudança, as alterações e como elas estão denominadas atualmente.

Quadro 8 – Numeração das vias de Fortaleza (1890).

<b>LOGRADOURO</b>	<b>ANTERIOR</b>	<b>1890</b>	<b>ATUAL (2019)</b>
Rua	Formosa	R. 1	R. Barão do Rio Branco
Rua	do Major Facundo	R. 3	R. Major Facundo
Rua	da Boa Vista	R. 5	R. Floriano Peixoto
Rua	da Assunção	R. 7	R. Assunção
Rua	do Quartel (parte sul da Gen. Bezerril)	R. 7a	R. Gen. Bezerril
Rua	Rosário	R. 7b	R. Rosário
Rua	Sena Madureira (1889)	R. 7c	Av. Alberto Nepomuceno (Poço da Draga até a R. Castro e Silva)
Rua	do Sampaio	R. 7d	R. Gov. Sampaio
Rua	São José	R. 7e	R. São José
Rua	da Trindade	R. 9	R. Solon Pinheiro
Rua	do Lago	R. 11	R. Barão de Aratanha
Rua	do Açude	R. 11a	R. Jaime Benévolo
Boulevard	Rio Branco	R. 13	Av. Visconde do Rio Branco
Rua	da Cruz	R. 15	R. Conselheiro Tristão
Travessa	Praia	R. 15a	Av. Almirante Tamandaré
Rua	25 de Março	R. 17	R. 25 de Março
Rua	da Conceição	R. 19	Av. Dom Manuel
Travessa	da Conceição	R. 19a	R. Tenente Benévolo
Rua	da Glória	R. 21	R. Rodrigues Júnior
Rua	do Arrecife	R. 21a	R. Senador Almino
Rua	Leopoldina	R. 23	R. Dona Leopoldina
Rua	da Soledade	R. 25	R. Dom Joaquim e R. J. da Penha
Rua	da Aldeota	R. 27	R. Nogueira Acióli
Rua	Senador Pompeu	R. 2	R. Senador Pompeu

Rua	da Cadeia e Boulevard Visconde do Cauípe	R. 4	R. General Sampaio
Rua	24 de Maio	R. 6	R. 24 de maio
Rua	da Lagoinha ou Trilho de Ferro	R. 8	Av. Tristão Gonçalves
Boulevard	15 de Novembro	R. 10	Av. Imperador
Rua	Santa Isabel	R. 12	R. Princesa Isabel
Rua	do Paiol e Dona Teresa	R. 14	R. Teresa Cristina
Rua	Mororó	R. 16	R. Padre Mororó
Rua	Filgueiras	R. 18	R. Agapito dos Santos
Rua	Conselheiro Estelita	R. 20	R. Conselheiro Estelita
Boulevard	do Livramento	Tv. 1	Avenida Duque de Caxias
Rua	Tiradentes	Tv. 3	R. Pedro I
Rua	São Bernardo	Tv. 5	R. Pedro Pereira
Rua	do Córrego	Tv. 5a	R. Pinto Madeira
Rua	Comendador Luís Ribeiro	Tv. 7	R. Liberato Barroso
Rua	São Luís	Tv. 7a	R. Coronel Ferraz
Rua	do Cajueiro	Tv. 7b	R. Pedro Borges
Rua	Municipal	Tv. 9	R. Guilherme Rocha
Rua	da Assembleia	Tv. 11	R. São Paulo
Rua	do Colégio	Tv. 11a	Av. Santos Dumont
Rua	do Sol	Tv. 11b	R. Costa Barros
Rua	Senador Alencar	Tv. 13	R. Senador Alencar
Rua	das Flores	Tv. 15a	R. Castro e Silva
Rua	da Ponte	Tv. 15b	R. Rufino de Alencar
Rua	da Misericórdia	Tv. 17	R. Dr. João Moreira
Rua	Senador Jaguaribe	Tv. 19	R. Senador Jaguaribe
Travessa	do Seminário	Tv. 19a	Av. Monsenhor Tabosa
Rua	Singlehurst	Tv. 19b	R. José Avelino
Rua	da Alfândega	Tv. 19c	R. Dragão do Mar
Rua	da Praia	Tv. 21	Av. Pessoa Anta
Rua	do Livramento	Tv. 2	R. Clarindo de Queiroz
Rua	São Sebastião	Tv. 4	R. Meton de Alencar
Rua	Antônio Pompeu	Tv. 6	R. Antônio Pompeu
Rua	dos Coelho	Tv. 8	Av. Domingos Olímpio
Rua	Bonfim	Tv. 10	R. Joaquim Magalhães

Fonte: Girão (1979); Cunha (1990); Azevedo (2001). Fortaleza Nobre<sup>83</sup>, Fortaleza em Fatos e Fotos<sup>84</sup>, Dicionário de Ruas de Fortaleza. Organizado pelo autor (2019).

<sup>83</sup> Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/>. Acesso em: 20. Mai. 2019.

<sup>84</sup> Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/>. Acesso em: 20. Mai. 2019.

Ao contrário dos outros quadros, neste novo sistema de denominação os numerotopônimos são os regentes das vias e determinam a direção das mesmas. Outro ponto a ser observado é a diminuição de tipos de logradouros, uma vez que, constatamos apenas dois: ruas, travessas, uma vez que, os *boulevards* foram incorporados a esta nova lógica. Mas, antes deste novo sistema já havia alguma modificação dos topônimos, como podemos observar, tanto para a época como para as denominações atuais.

Observando as denominações anteriores atentamos para uma miscelânea entre elementos *novos e antigos*, como os de ordem natural e aspectos do cotidiano com a incorporação de nomes de pessoas que, aos poucos, denominam as vias e formam um conjunto diverso. Fortaleza contava com vinte e sete ruas (trinta e seis se contarmos as derivações como a, b, c, etc) e vinte e uma travessas (vinte e nove se contarmos as derivações), ou seja, um total de sessenta e cinco vias.

As vias não foram as únicas a passarem por esta renomeação, uma vez que, as praças também tiveram seus nomes alterados. Porém, não foram os Numerotopônimos que regeram esta mudança, pois as denominações seguiam o antigo sistema, agregando elementos do cotidiano e marcos referenciais como edifícios. Desta forma, o quadro 9 demonstra como a denominação das praças estavam após a mudança, juntamente com as vias.

Quadro 9 – Denominação de praças de Fortaleza em 1890.

<b>ANTERIOR</b>	<b>1890</b>	<b>TAXONOMIA<sup>85</sup></b>	<b>ATUAL (2019)</b>
Senador Castro Carreira	Via Férrea	Sociotopônimo <sup>86</sup>	Castro Carreira (da Estação)
Caio Prado	Sé	Hierotopônimo <sup>87</sup>	Sé
Mártires	Mártires	Historiotopônimo <sup>88</sup>	Mártires (Passeio Público)
José de Alencar (Capistrano de Abreu)	do Mercado Público	Sociotopônimo	Waldemar Falcão
General Tibúrcio	16 de Novembro	Historiotopônimo	General Tibúrcio (dos leões)

<sup>85</sup> Para mais informações consultar Quadros 1 e 2 com a lista completa das taxonomias de natureza Física e Antropocultural.

<sup>86</sup> Atividades profissionais, locais de trabalho e ponto de encontro dos membros de uma comunidade.

<sup>87</sup> Nomes sagrados.

<sup>88</sup> Movimentos de cunho histórico e social.

D. José Júlio	Parque da Liberdade	Animotopônimo <sup>89</sup>	Coração de Jesus
Senador Machado	Conceição	Hierotopônimo	Cristo Redentor
Marquês do Herval	Patrocínio	Hierotopônimo	José de Alencar
do Ferreira	Municipal	Sociotopônimo	do Ferreira
Comendador Teodorico	16 de Outubro	Historiotopônimo	Capistrano de Abreu
Comendador Coelho (José Bonifácio)	24 de Maio	Historiotopônimo	da Polícia Militar
Barão de Ibiapaba (Benjamin Constant)	do Asilo	Sociotopônimo	da Bandeira (Cristo Rei)
Visconde de Pelotas	de Pelotas	Axiotopônimo <sup>90</sup>	Clóvis Beviláqua
Nossa Senhora do Livramento	do Livramento	Hierotopônimo	do Carmo
Senador Paula Pessoa	São Sebastião	Hierotopônimo	Paula Pessoa
Fernandes Vieira	14 de Março	Historiotopônimo	Gustavo Barroso

Fonte: Girão (1979); Azevedo (2001). Elaborado pelo autor (2019).

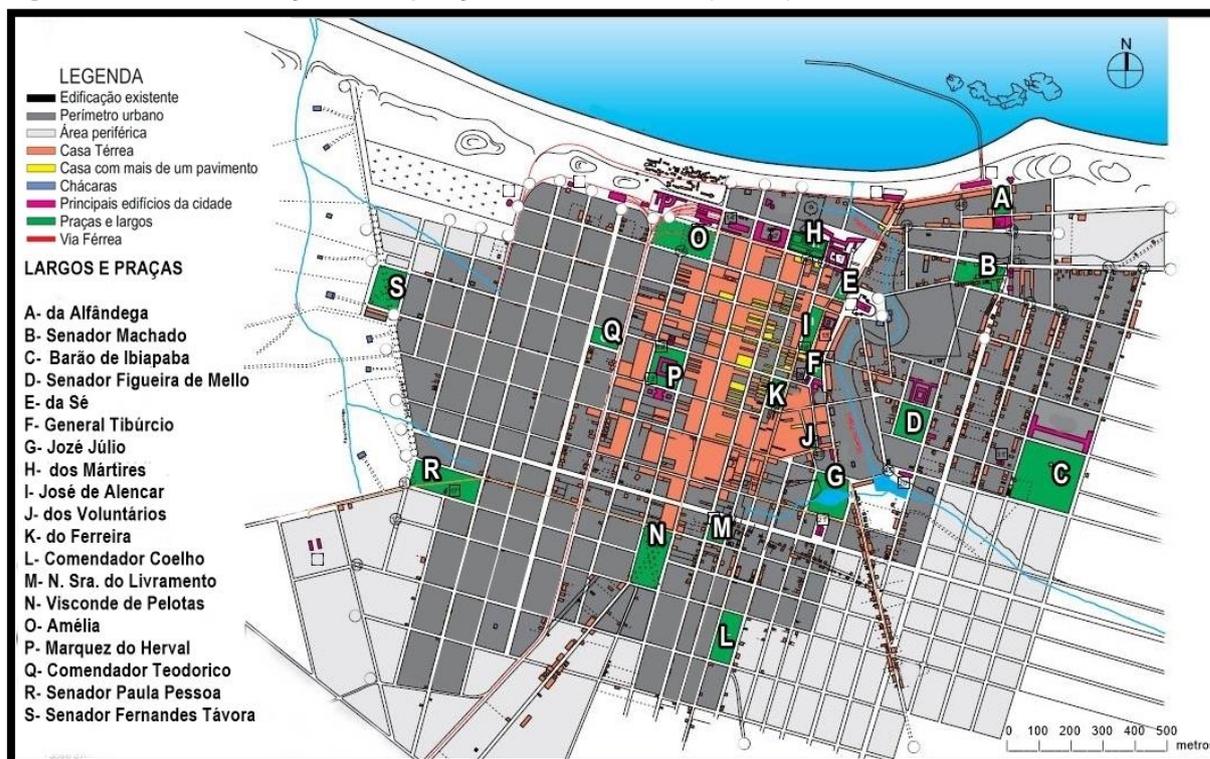
Assim, estavam distribuídas as denominações nas praças de Fortaleza sob a mesma regência do artigo que enumerou as ruas. Observamos que há uma ênfase nos topônimos de origem política e econômica (lugares de trabalho e pontos de encontro) e de movimentos de cunho histórico, apesar de contrariar a ideia de *innovar* com o sistema numérico. Há também os de cunho religioso com a representação das igrejas que estavam contidas nos seus espaços.

Não consta uma mudança de denominação na praça dos Mártires entendendo que este logradouro não fora alterado. Já se pensava numa preservação da memória? Não havia interesse em modificar a denominação daquele logradouro? Enfim. Esta denominação permanece até hoje. A figura 51 nos mostra onde estas praças estavam localizadas e nos permite fazer uma leitura de como a cidade estava espacializada.

<sup>89</sup> Relativo à vida psíquica, cultural.

<sup>90</sup> Títulos e dignidades.

Figura 51 – Localização das praças de Fortaleza (1890).



Fonte: Planta da cidade de Fortaleza - 1888 de Adolfo Herbster. Autora: Andrade (2012). Adaptado pelo autor (2019).

Nesta época, o poder político da cidade já tinha se deslocado dos arredores da igreja de São José (Sé) para a área da Praça General Tibúrcio onde estavam o Palácio do Governo, a Assembleia e, há poucos quarteirões, a Intendência, na então Praça do Ferreira, que tinha mudado a denominação para Municipal justamente pela localização de tal equipamento. Enquanto a política efervescia, outros setores da sociedade não tiveram o mesmo prestígio. Ponte (2014, p. 38) aponta que

Entre 1889 e 1896, o período crítico dos três governos militares cearenses (Coronel Ferraz, Clarindo e Queiroz e Nogueira Acióli), foram poucas as práticas dominantes voltadas para o anseio de modernizar Fortaleza e disciplinar a população vias estratégias higienistas e comportamentais. A destacar, entretanto: a tentativa de substituir os nomes das ruas por números.

Desta maneira, a cidade neste período foi o reflexo de todas estas transformações, sobretudo no campo político que modelou o espaço urbano e o modificou, simbolicamente, num jogo de xadrez. Assim, outros interesses poderiam ser incluídos no campo econômico-financeiro através da inserção de novos produtos, a busca por novas relações comerciais. Na mesma década de 1890 uma

nova indústria impulsionaria a economia do Ceará e estreitaria seus laços com a Amazônia: a rede de dormir, resultado da exploração da borracha (LIMA, 2008).

Ao contrário do próspero crescimento econômico, as medidas tomadas após a Proclamação da República não foram bem aceitas pela sociedade, uma vez que, as ruas numeradas não perduraram. Girão (1979) explicita que, a pedido da Câmara, o artigo que enumerava as ruas e mudava a denominação de praças fora anulado (28 de abril de 1891), retornando à denominação anterior.

Apesar dos grandes problemas enfrentados por Fortaleza durante o último quartel do século XIX: secas, epidemias, aumento desenfreado da população seguido de drástica queda, a cidade prosperou, se desenvolveu, expandiu seus limites, alcançou um patamar importante dentro da hierarquia urbana do Ceará, se comparado ao início do século, no campo econômico, político, com o auxílio de muitos estrangeiros que investiram e montaram negócios nos mais diversos ramos, sendo de fundamental importância para incluir a capital na rota internacional de vários produtos como o algodão rompendo com as escalas regionais e nacionais para intensificar relações comerciais com a Europa (TAKEYA, 1995).

A implantação de mais serviços, a chegada de indústrias, o florescer de uma sociedade literária, a multiplicação de jornais e periódicos, clubes, a construção de casarões cada vez mais suntuosos, novos hábitos, avanços e retrocessos na política, o pioneirismo na abolição da escravatura, a retomada no processo de embelezamento da cidade, corroboraram para que Fortaleza chegasse ao século XX como a cidade mais importante do Ceará.

#### **4.2 O Centro do século XX: três décadas de transformações (1900-1930)**

As três primeiras décadas do século XX para Fortaleza foram intercaladas por avanços e retrocessos em vários segmentos, trazendo à tona problemas que se acumularam ao longo dos processos ocorridos no século anterior ocasionando percalços e desaceleração na economia advinda também de acontecimentos em escala global que atingiu, direta ou diretamente, nas relações comerciais entre a cidade e os países europeus.

Lima (2008, p. 159-160), resume estas três décadas no âmbito econômico

1900-1901 crise econômica no Brasil (Campos Sales); no Ceará, seca, queda nas exportações, crise da nascente indústria têxtil. Recuperação da economia brasileira em 1903 [...]. A partir de 1911, o algodão se destina majoritariamente ao mercado interno. A seca de 1915 e a Sedição de Juazeiro derrubaram exportações nesse e no ano seguinte. As exportações têm grande expansão antes e depois da Guerra Mundial 1914-18, em especial a partir de 1922 até 1928, batendo recorde histórico. Em 1923, registra-se a maior safra da história, até então. Somam-se, nessa fase, a expansão da produção de tecidos no país com o impulso nas exportações iniciado em 1919. Tudo isso conduz, entre 1927 e 1930, ao segundo surto de investimentos na indústria têxtil do Ceará, que não se restringe à implantação de fábricas, mas também resulta na expansão das que já produzem sabão e óleos, frios e/ou redes. Em 1927, superando São Paulo, o Ceará é o primeiro produtor de algodão do Brasil.

Perante este excerto, podemos apreender como Fortaleza, com seus altos e baixos, conseguiu se destacar nacionalmente a partir da sua função comercial, embora suas condições estivessem inferiores às do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, por exemplo. Este quadro só mudará nos anos 1950 e 1960 com a chegada da energia elétrica de Paulo Afonso em nível industrial, uma vez que, para o uso residencial, este serviço chegou em 1914, tendo a *The Ceará Tramway, Light and Power Ltda.* como a responsável pela distribuição e, sendo estendida para os ambientes públicos em 1934 (MENEZES, 1992).

Ainda no período de embelezamento da cidade, observamos que nestas primeiras décadas muito foi feito para tornar Fortaleza cada vez mais uma cidade *europizada*: no governo do Intendente Guilherme Rocha (1892-1912), muitas foram as obras que refletiam os novos hábitos, seja no consumo quanto no lazer, tendo como exemplo a inauguração do Quartel da Polícia/Batalhão de segurança (1893), Escola Normal (1894), Mercado de Ferro (1897) (figura 47), do Theatro José de Alencar (1910) (figura 52), a reforma nas praças do Ferreira (figura 53), Sé e Marquês do Herval (José de Alencar) (figura 54). A elite fortalezense iniciou um processo de elevar o status dos serviços da capital construindo lojas, hotéis, inaugurando a Associação Comercial (1908) e a Fênix Caixeiral (1905)<sup>91</sup>. Além disso, Fortaleza começa a receber seus primeiros cursos superiores como a Faculdade de Direito (1903) (figura 55), Farmácia e Odontologia (1917) e Agronomia (1918) (PONTE, 2014).

---

<sup>91</sup> Associação de Caixeiros, contadores, despachantes de alfândega, leiloeiros, empregados de bancos, que prosperou, abriu uma Escola de Comércio, responsável por conquistas no campo do trabalho, sobretudo na carga horária (SILVA, 2008).

Figura 52 – Theatro José de Alencar - Anos 1930. Figura 53 – Praça do Ferreira - Anos 1920.

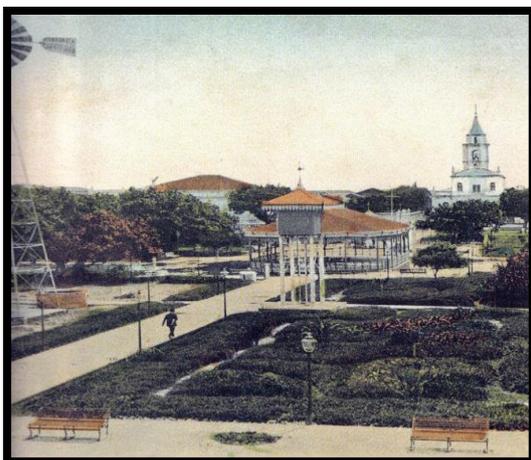


Fonte: Arquivo Nirez.

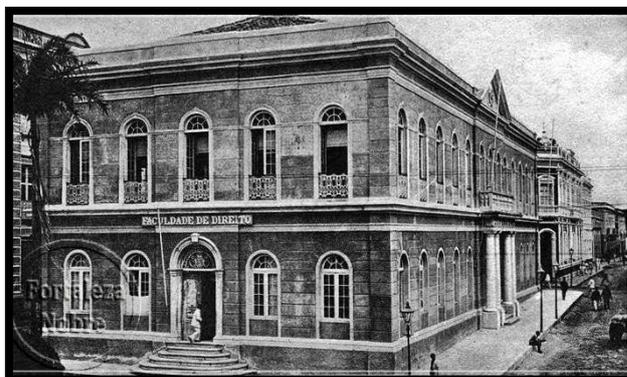


Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 54 – Praça Marquês do Herval, atual José de Alencar – 1911. Figura 55 – Faculdade de Direito, hoje Museu do Ceará.



Fonte: Arquivo Nirez.



Fonte: Arquivo Nirez.

As quatro figuras demonstram as mudanças pelas quais Fortaleza passou nas primeiras décadas, imbricada dos preceitos do discurso médico higienista que aumentou o número de portas e janelas para a circulação dos ventos; ajardinou os passeios nas praças como forma de socialização; nos largos, incluiu práticas de exercício, ginástica, patinação e demais esportes; importou a moda europeia mesmo em condições ríspidas (COSTA, 2014).

Menezes (1992) explicita que a expansão de Fortaleza rumo aos arrabaldes é propiciada pelo aumento do serviço de transporte urbano (bondes) para além do núcleo da cidade, facilitando a locomoção para áreas mais distantes. Como a cidade crescia para o sul e poente, as linhas foram prolongadas para esta área de Fortaleza seguindo, muitas vezes, as antigas estradas que ligam a capital as outras vilas. A partir do aumento da malha urbana proporcionada pela ampliação deste

serviço, a elite começou a se deslocar para os arrabaldes e criando bairros como Jacarecanga, Benfica e Aldeota.

Neste movimento podemos apreender a disponibilidade de linhas de bonde para as áreas mais habitadas, ao longo do percurso inicia-se a construção de vários casarões e, em áreas que não eram tão valorizadas, por estarem distantes do núcleo passaram a ser lugares cobiçados. Ao mesmo passo que a área central perde a função residencial ganha no âmbito comercial com a multiplicação de lojas, armazéns, cafés, cinemas, clubes, teatros, todos regidos sob uma lógica de urbanização implantada a partir dos códigos de obras e posturas do século XIX. Inicialmente, concentrados ao redor da Praça do Ferreira, pouco a pouco, estes estabelecimentos se espalharam para lugares mais distantes da área central (COSTA, 2007).

À medida em que certas atividades se fixam em alguns lugares, inicia um processo de implantação de estabelecimentos especializados que consigam suprir as necessidades, como no caso da área portuária que precisa de uma quantidade de armazéns razoáveis para suportar as demandas e, a partir deste suporte, outros tipos de comércio também podem se estabelecer e se beneficiar com aquele tipo de atividade. Assim, importadores e exportadores construíram um complexo de armazéns para dar suporte ao porto; comerciantes se beneficiaram do antigo mercado municipal para compra e venda de cereais num lugar de carga e descarga de mercadoria, também próximo ao porto; fábricas de beneficiamento e a implantação de várias indústrias na zona oeste, beneficiada por linhas de trem (COSTA, 2007).

Com o distanciamento da elite para com o Centro em um processo de descentralização da função residencial, proporcionou a centralização de outros bairros para esta finalidade, ao mesmo passo que, áreas não tão valorizadas no século passado como a litorânea começasse a ser explorada para o lazer, veraneio e demais atividades que, aos poucos, fez surgir uma cultura de praia em Fortaleza. Desta forma, se por um lado a área central não se configurava mais como predominantemente residencial ela iniciava um processo de acumulação de funções comerciais e especializadas (LEDRUT, 1971).

A segregação residencial proporcionada a partir da renda iniciou um processo de diferenciação espacial visivelmente através dos casarões e mansões diversas daquelas encontradas no Centro. O ritmo de trabalho e as transformações

no espaço urbano alteraram as relações sociais com a introdução do relógio no cotidiano, tendo como marco a implantação da Coluna da Hora na Praça do Ferreira (figuras 56 e 57), que concorreu por muitos anos com o relógio da Intendência Municipal. Marcar o tempo, de acordo Hornbeck, Earle e Rodrigue (1995), permite não somente organizar a sociedade através da sincronização das interações, ações, como também o poder de modelar e categorizá-la a partir do controle. Desta forma, o tempo aparece como figura simbólica que permite conceber o presente, o passado e o futuro.

Figura 56 – Coluna da Hora, Praça do Ferreira.



Fonte: Arquivo Nirez.

Figura 57 – Coluna da Hora e a Intendência Municipal (à esquerda).



Fonte: Arquivo Nirez.

A figura 57 retrata bem como a cidade tinha se desenvolvido, apesar das constantes secas e demais problemas, tendo como a Praça do Ferreira o lugar mais importante (iniciando nos arredores da igreja de São José, Praça dos Mártires, Praça General Tibúrcio e, agora, Praça do Ferreira) onde se encontram as melhores lojas, cinemas, órgãos, clubes, cafés, entre outros estabelecimentos.

Este logradouro passou por transformações ainda no final do século XIX com a construção de quatro cafés em cada esquina (Café Elegante, r. Pedro Borges com r. Floriano Peixoto; Iracema, r. Pedro Borges com r. Major Facundo; Comércio, r. Major Facundo com r. Guilherme Rocha e o Java, r. Guilherme Rocha com r. Floriano Peixoto) (figura 58). Sua primeira grande urbanização ocorreu no governo de Guilherme Rocha (já mencionado pela quantidade de obras de embelezamento em Fortaleza), em 1902 e, à medida em que um interventor assumia o poder, modificava a praça numa *dialética da construção destrutiva* (COSTA, 2009), ou seja,

a construção de um *patrimônio cultural*, resultado da destruição de formas pretéritas e, no mesmo lugar, a materialização de um outro símbolo sobrepondo a memória daquele que ali estava.

Figura 58 – Os quatro cafés ou quiosques construídos no final do século XIX na Praça do Ferreira. Na sequência: Café do Comércio (acima à esquerda), Café Elegante (acima à direita), Café Iracema (abaixo à esquerda) e o Café Java (abaixo à direita).



Fonte: Arquivo Nirez.

A praça fora urbanizada, pavimentada, ajardinada (recebendo o nome desse jardim gradeado de 7 de Setembro em alusão à data de Independência do Brasil, 1822), sendo muito comum uma denominação para a praça e para o jardim (ver quadro 10). Desta forma, a função da praça tinha sido enfatizada (como lugar de passagem ou encontro) com a criação destes lugares de contemplação e passeio, sendo complementadas pelos cafés localizados em cada esquina do logradouro.

Quadro 10 – Relação com os nomes das praças e dos jardins em 1903.

PRAÇA	JARDIM	TAXONOMIA <sup>92</sup>	ATUAL (2019)
Dr. Pedro Borges	Pedro Borges	Antropônimo <sup>93</sup>	Sé
Ferreira	7 de Setembro	Historiotopônimo <sup>94</sup>	Ferreira
Marquez de Herval	Nogueira Acióli	Antropônimo	José de Alencar
da Liberdade	Bárbara de Alencar	Antropônimo	Coração de Jesus
Comendador Teodorico	Thomaz Pompeu	Antropônimo	Capistrano de Abreu (Lagoinha)

Fonte: Azevedo (1991). Organização: O autor (2019).

Os quatro cafés, juntamente com a implantação dos pontos de partida dos bondes, tornou a praça cada vez mais central, polarizando para si a função de *terminal*. Com a chegada de outros meios de transporte como o automóvel (1909) e o ônibus (1926), o trânsito começou a complicar na área entorno da praça, uma vez que, os pedestres tinham que dividir o espaço das ruas com carroças, automóveis, ônibus e bondes. A praça sofreu uma reforma drástica para adaptar-se com o *ritmo frenético* que a cidade se encontrava, demolindo os cafés e diminuindo o tamanho do logradouro para que os carros de praça pudessem estacionar, organizar as paradas de bondes e ônibus e alargamento das vias no entorno.

#### **4.2.1 A denominação definitiva dos logradouros na “Administração revolucionária”**

Fortaleza adentra a década de 1930 com avanços e retrocessos em várias áreas: as péssimas estradas (521km) não conseguem complementar o transporte ferroviário; a concentração de funções traz um contingente de pessoas das cidades do interior agravando a situação da capital que não possui uma infraestrutura suficiente, resultando num processo de sobrecarga que, de acordo com Araújo e Carleal (2001, n.p.), surgem as primeiras favelas:

Cercado do Zé Padre (1930), Pirambu (1932), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Praça da Graviola (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Campo do América (1952) e Estrada de Ferro (1954).

<sup>92</sup> Para mais informações consultar Quadros 1 e 2 com a lista completa das taxonomias de natureza Física e Antropocultural.

<sup>93</sup> Nomes de pessoas e/ou famílias.

<sup>94</sup> Movimentos de cunho histórico e social.

Nesta época, encontramos problemas de ordem social que persistem e se tornaram cada vez mais complexos na metrópole do século XXI que Fortaleza se tornou. O crescimento desordenado das últimas décadas do século XIX, decorrente de uma expansão sem um planejamento, como já fora feito, para que a cidade crescesse para além dos limites estabelecidos, propiciaram que problemas de ordem urbana e o prolongamento da malha urbana pré-definida ocorressem a partir da área central.

Novas formas de morar, a criação de bairros, a descoberta do mar pela elite através das práticas marítimas e a construção de bangalôs na Praia do Peixe (atual Praia de Iracema), fizeram com que a dinâmica restringida à área central fosse expandida, outrora, tão longe e que, aos poucos foram incorporadas ao novo perímetro urbano (MATOS, 2009). De acordo com Lima (2013) isto acontece porque na cidade (a partir de 1914 é administrada por prefeitos e não mais por interventores) há a execução de diversas obras, mas de modo isolado, ocasionando um crescimento desorganizado, ao mesmo tempo que, no quesito sanitário observamos alguns avanços como a construção de um sistema de abastecimento de água e esgoto.

Alguns bairros começaram a despontar, do ponto de vista residencial elitista, fazendo com que fossem dotados de infraestrutura, como o Benfica, na administração do prefeito Álvaro Weyne (1928-1930), tornando-se o bairro mais elegante de Fortaleza. Além dele, bairros como Jacarecanga e Aldeota também recebem uma infraestrutura e, com ela, linhas de bondes e ônibus, reformas em praças e demais logradouros (COSTA, 2005). Todos eles surgiram a partir das estradas que saíam da área central e, a medida em que a cidade expandia sem um planejamento, os bairros foram sendo criados e a área central continuaria sendo o centro da cidade, mas com uma função cada vez mais comercial, embora ainda houvessem várias famílias abastadas que possuíam casarões e palacetes, situação esta que finda ainda na década de 1930.

É importante destacarmos que, concomitante ao processo de embelezamento e melhorias na cidade, cresciam as taxas de violência e as desigualdades sociais se atenuavam, uma vez que, a urbe não comportava a quantidade de pessoas frente aos postos de trabalho, assistência e demais necessidades, isolando e segregando-as em favelas, nos arrabaldes longe daquela Fortaleza que almejava tornar-se uma cidade moderna e ordenada, ou seja, a

mesma cidade que avançava no embelezamento de certas áreas estava atrasada em outras, sobretudo, aquelas em que vivia a população menos abastada (BRUNO; FARIAS, 2011). Assim, encontramos duas cidades completamente diferentes: uma civilizada, pavimentada, afrancesada, ajardinada, moderna, abastada e outra miserável, desigual, *arejada*, excludente, segregada.

Os embates políticos atingiram diretamente as ações que ocorreram em Fortaleza nestas primeiras décadas, uma vez que, aliados aos aspectos econômicos, direcionavam as melhorias urbanas para os bairros onde a elite se encontrava e desamparava as demais áreas. Com o intuito de romper com as características rurais que ainda se mantinham presentes nos costumes, a capital caminhava rumo à uma nova ruptura (primeiramente ao tipo de governo e agora à própria morfologia urbana) (OLIVEIRA, 2010).

A preocupação com o crescimento desordenado da cidade, uma vez que, desde as plantas de Herbster (1875 e 1888) nenhuma fora confeccionada, ou seja, a cidade foi expandindo sem um planejamento prévio. Com o crescimento dos problemas citados anteriormente era necessário a criação de um plano que regesse o desenvolvimento da cidade. Apesar das obras de infraestrutura nas administrações de Guilherme Rocha (1892-1912), Ildfonso Albano (1912-1914/1921-1923), Godofredo Maciel (1924-1928) e Álvaro Weyne (1928-1930), eles não possuíam uma preocupação com a cidade como uma totalidade, enfocando em apenas alguns bairros (no caso, onde a elite residia) (GIRÃO, 1979).

A partir da gestão de Tibúrcio Cavalcante (1931-1933) é que houve uma preocupação em fazer um levantamento da cidade e compreender como ela estava especializada e até onde o processo de urbanização alterou sua morfologia e como isso poderia agravar os problemas já existentes. Além disso, devido à insuficiência do Código de Posturas da mesma época que os planos de Herbster, uma vez que, já não condizia à mesma cidade, fora necessário estabelecer um novo (COSTA, 2005).

Temos que compreender que o período em que estas mudanças ocorreram tem ligação direta com o momento em que o Brasil estava passando no campo político. Farias (2012, p. 314), resume bem.

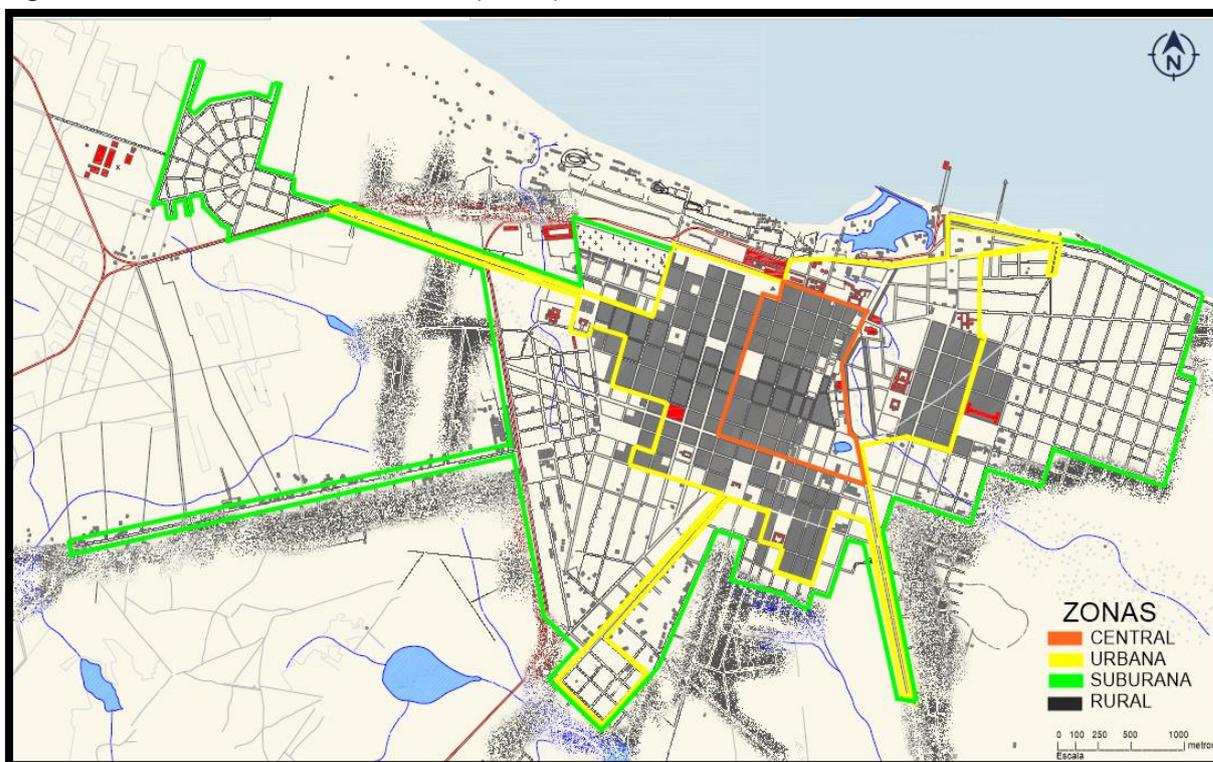
Vitoriosa a Revolução de 30, o Brasil passou a ser administrado por Getúlio Vargas [...]. Ao assumir o poder em novembro de 1930, Getúlio revogou a Constituição de 1891 (passou a governar por decretos-leis), dissolveu os órgãos legislativos estaduais e determinou a substituição dos governadores estaduais por interventores [...]. Ressalte-se que as elites do norte e

nordeste, de modo geral, pelas suas próprias fragilidades não se opuseram à centralização e autoritarismo imposto por Vargas.

É neste bojo que compreendemos como a cidade passou por grandes transformações através do alargamento das ruas para suportar o trânsito, início do processo de verticalização e, ao mesmo tempo, continuava desigual e segregada. A verticalização é um indicador da (re)produção do espaço urbano, sendo uma forma de supervalorizar o lote aumentando, não para os lados, mas para cima, adensando a função daquela construção (ROMANCINI, 2013). Bruno e Farias (2011, p. 109), afirmam que o discurso da *modernidade* “visava dotar a cidade com equipamentos que beneficiassem os setores econômicos influentes, disciplinasse a expansão urbana e controlasse a população pobre e a tensão social”.

Por este motivo, a nova administração necessitava imprimir no espaço as características do governo vigente, sem relação com os anteriores, resultando no novo Código de Posturas (o último tinha sido em 1891) e a *Planta da cidade de Fortaleza na Administração Revolucionária* (1932). Nela, podemos observar que o município é dividido em quatro zonas (central, urbana, suburbana e rural).

Figura 59 – Divisão de Fortaleza (1932).



Fonte: *Planta da Cidade de Fortaleza na Administração Revolucionária*. Autora: Andrade (2012). Adaptado pelo autor (2019).

É importante notarmos que esta divisão fora estrategista, uma vez que, abrangeu duas vias de expansão da cidade: ao oeste, na então Avenida Demóstenes Rockert (atual Av. Francisco Sá), onde se encontrava o Loteamento Floresta, de propriedade de Boris Frères Cia Ltda e, ao sul, pela Avenida Visconde do Cauípe (atual Av. da Universidade) que conduz até o Benfica, cujas terras pertenciam a João Gentil e, onde estão situados muitos casarões da elite fortalezense juntamente com os do Jacarecanga. Estas duas vias são servidas por linhas de bonde que partem da Praça do Ferreira. Porém, a área onde hoje se encontra a Av. Bezerra de Menezes, na planta aparece como zona suburbana, mesmo sendo servida com uma linha de bonde (área em verde no extremo oeste) (ANDRADE, 2012).

No Código de Posturas, além da demarcação de novas zonas em Fortaleza, encontramos alguns artigos a respeito dos logradouros públicos (tamanho, numeração, denominação), ou seja, aspectos que nos interessam acerca da vias que fazem parte da cidade nesta época e como elas foram alteradas.

## CAPÍTULO II DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 21 – Qualquer que seja a sua denominação, considera-se logradouro público aquele que tenha sido entregue ao trânsito ou uso público.

Art. 22 – As vias públicas serão alinhadas e niveladas de modo a oferecer a mais ampla e conveniente disposição para o embelezamento, ventilação, salubridade e higiene da cidade e para o conforto e bem estar de seus habitantes.

### RUAS

Art. 23 – a largura mínima das ruas, quer as abertas pela Prefeitura, quer as que o forem por iniciativa particular, será:

- a) de 18 metros, nas ruas dominantes ou avenidas, isto é, as destinadas a maior circulação;
- b) de 13 metros, nas ruas de menor circulação que tenham desenvolvimento maior que 200 metros;
- c) de 11 metros, nas ruas que não possam ter desenvolvimento superior a 200 metros.

§ 1 – Nas ruas que figurem em plantas aprovadas pela Prefeitura até a data da vigência deste Código e cuja largura for inferior a 11 metros, será obrigatório o recuo das construções até atingir esta largura.

### NOMENCLATURA E NUMERAÇÃO

Art. 39 – Os logradouros públicos terão o nome que lhes forem dado pela Prefeitura, inscrito por meio de placas fixadas às paredes dos prédios, às esquinas, ou em outro local conveniente [...]

Art. 40 – Não se darão a ruas, praças, avenidas e jardins públicos nomes de pessoas vivas sob qualquer pretexto.

Art. 41 – Fica a cidade dividida em duas partes separadas pela via eixo constituída pela seqüência das Avenidas Alberto Nepomuceno, Conde d’Eu, Sena Madureira e Visconde do Rio Branco para os efeitos da nomenclatura e numeração.

§ 1 – A numeração das vias que tenham a direção geral Norte-Sul far-se-á neste sentido.

§ 2 – Tomado como ponto de partida o início da via pública, os números pares serão inscritos à direita e os ímpares à esquerda, correspondendo sempre dois números seguidos, um par e outro ímpar, a cada trecho de dois metros de testada medidos segundo o eixo da rua, de modo que o número de um prédio representará, com aproximação de um metro, a distância entre o meio da respectiva soleira e a extremidade inicial da rua. (FORTALEZA, 1932, n.p.).

Desta forma, compreendemos como os interventores regularizaram os logradouros como uma forma de organizar a cidade. Porém, além deste havia outro que Vargas decretou (Códigos dos Interventores) que, de acordo com Bruno e Farias (2011), auxiliou na perda da autonomia municipal, uma vez que, além da nomeação dos prefeitos pelos interventores, os assuntos políticos e econômicos do município deveriam ser deliberados por um conselho apontado também pelo interventor. Mais uma vez, o embate político tornava a cidade um campo de batalha contra e a favor do novo governo. Este cenário só é modificado a partir da Revolta Constitucionalista de 1932 (São Paulo) e a promulgação da Constituição de 1934.

A partir da confecção deste plano e, com a padronização e organização das vias, trazemos também as novas denominações a partir deste período, uma vez que, no bojo político foram levantados uma série de personalidades (de cunho regional e nacional) para tornarem-se patronos<sup>95</sup> dos logradouros nesta época e, a grande maioria, permanece após esta alteração definitiva. O quadro 11 traz a relação dos nomes dos logradouros entre 1891 e 1933 e de 1933 até 2019.

Quadro 11 - Classificação léxico-semântica dos logradouros de Fortaleza 1891-1933.

1891-1933			
LOGRADOURO	TOPÔNIMO	TAXONOMIA <sup>96</sup>	1933-2019
Avenida do/da(s)	Duque de Caxias (1891)	Axiotopônimo <sup>97</sup>	Av. Duque de Caxias
Rua do/da(s)	D. Pedro I e Pedro I	Axiotopônimo	Pedro I e Pero

<sup>95</sup> Patrono ou Patronese são os nomes dados as pessoas que são escolhidas para denominar os logradouros.

<sup>96</sup> Para mais informações consultar Quadros 1 e 2 com a lista completa das taxonomias de natureza Física e Antropocultural.

<sup>97</sup> Títulos e dignidades.

	(1891)		Coelho (continuação)
Rua do/da(s)	Dr. Pedro Pereira e Pedro Pereira	Axiotopônimo	Pedro Pereira
Rua do/da(s)	Cavalaria	Sociotopônimo <sup>98</sup>	Pinto Madeira
Rua do/da(s)	Conselheiro Liberato Barroso e Liberato Barroso (1891)	Axiotopônimo	Liberato Barroso
Rua do/da(s)	-	-	Melvin Jones (1965)
Rua do/da(s)	São Luiz	Hagiotopônimo <sup>99</sup>	Franklin Távora
Rua do/da(s)	Dr. Pedro Borges	Axiotopônimo	Pedro Borges
Rua do/da(s)	Pocinho	Sociotopônimo	Pocinho
Boulevard e Avenida do/da(s)	Nogueira Acióli e Av. Engenheiro Saboia Ribeiro	Antropônimo <sup>100</sup>	Av. Santos Sumont
Rua do/da(s)	24 de Janeiro (1912) e do Ouvidor (popular)	Historiotopônimo <sup>101</sup>	Guilherme Rocha
Travessa do/da(s)	Pará	Corotopônimo <sup>102</sup>	Pará
Travessa do/da(s)	Assembleia	Sociotopônimo	Morada Nova (1934)
Rua do/da(s)	Assembleia (1891)	Sociotopônimo	São Paulo
Rua do/da(s)	Assembleia (1891)	Sociotopônimo	Visconde de Saboia (continuação da rua São Paulo)
Rua do/da(s)	Senador Alencar	Axiotopônimo	Senador Alencar
Rua do/da(s)	Uruguai	Corotopônimo	Costa Barros
Beco do/da(s)	Ingleses	Etnotopônimo <sup>103</sup>	R. Sobral
Rua do/da(s)	Senador Castro e Silva e Castro e Silva	Axiotopônimo	Castro e Silva
Rua do/da(s)	-	-	Pereira Filgueiras
Rua do/da(s)	Doutor João Moreira	Axiotopônimo	Doutor João Moreira
Rua do/da(s)	Rufino de Alencar	Antropônimo	Rufino de Alencar
Rua do/da(s)	-	-	Tenente Benévolo
Rua do/da(s)	Senador Jaguaribe	Axiotopônimo	Senador Jaguaribe
Rua do/da(s)	Franco Rabelo (desapareceu quando	Antropônimo	Av. Pres. Castelo Branco (1974)

<sup>98</sup> Atividades profissionais, locais de trabalho e ponto de encontro dos membros de uma comunidade.

<sup>99</sup> Referente aos santos e santas do hagiológico romano..

<sup>100</sup> Nomes de pessoas e/ou famílias.

<sup>101</sup> Movimentos de cunho histórico e social.

<sup>102</sup> Nomes de outras cidades, vilas, países, etc.

<sup>103</sup> Elementos étnicos.

	fora construída a Av. Pres. Castelo Branco)		(popular Leste-Oeste)
Rua do/da(s)	General Mesquita	Axiotopônimo	José Avelino
Rua do/da(s)	Praia	Geomorfotopônimo	Dragão do Mar
Rua do/da(s)	Alfândega	Sociotopônimo	Av. Pessoa Anta
Avenida do/da(s)	Imperador (1890)	Axiotopônimo	Av. Imperador
Avenida do/da(s)	Tristão Gonçalves (1917)	Antropônimo	Av. Tristão Gonçalves
Rua do/da(s)	24 de Maio (1900)	Historiotopônimo	24 de maio
Rua do/da(s)	General Sampaio (1900)	Axiotopônimo	General Sampaio
Rua do/da(s)	Senador Pompeu e dos Jornais (popular)	Axiotopônimo	Senador Pompeu
Rua do/da(s)	Paes de Carvalho (1900)	Antropônimo	Barão do Rio Branco
Rua do/da(s)	Barão do Rio Branco (1909)	Axiotopônimo	Barão do Rio Branco
Rua do/da(s)	Major Facundo	Axiotopônimo	Major Facundo
Rua do/da(s)	Floriano Peixoto	Antropônimo	Floriano Peixoto
Rua do/da(s)	João Brígido	Antropônimo	Assunção
Rua do/da(s)	Cruz Nova	Hierotopônimo <sup>104</sup>	Jaime Benévolo
Rua do/da(s)	Coronel Bezerril	Axiotopônimo	General Bezerril (1950)
Rua do/da(s)	Rosário	Hagiotopônimo	Rosário
Rua do/da(s)	Sena Madureira (1891) e Avenida Sena Madureira (1912)	Antropônimo	Av. Alberto Nepomuceno (Poço da Draga à R. Castro e Silva)
Rua do/da(s)	Conde D'Eu (1888 a 1892) e dos Mercadores	Axiotopônimo e Sociotopônimo	Conde D'Eu (R. Castro e Silva até R. São Paulo)
Rua do/da(s)	Conde D'Eu (1888 a 1892) e dos Mercadores	Axiotopônimo e Sociotopônimo	Sena Madureira (R. São Paulo até Parque da Liberdade)
Avenida do/da(s)	Visconde do Rio Branco (1891)	Axiotopônimo	Visconde do Rio Branco
Rua do/da(s)	D. Bárbara / do Sampaio e Governador Sampaio (1930)	Axiotopônimo	Governador Sampaio
Rua do/da(s)	São José	Hagiotopônimo	São José
Rua do/da(s)	Escadinhas	Sociotopônimo	Baturité
Rua do/da(s)	Figueira de Melo	Antropônimo	Coronel Ferraz
Rua do/da(s)	Boris (1891)	Antropônimo	Boris

<sup>104</sup> Nomes sagrados de diferentes crenças associações religiosas e locais de culto.

Rua do/da(s)	Pajeú	Hidrotopônimo	25 de março
Avenida do/da(s)	Dom Manuel	Axiotopônimo	Dom Manuel
Praça do/da(s)	Fausto Barreto (1915)	Antropônimo	Almirante Saldanha (1935)
Praça do/da(s)	Alfândega (1932)	Sociotopônimo	Almirante Saldanha (1935)
Praça do/da(s)	Senador Machado (1891)	Axiotopônimo	Cristo Redentor
Praça do/da(s)	Cristo Redentor (1924)	Hagiotopônimo	Cristo Redentor
Praça do/da(s)	Mártires (1879)	Historiotopônimo	Mártires (Passeio Público)
Praça do/da(s)	Pedro II (1913)	Axiotopônimo	Sé
Praça do/da(s)	Senador Castro Carreira (1891)	Axiotopônimo	Castro Carreira e da Estação (antiga estação João Felipe)
Praça do/da(s)	Capistrano de Abreu (1929)	Antropônimo	Waldemar Falcão (1960)
Praça do/da(s)	General Tibúrcio (1891)	Axiotopônimo	General Tibúrcio ou Leões (popular)
Praça do/da(s)	Ferreira (1891)	Antropônimo	Ferreira
Praça do/da(s)	José de Alencar (1929)	Antropônimo	José de Alencar
Praça do/da(s)	Comendador Teodorico (1891)	Axiotopônimo	Capistrano de Abreu (1965)
Praça do/da(s)	Visconde de Pelotas	Axiotopônimo	da Bandeira (1937) e Clóvis Beviláqua (1959) / das Caixas d'água e da Faculdade de Direito da UFC (popular)
Praça do/da(s)	Senador Figueira de Melo (1891)	Axiotopônimo	Figueira de Melo (1932)
Praça do/da(s)	Voluntários	Historiotopônimo	Voluntários (1932)
Parque do/da(s)	Independência (1922)	Historiotopônimo	Cidade da Criança (1936) e Liberdade (1948)
Praça do/da(s)	José Júlio (1932)	Antropônimo	Coração de Jesus (1960)
Parque do/da(s)			Pajeú (1982) ou da CDL (popular)
Praça do/da(s)			Murilo Borges (1983)

Fonte: Batista (2011); Dick (1990b). Adaptado pelo autor (2019).

Nesta relação observamos a quantidade de nomes de pessoas das mais diversas origens e revelando a multiescalaridade espacial e temporal que a política alcançou, uma vez que, temos pessoas ligadas ao Império, à Primeira República e aos movimentos históricos da própria década de 1930 como a Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932). Neste mesmo período observamos a crescente revolta dos trabalhadores que, muitas vezes, não são citados, embora seu papel tenha sido fundamental para a queda de vários governos, melhorias urbanas e das próprias condições de trabalho (SOUZA, 2002). Desta forma, os chamados *heróis de guerra* do século XIX, condes, duques, viscondes; ex-interventores, presidentes da província e vices, são os nomes cotados para nomear os logradouros de Fortaleza na *Administração Revolucionária* e a posteriori.

Como havia uma disputa entre os vários agentes sociais (as oligarquias, o Estado e a classe média urbana) era comum os constantes embates que se refletia no espaço tornando-o cada vez mais fragmentado influenciando na expansão da cidade (como podemos observar a partir da criação dos bairros do Jacarecanga e Benfica e, posteriormente, da Aldeota). Em busca da modernidade, estes agentes mascararam os verdadeiros problemas da cidade que se acumularam ao longo do tempo, como o caso das favelas decorrentes (algumas) de antigos abarracamentos que impediam os flagelados da seca a chegarem até a capital. Silveira (1999, p. 65) aponta que devemos falar de modernidades “porque cada época é definida pelas respectivas modernizações”.

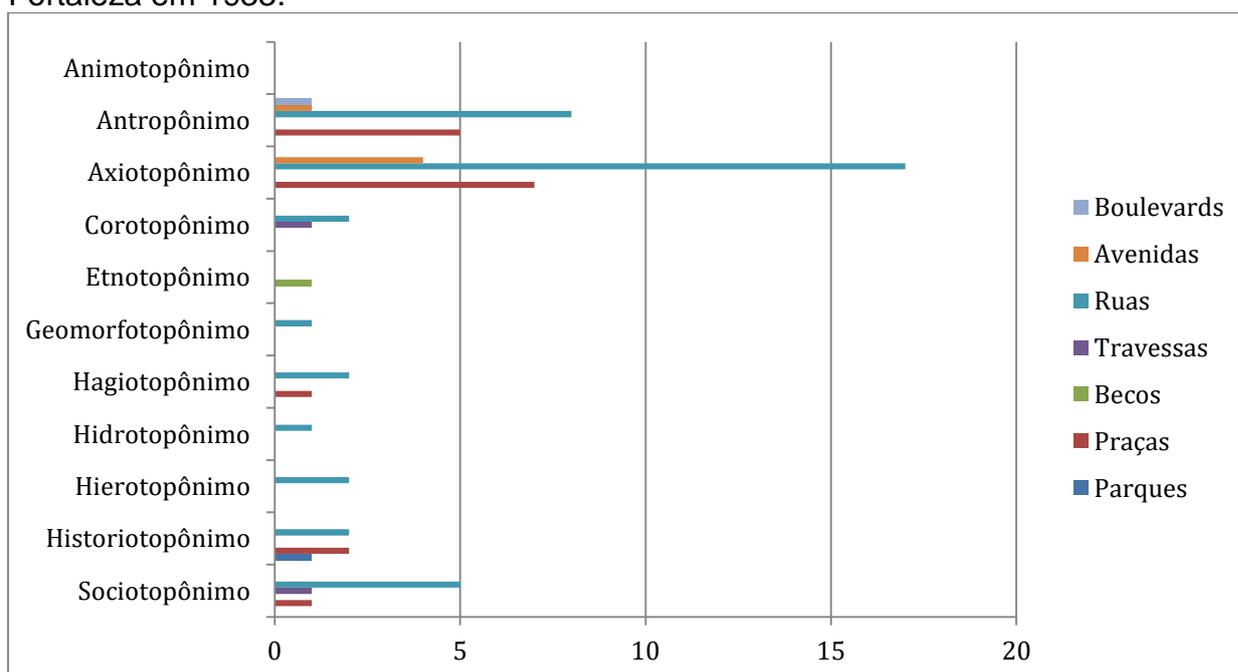
Santos (2017), afirma que os objetos e ações impressas no espaço e o estudo do lugar e do mundo, nos fornecem elementos que possam compreender o sentido da modernidade em um dado período no tempo. Desta forma, apreendemos que os elementos de cunho político, social, econômico nos três primeiros decênios resultaram num governo que decidiu romper com as antigas estruturas, centralizar o poder, reprimir seus adversários, diminuindo a autonomia municipal, sendo que, por outro lado, cresceram o número de revoltas de diversas frentes, partindo dos sertões como os cangaceiros e os embates ideológicos que permeavam os discursos dos que estavam no poder e dos que almejavam aquela posição (SOUZA, 2002).

Assim, podemos compreender que vários setores da sociedade contribuíram para a construção da cidade, seja na forma de mão-de-obra e melhoria nas condições sociais e trabalhistas, embora o reconhecimento não tivesse sido efetivado pelo sistema no qual a produção do espaço e a gestão estavam

submetidos. Do ponto de vista toponímico, os nomes que não fazem parte do contexto daquele lugar tornam o sentido de lugar vazio e não representa a relação entre sujeito e espaço, mas daqueles que imprimem seus desejos pessoais e detêm o poder (DIAS, 2000). No próximo capítulo discutiremos como a relação entre os nomes dos lugares e onde estão instalados atinge diretamente a memória e a identidade da cidade.

Fazendo um panorama geral da distribuição dos nomes nos logradouros a partir da década de 1930, observamos que ele foi mudado radicalmente, tanto quanto a denominação numérica, uma vez que, não considerou as personalidades locais, revelando o apreço pela política vigente e a apatia com os antagonistas. O gráfico 4 apresenta como as taxonomias estavam distribuídas pelos logradouros de Fortaleza.

Gráfico 4 - Distribuição das taxonomias na denominação dos logradouros em Fortaleza em 1933.



Fonte: Girão (1979). Elaborado pelo autor (2019).

A predominância de nomes de pessoas figura os logradouros de Fortaleza, tanto os de origem militar como aqueles que receberam títulos de nobreza, enquanto que, os de outras origens foram reduzidos drasticamente. Um elemento novo é incorporado ao tipo de logradouro com o aparecimento do termo avenida, em substituição dos *Boulevards*, restando somente o que recebera o nome de *Boulevard Nogueira Acióli*, mas que logo fora alterado para avenida. Muitos dos

logradouros listados no quadro 11 não estiveram presentes no plano, mas que em outros registros eles estavam presentes.

Verificamos que, durante as décadas de 1950 e 1960 há inúmeras alterações na denominação para nomes de políticos, alguns deles ainda vivos, como uma relação direta entre as eleições e os eleitores, pois, alguns destes logradouros estavam situados nos lugares em que certo candidato recebia uma quantidade significativa de votos (aprofundaremos no capítulo 5). Assim, uma série de apadrinhamentos políticos resultaram num conjunto de nomenclaturas que se perpetuaram ao longo do tempo e que, caracterizam muitos bairros (a partir da família influente), mas não nos deteremos a levantar uma discussão acerca destas particularidades.

A partir dos fatores que levaram Fortaleza a tornar-se a principal cidade ainda no final do século XIX, acarretaria profundas transformações em sua morfologia urbana: sua comunicação com o interior, através das ferrovias, melhoramento de seus equipamentos, o alinhamento de suas ruas e embelezamento dos demais logradouros, torna a capital cada vez mais atrativa para investimentos, moradia, oportunidade de negócio, mas também, traz inúmeros problemas com a chegada de flagelados da seca, epidemias, tornando-a cada vez mais segregada à medida em que seu crescimento torna-se desorganizado e parte da população acaba desassistida no âmbito social. Em um século, Fortaleza teve suas funções administrativas, comerciais, enfatizadas não somente a partir de uma política centralizadora como também um grande investimento do capital privado condicionando-a a um patamar cada vez mais alto, tornando-a privilegiada em relação às demais.

A partir da década de 1930, o Estado explicita os embates sociopolíticos e, vertiginosamente transfere as competências públicas para entidades privadas, novos bairros são criados, multiplicam-se as indústrias, a área central perde sua função predominantemente residencial, tornando-se comercial e, na década de 1950, explode seu contingente populacional que cresce vertiginosamente até atingir 1 milhão de habitantes em fins da década de 1970. No capítulo 5, abordaremos os conceitos de lugar e memória, uma vez que, como retratamos neste capítulo, fazem parte da construção da cidade, mas de forma subjetiva, trazendo consigo toda uma carga simbólica que está expressa através das placas que denominam os logradouros no Centro de Fortaleza atualmente.

## **5 VOU À RUA: A DENOMINAÇÃO DOS LOGRADOUROS E O SIMBOLISMO DE SEUS TOPÔNIMOS**

A rua é um lugar onde a cidade acontece e nela encontramos vestígios do que foi e do que será, pois resgatando sua história compreenderemos como a própria cidade, o bairro e até ela mesma foi construída. A partir dos fenômenos geográficos compreendemos que as ruas são bem mais do que simples vias, elas se tornam ferramenta fundamental na morfologia urbana, uma vez que, elas caracterizam o espaço onde estão instaladas. A Fortaleza dos becos, vielas, pequenas travessas e ruas estreitas e tortas deram lugar a logradouros cada vez maiores, tanto em extensão quanto em largura, no qual grandes artérias permeiam de Norte a Sul e de Leste a Oeste ligando vários pontos das capitais e onde se registram enormes congestionamentos e demais acontecimentos que estas vias proporcionam.

Assim, este capítulo ultrapassa as barreiras do material e se aprofunda no simbolismo, na subjetividade e busca nos detalhes que estão para além do que se possa ver a compreensão de como a denominação dos logradouros altera o sentido de viver a cidade a partir do nome que lhe é atribuído. Desta forma, agregando o que fora discutido acerca do nome dos lugares, a formação dos logradouros e a própria história de Fortaleza fizemos uma miscelânea entre vários elementos que nos permitiram a leitura do espaço no passado e no presente. A partir dos fatores pretéritos compreendemos como os logradouros foram denominados, mas e na atualidade quais os fatores que são considerados para denominar uma rua, praça, avenida? Os tempos mudam e, com eles, as relações sociais também.

### **5.1 Bases para a denominação de logradouros**

Apesar do processo de denominação ser antigo não havia na legislação municipal um conjunto de artigos que regularizasse efetivamente a denominação de logradouros públicos. Primeiramente, não há a distinção entre logradouros no qual tudo é considerado como o mesmo, ou seja, nem pela lei de uso e ocupação do solo e nem nos artigos que determinam a denominação distingue ruela, beco, rua, travessa, praça, avenida, largo, praça, ladeira, campo, tornando-os simplesmente

logradouros públicos, embora encontramos placas que as denominam assim, mas não há uma distinção (na lei) das mesmas.

Desta forma, é compreensível tantas mudanças ao longo dos anos, uma vez que, não haviam projetos e, muito menos, requisitos para que a mudança fosse efetivada. Pudemos acompanhar como a lógica de nomear os lugares mudou, partindo dos elementos da vida cotidiana (como árvores, edifícios importantes, acontecimentos locais) para personalidades que, por vezes, nem sequer participaram ativamente da construção da cidade.

Em 2011, o projeto de lei complementar nº 010/2011<sup>105</sup>, foi aprovado pela Câmara Municipal (que provém o direito de denominar os logradouros desde o século XIX, mas não tinha diretrizes para as formalizações e oficializações) no qual apresenta as diretrizes necessárias para a denominação efetiva de logradouros em Fortaleza. Nele, é justificado não somente o que poderia ser denominado, mas a partir de qual preceito, além de elementos que fizessem com que tal personalidade seja digna de nomear um logradouro. O resultado deste projeto é a lei complementar nº 109, de 15 de junho de 2012, contido no Art. 36, Inciso V da lei orgânica do município. Abaixo, uma parte transcrita da lei que:

*Regulamenta a denominação de bairros, praças, vias e demais logradouros públicos no município de Fortaleza, na forma que indica e dá outras providências.*

[...] **Art. 3º** Para denominação dos logradouros públicos serão escolhidos, dentre outros:

- I – nomes de pessoas, datas ou fatos históricos que representem efetivamente passagens de notória e indiscutível relevância;
- II – nomes que envolvam acontecimentos cívicos, culturais e desportivos;
- III – nomes de obras literárias, musicais, pictóricas, esculturais e arquitetônicas consagradas;
- IV – nomes de personagens do folclore;
- V – nomes de acidentes geográficos;
- VI – nomes que se relacionem com a flora e fauna locais.

§ 1º Sob nenhum pretexto, dar-se-ão os bairros, praças, vias e demais edifícios públicos municipais e suas dependências, bem como a todo e qualquer logradouro público municipal, nomes de pessoas vivas [...].

---

<sup>105</sup> Para consulta do texto completo ver Anexo A.

§ 4º É vedada a repetição de nomes de bairros, praças, vias, edifícios públicos municipais e suas dependências, bem como a todo e qualquer logradouro público municipal, quando da mesma natureza, sendo permitida somente e tão somente repetição em gêneros distintos.

§ 5º As denominações de bairros, praças, vias, edifícios públicos municipais e suas dependências deverão ser atribuídas, preferencialmente, às personalidades brasileiras, já falecidas, em especial os fortalezenses e os demais cearenses que tenham contribuído para o desenvolvimento do Brasil, do Ceará e, principalmente de Fortaleza, respeitando-se a ordem de prioridade com relação aos demais agraciados que não sejam nascidos no território nacional (FORTALEZA, 2012, p. 32).

Como podemos observar, a partir esta lei complementar compreendemos a preocupação com as personalidades que são apontadas como possíveis patronos dos logradouros públicos, tendo agora, uma série de diretrizes que permitem uma escolha adequada para denominar as vias, praças e demais logradouros da cidade. Também se manifesta a preocupação com a repetição de nomes em vários lugares, pois, a falta desta regulamentação facilita a ocorrência de um mesmo nome em vários bairros.

De acordo com o Dicionário de Ruas de Fortaleza<sup>106</sup>, na cidade, há cerca de 1360 ruas com denominação repetida; das 3200 ruas que possuem nomes de pessoas, 175 são repetidas; nomes de pessoas vivas, como Emerson Fitipaldi, Nelson Piquet, dentre outros, denominam vias. Pensando nestas complicações que os critérios acima citados foram elencados para ordenar o conjunto de denominação.

Outra diretriz que é apresentada é a relevância da personalidade na história da cidade, privando a inserção de pessoas que não participaram da construção da cidade em qualquer âmbito e a ênfase em não oficializar a denominação dos logradouros de pessoas que ainda estão vivas, cujo objetivo é homenagear pessoas (até mesmo anteriores à lei) que realmente contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de Fortaleza.

É necessário homenagear e reconhecer as personalidades para que, de acordo com Souza (2001), não haja um estranhamento com a presença destas que não fizeram parte do contexto local. Dias (2000) afirma que é preciso ter cuidado ao entrelaçar elementos universais com experiências locais, uma vez que, estas podem ser suprimidas por aquelas. Porém, algumas passagens históricas são evidenciadas de forma enfática, enquanto que, outras são esquecidas e negligenciadas. Ainda sobre a lei complementar:

---

<sup>106</sup> Disponível em: <http://www.dicionarioderuasfortaleza.com.br/>. Acesso em: 25. Mai. 2019.

**Art. 4º** Fica autorizado o Poder Legislativo a criar a Comissão de Toponímia, com funções consultivas, que deverá prestar a assessoria à Câmara Municipal para o cumprimento do estatuto nesta lei.

*Parágrafo único.* A referida comissão deverá ser composta por detentores de notório saber sobre o tema (FORTALEZA, 2012, p. 32).

Com a criação da Comissão de Toponímia, o processo de denominação de logradouros passaria a ocorrer através de projetos com o intuito de nomear ou alterar algum logradouro público desde que esteja enquadrado dentro dos artigos. Nele deve estar contida a justificativa e relevância da pessoa ou evento a ser homenageado(a). Porém, ao contrário da lei complementar esta comissão não foi criada e os problemas com a denominação de vias continuam (neste quesito não incluímos o Centro de Fortaleza, uma vez que, a nomeação de seus logradouros não sofreu grande transformação desde a década de 1930, havendo poucas alterações ao longo do tempo).

Além deste, outro projeto de lei (205/2017) que institui o Programa de Adoção de Placas de Nomenclatura de Logradouros e o projeto de lei complementar (014/2017), cujo primeiro estabelecia uma parceria entre pessoas física e jurídica com a participação efetiva da sociedade civil no processo de instalação e manutenção de placas nos logradouros, enquanto que, o segundo exigia, para que seja feita a oficialização ou alteração de nomes, a biografia do patrono ou patronesse (nome utilizado para aqueles que são homenageados) trabalhando em parceria junto com a Comissão de Toponímia<sup>107</sup>. Porém, não aparecem como leis na Câmara Municipal efetivadas e não há informações acerca do trâmite.

Ampliando o olhar sobre a denominação para a cidade como um todo encontramos muitos vestígios de processos passados que, somente com o resgate histórico é possível compreender a sua existência no espaço. Eventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol, influenciaram não somente na criação de novos bairros em Fortaleza e outros municípios como regeram a nomenclatura de inúmeras vias, tanto quanto outros esportes como Fórmula 1, boxe, entre outros.

A redução, nas últimas décadas, das nomenclaturas de natureza física, ou seja, que remetem à fauna e flora tal como acidentes geográficos frente ao aumento significativo de nomes de pessoas (Antropônimos). Esta substituição em

---

<sup>107</sup> Disponível em: <http://blogdoeliomar.com.br/2017/06/20/projeto-quer-criar-marco-regulatorio-para-batismo-de-ruas-avenidas-e-pracas-de-fortaleza/>. Acesso em: 25. Mai. 2019.

massa revela não somente uma mudança nas relações sociais como exprime a vocação política que a denominação tornou, sendo uma forma de perpetuar nomes de famílias através do apadrinhamento e de contribuições para a política da cidade mesmo que não atinja diretamente o bairro no qual fora implantado uma via ou outro logradouro com um nome.

Além disso, a disputa pelos logradouros mais frequentados resulta numa série de secções de uma mesma via, por exemplo, uma grande avenida que possui dois ou mais nomes (que já fora comentado anteriormente a respeito da mesma rua ter várias denominações entre um logradouro e outro no passado, mas que até hoje esta prática é evidenciada). Todas estas implicações se relacionam a medida em que o lugar em que as denominações foram efetivadas influenciando ou sendo influenciada pelo espaço em que está contido, ou seja, se os processos endógenos são mais fortes do que os exógenos na oficialização de nomes estes permanecerão, caso contrário sua substituição será efetivada. No caso do Centro, poucos são os exemplos que podemos elencar, mas que já foram maioria.

Toda oficialização de via ou outro logradouro é feita mediante projeto de lei que é votado e, caso seja aprovado, é decretado e divulgado no Diário Oficial do município (ver Anexo B). Os vereadores detém o direito de escrever projetos, mas a população pode requerer, entretanto, questionar a veracidade ou importância da alteração nos nomes de logradouros, entrando em contato diretamente com a Câmara Municipal, responsável pela denominação e alteração de nomes de ruas, avenidas, praças, dentre outros. Muitas vezes a mudança dos nomes não é bem-vinda por parte da população, uma vez que, interfere no processo de identificação entre sujeito e espaço gerando conflitos e embates<sup>108</sup>.

Este processo decorre, sobretudo, da falta de conhecimento sobre o lugar onde o logradouro se encontra acarretando problemas, sobretudo os de ordem interna (sem o consentimento da população). Desta forma, é necessário compreender como acontece a relação entre a denominação, o sujeito e o lugar onde estão implantados.

---

<sup>108</sup> Várias notícias mostram a insatisfação de moradores perante uma alteração na denominação de algum logradouro. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/novo-nome-de-rua-gera-polemica-1.1361515>. Acesso em: 20.jun.2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/mudanca-do-nome-da-avenida-dede-brasil-confunde-moradores-1.806265>. Acesso em: 22. Abr.2018.

## **5.2 As placas e sua relação com o lugar**

As placas possuem uma função primordial de direcionar e informar para os sujeitos o significado daquele espaço, uma vez que, muito dele só é conhecido quando a informação é apresentada sob a forma de placa indicando que aquele lugar possui tal denominação e que representa uma área da cidade que fora construída para tal finalidade. Neste tópico trabalharemos com os conceitos de Lugar, Memória e Identidade, pois este tripé nos auxiliará a compreender o espaço em que estão contidos a partir da subjetividade que exalam através da denominação encrustada nas placas.

A memória e a identidade são construídas ao longo do tempo através de experiências e vivências que os sujeitos adquirem ao longo da vida e os processos sociais fazem parte da construção da própria cidade para além da sua morfologia, uma vez que, os aspectos simbólicos e particulares de cada um construirão a sua visão sobre a cidade (TUAN, 1980).

Assim, alguns problemas acerca das nomenclaturas dos logradouros incidirá diretamente nessa construção, principalmente quando há uma ruptura na lógica de pensamento empregada para nomeá-los. As relações podem continuar, mas os processos incidem diretamente e os modificam, ou seja, os nomes antigos podem prevalecer simbolicamente sobre aqueles que foram oficializados, daí ocorrem os problemas entre os nomes oficiais e não-oficiais, partindo do princípio de que, uma memória individual sobrepõe uma coletiva.

Desta forma, compreenderemos que estas particularidades nos auxiliam a fazer uma leitura do espaço urbano a partir destes conflitos entre memória e identidade, fruto das transformações que alteraram a dinâmica do Centro e que hoje está marcada através das placas que denominam seus logradouros.

### ***5.2.1 Memória individual x memória coletiva: a sobreposição de denominações ao longo do tempo***

Compreender como a memória é construída implica entendermos o sentido de lugar e como ele se relaciona com o espaço em que está introduzido, pois os processos externos e internos influenciam nesta relação (des)caracterizando no aspecto simbólico, de forma que, as memórias são afetadas e muitas delas

esquecidas. Primeiramente, nos atentamos como as memórias são construídas, depois faremos uma abordagem da memória coletiva e individual e como, a partir da denominação dos logradouros encontramos um conflito entre elas.

A memória está ligada eventos e momentos que podem deixar marcas no espaço dependendo da intensidade e do indivíduo ou grupo que deseja imprimi-la no lugar. Para as cidades, é importante compreender como a memória individual ajuda a construí-la e como ela se relaciona com a memória coletiva, uma vez que, as duas criam símbolos que, muitas vezes, entram em conflito no espaço a exemplo de lugares em que as pessoas mais gostam ou não. Abreu (2012, p. 25) explica que

A memória individual pode contribuir, portanto, para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram [...]. Há que se ter cuidado, entretanto, com a memória individual. Ela é, por definição, subjetiva. Isso quer dizer que fazemos da nossa memória o que bem queremos [...], as localizações podem ser fluídas ou deformadas, as escalas podem ser multidimensionais e a referência, mais topológica do que geográfica.

Assim sendo, partimos do princípio de que a memória individual parte dos desejos e anseios pessoais que, nem sempre condizem com a realidade, mas para o portador dela, torna-se verdade, à medida em que, sua visão sobre o mundo é construída a partir de suas experiências e vivências. Para uma leitura subjetiva sobre a cidade é importante analisarmos estas peculiaridades, uma vez que, elas revelam passagens que, por exemplo, a história oficial não relata.

Desta forma, Oriá (2002, p. 237) explica que a concepção de lugar de memória

Abrange desde o traçado das ruas, a nomenclatura dada aos logradouros públicos, os mapas e planos urbanísticos projetados, os monumentos e signos inseridos no espaço urbano, até mesmo os livros escritos por memorialistas e literatos e a iconografia produzida sobre a cidade no decorrer da história. Neste sentido, podemos também afirmar que toda cidade é histórica, resultado das sucessivas transformações empreendidas pelo homem no espaço urbano.

Neste sentido, o autor explicita que a ideia de cidade histórica é aquela que possui um conjunto arquitetônico suntuoso, sendo que o patrimônio perpassa não só pelo aspecto material como imaterial. Mas, nos deteremos acerca dos logradouros e traçado das ruas em Fortaleza que, como foi visto, passou por grandes transformações. As primeiras denominações provinham dos próprios

fortalezenses por necessidade de localização dentro da vila e por não haver uma sistematização de nomenclatura, ou seja, a partir da memória individual algumas denominações se tornaram cada vez mais presentes transcendendo a dimensão do sujeito e chegando à coletividade.

É sob este aspecto que a memória coletiva aparece, a partir do compartilhamento de uma memória individual. Para Halbwachs (1990), esta memória coletiva não é somente o compartilhamento de memórias individuais como é construída socialmente a partir dos espaços do habitar, trabalho, lazer que a cidade criou e os agentes transformaram a medida em que as relações sociais também mudaram. Além disso, a memória coletiva está sempre se reinventando sendo o resultado de processos internos e externos que alteram a relação de um grupo, uma vez que, ao longo do tempo o próprio grupo já não é o mesmo.

Isto ocorre quando um período já não é apreendido da mesma forma pelo grupo, seja por uma ruptura ou um conjunto de fatores que fazem com que certo grupo se importe mais com o período posterior do que o anterior. Assim, quando esta lembrança precisa ser enraizada, surgem as memórias históricas e, com elas, todo um simbolismo que pode se manifestar no real de diversas formas: estátuas, nomenclaturas de ruas, monumentos e demais formas que imprimam no espaço esta lembrança (HALBWACHS, 1990).

Quando estas lembranças pertencem a um pequeno grupo, a cidade torna-se um espaço privado de memórias, uma vez que, de acordo com Le Goff (1990) as classes mais abastadas foram as responsáveis pela criação de instituições de memória, ou seja, elas possuem o poder de escolher quais lembranças devem constar e quais devem ser esquecidas. Desta forma, torna-se complicado resgatar a memória das cidades através de certos documentos, pois eles podem mascarar e ocultar fatos que não lhe foram conferidos como importantes para serem registrados.

Voltamos para os cronistas, memorialistas e demais escritores que, mesmo sendo tendenciosos as vezes, exprimem o mais próximo da realidade de sua época. Resgatar a memória coletiva é importante, mas repleta de lacunas que, de acordo com Abreu (2006), são também necessárias, pois não havendo como fazer um levantamento completo devido à falta de informações tanto nos registros oficiais e como nas memórias individuais, estas lacunas devem ser mantidas como prova de um período sem notas ou documentos.

A Geografia Histórica é bem enfática neste sentido ao fazer um resgate da *memória urbana* e Fortaleza não está fora deste enfoque, uma vez que, parte de sua história não foi registrada ou mencionada, como uma forma de ocultar fatos e acontecimentos que não se tornaram importantes para uma parte da sociedade. Isto se torna evidente, primeiramente quando a Câmara decide oficializar alguns nomes, ainda na primeira metade do século XIX e incorpora os nomes dados pelos próprios fortalezenses como prova de que a memória individual foi compartilhada a ponto de tornar-se coletiva (CÂMARA, 1970).

A partir daí, os políticos e a alta sociedade iniciaram uma série de alterações nas denominações e imprimiram as suas lembranças através da criação de monumentos, novos logradouros, construções com materiais vindos da Europa, importaram um modo de vida e transformou a cidade num tabuleiro de xadrez onde as peças eram substituídas (edificações demolidas para a construção de outras), deslocadas (órgãos que mudaram de lugar), criadas (abertura de novos logradouros como praças, largos, parques) e alteradas (abertura e prolongamento de vias).

Uma disputa entre memória individual e coletiva tornou a cidade campo de batalha onde as alterações na sua morfologia urbana e no campo simbólico refletia processos de escala global e dialogava diretamente com os de ordem local num sistema de multiescalaridade que perpassava pelo político, comercial e social. Desta forma, chegamos ao atual panorama de nomes dos logradouros que fazem parte do chamado centro histórico de Fortaleza e que possui todos estes elementos e são complementados com formas que também fazem parte do processo de produção do espaço urbano.

Na verdade, cada lugar de memória é um retalho do próprio Centro, uma vez que, cada um deles pertence a um momento na história e os fenômenos geográficos moldaram-no ao longo do tempo tornando-o parte de um todo, no caso a própria cidade. Porém, alguns conseguiram manter suas particularidades enquanto que outros perderam totalmente sua identidade devido à força que os processos de ordem global incidiam diretamente no espaço. Halbwachs (1990) afirma que a memória só se concretiza no espaço quando este oferece alguma resistência, ou seja, quando a força desta em determinado espaço é forte o suficiente, dificilmente ela será alterada, mantendo sua essência e sendo perpetuada.

O culto ao Nacionalismo fez com que muitas pessoas ligadas à história política e econômica do Brasil virassem patronos de inúmeras vias e logradouros,

uma vez que, este processo pode ser acompanhado desde o final do Império e, sobretudo, no início da República. A memória coletiva em algumas ruas da cidade aconteceu de duas formas: espontânea e imposta. Por exemplo, algumas ruas já possuíam a denominação atual, mesmo não sendo oficializada. A antiga rua da Palma já era chamada de Major Facundo, pois era nela que estava instalada a casa do Vice-Presidente da Província, sendo que, após sua morte, a Câmara oficializou a denominação (GIRÃO, 1979). Na *Administração Revolucionária*, muitas pessoas ligadas ao Império, República Velha e, depois, Estado Novo, foram elencadas para tornarem-se patronos das vias que percorrem o centro histórico.

Os *modismos* podem surgir a partir de vários fatores sendo que eles, de uma forma ou de outra, interferem nas memórias que passam a ser mascaradas a partir da construção de referenciais que fogem do contexto local. Em vários momentos a história influenciou na denominação das vias e, de acordo com o contexto, alguns permaneceram enquanto que outros foram apagados. Assim, autores como Hall (2011) e Canclini (2006) apontam que as identidades, além de serem uma intermediação entre as memórias dos sujeitos, os lugares e os processos de diversas naturezas (internos ou externos), são também passíveis de modificação dependendo da intensidade em que cada elemento exerce sobre o outro. Assim sendo, ela pode ser uma negociação entre costumes locais, culturas nacionais e processos globais tendo como interventores os agentes responsáveis por (re)produzir o espaço urbano.

Não podemos esquecer que o ato de nomear revela e imprime no espaço e, sobretudo, no lugar toda uma carga simbólica que pode mudar o sentido e a memória daquela via e/ou logradouro. A cultura e os costumes também fazem parte deste quadro de processos que influenciam na denominação e traz consigo elementos alheios do contexto local mesclando-os aos aspectos regionais, seja no modo de falar (aportuguesando/abrasileirando certas palavras incluindo-as no vocabulário), seja no emprego de certos termos (*Boulevard, Passeio*) revelando, novamente a multiescalaridade que a Toponímia e os fenômenos geográficos expressam (ANDRADE; NUNES, 2011).

Por embates políticos e até mesmo aceitação da população ou falta de identificação das pessoas para com os topônimos presentes nas vias e logradouros é que houve e ainda há as denominações oficiais que são impostas pelos órgãos responsáveis e as não-oficiais provindas de desejos dos próprios fortalezenses.

### **5.2.2 As denominações oficiais e não-oficiais**

Com a aprovação da lei complementar nº 109/2012, ficou mais restrito o elenco, levantamento e aprovação para nomear os logradouros da cidade, pois, como fora observado ao longo da história de Fortaleza, as constantes mudanças provinham de desejos políticos por mudanças e isto se refletia no espaço quando a sua morfologia foi alterada.

Mas, as denominações que estão presentes nas placas nos logradouros do Centro, entram em contradição quando tratamos da relação entre sujeito e espaço (que será explicitado no próximo tópico), pois, as denominações oficiais nem sempre condizem com a cidade vivenciada pelos fortalezenses, pois evoca uma identidade entre os sujeitos e os lugares. As personalidades que fizeram parte da história e estão na memória são mais *lembráveis* do que a imposição de um nome alheio/externo ao processo identitário que fora construído ali. Augé (1994, p. 51) afirma que “tantos lugares cuja análise faz sentido, porque foram investidos de sentido, e porque cada novo percurso, cada reiteração trivial, conforta-os e confirma sua necessidade”.

Assim, nem sempre aquela denominação expressa o real sentido daquele lugar. Podemos observar quando as ruas eram denominadas a partir dos elementos que eram caros aos fortalezenses como árvores, acontecimentos locais, construções, todos revestidos de um sentimento de pertencimento ao se apropriar destes para seu norteamento. Isto estará mais explícito quando abordaremos a questão da memória no qual muitos destes sentimentos estarão presentes.

De acordo com Brito (2009, p. 72)

Pode-se definir a política de memória de duas maneiras. De forma restrita, consiste de políticas para a verdade e para a justiça (memória oficial ou pública); vista mais amplamente, é sobre como a sociedade interpreta e apropria o passado, em uma tentativa de moldar o seu futuro (memória social).

Memória social é a criação de “comunidades imaginadas” e a construção de uma ordem moral. As “políticas de memória” sociais e culturais são parte integral do processo de construção de várias identidades coletivas sociais e políticas, que definem o modo como diferentes grupos sociais veem a política e os objetivos que desejam alcançar no futuro. A memória é uma luta sobre o poder e sobre quem decide o futuro, já que aquilo que as sociedades lembram e esquecem determina suas opções futuras.

Esta política de memória é resultado de uma série de processos que já foram explicitados anteriormente e que resultaram numa série de nomenclaturas vazias em vias e logradouros, ou seja, não há uma identificação entre os fortalezenses e os patronos encrustados nas placas. É nesta perspectiva que a rua passa a ser somente uma via de passagem, pois este logradouro possui uma alma e, quando a sua denominação é alterada, parte de sua essência é perdida, pois a relação entre o sujeito e lugar não será a mesma, embora o espaço continue o mesmo e a rua permaneça a mesma materialmente (RIO, 2008).

Um primeiro logradouro que podemos elencar em que há essa dualidade é a Praça General Tibúrcio que possui várias edificações históricas como o Palácio da Luz (figura 44), A igreja do Rosário (figura 18), o Museu do Ceará (figura 55), dentre outras. Homenageando um militar que lutou na Guerra do Paraguai, este logradouro passou por grandes transformações e, ao ser mencionado, ele possui duas denominações: a oficial (Praça General Tibúrcio) e a não-oficial (Praça dos leões), uma vez que, nas duas extremidades há as estátuas de um leão e uma leoa (figura 60) trazidos da França e, por sua suntuosidade, foram incorporados à paisagem tornando-se notáveis.

Figura 60 – Leão na Praça General Tibúrcio, originando a denominação *Praça dos leões*.



Fonte: O autor (2018).

A Praça dos Mártires, ao lado da Santa Casa de Misericórdia, é o símbolo da segregação social pela forma como está disposta no espaço. Chamado popularmente de Passeio Público, a praça tinha dois planos para a classe menos abastada, enquanto que, a primeira era dividida em três *passeios* onde a elite desfrutava de árvores, esculturas, lagos, entre outros (como já fora comentado). Interessante que somente o Primeiro plano da elite sobreviveu ao tempo ao passo de que os dois outros sumiram, denotando, a seletividade da memória e da forma no espaço.

Outro logradouro que também possui essa dualidade é a Avenida Presidente Castelo Branco, que foi inaugurada em 1974, durante a Ditadura Civil-Militar, sendo fruto de grandes discussões acerca da personalidade que denomina esta via<sup>109</sup>. Na sua construção, muitas ruas foram extintas ao serem incorporadas em seu traçado (como a rua Franco Rabelo, entre a atual Avenida Alberto Nepomuceno e a Avenida Dom Manuel), dentre outras; casas no antigo bairro da Prainha (por exemplo, onde hoje se localizam o Centro Cultural Dragão do Mar e a Biblioteca Municipal) foram demolidas. Apesar da sua denominação oficial, ela recebeu o nome popular de Avenida Leste-Oeste (continua com várias denominações: Avenidas Monsenhor Tabosa, Avenida Abolição e Avenida Vicente de Castro) ligando, literalmente, Leste a Oeste.

O Parque da Liberdade, popularmente conhecido como Cidade da Criança ou Parque das Crianças, recebeu esta denominação que foi oficializada entre 1936 e 1948 quando, a partir deste ano, fora alterado para a denominação atual. A Praça Castro Carreira que, localiza-se em frente a Estação João Felipe, recebe a denominação de *Praça da Estação*. Levando em consideração as formas pretéritas de nomear os lugares, esta denominação se encaixaria perfeitamente, uma vez que ela se utiliza de um elemento presente na paisagem, configurando-lhe uma identidade e, a partir dele, é tida como o nome daquele lugar.

Desta forma, compreendemos que, mesmo oficializadas, as denominações, muitas vezes, não são aceitas por parte da população pela falta de identificação, gerando um sentido vazio de pertencimento. Augé (1994, p. 73) resume desta forma

---

<sup>109</sup> Primeiro Presidente durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1967).

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não integram os lugares antigos: estes, representados, classificados e promovidos a lugares de memória, ocupam aí um lugar circunscrito e específico.

Esta supermodernidade está atrelada às novas formas de produção do espaço (desde a década de 1930 quando a cidade de Fortaleza ultrapassa os limites do Centro, num processo de descentralização expandindo-se para o sul e o leste) tal como a predominância de alguns agentes modeladores do espaço sobre outros (diminuição do poder do Estado e aumento do poder da iniciativa privada), resultando num conjunto de denominações contidas num discurso nacionalista (sobretudo a partir da República), produzindo significados e símbolos que regessem este discurso. O sentido de nação conduz elementos que constroem identidades, sendo refletida através da própria forma e nos termos que mudam a medida em que um tipo de governo é estabelecido. Assim, temos uma mescla entre um novo conjunto de nomenclatura e um discurso nacionalista que traz consigo uma carga simbólica eivada de um sentimento de pertencimento (LIRA, 2001) (HALL, 2006).

É extremamente complicado o processo de construção de uma identidade, uma vez que, este é subjetivo, pertence a cada pessoa e, elencar um símbolo que o reflete é relativo. A mesma coisa acontece ao nomearmos um logradouro sem compreender o contexto e o lugar no qual ele estará inserido. Castells (2002, p. 23) explicita que

...vale-se da matéria-prima fornecida pela História, Geografia, Biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço.

Então, esta seletividade, muitas vezes, acontece por um pequeno grupo, mas que não representa a maioria. Assim, símbolos que, para eles são extremamente relevantes, para a grande maioria da população pode não ser. Nasceram a partir desta cisão, as denominações que não estão presentes nos documentos oficiais podendo ser oficializadas ou não. Quando isto não acontece, aparecem manifestações de aversão e/ou recusa a partir de denominações próprias. Monet (1991) afirma que os símbolos são o resultado da interação entre espaço,

poder e identidade, no qual o símbolo é a forma ou a concretização de algo imaterial. Assim, a denominação não-oficial faz parte desta imaterialidade. Muito deste simbolismo pode ser expressa também através da linguagem, através de termos característicos de cada lugar que influencia na leitura do espaço.

Com a expansão da cidade e a criação de novos bairros e conjuntos habitacionais é de fundamental importância que haja uma sistematização efetiva acerca da denominação das vias e demais logradouros públicos, pois um problema típico é o da denominação oficial. De acordo com o Fortaleza (2019) “um diagnóstico inicial da situação das ruas da cidade destaca que existem ao menos 10.244 logradouros oficializados e 8.236 sem denominação oficial”. A Câmara Municipal, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente, se comprometeram a oficializar as ruas e, ainda, voltaram à questão da criação de uma Comissão de Toponímia (confirmando que o projeto de lei não fora aprovado), composto por um corpo técnico especializado para encarregar-se deste levantamento e devida oficialização.

A partir desta relação entre as denominações oficiais e não-oficiais que exprimem o embate entre a memória individual e coletiva podemos analisar a denominação oficial das vias e logradouros públicos e a relevância destes frente à construção da cidade enquanto lugar de memória.

### ***5.2.3 Até que ponto uma personalidade é importante? A relevância histórica encrustada nas placas e seus significados***

A partir da década de 1930 o Centro deixa de ser predominantemente residencial e torna-se comercial, sendo que, de lá pra cá não houve grande alteração na denominação de suas ruas como aconteceu durante todo o século XIX. Desta forma, temos uma lista de nomes que figuram as placas nas vias e demais logradouros. Oriá (2002) explicita que os monumentos, mas também as vias estão vinculadas a eventos que retratam alguns fatos da história do Brasil diretamente ligados à própria história do Ceará e de Fortaleza: Confederação do Equador (1824), Guerra do Paraguai (1864-1870), Abolição da Escravatura (no Ceará, em 1884 e no Brasil, 1888), a proclamação da República (1889), o centenário da Independência (1922).

Porém, depois da *Administração Revolucionária*, um sentimento de nação e o discurso do nacionalismo fez com que muitos nomes que fizeram parte da

história em seus mais diversos âmbitos (literatura, poesia, artes, música, juristas, etc) foram elencados para substituir antigas *figuras condecoradas*. Porém, de acordo com Abreu (2012), estas pessoas só foram lembradas porque a elite ou uma parte dela escolheu como patrono estas personalidades para serem imortalizadas, caso contrário seus nomes nem sequer estariam espalhados em praças, ruas e avenidas do bairro.

Como o processo de apreensão e habituação requer um tempo, logo algumas destas denominações foram introduzidas à vida cotidiana dos fortalezenses, mas que poderiam ser substituídas pelas antigas denominações ou pelo serviço especializado (como já fora comentado), mas que por convenção foram deixados como marcas de um passado repleto de transformações.

Com base na nomenclatura atual, o quadro 12 apresenta a lista de nomes que elencam o conjunto de vias e demais logradouros do centro histórico. A partir daí analisaremos a origem com a finalidade de compreender a sua relevância se comparado a nomes que, por alguma razão, não constam, seja no próprio centro ou em Fortaleza. Com eles, também estão listadas as taxonomias a fim de classificarmos dentro dos estudos toponímicos (como já havia sido feito nos quadros anteriores).

Quadro 12 – Nomenclatura das vias e demais logradouros no centro histórico de Fortaleza em 2019.

2019			
LOGRADOURO	TOPÔNIMO	TAXONOMIA <sup>110</sup>	ATIVIDADE / SIGNIFICADO
Avenida do/da(s)	Duque de Caxias	Axiotopônimo <sup>111</sup>	Militar
Rua do/da(s)	Pedro I	Axiotopônimo	Nobreza - Primeiro Imperador do Brasil
Rua do/da(s)	Pero Coelho (continuação da rua Pedro I)	Antropônimo <sup>112</sup>	Explorador português
Rua do/da(s)	Pedro Pereira	Antropônimo	Bacharel em Direito
Vila do/da(s)	Romero	Antropônimo	S.R. <sup>113</sup>

<sup>110</sup> Para mais informações consultar Quadros 1 e 2 com a lista completa das taxonomias de natureza Física e Antropocultural.

<sup>111</sup> Títulos e dignidades.

<sup>112</sup> Nomes de pessoas e/ou famílias.

<sup>113</sup> Sem Referência.

Rua do/da(s)	Pinto Madeira	Antropônimo	Militar
Rua do/da(s)	Liberato Barroso	Antropônimo	Político
Rua do/da(s)	Perboyre e Silva	Antropônimo	Multiprofissional (Advogado, Jornalista e Professor)
Travessa do/da(s)	Faustino	Antropônimo	S.R.
Rua do/da(s)	Monsenhor Luiz Rocha	Axiotopônimo	Religioso
Rua do/da(s)	Franklin Távora	Antropônimo	Político
Rua do/da(s)	Melvin Jones	Antropônimo	Multiprofissional (Advogado, Jornalista, Político, Romancista e Teatrorólogo.)
Rua do/da(s)	Pedro Borges	Antropônimo	Político
Rua do/da(s)	Pocinho	Hidrotopônimo <sup>114</sup>	Intervenção/obra
Avenida do/da(s)	Santos Dumont	Antropônimo	Multiprofissional (Aeronauta, Esportista e Inventor)
Travessa do/da(s)	Severiano Ribeiro	Antropônimo	Empresário
Rua do/da(s)	Guilherme Rocha	Antropônimo	Político
Travessa do/da(s)	Pará	Corotopônimo <sup>115</sup>	Estado brasileiro
Travessa do/da(s)	Morada Nova	Corotopônimo	Município cearense
Rua do/da(s)	São Paulo	Corotopônimo	Estado brasileiro
Rua do/da(s)	Visconde de Saboia (continuação da rua São Paulo)	Axiotopônimo	Médico
Rua do/da(s)	Senador Almir Pinto	Axiotopônimo	Médico e Político
Rua do/da(s)	Costa Barros	Antropônimo	Militar e Político
Rua do/da(s)	Senador Alencar	Axiotopônimo	Político
Travessa do/da(s)	Crato	Corotopônimo	Município cearense
Rua do/da(s)	Sobral	Corotopônimo	Município cearense
Rua do/da(s)	Castro e Silva	Antropônimo	Político
Rua do/da(s)	Pereira Filgueiras	Antropônimo	Militar
Rua do/da(s)	Doutor João Moreira	Axiotopônimo	Médico
Rua do/da(s)	Rufino de Alencar	Antropônimo	Médico
Rua do/da(s)	Tenente Benévolo	Axiotopônimo	Militar e Professor
Rua do/da(s)	Senador Jaguaribe	Axiotopônimo	Político

<sup>114</sup> Acidentes hidrográficos.

<sup>115</sup> Nomes de cidades, regiões, países e continentes.

Avenida do/da(s)	Presidente Castelo Branco (Leste-Oeste)	Axiotopônimo	Político
Rua do/da(s)	José Avelino	Antropônimo	Político, Magistrado e Jornalista
Rua do/da(s)	Dragão do Mar	Antropônimo	Jangadeiro e Abolicionista
Avenida do/da(s)	Pessoa Anta	Antropônimo	Comerciante e Pecuarista
Avenida do/da(s)	Imperador	Axiotopônimo	Nobreza - Segundo Imperador do Brasil
Avenida do/da(s)	Tristão Gonçalves	Antropônimo	Revolucionário
Rua do/da(s)	24 de Maio	Historiotopônimo <sup>116</sup>	Marco Histórico - Batalha do Tuiuti
Rua do/da(s)	General Sampaio	Axiotopônimo	Militar
Rua do/da(s)	Senador Pompeu	Axiotopônimo	Político
Rua do/da(s)	Barão do Rio Branco	Axiotopônimo	Político
Rua do/da(s)	Major Facundo	Axiotopônimo	Político
Rua do/da(s)	Florian Peixoto	Antropônimo	Militar
Rua do/da(s)	Edgar Borges	Antropônimo	S.R.
Rua do/da(s)	Assunção	Hagiotopônimo <sup>117</sup>	Religioso
Rua do/da(s)	General Bezerril	Axiotopônimo	Militar
Rua do/da(s)	Solon Pinheiro	Antropônimo	Jornalista, Político e Advogado
Rua do/da(s)	Rosário	Hagiotopônimo	Religioso
Avenida do/da(s)	Alberto Nepomuceno (Poço da Draga à R. Castro e Silva)	Antropônimo	Compositor, Pianista, Organista e Regente
Rua do/da(s)	Conde D'Eu (R. Castro e Silva até R. São Paulo)	Axiotopônimo	Nobreza
Rua do/da(s)	Sena Madureira (R. São Paulo até Parque da Liberdade)	Antropônimo	Militar
Rua do/da(s)	Jaime Benévolo	Antropônimo	Militar
Avenida do/da(s)	Visconde do Rio Branco	Axiotopônimo	Político
Rua do/da(s)	Paracuru	Corotopônimo	Município cearense
Rua do/da(s)	Governador Sampaio	Axiotopônimo	Político
Rua do/da(s)	São José	Hagiotopônimo	Religioso
Rua do/da(s)	Baturité	Corotopônimo	Município

<sup>116</sup> Movimento de cunho histórico e social.

<sup>117</sup> Santos e santas do hagiológico romano.

			cearense
Rua do/da(s)	Afonso Vizeu	Antropônimo	S.R.
Rua do/da(s)	Coronel Ferraz	Axiotopônimo	Político
Rua do/da(s)	Deputado João Lopes	Axiotopônimo	Político
Rua do/da(s)	Boris	Antropônimo	Nome de Família
Rua do/da(s)	Pedro Ângelo	Antropônimo	Militar
Rua do/da(s)	25 de Março	Historiotopônimo	Marco Histórico - Abolição no Ceará em 1884
Avenida do/da(s)	Almirante Tamandaré	Axiotopônimo	Militar
Avenida do/da(s)	Almirante Jaceguai	Axiotopônimo	Militar
Avenida do/da(s)	Dom Manuel	Axiotopônimo	Religioso
Praça do/da(s)	Almirante Saldanha	Axiotopônimo	Militar
Praça do/da(s)	Cristo Redentor	Hagiotopônimo	Religioso
Praça do/da(s)	Mártires (Passeio Público)	Historiotopônimo	Marco Histórico - Confederação do Equador
Praça do/da(s)	Sé	Hagiotopônimo	Religioso
Praça do/da(s)	Castro Carreira	Antropônimo	Político e Médico
Praça do/da(s)	Waldemar Falcão	Antropônimo	Advogado, Delegado e Professor
Praça do/da(s)	General Tibúrcio (dos Leões)	Axiotopônimo	Militar
Praça do/da(s)	Ferreira	Antropônimo	Político e Boticário (Farmacêutico)
Praça do/da(s)	José de Alencar	Antropônimo	Político e Escritor
Praça do/da(s)	Capistrano de Abreu	Antropônimo	Historiador
Praça do/da(s)	Figueira de Melo	Antropônimo	Político
Praça do/da(s)	Voluntários	Historiotopônimo	Marco Histórico - Guerra do Paraguai
Praça do/da(s)	Liberdade (Parque das Crianças)	Animotopônimo	Marco Histórico - Abolição da Escravidão
Praça do/da(s)	Coração de Jesus	Hagiotopônimo	Religioso
Praça do/da(s)	Murilo Borges	Antropônimo	Militar e Político

Fonte: Fortaleza Nobre, Fortaleza em Fatos e Fotos, Dicionário de Ruas de Fortaleza. Organizado pelo autor (2019).

O conjunto de nomes que formam a denominação oficial das vias e demais logradouros do Centro nos permite compreender a história da cidade e como ela fora construída. Se considerarmos quem foram os responsáveis por elencar os nomes dos patronos entenderemos os responsáveis por empregar uma memória às

placas e, desta forma, montar o quebra-cabeças histórico (ABREU, 2006) de Fortaleza.

Do ponto de vista toponímico, a maioria dos nomes pertence à pessoas divididas em dois períodos da História: Império e República Velha. Só nesta periodização, temos quase 70% das denominações, ou seja, poucas foram as alterações desde a década de 1930, quando se instala o governo de Getúlio Vargas. Os Antropônimos e Axiotopônimos são a maioria, denotando que, pouco restou das primeiras nomeações que haviam. Assim, como afirma Corrêa (2011), neste quadro encontramos múltiplas periodizações que, dentro de seu aspecto (econômico, político) construiu uma temporalidade, um ritmo que foi especializado pelos detentores das instituições de memória sob a forma de topônimos.

O quadro 12 traz o mesmo modelo empregado nos quadros anteriores: Logradouro, Topônimo e Taxonomia, mas agora traz o significado e a devida referência dos nomes que estampam as placas que denominam vias e demais logradouros. Por uma questão metodológica, decidimos introduzir esta coluna somente no conjunto de denominações atuais, mas ela estará na íntegra referente aos antigos logradouros nos Apêndices A e B<sup>118</sup>.

No quadro 12 ainda aparecem alguns logradouros cuja coluna *Atividades/Significado* aparece S.R. (Sem Referência), ou seja, não há dados sobre os patronos tanto pela pouca visibilidade que possuía quanto pela falta de informações precisas sobre as pessoas. Outra coisa a ser observada é que nenhum logradouro do Centro possui nome de mulher, embora tenhamos evocações à Nossa Senhora do Rosário, Assunção de Maria, enfatizando o período o qual pertencem os patronos. Observamos também a presença de homenagens a municípios cearenses e estados brasileiros, reforçando a ideia de Nacionalismo evocando uma multiescalaridade espacializada.

Mas, estas escolhas refletem toda a construção de uma memória coletiva baseada em memórias individuais de um pequeno grupo que detém o poder sobre as instituições, uma vez que, há inúmeras pessoas que fizeram parte da própria história do Centro e que nem sequer é patrono de um beco ou galeria. Muitas são as crônicas que relatam personalidades famosas que marcaram época na memória dos

---

<sup>118</sup> Nos Apêndices A e B consta uma tabela completa com as denominações de 1810 a 2019 das vias e demais logradouros dentro e fora do perímetro urbano estudado. Além disso, há também a explicação e significado dos topônimos.

fortalezenses que viveram em seus respectivos tempos, mas que não foram fortes o suficientes para materializar essas memórias.

Pollak (1992) aponta que estas memórias são constituídas por três aspectos: os acontecimentos vividos pessoalmente e os *vividos por tabela* (acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade), pessoas e personagens e os lugares. Podemos apontar que estes três elementos constituem o conjunto de denominações que temos atualmente no centro histórico de Fortaleza, uma vez que, seu resgate histórico confirma todos os processos pelo qual a cidade passou.

Não é de hoje que alguns autores reclamam e contestam as denominações oficiais. Alencar (1980, p, 51-52) destaca que “tanto Júlio Pinto como José Rola foram em seu tempo homenageados pela Prefeitura Municipal, que deu seus nomes a dois logradouros públicos. Mas, ao que parece, essas ruas já não existem ou trocaram de nome”. Os dois eram donos de cinema e trouxeram inovações como o automóvel, mas apenas Júlio Pinto tem seu nome batizado numa via no bairro Jacarecanga, enquanto que José Rôla não possui.

Ainda de acordo com Alencar (1980, 78-83)

...famosas eram as bodegas [...] do Mané Boi (Imperador), do Gambetá Bruno e do Maracanã (Imperador), do Zé Macieira e do Chico Ramos (Tristão Gonçalves, o velho Trilho de Ferro), a do Lopicínio, do Eduardo Garcia e do Chico da Mãe Iza, na Rua 24 de maio [...]. Na Rua General Sampaio, também com São Bernardo, rua famosa de bodegas e mercearias, havia o estabelecimento de Francisco Benjamin de Menezes, pai do fecundo e brilhante escritor Raimundo de Menezes [...]. Muitas dessas bodegas se transformaram depois em armazéns de vendas a grosso e a varejo, como as de José Lauria (Trilho de Ferro); a de Zeferino Siqueira (Senador Pompeu); a de Pedro Formiga (Praça de Pelotas), que foi vendida a Manuel F. Ponte (Casa Manduca) e durou pouco.

Desta forma, evocamos uma memória individual, mas que poderia ser compartilhada e poderia batizar várias vias: rua do Mané Boi, rua do Gambetá Bruno, rua do Zé Macieira, rua da Mãe Iza, rua Zeferino Siqueira, dentre outros. Como recebemos a alcunha de *Ceará Moleque*, nomes como estes poderiam figurar os logradouros de toda a cidade. Da Silva Neto e Acselrad (2009) explicitam que este termo apareceu, pela primeira vez, no final do século XIX, especificamente, na obra *A Normalista* (de Adolfo Caminha), cujo significado remetia ao *canalhismo de província*.

Outro personagem que poderia ser patrono de uma via era *Bem-bém*. Azevedo (1983) relata uma passagem icônica e que refletia Fortaleza na chamada

*Belle Époque*. De acordo com Ponte (2014) era o proprietário de um quiosque que vendia garapa de cana-de-açúcar chamada Bembém Garaperia. Seu tipo brincalhão divertia os clientes e, logo, se tornou figura conhecida na cidade. Como o assunto em Fortaleza sempre remetia à França, o dono do estabelecimento cultivou o sonho de conhecer a capital, Paris. Economizou dinheiro e sua viagem é uma das passagens mais engraçadas da cidade.

Bembém foi e voltou radiante. Lamentava apenas ter ido tarde, não podendo assistir à decaptação de Maria Antonieta... *Aquilo que é cidade!* Dizia entusiasmado – No hotel onde me hospedei fui obrigado a escrever meu nome. Como a língua era outra, escrevi: *Bien-Bien* e, mais embaixo: *Garapière*. E completava: *Olhe, lá eu só andava com um homem chamado Cicerone, que sabia português como eu. Terra adiantada aquela: todo mundo falando francês, até mesmo os carregadores chapeados, as mulheres do povo e as crianças!* Bembém não se cansava de falar da França e completava declarando que lá, a única palavra que ouvira em português fora: *mercibocu...* A conselho de um intelectual perverso, mandou imprimir um cartão para distribuir com amigos e fregueses: *BIEN BIEN – GARAPIÈRE – Fortaleza – Ceará* (AZEVEDO, p. 155-156).

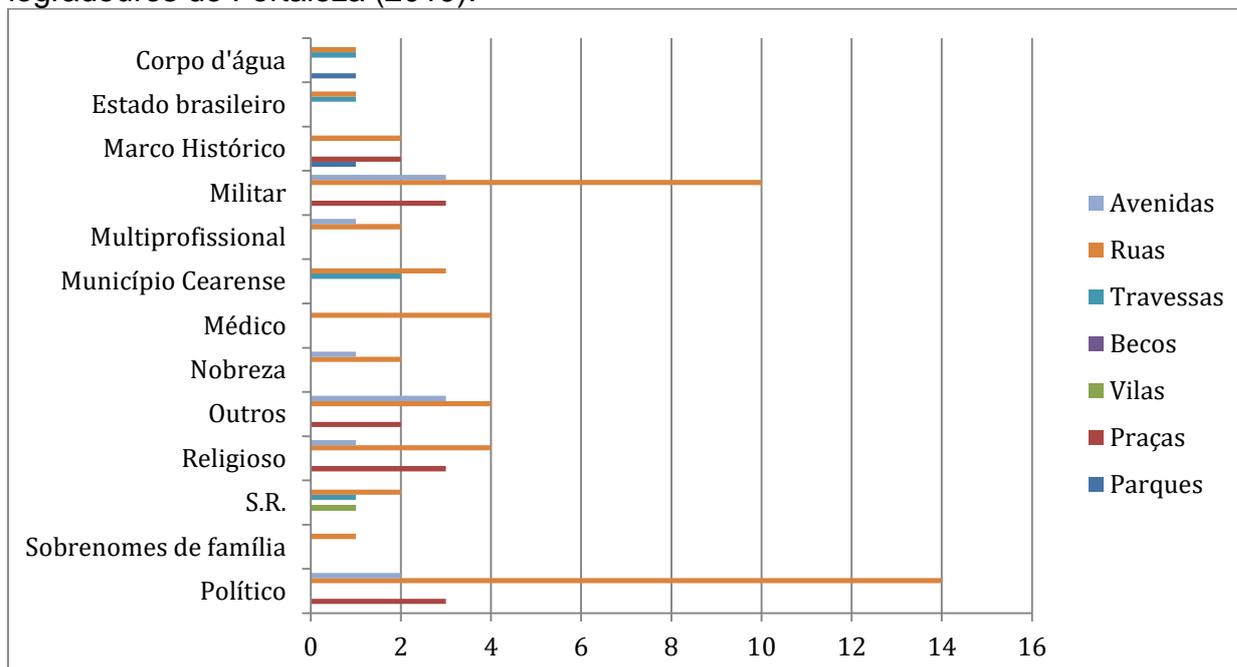
Assim, poderíamos ter uma praça ou uma rua chamada *Bien-Bien Garapière* ou simplesmente *rua do Bembém*. Desta forma, a expressão *Ceará Moleque* seria conservada a partir deste tipo de denominação. Mas, a memória seletiva não o apontou como personagem importante o suficiente para tornar-se patrono de uma via ou logradouros. Tantos outros personagens que poderíamos citar e poderiam ser patronos e patroneses de ruas, mas que foram esquecidos ou pouco lembrados: Martim Soares Moreno (que já foi avenida, mas teve seu nome substituído por Coronel Carvalho), Pedão da Bananada (famoso por ter um box no antigo Abrigo Central), Chico Manuel (comerciante famoso), Franco Rabelo (assumiu logo após a derrubada do governo Acióli), Bitu (famoso hotel, localizava-se na Praça da Sé), João Nogueira (Cronista), até mesmo Bode Iô<sup>119</sup>.

A partir do levantamento feito que resultou no quadro 12, o gráfico 5 demonstra a predominância da *Atividade/Significado* referente às denominações presentes.

---

<sup>119</sup> Animal famoso ao ser eleito vereador nos anos 1940 decorrente do descontentamento da população para com a política.

Gráfico 5 - Distribuição das atividades e significados das denominações nos logradouros de Fortaleza (2019).



Fonte: Fortaleza Nobre, Fortaleza em Fatos e Fotos, Dicionário de Ruas de Fortaleza. Elaborado pelo autor (2019).

Com o Gráfico 5 a visualização e a leitura ficaram mais claras, uma vez que, observamos a notável predominância de nomes provindos de pessoas ligadas à política e ao serviço militar, enquanto que, aqueles ligados à profissões como médicos, advogados, jornalistas, diplomatas, músicos, escritores não possuem uma expressividade. Depreende-se que, políticos e militares governaram, em algum período, Fortaleza ou o Ceará e, por iniciativa de simpatizantes de seu governo, decidiram prestar esta homenagem, surgindo os apadrinhamentos políticos.

Todos os marcos históricos elencados pertencem ao Império entendendo que os fatos que aconteceram na República Velha não fossem tão importantes a ponto de batizarem uma via. Assim, os interesses políticos se manifestam na sua forma mais radical quando decide apagar certos períodos da história por não concordar com o governo vigente ou por apatia. Como já afirmamos, a memória é construída numa mescla entre a individual e a coletiva e quando uma delas se sobrepõe a outra a tendência seja a de uma ser esquecida em virtude da outra.

Assim, com o intuito de compreender a importância de alguns logradouros e auxiliar na criação de um banco de dados com os nomes dos logradouros para fins históricos, geográficos, linguísticos, como uma forma de leitura do espaço através do processo e construção dos nomes que fazem parte do conjunto toponímico da

cidade; utilizamos um modelo de ficha lexicográfico-toponímia (figura 61) sugerido por Dick (2004, p. 130) e adaptamos para uma melhor adequação ao nosso trabalho.

Figura 61 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímica.

<b>Localização – Município:</b>		
<b>Topônimo:</b>	<b>A.G.<sup>120</sup>:</b>	<b>Taxionomia:</b>
<b>Etimologia:</b>		
<b>Entrada lexical:</b>		
<b>Estrutura morfológica:</b>		
<b>Histórico:</b>		
<b>Informações enciclopédicas:</b>		
<b>Contexto:</b>		
<b>Fonte:</b>		
<b>Pesquisador:</b>		<b>Revisor:</b>
<b>Data da coleta:</b>		

Fonte: Dick (2004, p. 130).

Cada campo desta ficha é explicitado por (CURVELO, 2009, p. 71) da seguinte forma:

**Campo 1: Localização** – localização geográfica do município. Nesse campo são registradas informações como o nome da Mesorregião e da Microrregião onde se situam os municípios.

**Campo 2: Topônimo** – nome do lugar.

**Campo 3: Acidente Geográfico** – irregularidade no nivelamento do solo, a qual pode ser classificada como: baía, chapada, delta, estreito, ilha, montanha, rio, vale, etc.

**Campo 4: Taxionomia** – nomenclatura que permite interpretar, descrever e classificar os nomes dos lugares quanto ao aspecto semântico.

**Campo 5: Etimologia** – informações sobre o significado do topônimo descrito a partir de sua estrutura mórfica.

<sup>120</sup> O Acidente Geográfico (AG) pode ser substituído pelo Acidente Humano (AH) quando se tratar de um lugar instituído pela ação humana, como vilas, povoados, aldeias, cidades etc.

**Campo 6: Entrada lexical** – refere-se ao elemento linguístico de base, à unidade significativa que pode ser uma palavra simples ou composta, uma locução ou uma frase.

**Campo 7: Estrutura morfológica** – são as unidades mínimas de significação (morfemas lexicais e gramaticais) que compõem o topônimo.

**Campo 8: Histórico** – informações sobre a origem e os fatos motivadores das alterações toponímicas.

**Campo 9: Informações Enciclopédicas** – informações complementares coletadas em materiais de segunda mão como livros, dicionários e pesquisa na internet.

**Campo 10: Contexto** – contexto situacional, que indica de onde o topônimo foi retirado.

**Campo 11: Fonte** – documentos e textos diversos que servirão de base para a pesquisa.

**Campo 12: Pesquisador** – aquele ou aqueles que fizeram a pesquisa.

**Campo 13: Revisor** – aquele que revê a pesquisa.

**Campo 14: Data da coleta** – quando foram coletados os dados.

Este modelo é passível de modificação à medida em que o objetivos e a metodologia do trabalho necessitem. Assim, Batista (2011, p. 52) nos mostra como a ficha fora preenchida (figura 62) em seu trabalho e como adequamos para este estudo.

Figura 62 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímia preenchida.

**Localização** – Município: Mesorregião 6: Centro-Sul Cearense > Microrregião 26: Iguatu

**Topônimo:** Icó

**A.H:** Vila

**Taxionomia:** Hidrotopônimo.

**Etimologia:** Segundo Falcão (1993, p. 48), Paulino Nogueira considera a palavra *Icó* como de origem indígena, composta de YG (água) + CÓ (roça), significando “água ou rio das roças”.

**Entrada lexical:** Icó

**Estrutura morfológica:**

**Histórico:** Segundo Studart (1924, p. 99), o primitivo nome da cidade de Icó foi *Arraial de Nossa Senhora do O*. Elevado à categoria de vila com o nome de *Arraial da Ribeira dos Icó*s ou *Arraial Novo*, conforme Ordem Régia de 20 de outubro de 1736. Para o IBGE (s/d), no lugar que corresponde à atual cidade de Icó, habitavam, no início do século XVIII, tribos indígenas que lutaram contra as ações de colonizadores. “Entre as serras do Pereiro e os vastos sertões do Cedro, o capitão-mor Gabriel da Silva Lago fez erguer uma paliçada para defender os moradores da ribeira do rio Salgado, surgindo ali o *Arraial Novo*, hoje cidade de Icó” (IBGE, s/d). Em meados do século XVIII, foi erguida a capela 53 de *Nossa Senhora do O*, padroeira do povoado.

**Contexto:** Auto de Querela, e Denúncia que dá | João Pereira de Lucena contra Felis Roiz | Barros branco moador na Praia da Caissa | ra termo desta Vila do Icó | Manoel Bezerra, e outros [...] (Ximenes, 2006, l. 1-3; p. 109).

**Fonte:** [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

**Pesquisador:** Patrícia de Oliveira Batista      **Revisor:** Patrícia de Oliveira Batista

**Data da coleta:** Novembro de 2010.

Fonte: Batista (2011, p. 52).

Para nossa análise fizemos algumas modificações possibilitando uma melhor leitura acerca da melhor apreensão do objeto de estudo como um todo. Assim, decidimos alterar alguns termos e elencamos algumas vias e demais logradouros com o intuito de demonstrar como os nomes podem ser estudados e servir de referência para estudos da área e possível aplicabilidade em outros lugares. A figura 63 apresenta a ficha preenchida.

Figura 63 – Modelo de ficha catalográfica-lexicográfica-toponímica para vias e demais logradouros preenchida.

**Tipo de logradouro:** Rua.

**Topônimo:** Major Facundo.

**Taxionomia:** Axiotopônimo.

**Localização do Logradouro:** Inicia na Praça dos Mártires e termina na Avenida Treze de maio.

**Bairros:** Centro, José Bonifácio e Fátima.

**Atividade/Profissão:** Vice-presidente da Província do Ceará.

**Etimologia/Designação:** João Facundo de Castro Menezes (Aracati-CE, 1787 – Fortaleza-CE, 1842). Militar e político.

**Histórico Toponímico:** Rua Nova del Rei (1828) > Rua da Palma (do Largo da Fortaleza à Feira Nova) e do Fogo (a partir da Feira Nova) (1842) > Rua da Palma (toda a extensão) (1877) > Major Facundo (1879).

**Oficialização:** 1879.

**Fonte:** Dicionário de Ruas de Fortaleza / Ruas Biográficas<sup>121</sup>.

**Pesquisador:** Gleilson Angelo da Silva.

**Data da coleta:** maio de 2019.

Fonte: Dick (2004, p. 130). Adaptado pelo autor (2019).

<sup>121</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/ruasbiograficas/?hl=pt=br>. Acesso em: 25.mai.2019.

A partir deste modelo, podemos variar os itens de acordo com o tipo de logradouro, uma vez que, este levantamento é importante para despertar um sentimento de identidade e pertencimento entre os fortalezenses e os nomes que figuram as placas no Centro da cidade. Desta forma, elencamos alguns logradouros para catalogação<sup>122</sup>, visto que, não fizemos com todos por uma questão metodológica, embora a diversidade de fichas nos concede o entendimento e apreensão da denominação em relação ao espaço em que ele está inserido.

Embora não haja um levantamento por parte dos órgãos, muitos sites proporcionaram boa parte das informações recolhidas para este trabalho: O Dicionário de ruas de Fortaleza é um deles. O site reúne uma quantidade significativa sobre a história de muitos personagens que fazem parte do conjunto toponímico das ruas da cidade sendo o fruto de mais de uma década de pesquisas<sup>123</sup>. Sites como Fortaleza Nobre, Fortaleza Fatos e Fotos também fizeram um levantamento significativo e auxiliaram no resgate de antigas denominações. Além destes, um perfil em uma rede social denominado *Ruas Biográficas*, também resgata o nome das vias de Fortaleza com a mesma finalidade do Dicionário de ruas.

Para além da catalogação, temos que discutir o que este nome representa no sentido espacial, ou seja, a sua localização nos fornece elementos para discutirmos a produção do espaço urbano tanto do ponto de vista material como subjetiva, a partir da memória, da identidade e do lugar. O simbólico dos lugares nos remete tanto ao passado como ao presente através das representações, pois estes estão presentes na paisagem na qual o espaço e lugar estão contidos. Assim, as denominações fazem parte do processo de apreensão do lugar a partir do simbolismo que elas exercem (COSTA, 2003).

No caso do Major Facundo, uma série de acontecimentos auxiliou na escolha de seu nome como patrono desta via. Sendo Vice-Presidente da província e opositor do Presidente à época, José Joaquim Coelho, foi assassinado em 1842. Sua lápide se encontra na Igreja do Rosário (especificamente na parede), cujo epitáfio acusa publicamente o presidente de ter cometido o crime. Studart (2001), explica que em 1879, a Câmara aprova a proposta do vereador José da Fonseca

---

<sup>122</sup> Ver Apêndice C.

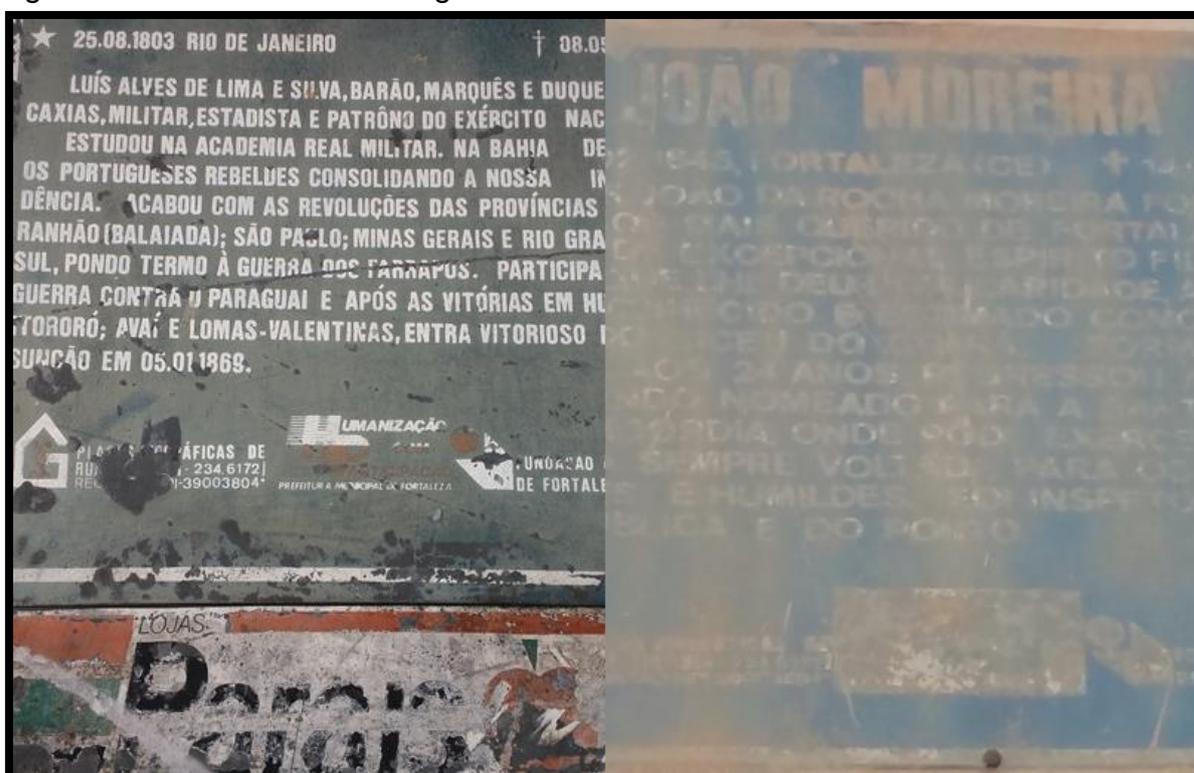
<sup>123</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/projeto-resgata-historia-das-principais-ruas-de-fortaleza-1.1742054>. Acesso em: 20.mai.2019.

Barbosa, a denominação Major Facundo substitui a antiga rua da Palma. Então, temos um forte indício de uma memória construída a partir de um fato local e que fora espacializado no lugar a partir da denominação da rua.

Assim, de acordo com Costa (2012, p. 50) a representação nos permite fazer uma leitura dos lugares de forma que “parte essencial de um processo pelo qual o indivíduo ou a coletividade atribuem um sentido”, as vezes, materializado no espaço, como no caso das denominações. Isto posto, encontramos elementos na paisagem que denotam esta tentativa de criar uma identidade a partir da representação de uma placa comemorativa ou explicativa.

No governo do prefeito Juraci Magalhães (1931-2009) que administrou Fortaleza por três vezes (1990-1993 / 1997-2004, neste período fora reeleito), instalou placas biográficas que contavam um pouco da história dos patronos<sup>124</sup>. Em parceria com a iniciativa privada, elas estão espalhadas em várias vias (muitas deterioradas) e que ainda podem ser avistadas (figura 64).

Figura 64 – Placas de ruas biográficas no Centro de Fortaleza.



Fonte: O autor (2019).

<sup>124</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/projeto-resgata-historia-das-principais-ruas-de-fortaleza-1.1742054>. Acesso em. 21.mai.2019.

Estas placas resumem bem o processo de identificação entre o sujeito e o lugar, uma vez que, visa a criação de símbolos que marcassem no espaço todo o processo pelo qual a cidade passou e continua passando. Ao denominar uma via ou outro logradouro, atribuímos a ela um valor simbólico e, quando imprimimos, demarcamos aquele valor de diversas formas.

As placas que estão espalhadas pelo Centro não exploram esta vertente dissertativa apresentando, apenas, as principais informações como o topônimo, o CEP, a numeração, os órgãos responsáveis e a empresa privada responsável pela parceria com a prefeitura (figura 65). Elas possuem vários *designs* e são marcas da forma como a confecção das placas mudou ao longo do tempo. Poucos são os vestígios de registros mais antigos, uma vez que, a substituição implica numa mudança física de placas.

Figura 65 – Placas que denominam vias e logradouros no Centro de Fortaleza.



Fonte: O autor (2018).

A primeira placa do lado esquerdo e a do lado direito são as mais comuns estando presentes nos cruzamentos, sendo que, as duas da esquerda mostram o modelo mais tradicional que encontramos em toda cidade. Apresentam informações essenciais à localização, mas não há uma informação acerca da pessoa que é patrono ou patronesse causando um *esvaziamento de sentido*. Ao caminhar em ruas de outras cidades, percebemos que este cuidado é mais apurado. É o caso do Rio

de Janeiro, cujas placas trazem, além das informações essenciais, um resumo biográfico da pessoa ou evento que denomina aquele logradouro.

As placas ao longo do tempo também foram substituídas e as que existem atualmente trazem consigo um pequeno texto que revela a origem do nome que aquele logradouro recebeu (figura 66). Assim, seria interessante trazer este modelo para o design das placas de Fortaleza (figura 67) com o intuito de, não somente criar, como construir uma interação maior entre os topônimos e os fortalezenses, sendo que, a história da própria cidade está materializada através da linguagem, uma característica do cearense.

Figura 66 – Placas que denominam as ruas do Rio de Janeiro-RJ.



Fonte: O autor (2018).

Observamos o pequeno texto que explica o sentido do nome da rua e também um exemplo de permanência toponímica ao continuar denominando a rua a partir de um elemento que lhe é afeito (a quitanda) e, mesmo que ela não exista, o topônimo nos permite compreender que, naquele lugar houve este tipo de atividade, demonstrando a modificação do espaço urbano desde a época em que ela fora instalada até o símbolo que restou: o nome. Esta é uma das essências que a rua possui, pois ela é o palco dos acontecimentos da cidade (RIO, 2008).

Como mencionamos anteriormente, este modelo poderia ser empregado nas placas de Fortaleza, de modo que, as pessoas saberiam de quem ou o quê se tratam os nomes tornando-os parte do seu cotidiano, não mais como apenas um

lugar de passagem, mas como componente importante da cidade. A figura 67 mostra um modelo baseado nas placas do Rio de Janeiro.

Figura 67 – Modelo de placa biográfica para Fortaleza.



O autor (2019).

Os projetos de requalificação no centro das cidades traz inúmeras discussões e também transformações nesta área que, muitas vezes, resume a história da própria cidade e, passaram muito tempo degradadas em vários aspectos, mas conseguiram atrair para esta porção da cidade uma infinidade de serviços exclusivos (SILVA, 1992; 2009). O Centro de Fortaleza, nos últimos anos, está sendo o foco de inúmeras alterações na sua infraestrutura, equipamentos, comércio, dentre outros, como é o caso do projeto Novo Centro (já mencionado). Assim sendo, estando no bojo de transformações seria importante a inserção de vários elementos neste conjunto de mudanças.

O conjunto de denominação deveria e deve ser mantido, uma vez que, um projeto para alterá-los seria uma reprodução de discursos pretéritos e a repetição de períodos e épocas totalmente diferente das estruturas atuais. O que deve ser feito é, antes de mais nada, um levantamento dos nomes de vias e demais logradouros e, posteriormente, um projeto de designação ou explicitação tal como o modelo proposto. Desta forma, não somente a forma da rua seria alterada (através

das reformas infraestruturais) como simbolicamente, pois ela se comunicaria com o lugar fixado e com o espaço onde está inserida.

### **5.3 Vou à rua, vou ao Centro, vou à cidade**

Observamos que o Centro de Fortaleza possui atrativos, inúmeros serviços e conta a história da cidade, do estado, do país e, porque não dizer, do mundo, uma vez que, ela fora o reflexo de acontecimentos externos que a fez ultrapassar a escala local e regional alcançando o patamar internacional. Esta porção da cidade encanta fortalezenses e turistas com suas histórias, monumentos, construções, ruas que guardam características da época em que foram concebidos e, por uma resistência, continuam existindo, enquanto que outros, não resistiram à ação do tempo e do homem.

Ao longo do tempo, Fortaleza colecionou e ainda coleciona apaixonados que expressam através da escrita o que sentem pela cidade que vivem. Memorialistas, cronistas, romancistas, jornalistas, biógrafos, historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, dentre tantos outros, registraram, nos mais diversos meios, o que viveram, as utopias, as nostalgias. Assim, reunimos alguns destes registros para demonstrar que o Centro é atemporal e, mesmo não sendo o mesmo de trinta, setenta, cem anos atrás continua inspirando e se renovando.

Reunimos jornais, crônicas, livros, prefácios e tantos outros como prova do amor à cidade e sua história evocados através de suas ruas, esquinas, construções, monumentos, memórias. Desta forma, enfatizamos a relação ínfima entre o sujeito perante à cidade e como ela se apresenta para ele e, embora, alguns sejam contemporâneos temporais, a capital se metamorfoseia a partir do olhar de cada um tornando-se várias Fortalezas.

#### **5.3.1 Crônicas e memórias sobre as ruas do Centro e da própria Fortaleza**

As crônicas e memórias fazem parte da história de qualquer cidade e Fortaleza torna-se a protagonista destes escritos. A figura do *flanêur* retorna neste último tópico para passear pela capital em vários tempos, uma vez que, os relatos

tornam-se atemporais à medida que nós fazemos um movimento *regressivo-progressivo* (LEFÈBVRE, 1981a).

Aderaldo (1974, p. 15) resume muito bem a relação entre vários autores com Fortaleza.

A capital do Ceará tem sido beneficiária da inteligência e das manifestações de ternura de vários homens de letras e historiadores, através de monografias que os anos futuros não relegarão ao esquecimento. Sem olvidar os títulos do notável morada-novense, são as demais **A Fortaleza em 1810**, da autoria de João Brígido, **Descrição da Cidade de Fortaleza**, de Antônio Bezerra, **Álbum de Fortaleza**, de Paulo Bezerra, **Coisas que o tempo levou**, de Raimundo de Menezes, **Fortaleza Velha**, de João Nogueira, **Fortaleza**, de Valdery Uchoa, **Cancioneiro de Fortaleza**, de Artur Eduardo Benevides, **A Praça do Ferreira**, de Abelardo F. Montenegro.

O autor do livro *História Abreviada de Fortaleza*, bastante utilizada como referência, aponta que estes são apenas uma parte da grande quantidade de amantes que Fortaleza conquistou. Lopes (2012, p. 26-27) também imprimiu seu saudosismo e revela, com detalhes, como era a Avenida Imperador na sua época.

Nos idos de 45, a avenida do Imperador era uma espécie de porta de entrada para o aristocrático bairro de Jacarecanga. Com suas largas calçadas, sua pavimentação de pedras toscas, seus frondosos e elegantes oitizeiros [...]. Na avenida do Imperador, ficam o Instituto São Luiz, as fábricas Progresso e Santa Elisa, uma loja maçônica, a Padaria Ideal, a Farmácia São Francisco, a Escola Doméstica São Raphael.

Aqui são evocadas as memórias do autor que apresenta uma realidade totalmente diferente dos dias atuais, sobretudo, por ser tratar de uma das vias mais movimentadas da cidade. Desta maneira, compreendemos toda uma contextualização ao percebemos o adjetivo aristocrata relacionado diretamente com o bairro Jacarecanga, ou seja, o processo de descentralização já havia acentuado a mudança de parte da elite para bairros como Jacarecanga, Benfica e, posteriormente, Aldeota.

Pordeus (1963, p. 335) aprofunda-se na história das ruas de Fortaleza e faz a seguinte declaração

Não podemos precisar a data exata em que teve início a nomenclatura dos logradouros públicos de Fortaleza. De suas atuais ruas, as únicas cujos nomes remontam à época da Colônia são as do Rosário, Pocinho e Governador Sampaio, datando a primeira dos fins do século XVIII e as duas últimas no ano de 1813.

Com isto, percebemos que estas três denominações atravessaram o tempo e perduram em seus respectivos lugares. Cada qual evoca uma memória a partir da carga simbólica que o nome traz, uma vez que, a do Rosário é a mais forte, pois ela é uma das igrejas mais antigas, se não for a mais antiga, detendo o poder religioso que vigorou por muitos anos no sistema político.

O modo como a cidade é vivida perpassa por elementos que, muitas vezes não está visível aos olhos, mas fazem parte do cotidiano daqueles que frequentam. Assim, a Fortaleza de outrora possuía inúmeras referências a denominações que só existiam no vocabulário daqueles que frequentavam certos lugares. Azevedo (1991, p. 31) afirma que

A linha da Estrada de Ferro Baturité (EFB) passava por aquela rua (atual, Avenida Tristão Gonçalves), tendo a primeira parada no cruzamento com *As Trincheiras* (rua Liberato Barroso), onde existiam batentes de madeira para facilitar a descida e subida de pessoas. Era conhecida como a *Parada do Chico Manuel*, porque lá morava o coronel Francisco Manuel Alves.

Assim, as denominações possuem papel fundamental na leitura da cidade a partir da subjetividade, pois cada cidadão tem uma relação individual influenciando no tipo de relacionamento. Aderaldo (1958, p. 272-274) a partir das crônicas de João Nogueira, nos conta um pouco sobre a rua Formosa, hoje Barão do Rio Branco.

Primeiro quarteirão compreendido entre as ruas Liberato Barroso e Pedro Pereira, lado da sombra, apenas registrou João Nogueira o seguinte: *Hotel Astória*. No antigo sobrado hoje reformado onde morava o negociante português João Antônio do Amaral, com loja de ferragem no andar térreo. Nº 1.172. Centro de Retalhistas. Sobrado onde morava o Dr. Manuel Moreira da Rocha. Nº 1.200. Tribunal da Relação [...]. Nº 1.140- Sobrado atualmente reformado, com duas portas para a rua Barão do Rio Branco e diversas para a rua Liberato Barroso, onde se acha instalado nos altos, o *Astória Hotel*, e nos baixos, secção de esquina, até há pouco tempo, o restaurante do mesmo hotel, franqueado ao público em geral, e atualmente a mercearia *Casa Astória*. O restante de baixos (frente a rua Liberato Barroso) aloja pequenas casas de comércio, como charutaria (s.n.), relojarias (nº 165, 183 e 197), esta última pertencente a um antigo companheiro meu da Praça do Carmo, nos idos de mil novecentos e trinta e poucos, o Pedro, bar (n. 175), alfaiataria (n. 179), barbearia (n. 187), dentista (n. 193), fotografia (n. 203), lojas de fazendas (n. 207), lojas de molduras (n. 213), armazéns de gêneros (n. 217) e mercearia (n. 221).

Neste pequeno trecho é possível compreendermos como os cronistas descreviam a cidade a partir de suas vias: tipos de comércio, construções, para que ele pudesse obter um panorama acerca dos trechos estudados. Lugares são

inesquecíveis para aqueles que preservam na memória alguns destes que já não estão mais presentes na paisagem. Brasileiro (2002, p. 371-374) nos conta acerca.

#### **Restaurante Lido**

Hoje, Edifício Lido, de bom nível, construído pela Dias Branco, foi ótimo quando abriu, o próprio dono, o francês Charles Dell'Eve, ia orientando ou mesmo fazendo a comida, com a construção do galpão foi decaindo e, no final, a sociedade já estava totalmente afastada de lá [...].

#### **Boate Alabama**

Ficava ali na parte mais ribeirinha da Barão de Studart, onde hoje se ergue o Esplanada. Nunca foi um lugar elegante, mas em seus primeiros anos (de 55, quando abriu, até o final da década) era frequentável, o dono Francisco Pompeu Braga muito zeloso e tinha música ao vivo até mesmo aos domingos. No final, virou um puteiro.

A refuncionalização de espaços e áreas é sempre motivo de embates e discussões acerca da sua real aplicabilidade ou solução de problemas. No caso de Fortaleza, o Centro passa por um processo de requalificação que perpassa por edifícios que já abrigaram sedes de empresas e bancos e agora estão vazios. Ficção e realidade andam paralelas no espaço urbano e fazem parte do processo de construção, uma vez que, a cidade aparece como cenário para o romance *A Afilhada* (Manoel Oliveira Paiva), cuja descrição é feita por Campos (1996, p. 11)

...pelos indicativos que apresenta de ruas e praças nomeadas, pelas manifestações de religiosidade e lazer da comunidade provinciana, sugere a vivência de sua cidade pelos anos vizinhos a 1870. Em alguns momentos o romance harmoniza-se com a fase de valorização da urbe (coincidente com a dos anos oitenta) em que se deram efetivas melhorias arquitetônicas e de serviços, como possível presumir do que relata Lucas, um de seus personagens: *Além do calçamento, do encanamento de água, de iluminação a gás – contava nos dedos -, do Palácio da Assembléia, de um novo sistema de carroças, das casas pela marca da Câmara, temos pianos em todas as salas, a instrução do belo sexo.* (PAIVA, 1993, p. 36).

Do mesmo modo encontramos uma caracterização de logradouro a partir de um romance, no caso, a rua do trilho de *A Normalista*, de Adolfo Caminha que mostra os tabus da sociedade fortalezense em pleno final do século XIX.

João Maciel da Mata Gadelha, conhecido em Fortaleza por João da Mata, habitava, há anos, no Trilho, uma casinhola de porta e janela, cor de açafião, com a frente encardida pela fuligem das locomotivas que diariamente cruzavam defronte, e de onde se avistava a Estação da linha férrea de Baturité (CAMINHA, 1985).

Desta forma, temos uma caracterização do lugar a partir de seus elementos mais visíveis: construções mais importantes, nomes de ruas, obras

públicas relacionando diretamente com os eventos que a cidade passou ao longo de sua formação. Os logradouros (in)visíveis também fazem parte da evocação à Fortaleza, uma vez que, mesmo não sendo perceptíveis num primeiro momento expressam a essência dos logradouros: beco, rua, largo, praça, entre outros.

Silva (2010, s.n.) nos apresenta o famoso *Beco do alho* conhecido por todos, mas importante para a Toponímia, uma vez que, ele também possui as marcas que a cidade materializou em sua forma.

A cidade tem que ser vivida, descoberta no cotidiano de seus cidadãos. Quando mal estruturada e desigual não facilita e nem permite uma relação de intimidade com seus habitantes. Em Fortaleza as pessoas parecem aprisionadas de uma rotina repetitiva e exaustiva. Casa, trabalho, escola e compras parecem completar o ciclo cotidiano. Como destruir essas amarras? De que forma descobrir recantos da capital cearense? Não se trata de um programa exclusivo. Tenho certeza que o turista gostaria de conhecer a cidade na perspectiva de seu modo de vida, buscando apreender seus principais traços, especialmente, aqueles mais marcantes e às vezes, totalmente desconhecidos. Uma cidade completa costuma ter lugares inusitados capazes de surpreender. Fortaleza em sua diversidade tem muito que mostrar, variando de recantos aprazíveis a outros, aparentemente, não identificáveis, de imediato.

O beco como logradouro público é pouco conhecido na Fortaleza formal. Está mais presente nas favelas e loteamentos clandestinos. Entretanto, em plena área central, alguns são famosos, mesmo que pouco frequentados. Para mim, o Beco do Alho é o mais intrigante por sua forma e configuração. É nele que descubro uma cidade escondida, um pouco mágica com seu percurso sinuoso, portas, passagens estreitas. Impossível não se sentir seguido ou espreitado quando atravessamos os becos.

O Centro de Fortaleza guarda nos becos vestígios de territórios de desenho medieval, algo estranho para uma cidade moderna que se firmou com seu traçado em forma de xadrez com avenidas largas concebidas no plano de Adolpho Herbster, nos idos de 1875. O visitante não pode imaginar que em Fortaleza tenha esses pedaços urbanos que escondem mistérios. O Beco do Alho está ali, entre a Rua Conde D-Eu, onde, uma porta comercial como todas as outras, nega, praticamente, sua presença. Na outra extremidade, a Rua Governador Sampaio, a do tradicional comércio atacadista de Fortaleza. No conjunto com o Mercado São José, esse setor da cidade assentado sobre um afluente do Pajeú, denuncia em sua topografia, as inclinações do terreno quando fazemos todo o percurso. Pequeno e ao mesmo tempo cheio de mistérios, o Beco do Alho tem algo de labiríntico, comum nos lugares singulares, que insistem em manter suas peculiaridades.

São muitas as campanhas orientadas no sentido de transferir o comércio atacadista do centro da cidade. Trata-se de movimentos que se apoiam no argumento do difícil transbordo de cargas daquela área. Sem dúvida nenhuma, é inusitado verificar o número de carretas que trafegam com dificuldade na estreita rua e em suas imediações. Ali vemos carregadores com seus carrinhos e outros que pegam enormes sacas cheias de cereais ou caixas de mercadorias, carregando ou descarregando, enchendo ou esvaziando galpões estreitos e profundos. A sonoridade marca o lugar. É

diferente. Ecoam os gritos desses trabalhadores cumprimentando seus companheiros ou pedindo passagem. Abrem caminho empurrando os sacos sobre os transeuntes desavisados, observadores ocasionais desatentos que atrapalham a faina diária desses homens ágeis e musculosos. Em plena rua, pessoas simples catam as perdas dos pesados sacos. Buscam garantir a ração mínima.

No Beco do Alho é sempre inusitado o transcurso dos que tentam vencer a fricção da distância entre a Rua Conde D'Eu e a Governador Sampaio. Numa direção, saímos num barzinho e por uma de suas portas, o resto do caminho. Vendedores ambulantes oferecem seus produtos. Além do Beco a cidade esconde suas entranhas, seus segredos, porções aparentemente amorfas e anônimas que se negam ao grande público. Indiferente à cidade aberta e escancarada, exposta a todos e aos turistas, aquela Fortaleza minúscula se guarda, se protege, negando as inovações tecnológicas. Vale a pena ver o Beco. Constatar que a Fortaleza metropolitana não conseguiu apagar seus lugares mais recônditos. Que a cidade das praias e das alegres noites tem outros encantos, dependendo de gostos e desejos.

É importante visitarmos estes tipos de logradouros, pois eles nos revelam parte da história que os demais não refletem, ou seja, as vias que são relegadas tendem a preservar parte da história e memória com mais fluidez do que aquelas que estão em constante mudança. Desta forma, Silva (2010) nos traz a essência dos logradouros, tanto quanto a rua se manifesta para João do Rio. Uma leitura microgeográfica pode nos fornecer elementos na escala macro devido ao seu nível de detalhes.

De uma forma resumida, COSTA (1995, p. 17-18) demonstra o que vários autores já mencionaram: seu amor por Fortaleza. Apesar de seus problemas, ela continua inspirando e esta passagem bastante interessante do autor nos faz compreender esta relação.

Fortaleza é cidade de dois amores. É desposada do sol e do mar. O sol a aquece, a ilumina, lhe garante o ar saudável e o moreno de suas mulheres. O mar geralmente verde, como o viu Alencar, dum verde cada vez mais bonito, quando não é azul. Suas águas são mornas, de uma tepidez uterina. O mar, em Fortaleza, é de paz, é apenas para nos abraçar, nos afagar, depois do que se desfaz, na areia, numa festa de brancas espumas. O oceano é ali como a gente que beija e banha, só hospitalidade. Assim, nos acolhe entre seus tesouros de esmeralda, até nos restituir à fofura da areia da praia.

Pra mim, é sempre doce revisitar Fortaleza, entregar-me, sem sustos nem cuidados, aos braços da cidade amada, percorrer, sem pressa, suas ruas, praças e avenidas, rever as casas em que morei, os lugares em que trabalhei, a fisionomia acolhedora dos amigos, ir às suas festas, participar da frenética sede de viver de sua gente.

Ainda sobre esta Fortaleza, Costa (1995, p. 125) estreita seus laços com o Centro da capital.

O mais importante, porém, vem agora. Adoro rever Fortaleza onde faz parte do meu passado. Sou aquele cara nostálgico que estando ali, vai todos os dias, à Praça do Ferreira, atrás não sei mais o quê. Que compra jornais no Bondinho. Que procura, em vão, amigos e conhecidos.

O centro é outro, a cidade é outra, eu mesmo sou diferente. Já não sou aquele adolescente, *foca* da *Gazeta de Notícias* que depois da aula na Escola de Comércio Carlos Carvalho, do trabalho no jornal, ia conversar junto à Coluna da Hora, lancha no Abrigo Central. Por isso quase não encontro ninguém. Sigo, à procura de uma Fortaleza, que só existe em minha saudade, de personagens que não mais frequentam o centro porque envelheceram, não saem mais de casa. Não têm mais o que fazer ali. Insisto, porém, em reencontrar a cidade perdida nos desvãos da memória.

Aprofundando e descobrindo a essência dos lugares, o sujeito se torna cada vez mais parte do espaço em que está inserido. Embora, a (re)produção do espaço urbano (CARLOS, 1994) interfira direta ou indiretamente nesta relação, quando nos deparamos com estas memórias percebemos que é possível manter certas relações sociais e, a partir de uma leitura crítica de aspectos materiais e imateriais, montamos um quebra-cabeças de memórias que constroem a relação de identidade envolta de sentimentos. Para concluirmos este capítulo um poema que evoca todas as sensações acerca da rua é apresentada de forma sutil e nostálgica.

#### RUA DA SAUDADE

Gosto de passear  
pela rua da saudade!  
(É tão diferente  
das ruas da cidade)!  
Por ela não trafegam carros,  
nem se ouvem apitos  
estridentes  
de estranha gente!

A rua da saudade  
é calma,  
não é triste  
nem alegre!

É uma rua comprida  
e ladrilhada,  
de cor amarela,  
que se vai tornando mais longa,  
à medida em que se envelhece!

É sempre bom andar  
sobre suas pedras!

II

Na Rua da Saudade  
os amigos sempre estão  
à nossa espera!...

Hoje, costumo visitar  
 essa rua singela,  
 repleta de gestos  
 e de acenos,  
 que vêm dos longes da infância  
 e da adolescência!

Quanto mais velhos,  
 mais gostamos  
 de visitar-lhe  
 os paços!

O endereço  
 não consta dos catálogos,  
 nem é citado nas colunas sociais!

A Rua da Saudade  
 é rua particular,  
 diferente  
 onde nem todos  
 têm entrada,  
 livremente!

...nela estão guardadas  
 todas as lembranças,  
 mirando-nos  
 independentemente  
 do passar dos anos!

### III

Na Rua da Saudade  
 ouvem-se violões  
 em serenata!

Há uma coluna na praça  
 e flores no jardim...  
 recendem pelo ar,  
 cheiros caseiros,  
 de jasmin,  
 e de rosedá...

Eduardo Pontes.

Portanto, a partir da miscelânea de sentimentos e sensações, cada um dos autores retratou a mesma cidade, embora em tempos e contextos diferentes, apreendendo elementos que lhe eram mais afeitos. Suas memórias estão eternizadas através das palavras e o centro da cidade torna-se cada vez mais vivo. Vivo de espírito, pois sempre será lembrado e suas ruas fazem parte desta construção de identidade entre os fortalezenses e a área central.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Fortaleza é o reflexo da cidade e nos permite fazer uma leitura do espaço urbano a partir dos conceitos geográficos relacionando-os com os estudos acerca da Toponímia. Sua dinâmica é o resultado de processos que aconteceram no passado e transformaram a capital na morfologia em que se encontra atualmente. Os topônimos presentes na área central nos mostra que a miscelânea entre eventos internos e externos em diferentes escalas, sejam elas espaciais ou temporais, revela a diversidade na forma de nomear lugares. Para além do Centro, é necessário expandir este tipo de estudo para que possamos fazer um panorama sobre como o espaço urbano é (re)produzido nas suas mais diversas formas. O diálogo criado entre a Geografia e outras ciências proporciona uma ampliação do conhecimento reunindo elementos que nos faça compreender os processos de uma maneira clara e objetiva.

Muitos dos assuntos aqui tratados foram analisados superficialmente, uma vez que, precisaria de um tempo maior para o seu aprofundamento, mas pode ser interpretado como entradas para outros estudos acerca. Para cada período que fora retratado poderia escrever uma dissertação diante da quantidade de informações apuradas e documentos levantados ao longo da pesquisa, enfatizando que, podemos ampliar o nosso olhar sobre o espaço e fazer inúmeras leituras, recortes e olhares sobre os processos que agem e incidem sobre ele.

Para além da catalogação, temos que compreender que fazemos parte da cidade e, sem uma identificação com os lugares o seu sentido torna-se vazio, distante, como se existissem duas cidades: uma conhecida por seus logradouros famosos e outra pela inexistência ou falta de interesse sobre os demais. É nesta perspectiva que devemos nos permitir a conhecer a história de nossa própria cidade, uma vez que, como já dissemos, fazemos parte dela e dos processos que a modificam, alteram, mudam a sua configuração constantemente.

A força do nome reflete o poder de uma pessoa, uma família, um grupo e revela o modo como a cidade é gerida, sendo ela o reflexo do bairro, do quarteirão, da rua. Sim. Por um estar contido no outro, o que acontece em uma microescala pode se manifestar numa macro e vice-versa, pois as dimensões habitam num mesmo espaço e elas podem se manifestar a partir de processos e ações que, ao

serem rompidos, desestruturados, redefinidos, perdem parte de sua essência e de um significado

A melhor forma de organizar a cidade no sentido toponímico é fazer um levantamento dessas denominações, sejam elas oficiais ou não-oficiais, pois estas podem se tornar oficiais e as que já existem, mas possuem inúmeros problemas como repetição podem ser substituídas, havendo uma consulta prévia com a comunidade e, também, uma profunda pesquisa a fim de levantar nomes de pessoas das mais diversas áreas ao longo de três séculos que contribuíram para o Ceará e Fortaleza desenvolverem-se.

Para além do apadrinhamento político no qual a bajulação prevalece e determina onde cada nome será implantado, devemos compreender o contexto local para não haver uma sobreposição de memórias que acontece nos bairros onde certas famílias influentes tendem a nomear a bel-prazer. Temos que concordar que, algumas alterações são condizentes, sendo que, cada caso é um caso e deve ser consultado, averiguado e, com o consentimento de todos, aprovado e oficializado.

Não há como mudar o passado e os fatos que aconteceram, porém há uma linha tênue entre homenagem e aproveitamento, ou seja, valer-se de um momento de fragilidade em prol de benefício próprio, movendo as peças da cidade e alterando as suas posições, no caso, os nomes que vão e vem e nomeiam mais do que lugares, dão vida e trazem características particulares.

É desta forma que os agentes atuam sobre a cidade, num constante vai-e-vem de interesses e poderes que (re)produzem uma Fortaleza para uns e segregando os demais. As ruas são democráticas e aderem a tendências de diversas origens, pois, como já explicitamos, é nela onde a cidade pode ser vista na sua mais pura forma de ser. Pouco a pouco a sua característica pública fora sendo engolida pelo privado/particular, como os condomínios fechados, verdadeiras fortalezas que *renegam* a cidade propriamente dita ao recriar um ambiente semelhante ao de um lugar aberto, livre.

Os *Shopping Centers* com seus passeios, alamedas, fontes, bancos, *praças*, tentam também reproduzir os logradouros encontrados na cidade, num recinto que controla os sentidos de apreensão do real através de um sistema de iluminação que nos tira a ideia de tempo, ao contrário de áreas como o Centro com relógio, área aberta e os horários de abertura e fechamento de lojas. Nos shoppings, o ritmo é outro, longe do *frenesi* alucinante das ruas do Centro, e com uma dinâmica

diferente. Porém, ao contrário das ruas que são democráticas, esses lugares, apesar de serem fisicamente coletivos, ou seja, podendo entrar e sair, é restrito no aspecto social, de modo que, o comportamento torna-se obrigatório.

Não há vendedores ambulantes falando alto e vendendo produtos mais baratos que as lojas, buzinas e sirenes em constante atividade, trabalhadores que descarregam as mercadorias, uma variação musical em todos os seus gêneros, pois é tudo mascarado por vitrines, ambientes limpos, *seguros*, que nos faz refletir o quanto é complexa a relação entre um lugar dentro da cidade em que sentimos seguros cujo objetivo é reproduzir uma parte da cidade dentro de um ambiente fechado, mas um ambiente exclusivo sem os problemas reais da cidade.

O lugar é parte fundamental para a construção de uma identidade, baseado numa memória, muitas vezes apagada por forças maiores, sendo as mesmas que modificam a estrutura da cidade e a transforma num tabuleiro de xadrez no qual as peças são movimentadas com base nos interesses de agentes que atuam no espaço. O ato de nomear lugares simboliza não somente uma alteração física através das placas, mas revela todo um discurso de poder que ultrapassa os limites do subjetivo e o materializa como forma de imprimir no espaço um olhar sobre a cidade e como ela é construída. As ruas são parte essencial da urbe, uma vez que, é nela onde tudo acontece, tudo passa, tudo revela e constata através da sua forma a função que a capital exerce e sua essência é descoberta por meio de memórias e crônicas que nos adverte o complexo vínculo que há entre a localização da rua no espaço e seu significado dentro do contexto urbano. Este foi apenas um dos olhares acerca dos logradouros no Centro de Fortaleza, de modo que, ela poderia ser abordada de diversas formas. Os outros, deixamos para futuros trabalhos que versem outras perspectivas e apresentam novos elementos.

O Centro continuará sendo o centro da cidade, o centro das atrações, centro de diversos serviços, centro de debates acerca da própria cidade, ponto central onde centenas de linhas de ônibus possuem seu ponto final, onde passa o metrô, onde ferve em datas comemorativas, local de inúmeras festas, centro das manifestações e suas ruas servem como artérias onde fluem mercadorias e informações e que dinamiza a cidade como forma de mostrar o quão está vivo e sempre estará.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida Abreu. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro - Séculos XVI e XVII. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. X, n. 218, 2006.
- ABREU, Maurício de Almeida Abreu. Sobre a memória das cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 19-40.
- ADERALDO, Mozart Soriano. Crônica sobre um trecho da cidade. **Revista Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. XCII, p. 272-286, 1958.
- ADERALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1974.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares situações, monumentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- ALBUQUERQUE, Ana Maria de. **Território em disputa: a formação territorial do Ceará entre os anos de 1750-1850**. *In*: Congresso Iberoamericano de estudios territoriales y ambientales. São Paulo: USP, 2014, p. 1993-2007.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos; NUNES, Verônica Ramalho. Cultura e identidade no estudo dos nomes dos lugares. **Revista GTLex**. Uberlândia, Vol. 1, n. 1, 2015.
- ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. **Controle e expansão - códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pelotas-RS, 2016. 199p.
- ANDRADE, Margarida Julia Farias de Sales. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012. 290p.
- AMADO, Ana Elisabete Martinho. **A “Rua Direita” nas cidades portuguesas**. Leitura Tipo-Morfológica do elemento urbano. Dissertação (mestrado) – Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, 2012.
- ARAGÃO, Solange de. A cidade brasileira e a casa no século XIX. *In*: **Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 37-78.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958 (2ª ed).

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEAL, Adelita Neto. O processo de metropolização de Fortaleza: uma interpretação pela migração. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, Vol. 5, nº 94, 2001.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994. - (Coleção Travessia do Século).

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). **Fortaleza de ontem e de hoje**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1991.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**: roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**: Reminiscências. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

BATISTA, Patrícia de Oliveira. **A toponímia cearense no século XIX**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2011. 143 p.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. 6 ed. Trad. e notas Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENEDITO, Francisco. **Caminhando por Fortaleza**. Fortaleza: Destak – Gráfica e Editora, 1999.

BENJAMIN, Walter. Rua de Mão Única. In: **Obras escolhidas**. Trad. R. Rodrigues, Torres Filho e J. C. Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 3ª reimpressão, 2000.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. Avenida Presidente Vargas: narrativas históricas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, 2016, p. 109-132.

BRASIL. **Lei nº. 7.897**, de 23 de novembro de 1996. Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Fortaleza, 1996.

BRASILEIRO, Lúcio. Fortaleza que eu vi. In: CHAVES, Gilmar (org.). **Ceará de corpo e alma**: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição** / Ministério da Justiça. n. 1. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRÍGIDO, João. **A Fortaleza em 1810**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará / Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979.

BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de. **Fortaleza**: uma breve história. Fortaleza: INESP, 2011.

CABRAL, Luciana Francisca. A rua no imaginário social. Scripta Nova - **Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona (Espanha), Vol. IX, n. 194, 2005.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. 8. ed. Sao Paulo: Ática, 1985. 136p. (Serie bom livro).

CAMPOS, Eduardo. **Fortaleza Provincial**: rural e urbana (introdução ao estudo dos códigos de postura de 1835, 1865, 1870 e 1879). Fortaleza: Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto, 1988.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Fatos e documentos do Ceará Provincial**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. (Ana Fani Alessandri). **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARREIRA, Adélia Maria Caldas. **Lisboa de 1731 a 1833**: da desordem à ordem urbana no espaço. Tese (Doutorado em História da Arte) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012, 465p.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. **Aplicações da teoria dos signos na Onomástica**. Revista Língua e Literatura, São Paulo, n.27, p. 301-311, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia Urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários. In: FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **A administração Lúcio Alcântara Março 79 / Maio 82**. Fortaleza: Gráfica Industrial S/A - GRAFISA, 1982.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. CXI, 1997, p. 7-79.

CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. CXIX, 2005, p. 107-153.

CAVALCANTI, Débora de Barros. **La rue de l'habitat populaire et ses formes d'appropriation**. Faculté des Sciences Appliquées - Unité d'Architecture. Louvain-la-Neuve: Université de Louvain, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano: Notas teóricas-metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, n. 21, p. 101-103, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. O meio ambiente e a metrópole. In: **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço metropolitano e sua dinâmica. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 171-180, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias geográficas**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **Aurora Geography Journal**, Braga (Portugal), v. 1, n. 1, p. 11-19, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e tempo: um tributo a Maurício de Abreu. **Revista Cidades**, São Paulo, v.8, n. 14, p. 597-607, 2011.

COSTA, Ester. *et al.* Metamorfoses do espaço público: a relação entre território e política na história da praça de Casa Forte. **Revista Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 22, p. 246-256, 2006.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**: o caso de Diamantina (MG). Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, 281p.

COSTA, Lustosa da. **Louvação de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 1995.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Expansão da infraestrutura urbana e dos serviços públicos em Fortaleza (Brasil), na virada do século XIX**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, p. 3765-3781, 2005.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Capítulos de Geografia histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2017.

COSTA, Otávio José Lemos. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**. UERJ, Rio de Janeiro, n. 15, p. 33-40, 2003.

COSTA, Otávio José Lemos. A imaginação geográfica e as representações dos lugares sagrados. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 48-60, 2012.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. **Praças de Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990.

CURVELO, Heloísa Reis. **Topônimos maranhenses**: testemunhos de um passado ainda presente. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. 282 f.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher, e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA SILVA NETO, Francisco Secundo; ACSELRAD, Marcio. A identidade cultural em tempos liquefeitos: o 'Ceará moleque e a contemporaneidade?'. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 72-83, 2009.

DEELY, John. **Semiótica Básica**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. **Revista História**, Londrina, v. 6, p. 103-120, 2000.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O sistema toponímico brasileiro. **Revista Língua e Literatura**, São Paulo, v. 5, p. 311-320, 1976.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1996.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O Sistema Onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 79-90.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Redes de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs.). **As ciências do léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004, p. 121-130.

DIÈGUES JUNIOR, Manoel. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

DRUMOND, Carlos. **Contribuição do Bororó à Toponímia Brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (USP), 1965.

D'ANGELO, Martha. **A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin**. Estudos avançados, São Paulo, v.20, n.56, pp.237-250, 2006.

ESTEVAM, Karine Ribeiro. **Códigos de posturas e ordenamento do espaço urbano e da sociedade de Fortaleza no século XIX**. Dissertação (Mestrado em

Geografia) – Universidade Federal do Ceará (Centro de Ciências). Fortaleza, 2018. 193p.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha D'Água (online)**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157, 2014.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 2ª reimpressão. 6ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FARIAS, José Almir. **O Plano Moderno e a morfologia do traçado**: Narrativa sobre um Traçado de Xadrez que aprisiona o discurso do projeto social. Anais do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (X SHCU). Recife, 2008.

FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antônio Augusto. **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 186-207.

FONSECA, Paulino Nogueira Borges da. A vida de Antônio Rodrigues Ferreira. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. I, p. 13-51, 1887.

FORTALEZA tem mais de 8 mil ruas sem denominação oficial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 2019. Caderno Política, p. 19. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/fortaleza-tem-mais-de-8-mil-ruas-sem-denominacao-oficial-1.2074795>. Acesso em: 20 maio 2019.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Código de Posturas do Município de Fortaleza**. Decreto nº 70, de 13 de dezembro de 1932.

FORTALEZA. **A administração Lúcio Alcântara Março 79 / Maio 82**. Fortaleza: Gráfica Industrial S/A - GRAFISA, 1982.

FORTALEZA. Lei complementar, nº 109, de 15 de junho de 2012. Regulamenta a denominação de bairros, praças, vias e demais logradouros públicos no município de Fortaleza, na forma que indica e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Fortaleza, 26 de junho de 2012, Art. 36, Inciso V da Lei Orgânica do município.

FONTES, Eduardo. **Rua da Saudade** (Poesia). Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998 (Coleção Alagadiço Novo).

GASTAL, Susana. **Alegorias Urbanas**: o passado como subterfúgio. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.

GIEDION, Sieggried. **Espacio, tiempo y arquitectura** (el futuro de una nueva tradición). 2. ed. Barcelona: Holpi, 1958.

GIRÃO, Raimundo. **Vocabulário Popular Cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1967.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1979.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Imprensa Universitária (Coleção José de Alencar), 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista e implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do “Siará Grande”. *In*: SOUSA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989 (p. 23-41).

GLÉNISSON, Jean. Um emigrante francês no Brasil: Jean-Étienne Seraine (1827-1854). **Revista de História**, São Paulo, n. 46, p. 445-474, 1961.

GOMES, Fábio Cantizani. Direito à memória e à verdade e a alteração de nomes de logradouros públicos que homenageiam representantes da ditadura militar. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**. Franca, SP, V. 12, n. 1, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HORNBECK, D.; EARLE, C.; RODRIGUE, C. M. The Way We Were: Developments (and Redeployment) of the Time in Human Geography. *In*: EARLE, C.; MATHEWSON, K.; KENZER, M. (Org.). **Concepts in Human Geography**. Laham: Rowman and Littlefield, 1995, p. 36-61.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Urbanização do Ceará Setecentista, as vilas de N. S. da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da Urbanização no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 512p.

KOSTER, Henry; Tradução e Notas de Luiz da Câmara Cascudo. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo, SP: Cia. Ed. Nacional, 1942. 595 p. (Bibliotheca Pedagógica Brasileira; Brasiliana ; 221).

LANDAU, Bernard. La fabrication des rues de Paris au XIXe siècle: Un territoire d'innovation technique et politique. *In*: **Les Annales de la recherche urbaine**, N°57-58, 1992. Espaces publics en villes. pp. 24-45.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEDRUT, Raymond. **Sociologia Urbana**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1971.

LEFÈBVRE, Henri. Perspectivas de Sociologia rural. *In*: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à Sociologia rural**. 1ª ed. 1953. Trad. Cynthia A. Sarti e Solange Padilha. São Paulo: Hucitec, 1981a. p. 13-177.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1991.

LEFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonia. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIMA, Cláudio Ferreira. **A construção do Ceará**: Temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LIMA, Paulo César Cunha. **A produção do espaço na cidade de Fortaleza/CE**: uma análise das ações, políticas e planos diretores. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Instituto de Geociências e Ciências Exatas). Rio Claro, SP: 2013. 122p.

LIRA, José Tavares Correia de. Freguesias morais e geometria do espaço urbano. O léxico das divisões e a história da cidade do Recife. *In*: BRESCIANI, Maria Stella. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 157-212.

LOPES, Marciano. **Beco da Apertada Hora e outros becos**: travessas, ruas e boulevards da Fortaleza antiga. Fortaleza: Edições Livro Técnico/Premius Editora, 2001.

LOPES, Marciano. **Royal Briar, a Fortaleza dos anos 40**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

LYONS, John. **Novos horizontes em Linguística**. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1976;

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do território. *In*: JANCSÓ, István. **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. – São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 285-296.

MATOS, Fábio de Oliveira. **A cidade de papel**: fotografia e cartografia na formação do espaço litorâneo de Fortaleza-Ceará. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará (Centro de Ciências e Tecnologia). Fortaleza, 2009. 210p.

MERLIN, P.; CHOAY, F. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris, PUF, 1988.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

MONET, Jérôme. Semiologia de los espacios políticos em la ciudad de México. *In*: DELGADO, J. (org.) **Câmbios territoriales em México**. México-DF: UAM-Xochimilco, 1991.

MONTESUMA, Francisca Gomes; FÉ, Andréia Barros Moura; GOMES, Sílvia Cristina Costa. Saúde pública: uma sistematização histórica. **Cadernos ESP – Revista Científica da Escola de Saúde Pública do estado do Ceará**. v. 2, n. 1. Fortaleza-CE, 2006.

NOGUEIRA, João. Iluminação Pública de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. LIII, p. 141-146, 1939.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha: Crônicas**. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.

NOLASCO, Caio; FREITAS, Roberta; BATISTA, Tomás. O planejamento urbano e a consagração da rua. **Revista Eclética**, Rio de Janeiro, n. 24, 2007, p. 47-51.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações: ensaios de História e Historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, José de Arimatéia Vitoriano de. **Tempo moderno conforme narrativa ou a memória, a crônica, a história, o cotidiano**: Fortaleza nas décadas iniciais do século XX. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades. Fortaleza, 2010. 224p.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. O Ceará e seus limites. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. LI, p. 201-245, 1937.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. *In*: SOUSA, Simone de. *et al.* **Uma nova história do Ceará**. 2. ed, rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

OUTRO ARAMAC (João Brígido). Fortaleza de 1845. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. LXXII, p. 230-256, 1958.

PAIVA, Manuel Oliveira. **A Afilhada**. Introdução e pesquisa bibliográfica de Rolando Morel Pinto. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, 424 p.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador) / Eloísa Petti Pinheiro.** – 2 ed. – Salvador: EDUFBA, 2011.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820).** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PLAIN URBAIN. **Espaces Publics.** Paris, La Documentation Française, 1991.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930.** 5. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

PORDEUS, Ismael. Fortaleza – Casas e ruas numeradas. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza, t. LXXVII, p. 335-352, 1963.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A respeito da morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. **Revista Acta Scientiarum. Technology.** Maringá, PR, v. 33, n. 2, 123-127, 2011.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROCHA, Lourdes Bertol. **O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados.** Iheus, BA: Editus, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Lar, doce lar...** Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1985.

ROMANCINI, Sônia Regina. Novas formas de habitat humano em Cuiabá (MT): os condomínios fechados. **ACTA Geográfica,** Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011, p. 135-149.

ROMANCINI, Sônia Regina. A natureza da cidade: verticalização no entorno do Parque Mãe Bonifácia em Cuiabá (MT). *In:* HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (organizadores). **Maneira de ler: geografia e cultura.** Porto Alegre: Imprensa Livre / Compasso Lugar Cultura, 2013.

RONCAYOLO, Marcel. **La ciudad.** Tradução de Beatriz E. Anastasi de Lonne. Barcelona: Paidós, 1988.

RONCAYOLO, Marcel. **Mutações do Espaço Urbano: a nova estrutura da Paris Haussmanniana.** Projeto História, São Paulo, v. 18, p. 91-96, 1999.

ROSSINI, Diva de Mello; TRICÁRICO, Luciano Torres; TOMELIN, Carlos Alberto. **O Português Centro Histórico de São Francisco do Sul (BR): um atributo para o turismo cultural.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 110-125, 2016.

SALDANHA, Nelson; **O Jardim e a Praça: o privado e o público na vida social e histórica.** São Paulo: EdUSP, 1993.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. 1901.

SAPIR, Edward. **Le langage**. Introduction à l'étude de la parole. Traduit de l'anglais par S. M. Guillemin. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1921.

SAPIR, Edward. **Linguistique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. – Niterói: Universidade Federal Fluminense: EdUFF. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4. Ed. 9. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. – (Coleção Milton Santos).

SEEMANN, Jörn. Toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Revista Vivência**, São Paulo, n. 29, p. 207-224, 2005.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, José Borzacchiello da. **Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da. Reinventando Fortaleza: O saber geográfico e outros saberes na interpretação da cidade. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, José Borzacchiello da. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SILVA, José Borzacchiello da. Fortaleza, mar e sertão. *In*: CHAVES, Gilmar (org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Fortaleza: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002.

SILVA, José Borzacchiello da. Vivendo a cidade: o caso de Fortaleza. *In*: VASCONCELOS, José Gerardo. **Coisas de cidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

SILVA, José Borzacchiello da. Fortaleza, a metrópole sertaneja no litoral. *In*: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SILVA, José Borzacchiello da. A Região Metropolitana de Fortaleza. *In*: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, José Borzacchiello da. Formação Socioterritorial Urbana. *In*: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **De cidade à metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. Becos da cidade. **O Povo**, Fortaleza, 8 maio 2010. Opinião. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2010/05/08/noticiasjornalopiniao,981604/becos-da-cidade.shtml>. Acesso em: 4 jun. 2019.

SILVA, José Pereira da. Elementos da terminologia Toponímica. **Cadernos do CNLF**, vol. XXI, n. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2017. p. 691-701.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Humor, vergonha e decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. A “Phenix Caixeiral” (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza. **Revista Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo CXXII, 2008, p. 9-44.

SILVEIRA, Maria Laura. Um país, uma região. Fim de século e modernidade na Argentina. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6, 1999.

SOUZA, Célia Ferraz de. O sentido das palavras nas ruas da cidade: Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público). *In*: BRESCIANI, Maria Stella. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 137-156.

SOUZA, Maria Salete de. Análise da estrutura urbana. *In*: SILVA, José Borzacchiello da. *et al.* **De cidade à metrópole**: (Trans)formações Urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SOUZA, Simone de. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. *In*: SOUZA, Simone de. *et al.* **Uma nova história do Ceará**. 2ª. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

STUDART, Guilherme. Geographia do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, t. XXXVII, 1923, p. 160-384.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Datas e factos para a história do Ceará**. Edição fac-sim. - Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, 374p. Tomo II (Biblioteca Básica Cearense).

SUDEC (Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará). **Estruturação do espaço urbano e regional no Ceará**: uma abordagem histórica. Fortaleza: 1975. Mimeografado.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: Ed. UFRN, 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. *In*: CASTRO, Iná Elias de; Paulo César da Costa GOMES; Roberto Lobato CORRÊA (org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. – 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Questões metodológicas da Geografia Urbana Histórica**. GeoTextos, vol.,5, n. 2, p. 147-157, 2009.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Cidades brasileiras no século XIX e inícios do século XX. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; FERNANDES, José Alberto Rio. **Brasil e Portugal vistos desde as cidades**: as cidades vistas desde o seu centro. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

VINCENT, Auguste. **Que signifient nos noms de lieux?**. Bruxelles : Office de Publicité, 1947 (Collection National).

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

**APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DE FORTALEZA 1810 A 2019.**

<b>TOPONÍMIA 1810-2019 (RUAS, TRAVESSAS, BECOS E ESTRADAS)</b>						
<b>1810-1855</b>	<b>1856</b>	<b>1857-1887</b>	<b>1888-1889</b>	<b>1890</b>	<b>1891-1933</b>	<b>1933-2019</b>
		Boulevard do Livramento (1875)	Duque de Caxias (1889)	Tv. 1	Duque de Caxias (1891)	Duque de Caxias
	Alegria		D. Pedro (1888) / Tiradentes (1889)	Tv. 3	D. Pedro I e Pedro I (1891)	Pedro I
						Pero Coelho (continuação da rua Pedro I)
	Amélia		São Bernardo	Tv. 5	Dr. Pedro Pereira e Pedro Pereira	Pedro Pereira
						Romero
			Córrego	Tv. 5a	Cavalaria	Pinto Madeira
	Formosa		Dr. Luís Ribeiro (1888) / Dr. Meton de Alencar (1889)	Tv. 7	Conselheiro Liberato Barroso e Liberato Barroso (1891)	Liberato Barroso
					-	Perboyre e Silva
						Faustino
						Monsenhor Luiz Rocha
					São Luiz	Franklin Távora
						Melvin Jones
	Cajueiro			Tv. 7b	Dr. Pedro Borges	Pedro Borges
	Pajeú		Pocinho		Pocinho	Pocinho
			Colégio	Tv. 11a	Nogueira Acióli e Av. Engenheiro Saboia Ribeiro	Santos Sumont
						Severiano Ribeiro
	Municipal		Municipal	Tv. 9	24 de janeiro (1912) e do Ouvidor (popular)	Guilherme Rocha
	Boa Vista		Boa Vista		Pará	Pará
		Tv. da Assembléia (1879)			Assembleia	Morada Nova
Tesouraria (1802) / Belas (1836) / Monteiro	Erário ou Cacimba	R. Dr. José Lourenço (1882)	Assembleia	Tv. 11	Assembleia (1891)	São Paulo (1933)

	Erário ou Cacimba				Assembleia (1891)	Visconde de Saboia (continuação da rua São Paulo)
						Senador Almir Pinto
		R. Aurora (1877)	Sol	Tv. 11b	Uruguai	Costa Barros
Jacarecanga	Hortas ou Açougue		Senador Alencar	Tv. 13	Senador Alencar	Senador Alencar
Inglês (1845)	Carolina				Inglese	Crato
	Inglês					Sobral
Flores	Matriz / Flores	Travessa das Flores (1859)	Manoel Bezerra / Castro e Silva	Tv. 15a	Senador Castro e Silva e Castro e Silva	Castro e Silva
			Paço		-	Pereira Filgueiras
Fortaleza	Quartel		Misericórdia	Tv. 17	Doutor João Moreira	Doutor João Moreira
	Bica e Corredor do Bispo		Ponte	Tv. 15b	Rufino de Alencar	Rufino de Alencar
	Conceição	Ladeira da Conceição (1875)	Conceição	R. 19a	-	Tenente Benévolo
		R. do Gasômetro (1879)	Senador Jaguaribe	Tv. 19	Senador Jaguaribe	Senador Jaguaribe
					Franco Rabelo (desapareceu quando fora construída a Av. Pres. Castelo Branco)	Presidente Castelo Branco
	Chafariz		Singlehurst	Tv. 19b	General Mesquita	José Avelino
	Praia (antigo Caminho da Praia)		Alfândega	Tv. 19c	Praia	Dragão do Mar
	Praia			Tv. 21	Alfândega	Pessoa Anta
		Boulevard do Imperador (1875)	15 de novembro (1889)	R. 10	Imperador (1890)	Imperador
	Trilha de Ferro ou Lagoinha		14 de março / Lagoinha	R. 8	Tristão Gonçalves (1917)	Tristão Gonçalves
	Patrocínio	R. D. Afonso (1857) / R. do Patrocínio (1878)	24 de maio	R. 6	24 de maio (1900)	24 de maio
	Amélia ou da Cadeia		Cadeia	R. 4	General Sampaio (1900)	General Sampaio

		R. Amélia (1877)	Amélia	R. 2	Senador Pompeu e dos Jornais (popular)	Senador Pompeu
Nova (1845)	Formosa		Formosa	R. 1	Paes de Carvalho (1900) / Barão do Rio Branco (1909)	Barão do Rio Branco
Nova del Rei (1828)	Palma / Fogo	R. da Palma completa (1877)	Major Facundo	R. 3	Major Facundo	Major Facundo
Boa Vista	Belas / Pitombeira / Alegria		Boa Vista	R. 5	Floriano Peixoto	Floriano Peixoto
						Edgar Borges
Tauape				R. 7	João Brígido	Assunção
Quartel	Quartel			R. 7a	Coronel Bezerril	General Bezerril
		Trindade	Quartel ou Cadeia ou Oitizeiro ou Alegria	R. 9		Solon Pinheiro
Rosário	Rosário		Rosário	R. 7b	Rosário	Rosário
	Ponte (da rua da Praia ao Largo da Sé)		Sena Madureira (1889)	R. 7c	Sena Madureira (1891) e Avenida Sena Madureira (1912)	Alberto Nepomuceno (Poço da Draga à R. Castro e Silva)
Direita dos Mercadores / Riacho (1828)	Matriz (do Largo da Sé à travessa do Erário)		Baixo		Conde D'Eu (1888 a 1892) e dos Mercadores	Conde D'Eu (R. Castro e Silva até R. São Paulo)
Direita dos Mercadores / Riacho (1828)	Mercadores		Sena Madureira (1889)		Conde D'Eu (1888 a 1892) e dos Mercadores	Sena Madureira (R. São Paulo até Parque da Liberdade)
Doutor João Tomé (1833)	Cruz Nova		Açude	R. 11a	Cruz Nova	Jaime Benévolo
Messejana	Messejana		Visconde do Rio Branco	R. 13	Visconde do Rio Branco (1891)	Visconde do Rio Branco
						Paracuru
Sampaio / Nova do Outeiro (1812) / Beco da Apertada Hora (1813)	Norte		Sampaio	R. 7d	D. Bárbara / do Sampaio e Governador Sampaio (1930)	Governador Sampaio
Almas	São José ou da Boa Hora	R. da Boa Hora / Tv da Sé (1875)	São José	R. 7e	São José	São José

	Escadinhas		Outeiro		Escadinhas	Baturité
			Colégio / São Luís			Afonso Vizeu
	Palha			Tv. 7a	Figueira de Melo	Coronel Ferraz
						Deputado João Lopes
	Praia		Solon		Boris (1891)	Boris
						Pedro Ângelo
	Outeiro		Pajeú	R. 17	Pajeú	25 de março
			Praia	R. 15a		Almirante Tamandaré
			Conceição			Almirante Jaceguai
		Boulevard da Conceição (1875)	Dom Manuel (1889)	R. 19	Dom Manuel	Dom Manuel

**APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS PRAÇAS DO CENTRO DE FORTALEZA 1810 A 2019.**

<b>TOPONÍMIA 1810-2019 (PRAÇAS, PARQUES E LARGOS)</b>						
<b>1810-1855</b>	<b>1856</b>	<b>1857-1887</b>	<b>1888-1889</b>	<b>1890</b>	<b>1891-1933</b>	<b>1933-2019</b>
	Alfândega		Alfândega		Fausto Barreto (1915) / Anfândega (1932)	Almirante Saldanha
				Conceição	Senador Machado (1891) / Cristo Redentor (1924)	Cristo Redentor
	Fortaleza ou PaioI		Mártires	Mártires	Mártires (1879)	Mártires (Passeio Público)
Conselho	Matriz		Caio Prado (1889)	Sé	Pedro II (1913)	Sé
	D'Amélia		Senador Castro Carreira	Via Férrea	Senador Castro Carreira (1891)	Castro Carreira
Carolina	Carolina		Assembleia e Mercado	do Mercado Público	Capistrano de Abreu (1929)	Waldemar Falcão
Palácio	Palácio (ou Pátio)	General Tibúrcio (1887)		16 de novembro	General Tibúrcio (1891)	General Tibúrcio
	Feira Nova	Pedro II (1859) / Ferreira (1871)	Municipal ou Municipalidade (1880)	Municipal	Ferreira (1891)	Ferreira
	Patrocínio		Marquês do Herval	Patrocínio	José de Alencar (1929)	José de Alencar
	da Lagoinha	Coronel Teodorico (1881)	16 de novembro (1889)	16 de outubro	Comendador Teodorico (1891)	Capistrano de Abreu
	dos Educandos	Colégio (1867) / Senador Figueira de Melo (1879)			Senador Figueira de Melo (1891)	Figueira de Melo
			Voluntários da Pátria		Voluntários	Voluntários
	Garrote			Parque da Liberdade	Independência (1922)	Liberdade
						Pajeú (CDL) (1982)
	Boa Vista	Coração de Jesus (1886)			José Júlio (1932)	Coração de Jesus
					-	Murilo Borges (1983)

**APÊNDICE C – MODELOS DE FICHA CATALOGRÁFICA-LEXICOGRÁFICO-  
TOPONÍMICA PARA VIAS E DEMAIS LOGRADOUROS PREENCHIDA.**

**Tipo de logradouro:** Avenida

**Topônimo:** Duque de Caxias.

**Taxionomia:** Axiotopônimo.

**Localização do Logradouro:** Inicia na Avenida José Jatahy e termina na Avenida Visconde do Rio Branco.

**Bairros:** Centro, Farias Brito e Jacarecanga.

**Atividade/Profissão:** Chefe das forças brasileiras na Guerra do Paraguai.

**Etimologia/Designação/Biografia:** Luís Alves de Lima e Silva (Vila do Porto da Estrela, atualmente pertencente aos municípios de Magé e Duque de Caxias-RJ, 1803 – Barão de Juparanã-RJ- 1880). Militar fluminense. Capitão na Guerra da Cisplatina, Coronel contra a Revolta da Balaiada, comandante das armas no Maranhão. Barão e Duque de Caxias.

**Histórico Toponímico:** Boulevard do Livramento (1875) > Boulevard Duque de Caxias (1889) > Travessa 1 (1890) > Avenida Duque de Caxias (1891).

**Oficialização:** 1889/1891.

**Fonte:** Dicionário de Ruas de Fortaleza / Ruas Biográficas.

**Pesquisador:** Gleilson Angelo da Silva.

**Data da coleta:** junho de 2019.

**Tipo de logradouro:** Praça.

**Topônimo:** Ferreira.

**Taxionomia:** Antropônimo.

**Localização do Logradouro:** Rua, Floriano Peixoto, Rua Pedro Borges, Rua Major Facundo, Travessa Pará.

**Bairros:** Centro.

**Atividade/Profissão:** Político, militar e boticário (farmacêutico).

**Etimologia/Designação/Biografia:** Antônio Rodrigues Ferreira de Macedo (Niterói-RJ, 1804 – Fortaleza-CE, 1859). Como militar, serviu na Guerra da Cisplatina; como boticário, auxiliou flagelados da seca a partir de 1825; como político, foi intendente (prefeito) de Fortaleza por dois mandatos (1843-1849 / 1850-1859). Derrubou o *Beco do Cotovelo* e abriu um largo que viria a se tornar a praça que receberia seu nome.

**Histórico Toponímico:** Feira Nova (1856) > Pedro II (1859) > Praça do Ferreira (1871) > Praça Municipal ou da Municipalidade (1880) > Praça do Ferreira (1891).

**Oficialização:** 1871/1891.

**Fonte:** Livro: Praças de Fortaleza (CUNHA, 1990).

**Pesquisador:** Gleilson Angelo da Silva.      **Data da coleta:** junho de 2019.

**Tipo de logradouro:** Rua .

**Topônimo:** São Paulo.

**Taxionomia:** Corotopônimo.

**Localização do Logradouro:** Inicia na Avenida José Jatahy e possui esta denominação até a R. Conde D'Eu onde continua com a denominação de Visconde de Saboia.

**Bairros:** Centro e Jacarecanga.

**Atividade/Profissão/Designação:** Estado brasileiro.

**Etimologia/Biografia:** Unidade federativa localizada na Região Sudeste. Sua capital possui a mesma denominação. É o estado mais populoso da América do Sul. Fora responsável pela Revolução Constitucionalista de 1932 ou Guerra Paulista com o intuito de derrubar o governo de Getúlio Vargas.

**Histórico Toponímico:** Rua da Tesouraria (1802) > Travessa das Belas (1836) > Rua do Monteiro (?) > Rua da Assembleia (1882) > Rua Dr. José Lourenço (1882) > Rua 11 (1890) > Rua da Assembleia (1891) > Rua São Paulo (1933).

**Oficialização:** 1933.

**Fonte:** Dicionário de Ruas de Fortaleza / Ruas Biográficas.

**Pesquisador:** Gleilson Angelo da Silva.      **Data da coleta:** junho de 2019.

**ANEXO A - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2011.**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA  
 DATA: 03 ABR 2011  
 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA  
 DESIGNO RELATOR (A) VER. (A)  
 EM 03 ABR 2011  
 PRESIDENTE

PROVADO EM 1ª DISCUSSÃO  
 06 NOV 2011  
 Presidente

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA  
 DESIGNO RELATOR (A) VER. (A)  
 EM 12 ABR 2011  
 PRESIDENTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA  
 DESIGNO RELATOR (A) VER. (A)  
 EM 09 NOV 2011  
 Presidente

REGULAMENTA A DENOMINAÇÃO DOS BAIRROS, PRAÇAS, VIAS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

00107/2011

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:**

Art. 1º. A denominação dos bairros, praças, vias e demais logradouros públicos no âmbito do município de Fortaleza obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º. A denominação dos bairros, praças, vias e demais logradouros públicos no âmbito do município de Fortaleza será feita através de Decreto Legislativo, cuja iniciativa é privativa da Câmara Municipal de Fortaleza.

§ 1º. O projeto de decreto legislativo que vise denominar qualquer bairro, praça, via ou outro logradouro público municipal deverá ser protocolado no Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza juntamente com croquis de localização emitido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, sem o qual o projeto não poderá tramitar.

§ 2º. O projeto de Decreto Legislativo que vise a alterar a denominação de bairro, praça, via e demais logradouros públicos deverá ser justificado, previamente, por audiência pública para manifestação da população.

§ 3º. No caso do parágrafo anterior, quando se tratar de interesse específico no âmbito do bairro ou distrito, a manifestação popular deverá ser tomada por no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos ali domiciliados.

Art. 3º. Para denominação dos logradouros públicos serão escolhidos, dentre outros:

- I. Nomes de pessoas, datas ou fatos históricos que representem, efetivamente, passagens de notória e indiscutível relevância;
- II. Nomes que envolvam acontecimentos civis, culturais e desportivos;

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DA CIDADANIA  
 A REDAÇÃO FINAL  
 EM  
 PRESIDENTE

Rua Thompson Suício, 830 - Luciano Cavalcante - Fone: (85) 3256.8500  
 Fortaleza-Ceará - CEP: 60310-450

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO  
 03 ABR 2011  
 09 H 00 MIN  
 Funcionário

TOTAL	23		
-------	----	--	--

## ANEXO B – EXEMPLO DE OFICIALIZAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE RUAS NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 24 DE MARÇO DE 2014 SEGUNDA-FEIRA - PÁGINA 27

**FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2014 - FUNCÍ.**  
**NATUREZA DO ATO:** Termo de Contrato de Compra descrito no Edital de Pregão Presencial nº 262/2013-FUNCI que fazem entre si o Município de Fortaleza/Fundação da Criança e da Família Cidadã e a Empresa PETISCO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, vencedora da licitação (Processo nº 1510104537182/2013). **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto aquisição de Cortes de Frango congelados, em conformidade com as especificações e quantitativos contidos no Anexo I do Edital, com entrega de forma parcelada, por um período de 12 (doze) meses, de acordo com a demanda da Contratante. **DATA:** 05 de março de 2014. **VALOR TOTAL:** R\$ 172.923,66 (cento e setenta e dois mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FORTE DE RECURSOS
33.201.08.243.0071.1140.0001	3.3.90.30.	100
33.201.08.243.0071.2112.0001	3.3.90.30	100
33.201.08.243.0071.2113.0001	3.3.90.30	100
33.201.08.243.0071.2110.0001	3.3.90.30	100
33.201.08.243.0072.1100.0001	3.3.90.30	100
33.201.08.243.0072.1100.0002	3.3.90.30	100
33.201.08.243.0072.1100.0003	3.3.90.30	100
33.201.08.243.0072.1100.0004	3.3.90.30	100
33.201.08.243.0072.1100.0005	3.3.90.30	100
33.201.08.243.0072.1100.0006	3.3.90.30	100

**VIGÊNCIA:** Este contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura e publicação, prorrogável nos limites da lei, sendo considerado concluído com a entrega definitiva da última parcela do seu objeto. **FUNDAMENTAÇÃO:** Contrato celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 1510104537182/2013, e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as modificações posteriores, nas normas e condições estabelecidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto Municipal nº 11.251, de 10 de setembro de 2002, instrumento convocatório e seus anexos, partes integrantes deste instrumento. **ASSINATURAS:** Karlo Meireles Kardozo - **PRESIDENTE DA FUNCI/CONTRATANTE** e o Sr. Wesley Ferreira Lima - **PROCURADOR DA EMPRESA PETISCO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI/CONTRATADA**, com VISTO da Dra. Emanuella Lima Marques - **ASSESSORIA JURÍDICA SC-DH/FUNCI**.

## PODER LEGISLATIVO

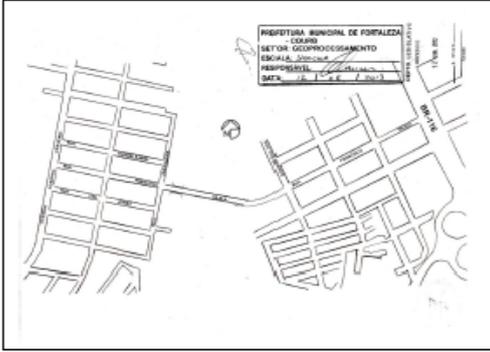
**"MATÉRIAS PUBLICADAS POR EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA"**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 630, DE 10 DE MARÇO DE 2014.**

Oficializa a denominação de Francisco Vilela a uma rua de Fortaleza.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 36, inciso IV e parágrafo único da Lei Orgânica do Município. **PROMULGA:** Art. 1º - Fica oficialmente denominada de Rua Francisco Vilela, já popularmente conhecida por esse nome, uma artéria dos bairros Cajazeiras/Boa Vista, pertencentes à área de jurisdição da Regional VI, de sentido leste-oeste, é constituída da Rua Escrivão Azevedo, com início na Rodovia

BR 116, e a rua conhecida como Francisco Vilela terminando na Avenida Alberto Craveiro, conforme croqui oficial de localização em anexo. Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA JOSÉ BARROS DE ALENCAR**, em 10 de março de 2014. **Walter Lima Frota Cavalcante – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.**



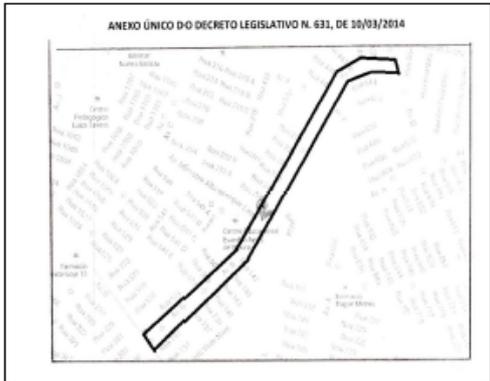
\*\*\*\*\*

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 631, DE 10 DE MARÇO DE 2014.**

Altera a denominação da Avenida B do bairro Conjunto Ceará para Avenida Alanis Maria Laurindo de Oliveira.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 36, inciso IV e parágrafo único da Lei Orgânica do Município. **PROMULGA:** Art. 1º - Fica alterada a denominação da Avenida B, localizada no bairro Conjunto Ceará, conforme croqui de localização em anexo, doravante para Avenida Alanis Maria Laurindo de Oliveira. Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA JOSÉ BARROS DE ALENCAR**, em 10 de março de 2014. **Walter Lima Frota Cavalcante – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.**

ANEXO ÚNICO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 631, DE 10/03/2014



\*\*\*\*\*